



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PEERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

DAVID BORGES DE FRAGA

EXPERIÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO:

território, população e resistências na Zona da Mata Norte de Pernambuco

(comarca de Goiana, 1850-1875).

Recife

2024

DAVID BORGES DE FRAGA

EXPERIÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO:

território, população e resistências na Zona da Mata Norte de Pernambuco

(comarca de Goiana, 1850-1875).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: Norte-Nordeste Mundo Atlântico.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara

Recife

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Fraga, David Borges de.

Experiências da escravidão: território, população e resistências na Zona da Mata Norte de Pernambuco (comarca de Goiana, 1850-1875) / David Borges de Fraga. - Recife, 2024. 291f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

Orientação: Bruno Augusto Dornelas Câmara.

Inclui referências.

1. Escravidão; 2. Resistência escrava; 3. Liberdade; 4. Goiana-PE. I. Câmara, Bruno Augusto Dornelas. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

DAVID BORGES DE FRAGA

EXPERIÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO:

território, população e resistências na Zona da Mata Norte de Pernambuco
(comarca de Goiana, 1850-1888).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: Norte-Nordeste Mundo Atlântico.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcus J. M. de Carvalho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Maria Emília de Vasconcelos dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Suplente Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva (Suplente Externo)
Universidade Federal de Alagoas.

Aos meus pais, Luciene e Marcelo.
A minha esposa, Laura.

AGRADECIMENTOS

A todos e todas que de alguma forma, direta ou indiretamente, ajudaram para que este trabalho se tornasse possível. Meu muito obrigado.

cana
caiana
caiada
de sangue

nestes canaviais
seis milhões de negros
foram sorvidos
é impossível
esse café
não descer
amargo

caosnavial i: mascavo, de Philippe Wollney

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada. Molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Depois colocam o anil, ensaboam, e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Depois batem o pano na laje ou na pedra limpa e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar.

Graciliano Ramos.

RESUMO

Neste trabalho procurei analisar as experiências da escravidão e da liberdade na comarca de Goiana, território situado na Mata Norte canavieira de Pernambuco. O período escolhido foi entre 1850 e 1875, época de grandes transformações na legitimidade da instituição escravidão. Decidi enveredar em vários aspectos da vida em cativeiro, com o intuito de identificar indícios, rastros e pistas das múltiplas experiências da escravidão e da liberdade numa região que se forjou historicamente no plantio da cana, na produção de açúcar e no trabalho de pessoas escravizadas. A partir de temas como demografia, estrutura da posse de escravos, experiências de fuga e a vida em liberdade, essa última recheada de perigos patentes de reescravização, procurei investigar as experiências da escravidão fisingando as relações entre senhores e escravizados, examinando questões como a resistência, os limites do exercício do poder senhorial, assim como a criação, ampliação e manutenção de espaços diversos de negociação e de autonomia, assentados em noções de direitos costumeiros que se tornaram imprescindíveis na efetivação de projetos de liberdades nas últimas décadas do Brasil escravista. O pano de fundo é uma zona de *plantation* que estava bem distante de uma imagem construída por uma historiografia tradicional erguida no século XX, repleta de propriedades com grandes quantidades de escravizados, dedicados quase que exclusivamente a uma única atividade agrária, cujo produto era exclusivo ao mercado externo. Na verdade, os diferentes tamanhos de posses aliadas aos variados arranjos produtivos de diversos gêneros agrícolas, conviviam com o cultivo da cana realizado não só de modo extensivo, mas também por pequenos proprietários escravistas que tinham algum acesso à terra. Por fim, identificar e analisar as experiências da escravidão e da liberdade nesse grande contexto recheado de nuances, particularidades e complexidades, foi o maior desafio que propus me debruçar.

Palavras-chave: Escravidão. Resistência escrava. Liberdade. Goiana-PE.

ABSTRACT

In this work, I aimed to analyze the experiences of slavery and freedom in the comarca of Goiana, a territory located in the sugarcane-producing Mata Norte region of Pernambuco. The period chosen spans from 1850 to 1875, a time of significant transformations in the legitimacy of the institution of slavery. I delved into various aspects of life in captivity to identify traces, evidence, and clues of the multiple experiences of slavery and freedom in a region historically shaped by sugarcane cultivation, sugar production, and the labor of enslaved people. Focusing on themes such as demographics, the structure of slave ownership, escape experiences, and life in freedom—often fraught with the tangible dangers of re-enslavement—I sought to investigate slavery through the lens of relationships between masters and enslaved individuals. I examined issues such as resistance, the limits of the exercise of senhorial power, and the creation, expansion, and maintenance of diverse spaces for negotiation and autonomy, grounded in customary rights that became essential in the realization of freedom projects during the final decades of Brazil's slaveholding society. The backdrop is a plantation zone that contrasts sharply with the image constructed by traditional historiography in the 20th century, a portrayal of vast estates with large numbers of enslaved individuals dedicated almost exclusively to a single agrarian activity, producing goods solely for the external market. In reality, various property sizes, coupled with diverse productive arrangements involving multiple agricultural crops, coexisted with sugarcane cultivation, which was carried out not only on extensive plantations but also by small slave-owning landholders with some access to land. Ultimately, identifying and analyzing the experiences of slavery and freedom within this rich and nuanced context, filled with particularities and complexities, was the greatest challenge I set out to undertake.

Key-words: Slavery. Slave resistance. Freedom. Goiana-PE.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Resumo das Freguesias da comarca de Goiana - Capitania de Itamaracá. 1774.....	68
Quadro 2 Organograma da comarca de Goiana entre 1850 e 1868 por freguesias e subdelegacias.....	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Atlas Português de 1519, ou Atlas Miller.....	45
Figura 2 Detalhe do Atlas Português de 1519, ou Atlas Miller.....	45
Figura 3 Atlas do Brasil, de João Teixeira Albernaz. (1640).....	46
Figura 4 Mapa do Litoral Norte de Pernambuco e Litoral Sul da Paraíba, por João Teixeira Albernaz. (1640).....	46
Figura 5 América do Sul por Joan Blaeu. c.1664.....	47
Figura 6 Detalhe do mapa da América do Sul por Joan Blaeu. c.1664.....	47
Figura 7 Novus Brasiliae Typus, de Willen Janszoon Blaeu. (1672).....	48
Figura 8 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o requerimento do mestre de campo, André Vidal de Negreiros. 1654.....	49
Figura 9 Representação dos oficiais da câmara de Itamaracá ao príncipe regente D. Pedro, pedindo prorrogação do tempo da provisão para não serem executados nas fábricas de engenho e acerca da transferência da administração da justiça para a vila de Goiana.....	50
Figura 10 Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itâmaracâ, Joan Blaeu - Frans Post (atribuição), 1647.....	51
Figura 11 Província di Itamaracá, de Andra Antonio Orazi. (1698).....	52
Figura 12 Carta topográfica e administrativa das províncias do Pernambuco Alagoas e Sergipe, 1848.....	76
Figura 13 Comarca de Goiana a partir de um recorte da Carta topográfica e administrativa das províncias do Pernambuco Alagoas e Sergipe, 1848.....	77
Figura 14 Localização da Zona da Mata Norte no atual estado de Pernambuco e reprodução gráfica aproximada do desmembramento da comarca de Goiana na segunda metade do século XIX.	82
Figura 15 Exemplar de folha da lista nominativa da população escravizada do Distrito Policial de Goianinha, comarca de Goiana (1860).	120
Figura 16 Recibo de compra de remédios anexado ao inventário de Antônio Francisco Pereira, Barão de Bujari. (1871).	152
Figura 17 Recorte de anúncios publicados no jornal A Gazeta de Goiana, de 23 de junho de 1888.....	153
Figura 18 Beco do Pavão, um dos principais redutos comerciais de Goiana no século XIX. (c.1900).....	153

Figura 19 Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Convento de Santo Alberto dos Carmelitas. Goiana (1859).....	154
Figura 20 Mandioca (Frei Christovão de Lisboa, 1624) Manihot esculenta Craz, classificação que prevaleceu na moderna taxionomia, deve-se a Heinrich Johann Craz, pesquisador do século 18.....	158
Figura 21 Mandioca, de Albert Eckhout.	159
Figura 22 Pátio da Igreja da Misericórdia em Goiana. Década de 1930. ^a	160
Figura 23 Anúncio de fuga do escravo Luiz, natural da freguesia da Várzea no Recife, refugiado em Goiana, Mata Norte de Pernambuco.	209
Figura 24 Rua Direita com a Igreja Matriz ao fundo. ca.1900.....	214
Figura 25 Antigo porto fluvial de Goiana com o canal construído no final do século XIX ao fundo. ca. 1930	214

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 População escravizada de Pernambuco por regiões durante a segunda metade do século XIX.....	110
Gráfico 2 Pirâmide etária da população escravizada da grande comarca de Goiana de acordo com o censo de 1872	112
Gráfico 3 População escravizada total da grande comarca de Goiana dividida por paróquias segundo o censo de 1872.....	118
Gráfico 4 Porcentagem de senhores por grupos de posses de escravizados segundo os inventários.	124
Gráfico 5 Distribuição de escravizados por grupos de proprietários segundo os inventários.	125
Gráfico 6 Trabalhadores livres e escravizados dos engenhos da comarca de Goiana (1854).	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Principais regiões de embarques dos africanos que desembarcaram em Pernambuco entre 1571 e 1630.	60
Tabela 2 Principais regiões de embarques dos africanos que desembarcaram em Pernambuco entre 1626 e 1700.	61
Tabela 3 Soma total das populações livres das comarcas de Goiana e de Itambé (1872).	85
Tabela 4 População livre da comarca de Goiana (1872).	85
Tabela 5 População livre da comarca de Itambé (1872).	86
Tabela 6 Estrutura geral de posse de escravos da comarca de Goiana (1860)	121
Tabela 7 Estrutura de posse de escravos do Distrito Policial de Goianinha (1860)	121
Tabela 8 Estrutura de posse de escravos do Distrito Policial de Nossa Senhora do Ó (1860)	122
Tabela 9 Estrutura de posse de escravos do Distrito Policial de Timbaúba (1860)	122
Tabela 10 Estrutura de posse do Distrito Policial de Tejucupapo (1860)	122
Tabela 11 Grandes proprietários da comarca de Goiana arrolados na lista nominativa de 1860.	130
Tabela 12 Proprietários(as) de engenhos da comarca de Goiana e suas posses de escravizados listados a partir dos inventários (1860-1875).	132
Tabela 13 Desembarques ilegais em Goiana de africanos escravizados entre 1837 e 1845. .	138
Tabela 14 Grupos de procedências africanas encontrados nos inventários (1860-1875).	141
Tabela 15 Razão de masculinidade e proporção de casados e viúvos em pequenas e grandes posses.	145
Tabela 16 Famílias escravas e seus filhos identificados nos inventários	147
Tabela 17 Lista dos “gêneros de venda” avaliados no inventário de Anna do Espírito Santo Camello Pessoa, esposa que foi de Ludgero Estanislao Uchôa de Gusmão, comerciante goianense. 1862	155
Tabela 18 Proprietários de casas de farinha da comarca de Goiana, 1860-1875.	165
Tabela 19 Outros bens de proprietários de casas de farinha da comarca de Goiana.	174
Tabela 20 Proprietários(as) de engenhos, casas de farinha e outras lavouras constantes nos inventários entre 1860 e 1875.	183
Tabela 21 Moradores(as) de engenho, seus escravizados, casas de farinha e lavouras.	189

LISTA DE ABREVIATURAS

HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
MJPE	Memorial da Justiça de Pernambuco
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
IAHGP	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A COMARCA DE GOIANA: TERRITÓRIO E POPULAÇÃO LIVRE E LIBERTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.	37
2.1 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE PARA ALÉM DO SENSO COMUM	39
2.2 A INVENÇÃO DE GOIANA: UM TERRITÓRIO ESCRAVISTA NO MUNDO ATLÂNTICO.	40
2.3 DEFININDO UM TERRITÓRIO NO BRASIL IMPÉRIO.	69
2.4 OS LIVRES, OS LIBERTOS E A POPULAÇÃO DE PARDOS.	85
3 TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVIZADOS.	105
3.1 A GRANDE COMARCA DE GOIANA, EXTENSO TERRITÓRIO ESCRAVISTA.	105
3.2 POPULAÇÃO E ESTRUTURA DA POSSE.	108
3.4 COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA E AS EXPERIÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO: AFRICANOS, CRIoulos E FAMÍLIAS.	134
3.4 NO INTERIOR DA PLANTATION: A PRODUÇÃO DE FARINHA, O ESCRAVISMO FAMILIAR E A ROÇA DE ESCRAVIZADOS.....	150
3.5 NOVOS ARRANJOS PRODUTIVOS: A PEQUENA POSSE E O TRABALHO LIVRE	191
4 GOIANA NA ROTA DA FUGA: CAMINHOS, EXPERIÊNCIAS E LIBERDADES NA ZONA DA MATA NORTE PERNAMBUCANA.	202
4.1 “FOI SE REFUGIAR NAQUELA CIDADE [...] A TÍTULO DE FORRO”: GOIANA NA ROTA DA FUGA.	208
4.2 “É FILHA DE GOIANA E LÁ TEM ALGUNS PARENTES”: AS FUGAS E OS LAÇOS.	220
5 NO RASTRO DAS LIBERDADES PRECÁRIAS.	225
5.1 “E FOI O QUE TE VALEU”: ARCANJA MARIA DA CONCEIÇÃO, NATURAL DO CRATO-CE, PRESA EM GOIANA-PE, POR SUSPEITA DE SER ESCRAVA.	227
5.2 “POIS BEM NÃO CHORE QUE O TOMO PARA CRIÁ-LO NO ENGENHO TRABALHANDO”: O MENOR MANUEL, ESCRAVIZADO NO ENGENHO NATAL.	248
5.3 A FISSURA NO PODER SENHORIAL.....	256
5.4 UMA PAUSA: O III BARÃO DE GOIANA E SUA AMPLA REDE DE INFLUÊNCIAS.	271
5.5 FISSURAS NO PODER, DEMARCAÇÃO DE ESPAÇOS DE LIBERDADE.	275
5.6 CONCLUINDO: UMA INFORMAÇÃO ELEMENTAR.	278
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	280
7 REFERÊNCIAS:	284

1 INTRODUÇÃO

Houvera muitas noites de março nos canaviais da comarca de Goiana. Noites de fim de moagem, apesar de ainda ser mês de safra. Mês de transição, pois estava-se findando a produção que tinha começado sete meses antes. Houvera muitas, é certo, mas não como a do dia quatro do ano de 1856 no engenho Cachoeira, freguesia de Nossa Senhora do Ó, comarca de Goiana. Dessa noite nunca devem ter esquecido os seus moradores, nem os filhos e nem a esposa do capitão Francisco Cavalcanti da Cunha Vasconcellos, proprietário do dito engenho, assassinado pelos seus próprios escravizados em combinação com os de outro senhor vizinho próximo.

Num ofício datado de 7 de março de 1854, o delegado Antônio Francisco Pereira, futuro Barão de Bujari, avisou ao chefe de polícia da província sobre o ocorrido: “às oito horas e meia da noite do dia quatro do corrente [...] foi assassinado em sua própria casa com uma facada na nuca e várias cacetadas na cabeça o capitão Francisco Cavalcanti da Cunha Vasconcelos”. A notícia do crime, decerto pelo horário e pela distância entre a Goiana sede e a freguesia de Nossa Senhora do Ó, só chegara ao delegado no dia seguinte do ocorrido. “Fiz imediatamente seguir para o lugar do delito o destacamento desta cidade”, avisava o mesmo, “e não podendo eu acompanhá-lo por me achar doente e não puder montar a cavalo entendi-me com Dr. Juiz Municipal a quem incumbi de ir ao lugar do delito pesquisar o acontecido”.¹ E assim o fez o juiz que voltou, depois de alguns dias, trazendo consigo as notícias, os fatos apurados e cinco negros presos.

“Foi meu primeiro cuidado”, relatou o juiz recém-chegado do engenho Cachoeira, “tomar conta de cinco pretos do finado capitão que foram presos pelos parentes do mesmo como suspeitos de cumplicidade”.² Alertou também que tais pretos “já tinham sido surrados no dia antecedente” e “logo sem demora os entreguei, e fiz prender a outros e bem assim os escravos de Manoel Bezerra Cavalcanti de Albuquerque Jardim vizinho do falecido”.³ Depois das diligências e investigações necessárias, constatou-se que o crime teria sido planejado pelos próprios cativos da vítima em combinação com os do senhor vizinho Manoel Bezerra. Uma negra escravizada desse último teria sido, segundo o juiz, a “agente moral do assassinato”.⁴ Os

¹ **Delegacia de Goiana**, 7 de março de 1854. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176-190 – 1849 a1888 - Volume único.

² **Delegacia de Goiana**, 10 de março de 1854. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176-190 – 1849 a1888 - Volume único.

³ IDEM.

⁴ IDEM.

envolvidos capturados foram interrogados e presos. Dois, porém, declarados coautores, ficaram foragidos nas matas que cercavam o lugar.

Levando em conta a situação tenebrosa, deixou o juiz uma força de praças estacionada sob o comando do subdelegado de Timbaúba que ficou encarregado não só de perseguir os criminosos foragidos, mas também de “desassombrar os proprietários vizinhos do delito”. Além disso, a força ficou no engenho para garantir que, uma vez capturados os escravos em fuga, não fossem “entregues ao fervor das paixões”. Isso porque “um dos cinco pretos que foram surrados” tinha acabado “de falecer na cadeia”. Ou seja, era preciso garantir que, uma vez presos, chegassem à delegacia sem risco de vida.⁵

Caso emblemático. As repercussões foram deveras e o pânico entre os senhores se alastrou que nem rastilho de pólvora. Afinal, cativos de dois senhores tinham planejado assassinar não apenas um senhor em específico, mas “um excelente cidadão”⁶, no dizer do delegado Antônio Francisco Pereira. Mais que isso: o capitão Francisco era um membro da elite política e agrária local. Casado com D. Josefa Maria de Jesus Coutinho, irmã do III Barão de Goiana, era pai de Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, futuro Barão de Timbaúba. Não se tratava, portanto, de um qualquer. Tratava-se, na verdade, de Ludovico Francisco Cavalcanti de Vasconcellos Mello, um potentado influente pelas bandas de Nossa Senhora do Ó, Timbaúba e Itambé.⁷ Por isso a necessidade de “desassombrar os proprietários vizinhos” que não recearam de seus escravos realizarem algo semelhante. Foi parar na imprensa, como era de se esperar.

“Um fato bastante horroroso”, exclamava-se no *O Liberal Pernambucano*. Apesar do reconhecimento do pânico senhorial causado pela situação, na imprensa liberal, a chance de explorar o caso se deu não pela reprovação de um crime urdido por escravizados, com forte potencial de explosão de atos semelhantes nas escravarias locais, mas pela denúncia dos “meios postos em ação pelos parentes deste infeliz (Capitão Francisco), para descobrir os assassinos”⁸.

⁵ O ofício contendo a informação da prisão desses pretos fugidos data de 15 de março. “Prestaram relevantes serviços para a captura dos criminosos o subdelegado de Timbaúba, o Alferes Manoel de Azevedo do Nascimento e o subdelegado de Pedras de Fogo Mariano Ramos de Mendonça que com força de linha e de praianos [bateram] as matas e conseguiram desalojar delas os dois assassinos foragidos” Delegacia de Goiana, 15 de março de 1854. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176-190 – 1849 a1888 - Volume único.

⁶ **Delegacia de Goiana**, 10 de março de 1854. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176-190 – 1849 a1888 - Volume único.

⁷ Tanto nos ofícios enviados por Antônio Francisco Pereira, quanto nos artigos publicados no *Diario de Pernambuco* e no *O Liberal Pernambucano*, o nome de Ludovico aparece como Capitão Francisco Cavalcanti da Cunha Vasconcellos. No entanto, descobrimos tratar-se de Ludovico Francisco ao associá-lo com o nome da esposa que aparece num dos artigos publicados nos periódicos da província: D. Josefa Maria de Jesus Coutinho. Ludovico Cavalcanti e Josefa Maria foram pais de Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego B, Barão de Timbaúba, que em 1860 aparece como sendo o proprietário do engenho Cachoeira, engenho onde ocorreu o assassinato seis anos antes.

⁸ *O Liberal Pernambucano*, 17 de abril de 1854. HDBN

“Mas que horror!! Que coisa inaudita!!”, insuflava o “Seu amigo e atento criado, X”, pseudônimo de algum liberal insatisfeito:

Treme-me a mão ao ter que descrever o modo bárbaro, e selvagem, de que usaram para o conseguir (a verdade). Começaram por açoitar desapiadadamente, não só a negra, que deu a notícia, como também os outros negros do falecido, e isto unicamente por mera suposição, recolhendo-os depois a cadeia, sendo o resultado de semelhante atrocidade, expirar um logo no outro dia, e outro estar próximo a isso, inteiramente abandonado, sem o menor socorro médico.⁹

Para um observador atual, o que pedia o autor do artigo pode até parecer contraditório: a moderação e o respeito a um rito processual. Reclamava-se, assim, a um suposto devido processo legal. Dizia o artigo: “não sabem aqueles parentes que já de há muito se banuiu o sistema das torturas, por se conhecer de sua improficuidade, não produzindo senão males incalculáveis à sociedade?”¹⁰ Não se contentando o tal do “Seu amigo e atento criado, X”, finalizou disparando: “e como é que o puseram em ação, em ofensa a lei, e da moral pública? [...] E continuaram as autoridades a dormir o sono da indolência, e do indiferentismo?”¹¹ Como é que poderia se manifestar qualquer moderação numa situação como essa, de grande impacto na legitimidade do sistema escravista, numa sociedade como aquela que previa a posse de um homem por outro homem, sendo a violência ou até a ameaça dela a tônica da vida cotidiana?

Embora fique um tanto perceptível a utilização dessa situação como trampolim da crítica liberal, como momento oportuno de falar mal dos inimigos políticos, é possível identificar também uma determinada concepção dos limites do poder senhorial, ainda que de forma tímida ou distorcida no caldeirão da oposição. “Não sabem aqueles parentes que já de há muito se banuiu o sistema das torturas [...]?” A referência parece ser ao Artigo 179 da Constituição Política do Império do Brasil, que tratava da “a inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade”¹². Em seu inciso XIX constava: “desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”¹³

Claramente, tanto o artigo quanto o inciso em questão se referiam aos cidadãos brasileiros. Ocorre que escravos não eram considerados cidadãos. Aliás, o Artigo 60 do Código

⁹ IDEM.

¹⁰ IDEM.

¹¹ IDEM.

¹² BRASIL. Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em 16 de jun. de 2023.

¹³ IDEM.

Criminal de 1830, previa a pena de açoites aos escravos.¹⁴ Já a Lei n.º 4 de 10 de junho de 1835 previa a pena máxima nos casos em que escravos “mataram por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizeram outra qualquer ofensa a seu senhor, sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem [...]”¹⁵ Então por que no *O Liberal Pernambucano* reclamava-se do “modo bárbaro, e selvagem, de que usaram para o conseguir” a verdade dos escravos? Guardemos, por um instante, a indagação.

No dia 8 de maio de 1854, outro artigo publicado no mesmo jornal, reacende a questão sustentando a denúncia aos procedimentos realizados pelos parentes da vítima. Procedimentos considerados na imprensa liberal como ilegais. “Que atrocidade!”, referia-se ao assassinato que fora perpetrado por Francisca, uma preta pertencente ao vizinho do coronel assassinado. Inclusive, no mesmo artigo, descrevia-se até o ato perpetrado: “a tal negrinha lhe deu a primeira pancada na cabeça com a mão de um pilão na ocasião em que estava sentado à mesa; e depois de o concluírem o sangraram-na nunca”¹⁶. Contudo, contrapunha o artigo: “mas que barbaridade não é também serem açoitados cruelmente inocentes? Qual a lei, que o permite? No entanto, as autoridades continuam a ser espectadores mudos de semelhante cena d’horror, e canibalismo.”¹⁷

De fato, houve uma surra generalizada. Isso é possível identificar tanto nos ofícios do delegado e do juiz municipal, quanto nos artigos do *O Liberal Pernambucano*. Mas, um ano após o ocorrido, outro artigo publicado, dessa vez, no *Diário de Pernambuco*, apresentaria outra versão dos fatos: “não há quem ignore que o juiz municipal recebeu do poder do administrador do engenho todos esses escravos tão vivos e vigorosos, que os mandou amarrar, e julgou-os capazes de vencerem a pé uma viagem maior de 4 léguas;”¹⁸ E ainda mais, não parando por aí: “não há finalmente quem ignore que desses escravos apenas sucumbiu, depois de entrar na cadeia, o feitor de nome Domingos, preto sexagenário, e que este mesmo fora vítima dos maus tratos e bordoadas que na viagem sofrera dos soldados”. A culpa da morte em decorrência de maus tratos recaía agora sobre o juiz, ao invés dos parentes da vítima.

¹⁴ A lei n. 3310 de 15 de out. 1886 revogou esse artigo do Código Criminal. Revogou também a lei de 4 junho de 1835 que impunha essa pena. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>> Acesso em 21 de jun. de 2023

¹⁵ Lei nº 4 de 10 de junho de 1835. Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>> Acesso em 21 de jun. de 2023

¹⁶ *O Liberal Pernambucano*, 8 de maio de 1854. HDBN

¹⁷ IDEM.

¹⁸ *Diário de Pernambuco*, 29 de setembro de 1855. HDBN

E no curso da defesa dos parentes do capitão Francisco, passa-se a denúncia de outros casos ocorridos noutros engenhos, como foi no engenho Miranda “por ocasião de igual assassinato na pessoa do tenente Francisco Tavares de Mello”.¹⁹ “Papa-tabaco”, que assina o artigo, sustentou que se “em Cachoeira houvesse intenção de praticar-se horrorosa e brutal matança de escravos, a exemplo do que se fez em Miranda”²⁰, não teria como ter evitado o juiz municipal e o destacamento que comandava pela demora em terem chegado ao engenho. Por isso, o assassinado não seria Domingos “preto velho, e quiçá um dos mais inocentes, mas, teria sido a cozinheira Francisca, condenada a pena última pelo júri”.²¹ Se houve morte, portanto, foi culpa do juiz municipal que colocou para percorrer a pé uma distância de 4 léguas um escravo feitor sexagenário, de nome Domingos, que teria morrido em decorrência não só da distância, mas das bordoadas que levou no caminho.

Na verdade, a defesa dos parentes do Capitão Francisco publicada no Diário de Pernambuco em setembro de 1855, fazia uma interlocução com outros artigos publicados no *Echo Pernambucano*, jornal também de cunho liberal, cuja edição em específico não tivemos acesso. Porém, nesse do Diário se encontra um ponto basilar de todo o caso. Deixemos que se pronuncie a fonte:

Demais, entendes que, nas circunstâncias atuais do país, deveriam ser tratados a doce de ovos e pão de ló escravos tão perversos, que pelo frívolo motivo de ter seu senhor arrendado um engenho de açúcar e aplicando-os a serviço mais constantes e pesados do que são os de um simples lavrador, que fora ele 8 anos, o surpreenderam por ocasião da ceia, derrubaram-no do assento, a guisa de boi, com uma grossa e pesada mão de pilão descarregada traiçoeiramente sobre o cimo da cabeça, esmagaram-lhe o crânio e a mão direita com a mesma mão de pilão, entumeceram-lhe [sic] o rosto de pancadas e para cúmulo do horror sangraram na nuca.²²

Antes de destrinchar a citação acima, existem dois pontos centrais que precisamos considerar entre as informações recolhidas nos diferentes artigos publicados nos periódicos aqui mencionados. Em primeiro lugar, no que tange às reclamações, publicadas no *O Liberal Pernambucano*, dos açoites perpetrados nos escravos do engenho Cachoeira em decorrência do assassinato do Capitão Francisco, elas parecem demonstrar não apenas uma suposta contradição do sistema, mas também um movimento mais amplo que diz respeito a mudanças na percepção

¹⁹ IDEM.

²⁰ IDEM.

²¹ IDEM.

²² IDEM.

da legitimidade da instituição escravista que, ao longo da segunda metade do século XIX foi sedimentando a base de sustentação do regime até o seu colapso em fins da década de 1880.

É verdade que nesse momento, início da década de 1850, ainda era muito cedo para se constatar um enfrentamento geral ao sistema escravista ao modo como será feito a partir de 1870.²³ No entanto, talvez estejamos diante dos primeiros sinais nesse sentido. Pois, no que estava baseada essa ideia dos escravos, mesmo tendo cometido um crime de tamanha repercussão, estarem protegidos por um suposto devido processo legal, em que os senhores teriam de agir dentro de um limite imposto pela legislação imperial? Outra questão: se a autoridade senhorial se alicerçava essencialmente no direito privado sobre seus escravos, permitindo-lhe em tese – e muitas vezes na prática - qualquer tipo de intervenção, ainda mais numa situação como a que estamos lidando, por que então contestar a surra que os acusados levaram dos parentes da vítima? ²⁴

A resposta pode estar no fato de que “se a fazenda era um domínio e nela o senhor era todo-poderoso, no século XIX”, comenta Maria Helena Machado, “essa realidade deveria ser vivenciada discretamente”. ²⁵ Sobretudo após 1850, um conjunto de legislações oneraram, paulatinamente, o poder do senhor sobre seus escravos, garantindo a estes últimos uma série de direitos costumeiros adquiridos e readquiridos ao longo da vida em cativeiro. Ainda segundo a autora, “a tendência predominante ao longo do século XIX parece ter sido de uma crescente penetração das leis penais na esfera privada, com o objetivo de mediar as relações entre senhores e escravos”. ²⁶

É bastante possível que os liberais tenham só utilizado do caso para promoverem ataques aos seus adversários, sem que a contestação tenha em si ligação com um movimento mais amplo, como apontado. Aliás, conservadores e liberais faziam parte de uma mesma amálgama

²³ A partir de 1870, segundo Angela Alonso, começa no Brasil “um abolicionismo de elite” em que as discussões passam a fazer cada vez mais parte da vida pública, cujo maior símbolo foi a Lei do Ventre Livre. O movimento abolicionista brasileiro, defende a autora: elegeu retóricas, estratégias e arenas conforme a conjuntura política e em atrito com iniciativas de governos e escravistas, operando sucessivamente com flores (espalho público), votos (na esfera político-institucional) e balas (na clandestinidade), num jogo de ação e reação de duas décadas (1868-88). Sobre a votação da lei do Ventre Livre, mote central do desmanche da instituição escravidão, escreveu Angela com base nos escritos metódicos de Rebouças: “proibidos de manifestação verbal, emprestaram do repertório teatral aplausos, bravos, lenços e buquês: das galerias atiraram flores, que atapetaram o chão do recinto, e deram vivas, apesar das campainhadas do presidente da casa”, ver: ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.82.

²⁴ Sobre a autoridade senhorial se alicerçar essencialmente no direito privado sobre seus escravos, ver: CASTRO, Hebe M. Mattos de Castro. **Laços de família e direitos no final da escravidão**. IN: **História da vida privada no Brasil: Império**. Org. Luiz Felipe de Alencastro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁵ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. – 2. Ed., 1. reimpr. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p.76.

²⁶ IDEM, p.79

escravista repleta de casos de roubo de escravos, contrabando, compra e desembarques ilegais e toda sorte de práticas que se davam ao arrepio da lei e em ambos os lados.²⁷ No entanto, é possível também, à luz das constatações de Maria Helena, identificar um movimento inicial nesse sentido na comarca de Goiana no começo da segunda metade do século XIX, momento, lembremos, ainda de grande legitimidade do escravismo.

A utilização desse tipo de reclamação na imprensa - que era a de contestar as ações realizadas em escravizados que cometeram um crime, em outras palavras contestar açoitamentos em cativos assassinos numa sociedade que previa toda sorte de violência contra a esses indivíduos -, sugere que já no início da década de 1850 o poder senhorial estava começando a conviver com delimitações e claro que, tanto liberais, quanto conservadores, iriam se utilizar disso para empreenderem ataques aos seus adversários. Ainda assim, cabe ainda a pergunta: “entendes que nas circunstâncias atuais do país deveriam ser tratados a doce de ovos e pão de ló escravos tão perversos[...]”?

O outro ponto central está relacionado ao questionamento acima. O motivo frívolo exposto no artigo do Diário de Pernambuco nos chama bastante atenção: “de ter seu senhor arrendado um engenho de açúcar e aplicando-os a serviço mais constantes e pesados do que são os de um simples lavrador, que fora ele 8 anos”. Ou seja, o assassinato foi motivado devido a uma mudança no regime de trabalho dos escravizados envolvidos, o que impôs, decerto, rotinas mais penosas em relação as que já estavam submetidos.

Aqui vai mais um ponto central: o caso acima revela que a expansão do parque agro açucareiro pernambucano em meados do século XIX, esbarrou com certos entraves, ou, quem sabe, inconvenientes da ordem dos costumes.²⁸ A mudança, portanto, impactou frontalmente os espaços de autonomia conquistados dentro de um regime de trabalho que levava em consideração apenas a lavoura da cana. O engenho significou, portanto, uma reformulação da exploração do trabalho escravizado que, por sua vez, pôde ter ocasionado uma quebra de expectativas em torno da liberdade, quem sabe até a perda de algum direito costumeiro, como por exemplo, talvez, um dia há mais livre, do que o comum, para poderem tocar alguma lavoura própria.

²⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850 / Marcus J. M. de Carvalho. – 2. Ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

²⁸ Sobre essa expansão e as suas implicações na população escravizada de Goiana, ver o capítulo 2 dessa dissertação.

É claro que se trata de uma situação limite. O assassinato planejado não só por escravizados da vítima, mas em acordo com os de outro senhor e morador vizinho, se apresenta como um ato extremo. Resistir por meio desse tipo de ação não era a regra: mesmo sendo uma possibilidade patente. Não se matavam senhores todos os dias na Mata Norte de Pernambuco, nem em lugar algum do Brasil escravista. Outras formas sutis, portanto, estavam dispersas na vida cotidiana. É também sobre elas que nos debruçaremos neste trabalho.

“NEGRO CRESCEU, APANHOU”: EXPERIÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO.

*“Do Recife p’ra Goiana
Os vale já se acabou;
Carreira de velho é choto
Negro cresceu, apanhou”²⁹*

Numa sociedade em que se previa a posse de uma pessoa por outra, a violência era uma moeda corrente. Um *modus operandi* que imprimiu marcas profundas em todo o tecido social. Os versos acima constatarem bem a assertiva que não era restrita apenas a província de Pernambuco, clarividente, mas a todo o Brasil escravista. Eles evidenciam uma atmosfera coercitiva em que estava submetido o “negro”, termo, aliás, utilizado em meados do século XIX com forte denotação escravista, demarcando a condição de não liberto de um indivíduo.³⁰ É que a exploração da mão de obra escravizada teve como um dos princípios elementares a coerção. Era o fluido que fazia girar a engrenagem da exploração do trabalho escravo; era a base que sustentava a manutenção da posse de uma pessoa por outra.³¹

²⁹ “Insultos contra negros”. Versos do século XIX recolhidos por Pereira da Costa. “Pulavam os ditos picantes, atirados por desdém contra o preto, rimados uns e outros não, mas propriamente em versos, muitos dos quais se perderam, e alguns foram conservados pela tradição oral”, ver: COSTA, Francisco Pereira da. **Folk-lore pernambucano**: subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco 2 ed. – Recife : CEPE, 2004, p. 248

³⁰ CASTRO, Hebe M. Mattos de Castro. op. cit.

³¹ “As plantações, e talvez em particular as plantações de cana-de-açúcar”, afirmou Sidney Mintz, “operariam com o uso da coação e ameaça constante de violência” MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Organização e produção Chistine Rufino Debat. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p.46. De acordo com Jacob Gorender e, nesse ponto em específico, concordamos com ele, “uma das particularidades da violência no escravismo era o direito privado do senhor de julgar o escravo e de submetê-lo a castigo físicos”, ver: GORENDER, Jacob, 1923-2013. **A escravidão reabilitada**. 1 ed. São Paulo : Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016, p.42.

A escravidão do Brasil do século XIX, a partir de 1824, ano da Constituição Outorgada, reafirmou como sustentáculo legal “o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos, assimilados estes, juridicamente, a simples mercadorias”.³² É fundamentalmente no direito positivo que se dá “a continuidade da escravidão na jovem monarquia”.³³ Nesse sentido, a autoridade do senhor se erguia a partir da noção do poder privado deste sobre seus escravos. Hebe Mattos, por exemplo, considera que era isso que definia essencialmente uma ordem escravista: “o poder privado dos senhores sobre seus cativos” transformados em “simples direito de propriedade”.³⁴ Nesse arranjo jurídico de legitimação da escravidão, a violência encontrava um campo fértil de atuação.

No entanto, durante a segunda metade do século XIX, a penetração das leis penais na esfera privada, como ressaltado por Maria Helena Machado, onerará gradativamente, de forma contraditória, o poder do senhor sobre seus escravos, reconhecendo como legítimos direitos costumeiros há muito praticados. Sem contar do compartilhamento, na sociedade escravista brasileira, de noções cada vez mais críticas ao tratamento impiedoso conferidos aos escravos por muitos dos senhores. Aliás, os próprios escravizados já compartilhavam noções sobre o que era aceitável enquanto castigo, impondo limites a atuação do senhor nesse sentido. Essas noções ganharão cada vez mais espaços no percurso da segunda metade do século XIX.

Procurando analisar a partir de outro prisma uma das questões centrais da história da escravidão no Brasil, Silvia Hunold Lara apresentou outra abordagem da *violência* intrínseca ao regime, considerando demandas vindas de baixo, no caso dos escravizados. Possuindo como *locus* de análise a região de Campo de Goitacazes-RJ de fins do século XVIII, a autora sustentou que “os critérios de definições do que era ou não justo ou excessivo, cruel ou benevolente estavam assentados na dinâmica destas relações (cotidianas), no cotidiano de resistências e acomodações, confrontos e solidariedade que aqueles homens e mulheres mantinham entre si”.³⁵ Ou seja, o exercício do poder senhorial também estava assentado numa “pedagogia da violência” que “unia amor e medo, mercê e rigor, e se fazia no interior de uma relação pessoal de dominação que, através de suas mediações, possibilitava um afastamento senhorial do exercício direto dos ‘excessos’ e ‘abusos’”.³⁶

³² CASTRO, Hebe M. Mattos de Castro. op. cit., p. 341.

³³ IDEM.

³⁴ IDEM.

³⁵ LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p.342.

³⁶ IDEM.

Maria Helena Machado foi na mesma linha quanto a isso, demonstrando, a partir de casos concretos recolhidos em processos criminais envolvendo escravizados, uma economia particular do castigo: “no interior [das] relações sociais de trabalho profundamente tensas é que se insere a problemática da disciplina e de uma economia particular do castigo”. Essa constatação se baseia no fato de que:

[...] entre as expectativas senhoriais do rendimento econômico do escravo e as possibilidades materiais e emocionais dele em cumpri-las, criou-se uma margem, mais ou menos incerta, de tensões e negociações. Escravos e senhores viram-se compelidos a se mover nessa zona sombria, desenvolvendo, cada um dos contendores, estratégias que lhes permitissem experimentar os limites do outro e, talvez, avançar alguns passos.³⁷

As constatações das autoras acima estão, de modo geral, relacionadas a reviravolta da historiografia da escravidão ocorrida na década de 1980, momento em que historiadores e historiadoras - influenciados por mudanças contextuais, tanto a nível global quanto interno, seja no campo político ou no que se refere à historiografia ocidental -, começaram a refutar as teses levantadas pela Escola Paulista de Sociologia.³⁸ Em artigo publicado em 1988, ano símbolo da virada historiográfica, disparou Maria Helena P. T. Machado:

Novas tendências historiográficas têm redundado num alargamento do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil à medida que superam modelos cristalizados nos quais a escravidão por explicada de antemão prescindia de estudos localizados e relegava ao escravo o papel de figurante, incapaz de interagir eficazmente no processo histórico.³⁹

Com influências não só dos textos de Edward Palmer Thompson, mas de uma literatura estadunidense e francesa, além das propostas metodológicas advindas da micro história italiana, os trabalhos sobre a escravidão no Brasil deixaram de lado a ênfase no que antes foi definido como “forças históricas objetivas”, e deram espaço para uma ênfase na subjetividade, criatividade e ação do sujeito histórico.⁴⁰ Emerge, portanto, como princípio de análise, a ideia do escravizado enquanto agente ativo, que tinha consciência de sua vida e da possibilidade de

³⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. op.cit., p.69.

³⁸ De acordo com Luis Claudio Palermo, a Escola Paulista de Sociologia se definia “pelo predomínio de uma interpretação ancorada numa vertente do marxismo que questionou as teses de Freyre e influenciou, por conseguinte, alguns sociólogos brasileiros a pesquisa sobre a escravidão nos anos 1960/70” Ver: PALERMO, Luis Claudio. **Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais.** Dimensões, v. 39, jul. – dez. 2017, p. 324-347. ISSN: 2179-8869, p. 331.

³⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. **Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão.** Rev. Bras. De Hist. S. Paulo. v. 8 n 16 pp. 143-160 mar.88 / ago.88, p. 144

⁴⁰ Sobre essa discussão ver: LARA, Silvia Hunold. **Blowin’ in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil.** Proj. História, São Paulo, (12), out. 1995

melhorá-la, que se utilizava de estratégias, que formava alianças, redes de solidariedades das mais diversas, que construía autonomia e que resistia.⁴¹

Em resumo, o que estava em jogo era a noção ampliada de resistência escrava; a utilização cada vez mais ampla do conceito de autonomia; a tentativa de recuperar vozes da liberdade; a ênfase nos estudos demográficos sobre a família e dos estudos qualitativos sobre o mesmo tema. Sem contar no enfoque do “papel dos cativos” e de sua cultura.⁴² Vale muito bem salientar que tais questões só puderam vir à tona depois da releitura das fontes até então utilizadas, além do uso de outras não trabalhadas, que por sua vez, só foram possíveis ante a possibilidade de se utilizar novos procedimentos teórico-metodológicos de análise.⁴³

A influência da História Social Inglesa - além da literatura estadunidense e francesa, não se esquecendo da micro-história italiana -, foi imprescindível no processo de reconfiguração do paradigma historiográfico, resultando na mudança do quadro teórico e metodológico. Em se tratando da influência da obra de E. P. Thompson, os historiadores brasileiros começaram a mudar o foco de análise, antes centrado nas questões de infraestrutura econômica. A partir de então, uma “história vista de baixo” começa aparecer e, nesse sentido, “a ‘inclusão dos excluídos’ vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo”.⁴⁴

Aliás, o binômio “senhor-escravo” ganha contornos interpretativos diferentes dos que compreendiam que a violência inata ao sistema escravista restringia qualquer espaço de atuação do escravo, levando as últimas consequências a ideia do escravo-coisa.⁴⁵ Nessa última acepção, o poder senhorial, pautado na coação e ameaça constante da violência, circunscrevia a vida do escravo de tal modo que neutralizava qualquer que fosse a vontade própria do mesmo.⁴⁶ Silvia

⁴¹ Stuart B. Schwartz tece um comentário importante para compreensão dessa nova historiografia: “a nova historiografia da escravidão brasileira deixa clara a importância de se compreender a organização da escravidão e seu funcionamento tanto como forma de trabalho quanto como sistema social e cultural para que seja possível entender suas consequências teóricas e sistêmicas mais amplas para a compreensão da história do Brasil e de seu lugar dentro do desenvolvimento da economia mundial”. SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. - - Bauru, SP : EDUSC, 2001, p. 29.

⁴² PALERMO, Luís Claudio. op., cit. PALERMO, Luis Claudio. **Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais**. Dimensões, v. 39, jul. – dez. 2017, p. 324-347. ISSN: 2179-8869.

⁴³ Artigo de grande impacto nesse sentido foi o de Robert Slenes, ver: SLENES, Robert W. **O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX**. Estudos Econômicos 13 (1): 117-149 Jan./Abr. 1983.

⁴⁴ “Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração”, ver: LARA, Silvia Hunold. op. cit., 1995, p.46.

⁴⁵ Sobre a crítica a essa noção do escravo-coisa, ver: CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.36.

⁴⁶ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1985.

Lara em fins da década de 1990, porém, alertou para o contrário: “homens e mulheres que, como escravos, impunham limites à vontade senhorial, possuíam projetos de ideias próprios, pelos quais lutavam e conquistavam pequenas e grandes vitórias”.⁴⁷

O conceito de *paternalismo* também foi revisitado, explorando-se as interpretações que os escravizados faziam dessa relação. De acordo com Silva Lara: “os escravos traduziam o paternalismo numa doutrina diferente da imaginada pelos senhores e as conexões senhoriais transformavam-se em conquistas obtidas arduamente e que deviam ser mantidas como ‘direitos’”.⁴⁸ As noções de consenso e contratualidade, além das de autonomia, resistência e negociação passaram a ser empreendidas como ponto central da investigação histórica.⁴⁹ Quanto à ideia de resistência, ela deixou de ser encarada apenas enquanto ruptura drástica com o sistema, a exemplo dos quilombos. Atos mais ou menos sutis foram levados em consideração, como por exemplo, a sabotagem, “o corpo mole” e toda a estratégia de onerar o poder do senhor, abrindo-se assim espaços para negociações, ainda que instáveis e incertos fossem.⁵⁰

Longe de uma “escravidão reabilitada”⁵¹, a existência de espaços de negociações, de contratos diversos e de resistência, não eliminou, porém, o caráter violento do sistema escravista. A atmosfera coercitiva era uma realidade mais que evidente: era incontestável. Contudo, isso não limitou o escravo de agir, de ser um sujeito dotado de uma história própria. A violência disseminada em todos os poros da relação senhor-escrava não restringiu, portanto, a contestação ao regime e às vontades senhoriais. Como ressalta Sidney Chalhoub, “a violência da escravidão não transformava os negros em seres ‘incapazes de ação autônoma’, nem em

⁴⁷ LARA, Silvia Hunold. op. cit., 1995, p. 47

⁴⁸ IDEM, p.47.

⁴⁹ De acordo com Maria Helena Machado, “conceitos como os de resistência e autonomia entre os escravos têm sido reiteradamente apontados como núcleos centrais para a reconstituição de uma história preocupada em reverter as perspectivas [historiográficas] tradicionais e integrar os escravos em seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores da instituição [escravista]. Baseados numa visão integracionista da sociedade escravista, alguns estudiosos têm sugerido que os grupos [de] escravos, na busca de forjar espaços de autonomia econômica, social e cultural, interagiram com o regime de trabalho [...] moldando [...] o sistema escravista que procurava reduzi-los a meros instrumentos de produção das riquezas coloniais”, ver: MACHADO, Maria Helena P. T. op. cit., 1988, p.143-160.

⁵⁰ Ver, por exemplo: SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista** / Eduardo Silva, João José Reis. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Outro trabalho que influenciou bastante a reformulação da noção de resistência foi o de Maria Helena Machado, ver: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830 – 1888**. São Paulo : Brasiliense, 2018.

⁵¹ Termo cunhado por Jacob Goronder numa crítica às noções de violência, acomodação e resistência disseminadas sobretudo, de acordo com Goronder, pelo “Departamento de História da Unicamp”. Segundo o autor, a nova historiografia da escravidão no Brasil promoveu um verdadeiro retorno a Gilberto Freyre e a sua noção de paternalismo. ver: GORENDER, Jacob, op.cit. Ver especialmente o capítulo: “Violência, consenso e contratualidade”. Silvia Hunold Lara, talvez a que mais sofreu com a crítica devido as redefinições do conceito de violência, rebateu com ímpeto: “alguns incautos, talvez mais afeitos às acirradas contendas entre militantes em busca da linha justa, foram achando que se estava voltado ao paternalismo de Gilberto Freyre. Ledo engano”, ver: LARA, Silvia Hunold. op. cit., 1995, p.48.

passivos receptores de valores senhoriais, nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis”.⁵²

O caso do assassinato do capitão Francisco exposto no início é uma prova contumaz da agência escrava demonstrando que os cativos não estavam inseridos numa passividade incontornável, além de um indicador importante no que diz respeito às limitações das vontades senhoriais. Ficou evidente que os escravizados poderiam recorrer a atitudes violentas para assegurar os seus propósitos, para, portanto, defender espaços sociais conquistados. Afinal, o trabalho no engenho pode ter significado a perda de direitos atrelados ao regime de trabalho que estavam acostumados.

No entanto, convém reiterar que essas atitudes não eram a regra. Havia outras formas de resistir. Como ressaltam João José Reis e Eduardo Silva: “em geral, atitudes extremas como fugas, crimes, suicídios só entravam em cena quando a negociação falhava ou não acontecia por intransigência senhorial ou impaciência escrava”.⁵³ Sendo assim, o assassinato em questão pode ter sido fruto de uma falha na negociação entre o senhor e os escravos do engenho Cachoeira. Aquele ultrapassou os limites aceitáveis de exploração do trabalho escravizado e terminou pagando com a própria vida.

Numa região como a comarca de Goiana que, desde o século XVI, se desenvolveu como centro produtor de açúcar, as negociações foram regras ao invés de exceções. Produzir açúcar, “uma das tecnologias mais complexas da época [...] não seria simplesmente viável sem uma negociação, um acordo sistêmico qualquer entre senhores e escravos”.⁵⁴ Isso porque o risco de boicote era iminente. De acordo com Stuart Schwartz, “a sabotagem era um perigo constante. Fagulhas nos canaviais, limão nas tachas, dentes quebrados na moenda. Tudo poderia arruinar a safra”.⁵⁵ Numa realidade como essa, “nem sempre os poderosos senhores, ou seus prepostos, conseguiram, mesmo no campo estrito da produção, impor suas vontades, ritmos e interesses”.⁵⁶

Na procura das ações de resistência mais sutis no interior dos canaviais de Goiana, utilizaremos a interpretação de Maria Helena Machado, quando diz que “resistir significa impor determinados limites do poder do senhor, onerá-lo em sua amplitude, colocar à mostra suas inconsistências”.⁵⁷ Diante do exposto, cabem as perguntas: até que ponto o exercício do poder

⁵² CHALHOUB, Sidney. op.cit., p.42.

⁵³ SILVA, Eduardo. op.cit., p.19.

⁵⁴ IDEM, p.18.

⁵⁵ SCHARTZ, Stuart B. op.cit., 1988.

⁵⁶ SILVA, Eduardo. op.cit., p.19.

⁵⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. op.cit., 2018, p.30.

senhorial poderia ser cerceado, onerado em múltiplas formas? Até onde os escravizados poderiam ir nesse intuito? Que contexto social esses escravizados que resistiam estavam inseridos? Bem, durante uma parte específica desse trabalho, tentaremos analisar as nuances do exercício do poder senhorial, demonstrando que negociações, conflitos e resistências permeavam a Mata Norte de Pernambuco entre 1850 e 1875.

Acreditamos que nesse período os espaços de negociações e resistências tiveram cada vez mais importância para vida em cativeiro, dando forma e sentido a liberdade, cujo significado e sentido tiveram que lidar com um novo contexto social específico. Tais espaços não eram apenas convertidos em atos extremos como o que descrevemos, mas utilizados para tecer acordos diversos, ainda que a balança pesasse quase sempre para o lado do senhor. Durante a existência da escravidão, como nos lembra Maria Helena Machado:

[...] floresceram no Brasil [...] inúmeros “contratos” entre senhores e escravos, regulamentados não mais que por leis costumeiras ou direitos adquiridos na vida diária, acordos extremamente variáveis segundo as regiões geográficas, as adversidades da produção, mas que, entretanto, parecem ter evoluído ao logo do tempo, tornando-se, no Oitocentos, um caudal crescente de reivindicações escravas.⁵⁸

Essas “experiências” da vida em cativeiro se apresentam como ferramentas de análise capazes de fornecer os elementos necessários para o estudo da vida de homens e mulheres escravizados, colocando-os no centro da abordagem enquanto sujeitos que tinham as suas próprias histórias. Partimos das ideias de E. P. Thompson que considera a categoria *experiência*, por mais imperfeita que seja, como “indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.⁵⁹

No estudo sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson priorizou uma análise que estivesse fora do modelo marxista ortodoxo da base-superestrutura, estático e determinista por definição, pois não dava lugar ao movimento, ao processo histórico, e restringia as ações de homens e mulheres. Ao contrário, sua proposta centralizou-se na experiência da vida concreta dos trabalhadores. O conceito de experiência, portanto, assume uma posição fundamental, pois:

⁵⁸ IDEM, p.64.

⁵⁹ THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.15

Os homens e mulheres [...] retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeito autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura.⁶⁰

É por meio da identificação e análise das experiências que poderemos fornecer uma história da escravidão na comarca de Goiana sob a ótica dos homens e mulheres que viveram em cativeiro.⁶¹ Parafrazeando E. P. Thompson, proponho trazer ao centro da discussão o escravizado que, por algum motivo, fugiu dos seus senhores; a escravizada que através de muita labuta conseguiu comprar sua alforria e a dos seus filhos; o liberto pobre que conviveu com o risco iminente da escravização ilegal. Suas astúcias, habilidades e estratégias podem ter-se tornado moribundas ou retrógradas. Seus laços de cumplicidade podem ter-se tornado fantasias. Seus levantes que resultaram em mortes de senhores, administradores e feitores, podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesse período escravista. Nós, não.

Aqui cabe também um brevíssimo adendo em relação ao conceito de *agência* empregado nesta pesquisa. A ideia de procurar possíveis “referenciais de agenciamento” nas variadas fontes que tivemos acesso está ligada ao conceito de *agency* proposto também por E. P. Thompson.⁶² De forma sucinta e objetiva, o uso do conceito se dá na tentativa de estudar as experiências de sujeitos escravizados que criaram, através de suas vontades, como seres racionais que eram, suas próprias histórias. Diante disso, é preciso levar em consideração o fato de que apesar das limitações impostas, a ferro e fogo, pela sociedade escravista, esses mesmos sujeitos formularam estratégias para superá-las.

Mas, é preciso tomar cuidados para não incorremos em anacronismos. O uso do conceito precisou de ressalvas, pois, basta um descuido e fará apenas sentido para o historiador que o utiliza, ao invés de revelar os significados das ações daqueles que estudamos: os escravizados. Não devemos encarar as ações dos escravizados, ou dos livres e libertos pobres, a partir do que

⁶⁰ IDEM, p.182. Voltam não como sujeitos autônomos, pois, como lembrou Karl Marx: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, ver: MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. ed. 1. São Paulo: Boitempo, 2015, p.38. Sobre a pesquisa histórica empreendida por E. P. Thompson, ver: THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987; THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987b.

⁶¹ Nesse sentido, desconsideramos uma abordagem em que “a escravidão teria aniquilado as pessoas e sua cultura, restando a fragmentação e o vazio produzidos por uma dominação inexorável”, ver: CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶² THOMPSON, E. P. **Agency and Choice** – I. A Reply to Criticism. From *The New Reasoner*, N.5, Summer 1958, pp.89-106.

queremos reconhecer como uma atitude agenciadora.⁶³ Devemos, aí sim, construir estratégias de análise que possam nos dá subsídios para entender os significados dessas ações no contexto que elas se dão. Pois, o que as pessoas pensavam a respeito de si e dos outros no século XIX está bem distante, em forma e em conteúdo, do que pensamos hoje, no XXI.

A proposta de análise, portanto, é uma história vista de baixo que privilegia o subalterno, no nosso caso o escravizado e a escravizada, além dos livres e libertos de cor, entendendo-os como sujeitos históricos e como partes integrantes de uma sociedade escravista complexa e hierarquizada.⁶⁴ No decorrer dos capítulos, ficará evidente a ênfase nos detalhes, nos rastros deixados em documentos que não foram feitos, em última instância, para postergar memórias ao presente. Na tentativa de dar voz aos escravizados, centralizaremos nossos esforços nos resíduos e nos dados marginais, aparentemente negligenciáveis, mas que podem nos remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente.

Ao eleger o sujeito escravizado como ponto central de nossa análise, não se pode tergiversar às questões do território das populações de livres, libertos e escravizados. Aos poucos ficará claro que as experiências da escravidão e da liberdade devem ser analisadas em seu habitat natural. Em outras palavras, no palco social em que foram empreendidas. Por isso que nos dedicamos uma parte para tratar desses assuntos.

Aliás, a pesquisa aqui exposta se divide em duas partes centrais. A primeira trata do território compreendido por comarca de Goiana, de suas populações de livres, libertos e escravizados e das configurações da posse de escravos numa zona agroexportadora tão antiga quanto o próprio Brasil. Na segunda parte, a experiência da escravidão ganha personagens que contam suas próprias histórias, repletas de resistências e de imposições de limites ao poder senhorial naquela sociedade escravista. Histórias de contestações, e de perigos também.

A metodologia aplicada às fontes tem como alicerce a micro história, mais especificamente o “método *morelliano*” que, com o objetivo de remontar a “uma realidade complexa não experimentável diretamente”, tem como ponto de partida “dados aparentemente

⁶³ Sobre a crítica ao uso indiscriminado do conceito de agency, ver: JOHNSON, Walter. **On agency**. Journal of Social History, v. 37, n. 1, special issue, p. 113-124, outono 2003.

⁶⁴ De acordo com Jim Sharpe, o termo “história vista de baixo” “surgiu em 1966, quando Edward Palmer Thompson publicou um artigo sobre “*The History from below*” em “*The Times Literary Supplement*”. Daí em diante, o conceito da história vista de baixo entrou na linguagem comum dos historiadores”. Ainda segundo o autor, “essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa, e acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história”, ver: SHARPE, Jim. A história vista de baixo. IN: **A escrita da história: novas perspectivas** / Peter Burke (org.); São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 40-41

negligenciáveis”.⁶⁵ Apesar da micro-história ser “essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas”⁶⁶, tentaremos concentrar nossos esforços numa análise que privilegie uma “descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritos e opressivos”.⁶⁷

Desse modo, daremos destaques às ações sociais desses sujeitos, através da premissa de que:

[...] toda a ação social é vista como o resultado de constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante obedece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais⁶⁸

O censo de 1872 e a Lista de Matrícula de 1873, além de outras estimativas populacionais, como a que foi formulada pela delegacia de Goiana em 1860, aliado aos trabalhos que já se debruçaram sobre população de livres, libertos e de escravizados em Pernambuco e no Brasil, são as principais fontes nesse assunto. Já os inventários de goianenses feitos entre 1860 e 1875 ajudaram a entender melhor não só as estruturas de posses de escravizados numa zona agroexportadora, como também possibilitaram identificar inúmeros arranjos agrários que conviviam com a *plantation*, o que aponta, portanto, para experiências distintas

Porém, muito dos temas e questões que emergirão nesse trabalho partiram dos ofícios de delgados de polícia de Goiana que se deram entre 1850 e 1888. Reunidos no código da Secretaria de Segurança Pública do Arquivo Público Estadual José Emerenciano, foram cruciais para puxar diversos fios de novelo. Fragmentos de histórias que quando alinhadas com outras evidências, reproduziram uma trama inteira.

O auto de perguntas realizado em 1868 pelo delegado Antônio Guedes Gondim, nas dependências da delegacia de Goiana, por exemplo, nos revelou Arcanja e Manuel que nos contam sobre a liberdade precária e os limites do poder senhorial no interior de uma *plantation*.

⁶⁵GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário.** Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 198. p. 152.

⁶⁶LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. IN: **A escrita da história: novas perspectivas** / Peter Burke (org.); São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 135.

⁶⁷ IDEM, p.137.

⁶⁸ IDEM.

Esse procedimento foi usado nas mais variadas evidências das experiências da escravidão e da liberdade na Goiana de meados do século: “[...] fragmento ou retalhos de experiências espalhados em fontes documentais” que ajudaram “a recompor outras fascinantes histórias”.⁶⁹

Os anúncios de fugas publicados no Diário de Pernambuco entre 1850 e 1888 fundamentaram todo um capítulo sobre fugas em Goiana. Como ressalta Marcus Carvalho, eles têm “certa objetividade que às vezes falta a outras fontes”, pois, “[...] quanto mais precisa fosse a descrição do fugitivo, maiores seriam as chances de ser reconhecido nas ruas [...]”.⁷⁰ É um tipo de fonte que muitas vezes expõe aspectos importantes no que diz respeito às ações de sujeitos escravizados, bem como as relações com seus familiares, com amigos livres ou libertos e, sem dúvidas, com o seu senhor.

Outras fontes, como por exemplo, os relatórios de presidentes de província da segunda metade do dezenove, também serão utilizados para desvendar e analisar as experiências da escravidão. E claro, os periódicos da época permearão inúmeras discussões. Onde caiu uma notinha sobre Goiana, lá estava eu transcrevendo para analisar os rastros e pistas deixadas por homens e mulheres daquele tempo.

Distanciando dos referenciais teórico-metodológicos formais expostos acima, peço licença para uma elucidação importante: minha perspectiva metodológica, além de meu traço narrativo, fez ainda mais sentido quando li uma resposta do escritor alagoano, Graciliano Ramos, ao repórter Joel Silveira em 1969. Certa vez, numa conversa matinal, Graciliano falou-me sobre o ofício de escrever: “deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Sabe como elas fazem?”, Joel respondeu que não e de pronto escutou que:

Elas começam com uma primeira lavada. Molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Depois colocam o anil, ensaboam, e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Depois batem o pano na laje ou na pedra limpa e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar.⁷¹

⁶⁹ FRAGA, Walter Filho. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). - 2ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.21

⁷⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850** / Marcus J. M. de Carvalho. - 2. Ed. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 258.

⁷¹ RAMOS, Graciliano, 1892-1953 **Linhas tortas** / Graciliano Ramos. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2016.

Esse foi o meu empenho ao manusear as fontes que utilizei para esta pesquisa. Molhei-as, torcia-as uma, duas, três vezes. Ensaboei-as com o anil da história social, depois enxaguei-as; bati na laje, na pedra limpa, torci-as quantas vezes fosse possível até não pingar uma só experiência, uma só ação, gesto ou detalhe da vida em cativeiro. Depois de tudo isso é que as pendurei no varal; depois de tudo isso é que, por fim, transformei-as em Histórias que se deram num período particular do Brasil, de Pernambuco e de Goiana.

O recorte escolhido, 1850 a 1875, revela mudanças sociais específicas que pautaram o início contundente da desarticulação do sistema escravista, tanto por meio do Estado imperial através de seus agentes, quanto por meio de ações individuais e coletivas de escravizados, livres e libertos, que pressionavam pelo fim do regime. Em 1850, o fim definitivo do tráfico de africanos interrompeu novas levadas de novos escravizados, o que veio a interferir no modo como os senhores tratavam seus escravizados, haja vista o aumento significativo do preço e, a partir de da década de 1870, a escassez desse tipo de mão de obra que passou a imperar.

Em 1872, foi promulgada a lei do Ventre Livre, uma lei que “representou o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos vinham adquirindo pelo costume”⁷², como por exemplo o direito ao pecúlio e a alforria por indenização de preço. Aliás, é sobretudo nesse período que se alastra “uma crescente penetração das leis penais na esfera privada, com o objetivo de mediar as relações entre senhores e escravos”⁷³, o que acarretou numa oneração do poder senhorial.

No que tange a Pernambuco em específico, constata-se um crescimento importante da população de escravizados que se dará com mais ênfase na Zona da Mata, a zona canavieira por excelência. Crescimento que estará, inclusive, aliado à expansão do parque agro açucareiro da Mata Norte, revirando as expectativas da liberdade da população escravizada, que vai cair depois de 1875, ainda que com fortes resistências: momento em que os senhores trocaram o prestígio de ter escravos por ter trabalhadores livres em regime de dependência. Esses movimentos afetaram em cheio as experiências da escravidão.

No primeiro capítulo, *A comarca de Goiana: território e população livre e liberta na segunda metade do século XIX*, discutiremos sobre o território da comarca de Goiana na segunda metade do século XIX. O objetivo foi demonstrar, primeiramente, que a região em

⁷² CHALHOUB, Sidney. op.cit., p.27

⁷³ MACHADO, Maria Helena. P. T. op.cit., 2018 p.79.

questão foi forjada desde o século XVI através da plantação de cana e produção de açúcar alicerçado no trabalho escravo. Para isso lançamos mão da ideia de *invenção de Goiana*. Ao analisar o território na segunda metade do século XIX, procurou-se demonstrar que se tratava de algo fluido, ao invés de engessado e parado no tempo. Mudava conforme as correlações de forças e as necessidades dos políticos locais em empreenderem seus projetos de poder. Além do mais, a compreensão mais detalhada desse território fluido, nos ajudará a entender melhor a sua população de livres e libertos no mesmo período, dando ênfase a população parda e aos significados dessa categoria no Brasil de meados do século XIX.

No segundo capítulo, *Território, população e estrutura da posse de escravizados*, nos debruçaremos sobre a população escravizada que, ao contrário do que se imagina, cresceu na década de 1860, chegando ao apogeu em meados da década seguinte. Faremos também uma discussão a respeito da estrutura da posse de escravizados numa região agroexportadora pernambucana. O estudo de inventários *post-mortem* (1860-1875) e de uma lista nominativa realizada em 1860 pela delegacia local nos deu margem para desconstruir uma imagem equivocada da região. A alta incidência de pequenas posses e de diversos arranjos produtivos aliados a *plantation* indicam que o sistema era muito mais heterogêneo do que geralmente se imagina, e que havia variadas experiências da escravidão e da liberdade dentro de uma região específica feita a comarca de Goiana.

No terceiro capítulo, *Goiana na rota da fuga: caminhos, experiências e liberdades na Zona da Mata Norte pernambucana*, analisaremos os exemplos concretos de experiências da escravidão e da liberdade, demonstrando espaços de autonomias e resistências através do estudo dos anúncios de fugas de escravos. Estabelecendo conexões com outras fontes, e alinhado com a historiografia da escravidão, levaremos bem a sério a proposta baseada nas palavras de Graciliano Ramos: os anúncios foram torcidos na exaustão de modo a não deixar escapar qualquer indício da experiência do escravo ou da escrava em fuga. Como rota de fuga, Goiana aparecerá como um grande epicentro entrecruzado de caminhos diversos, utilizados para a manutenção de laços familiares e de amizade, bem como para a efetivação de projetos de liberdades possíveis.

No quarto e último capítulo, *No rastro das liberdades precárias*, caminharemos nos rastros de Arcanja, uma mulher liberta natural do Crato-CE e presa em Goiana por suspeita de ser escrava fugida, e de Manoel, um menino órfão, que foi submetido ao trabalho forçado apesar de ter nascido de ventre livre. Analisaremos a liberdade precária aliada a escravização ilegal em meados do século XIX, demonstrando, através de um estudo de caso, como esse processo

afetava a população de cor. Para isso, faremos o uso intensivo das fontes disponíveis, dando ênfase às correlações entre elas, aos “fios e os rastros” explícitos ou não, aos índices e pistas nas entrelinhas ou que emergem mais facilmente nos ofícios policiais, nos artigos de jornais, nos livros de memória ou de genealogia.

A inspiração para acompanhar a história de Arcanja proveio do caminho narrativo trabalhado por João José Reis. Desse modo, ficará visível que nossa personagem sairá frequentemente de cena “para dar lugar ao seu mundo e a outros personagens que o povoam, através dos quais sua história é em grande medida contada”.⁷⁴ Assim, tentaremos reconstruir contextos, atmosferas políticas e sociais que possam nos revelar o ambiente específico de meados da segunda metade do século XIX, marcado por aspirações variadas que serão imprescindíveis na reconstrução de históricas como a que vamos apresentar aqui.

⁷⁴ REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo : Companhia das Letras, 2008, p.16

2 A COMARCA DE GOIANA: TERRITÓRIO E POPULAÇÃO LIVRE E LIBERTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

Quando Henry Koster visitou a então vila de Goiana na década de 1810, não deixou de registrar suas impressões que, numa olhadela sem compromisso, nos fazem acreditar numa Goiana potência econômica, cujo papel na história não poderia ser outro senão o de cidade mais importante de Pernambuco depois de Recife:

A vila de Goiana, uma das maiores e mais florescentes da Capitania de Pernambuco, é situada sobre uma margem do rio do mesmo nome, em uma grande curva nesse local, quase a rodeando. As casas, com uma ou duas exceções, têm apenas um andar. As ruas são largas, mas não são calçadas. Uma das principais é tão ampla que admitiu a construção de uma grande igreja numa das extremidades, e a extensão da rua é considerável em ambos dos lados do edifício. A vila possui o convento dos Carmelitas e várias outras casas destinadas ao culto. Os habitantes são de quatro a cinco mil e esse número cresce diariamente. Há também lojas e o comércio com o interior é intenso. Nas ruas sempre são encontrados numerosos matutos, camponeses que vêm vender seus produtos e comprar objetos manufaturados de que têm necessidade. Nas imediações existem muitos e excelentes canaviais. Creio que as melhores terras da província estão nesses arredores. Os proprietários residem, parte do ano, na vila, e a comunicação estabelece rivalidade entre as famílias, determinando acréscimo de despesas, sendo beneficiada a vila com o aumento do consumo dos objetos de luxo. Os agricultores têm a vantagem do transporte por água, para Recife, de suas caixas de açúcar. O rio é um dos maiores, em várias léguas ao norte e sul, e é influenciado pela maré, até pouca distância abaixo da vila.⁷⁵

As palavras de Koster serviram como um deleite aos historiadores locais preocupados em encontrar um lugar de esplendor de sua terra natal na história de Pernambuco e do Brasil. “Econômica e socialmente era Goiana nos fins do século passado, a mais próspera cidade de Pernambuco, depois da capital”, disse Paulo Cavalcanti em “Eça de Queiroz: agitador no Brasil”. “Por sua posição geográfica”, afirmou ainda, “Goiana tornara-se o foco das atividades econômicas de uma vasta região de Pernambuco, abrangendo o município de Nazaré e interessando as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí”.⁷⁶ Não foi só este autor que, no século passado, fez ecoar a todo custo a imponente social e econômica da cidade de Goiana durante o século XIX.

Não é raro encontrar coisas do tipo: “Goiana rivalizava-se com a capital. Depois do Recife era a cidade mais importante de Pernambuco, pelo seu desenvolvimento, progresso e,

⁷⁵ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942, p.82.

⁷⁶ CAVALCANTI, Paulo. **Eça de Queiroz, agitador no Brasil**. 3.ed. Editora Guararapes. Recife, 1983, p.141

sobretudo, pelo seu nível cultural, com jornal diário, sociedades culturais e artísticas”, frisou, na mesma linha, Octávio Pinto em “Velhas Histórias de Goiana”.⁷⁷ Constatações como essas ajudaram a criar uma imagem generalista da região, como se ela fosse sempre superior e progressista no século XIX. Uma verdadeira locomotiva econômica no norte de Pernambuco, ainda que, por ironia, a estrada de ferro da Great Western tenha passado longe.

Ângelo Jordão Filho foi, digamos, um tanto mais cuidadoso. Em “Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana”, como o nome da obra já sugere, não esqueceu de pontuar o declínio da cidade em fins do século XIX. Segundo o autor, os eventos da Patriotada⁷⁸, que culminaram na expulsão dos abastados comerciantes portugueses e de seus descendentes que atuavam na cidade, mais o fato da elite política local não ter conseguido articular, de modo efetivo, as relações de força para fazer com que a estrada de ferro passasse por Goiana no último quartel dos oitocentos, formaram a equação central que resultou no declínio da cidade no final da segunda metade daquele século.⁷⁹

Ocorre que, olhando com cuidado, fica evidente o fato de que nem tudo eram flores. Havia muitos problemas e basta ler os relatórios dos Presidentes da Província e os vários artigos publicados em periódicos da época, para constatar as inúmeras complicações administrativas, as constantes adversidades e transtornos infraestruturais que permearam a cidade no decorrer do dezenove. A declaração do Pastor Daniel P. Kidder, que visitou Goiana na década de 1830, é um bom ângulo para começarmos, de uma vez por todas, a perceber a região longe das afirmações generalistas de potência econômica:

Seriam mais ou menos cinco horas da tarde quando avistamos Goiana, cidade antiga e famosa nos anais da história do Brasil. Vista à distância, apresenta um aspecto encantador, mas inteiramente diverso da realidade. Ao entrarmos na cidade é que vimos quão suja e miserável era ela. Pode-se dizer que o único prédio que não estava em decadência era o da cadeia porque ainda andava em construção. Em matéria de desordem e falta de asseio, esse lugar ultrapassava em muito todos os outros em que até então tínhamos estado. Logo que apeamos, fomos dar uma volta pela cidade, esperando que ao regressarmos encontrássemos as coisas mais bem dispostas, na casa. Enganamo-nos, porém, pois as alterações feitas foram para pior. Nosso quarto, que parecia ser o melhor da casa, fora atulhado com quatro ou cinco arreios e cangalhas, e, a um canto, uma galinha agasalhava sob as asas uma ninhada de pintainhos. A única janela do cômodo, aberta na parede oposta, estava apinhada de gente

⁷⁷ PINTO, Octávio. **Velhas Histórias de Goiana**. Casa Editora Vecchi Ltd. Rio de Janeiro, 1968, p.152.

⁷⁸ A Patriotada em Goiana ocorreu em 1872 e cuja consequência foi o espancamento dos comerciantes portugueses por comerciantes locais, culminando na expulsão dos primeiros. Sobre este assunto, ver: JORDÃO FILHO, op. cit.; CAVALCANTI, Paulo. **Eça de Queiroz, agitador no Brasil**. 3.ed. Editora Guararapes. Recife, 1983.

⁷⁹ Ver: JORDÃO FILHO, op. cit. p.241.

que olhava para a rua. Não tentaremos, porém, descrever o bando de crianças maltrapilhas e nuas, pretas e brancas que corriam pelas ruas.⁸⁰

É bom lembrar logo de início que não estamos atrás desses embrulhos, tampouco das glórias socioeconômicas, ainda que, de alguma forma, precisaremos expô-las em alguns momentos. Na verdade, estamos interessados, aí sim, em recuperar certos contextos que nos serão úteis na investigação das experiências da escravidão e das liberdades na Mata Norte de Pernambuco no percorrer da segunda metade do século XIX, momento da desarticulação da instituição escravidão aliada a proliferação das lutas emancipatórias.

2.1 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE PARA ALÉM DO SENSO COMUM

Dito isso, o objetivo aqui não é provar que Goiana era ou não uma força econômica do século XIX na Mata Norte pernambucana. Mesmo assim, há de se concordar que ela possuía, num dado momento específico, uma importância significativa no cenário socioeconômico da província. Não fosse assim, talvez, não teria despertado a pena de Tollenare ou a de Kostter, que a visitaram na década de 1810, tecendo-lhe alguns elogios. A ideia aqui é, portanto, explanar a respeito das características - que julgamos úteis - do território que escolhemos para empreender nossa pesquisa: a comarca de Goiana. E, nesse percurso, não nos furtaremos das descrições sobre o espaço urbano e mercantil, ainda que lembrando sempre: a paisagem era mesmo rural e escravista.

No século XIX, o território compreendido por comarca de Goiana tinha como essência uma definição judicial, embora carregasse uma dimensão político-administrativa. A escolha por estudar esse território cheio de nuances na sua definição se deu antes por uma “objetividade” imposta pela primeira fonte que estudamos – os ofícios de delegados de polícia reunidos no fundo da Secretaria de Segurança Pública – do que de uma decisão a priori. Os delegados agiam em toda a comarca e, portanto, os ofícios encaminhados por esses agentes tratavam de casos que se davam numa região bem mais ampla e diversa do que aquela que compreendia o universo citadino, repleto das igrejas seculares que até hoje lá estão. Ao escolher a comarca de Goiana

⁸⁰ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil:** províncias do Norte. Brasília : Senado Federa, Conselho Editorial, 2008, p.158. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/573382> Acesso em: 25 de mai. 2022.

como território a ser estudado, foi possível abordar uma vasta região que se estendia do litoral ao pé da Borborema, pelas bandas de Timbaúba.

A comarca de Goiana por muito tempo foi formada por toda área correspondente à bacia do rio Goiana, composta por este rio e pelos seus principais tributários: os rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim. Tratava-se de um território extenso que compreendia, atualmente, a boa parte da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Desde o final do século XVI até meados do século XIX, no que tange à região assinalada, a vila e depois cidade de Goiana, além de ser o núcleo político e administrativo, era o ponto de intersecção e para onde mercadorias e pessoas convergiam constantemente.

Neste capítulo proponho descrevê-lo dando ênfase a sua dimensão espacial, assim como as suas variações no tempo, e a sua composição demográfica, analisando, em outras palavras, o que se entendia geograficamente por comarca de Goiana, além das populações de livres e de libertos na segunda metade dos Oitocentos, identificando particularidades, mas também aspectos gerais. No entanto, antes de analisarmos a comarca de Goiana e a sua população de livre e libertos no século XIX, julgamos necessário fazer antes uma breve explanação da formação histórica, pautada na produção de açúcar e no trabalho de africanos escravizados, desse território ao longo do período colonial.

2.2 A INVENÇÃO DE GOIANA: UM TERRITÓRIO ESCRAVISTA NO MUNDO ATLÂNTICO.

Não há notícia de qualquer pessoa que haja fundado Goiana, nem se pode admitir que o tenha sido o famigerado Diogo Dias porquanto, quando ele veio fundar engenho no vargado do Capibaribe-mirim já existia a povoação de Capibaribe, onde ele se hospedou [...] No caso devemos adotar a correta frase formulada por Varnhagem – o Visconde de Porto Seguro – um dos maiores e acreditados escritores da nossa História, referindo-se ao povoamento do Recife: Goiana “foi se desenvolvendo por si mesma”⁸¹

⁸¹ JORDÃO FILHO, Ângelo. **Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978, p.147

A frase: “Goiana foi se desenvolvendo por si mesma”, constante na epígrafe acima que ficou conhecida através de Ângelo Jordão Filho, tornou-se um senso comum, isto é: uma espécie de acordo generalizado, para explicar o início do povoamento de Goiana. Até hoje, ainda é referida, tanto por alguns atuais historiadores e historiadoras, como por pseudos-intelectuais locais.⁸² Também em muitos espaços de poder, como na tribuna da casa legislativa ou eventos políticos de datas cívicas ou de inauguração de obras públicas, é possível ouvir a frase que, uma vez dita, reverbera nos ouvidos dos presentes como um deleite contagioso. Não era para menos.

Mas, basta uma devida atenção para identificar um ponto ambíguo. Se, por um lado, a frase nos enche de imaginação porque demonstra, aparentemente, uma suposta autonomia e espontaneidade, por outro, esconde sérios problemas quanto à história do surgimento daquilo que ficou conhecido por Goiana. Desviando-nos da parte mais evidente aos olhos e ouvidos, o que temos, na verdade, são algumas palavras que depois de escritas ou pronunciadas deixam no ar apenas o silêncio. Silêncio profundo que ecoa feito um canto de cigarra, num fim da tarde de um domingo na praça do Carmo.

Todavia, é preciso dar a Ângelo Jordão, o que é de Ângelo Jordão. Lembremos, com a devida vênua, que o autor da frase constante na epígrafe até se esforçou para explicar o surgimento de Goiana dentro da perspectiva que estava a seu alcance. Talvez, a sua grande contribuição seja a de refutar a tese, também muito consensual nos autores de meados do século XX, embebidos das transcrições de Pereira da Costa, que Goiana havia surgido com a criação do engenho Japomim, frequentemente atribuída a sua instalação ao colono português Diogo Dias. Ao invés de Japomim, Diogo Dias, na verdade, construiu seu engenho de nome Recunhaém, na margem direita do rio Capibaribe-mirim e por volta do início da década de 1570, ou seja, distante de Japomim.⁸³

⁸² A referência mais atual é da historiadora Maria de Jesus que, de modo equivocado, atribui a frase a Varnhagem, ver: SILVA, Maria de Jesus Santana. **Devoção e resistência:** as Irmandades de Homens Pretos de Goiana (1830 – 1850). Rio de Janeiro: Publit, 2017, p.23

⁸³ Isso foi o que o autor disse no comecinho de sua monografia: “o meu intuito principal foi provar que o famigerado Diogo Dias nunca teve terras em Japomim; que seu engenho não foi construído no vale do Tracunhaém; que ele não foi o fundador de Goiana”. O autor ainda dispara: “ora, as cinco mil braças de terras que foram concedidas em sesmarias a Diogo Dias constituíam um bem de raiz, logo não podiam ser removidas do norte do rio Capibaribe-mirim para o norte ou mesmo para o sul do rio Tracunhaém pois o rio Japomim é o mesmo rio Tracunhaém e consta na respectiva escritura de doação que o rumo que se devia tirar das cinco mil braças de terras, em quadro, seria, na sua demarcação, “de norte a sul, de leste a oeste”, conseqüentemente, começaria das terras já naqueles tempos pertenceres à Paraíba e descendo para o sul até encontrar a margem norte, ou seja, a margem direita do rio Capibaribe-mirim”. Ver: JORDÃO FILHO, Ângelo. op.cit., p.19 e 87.

Além do mais, o autor chama atenção para o fato de que Diogo Dias não inicia povoamento algum na região, pois antes mesmo de 1570 já havia colonos e uma povoação chamada Capivarimi (sic) que se desenvolvera entre os rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim em uma chapada de terra mais alta do que as vargens das margens dos rios que a cercam. Apesar disso, mediante aos inúmeros problemas emergidos na sua análise sobre a fundação de Goiana, o autor, ao invés de ir mais a fundo, preferiu tergiversar com a frase: “Goiana foi se desenvolvendo por si mesma”.⁸⁴

Goiana não se desenvolveu por si mesma e nem haveria possibilidade disso, uma vez que uma povoação não se forma por si mesma. Pelo contrário, isso que hoje em dia chamamos Goiana é fruto de um longo processo histórico que tem suas raízes no início do século XVI, cujos desdobramentos deram forma e sentido ao longo dos anos. É como lembra Durval Muniz:

As regiões, portanto, não preexistem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produtos de afrontamentos de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas.⁸⁵

Ora, para além das suas ambiguidades, a frase de Ângelo Jordão também encarna um entendimento de que Goiana já nascera predestinada a dar certo. Como se já despontasse no cenário colonial com um dever singular: o de ser a potência econômica e social da capitania de Itamaracá. O que não é verdade, decerto. Ponto curioso é que até meados da segunda metade do século XVI, Goiana poderia nem ser uma freguesia, possivelmente criada só no século seguinte.⁸⁶ É certo que a região concentrava algumas condições para seu crescimento, tais como a qualidade do pau-brasil, do solo, do seu rio – numa dada extensão - navegável, e certa

⁸⁴ “Não há notícia do nome de qualquer pessoa que haja fundado Goiana, nem se pode admitir que o tenha sido o famigerado Diogo Dias porquanto, quando ele veio fundar engenho no vargado do Capibaribe-mirim já existia a povoação de Capibaribe, onde ele se hospedou, conforme declarou na escritura de doação de cinco mil braças de terras, em quadro, em sesmaria, concedida por D. Jerônima de Albuquerque Sousa, última filha viva de Pero Lopes de Sousa e sua mulher D. Isabel de Gamboa, ao norte do Rio Capibaribe-mirim, que corre pelo norte da atual cidade de Goiana, distante meia légua, aproximadamente”, IDEM, p.147.

⁸⁵ Muniz de Albuquerque Júnior, Durval. **O objeto em fuga:** algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008, p.58.

⁸⁶ Quanto a criação da freguesia: “não se pode fazer afirmações precisas, pois tudo está no domínio das hipóteses. [...] Presume-se que ainda que tenha sido criada em 1600, pouco mais ou menos, quando foi Pernambuco visitado pelo bispo do Brasi Fr. D. Antônio Barreiros. O que se pode concluir é em 1630, época da invasão holandesa, Goiana era pelo menos freguesia curada ou superada, **ou filial da freguesia de Tejucupapo que foi a 2º da capitania**. Em uma de suas visitas, o bispo D. Antonio Barreiros esteve em Goiana, admitindo-se que foi na última visita, em 1597, que criou a freguesia de Goiana.” Ver: TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. Comemorações em Goiana. Sub comissão de comemorações municipais. Goiana, 1954-1955. (A.P.E). IN: COSTA e SILVA, Geny da & RODRIGUES, Maria do Carmo. **Bibliografia sobre Goiana:** aspectos históricos e geográficos. Recife, 1972, p.397 (grifos nossos).

distância da costa que supostamente lhe protegeria de possíveis ataques de “estrangeiros”, leia-se: de europeus que não fossem portugueses. Mesmo assim, era só mais uma freguesia dentre outras que, também, possuíam lá as suas vantagens.

O que de fato fez Goiana despontar como protagonista na capitania que fazia parte, não se sabe ao certo. Poderíamos até enveredar aqui em inúmeros parágrafos de especulação, mas não faremos, sobretudo porque além de ser bastante enfadonho, não é o nosso objetivo. A nós, cabe concatenarmos, com o devido cuidado e expertise, os fatos que na larga noite dos 300 anos, desde a criação da feitoria de Cristovam Jacques em 1516⁸⁷ na ilha de Itamaracá, deram forma e sentido a esse território até chegarmos a segunda metade do século XIX, período que este trabalho se propõe a estudar mais detalhadamente.

Nesse caminho, saibamos, de uma vez por todas, que poderia não ser Goiana. Agora, se foi ela a cabeça da capitania ou, quem sabe, a cidade mais importante de Pernambuco depois de Recife num dado período, é importante entender esse processo a partir dos:

[...] afrontamentos políticos e as lutas pelo poder, as estratégias de governo, de comando, os projetos de domínio e de conquista que aí estão investidos, que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo naturais, ancestrais, divinos ou legítimos.⁸⁸

Baseado, portanto, nas considerações de Durval Muniz, lançaremos mão da ideia de “invenção de Goiana”, termo utilizado para demonstrar que aquilo que hoje chamamos Goiana, é fruto de um longo processo histórico de constituição política, econômica e social que aos poucos deram forma e sentido a um território que, à época da chegada dos europeus, nem sequer era chamado assim pelos seus habitantes originários, tampouco, certamente, era concebido como tal.

E aqui temos uma primeira questão que necessita ser discutida, ao menos de modo introdutório: o nome Goiana (ou Goyana, Goyanna e, até mesmo, Goianna) designando o núcleo de povoação que aqui estamos discutindo, só foi consolidado no início do século XVIII. Durante duzentos anos, outros termos foram utilizados pelos europeus para se referir à região.

⁸⁷ Segundo Albuquerque, “no início da colonização portuguesa no Brasil, foi instalada em 1516, por Cristóvão Jacques, no litoral norte do Estado de Pernambuco, uma Feitoria, com função de proteção contra as piratarías, e de servir de entreposto comercial das “riquezas da terra”. Ainda mais: “por seus objetivos, a instalação da Feitoria Real em 1516, serviria de entreposto comercial, onde eram concentrados os produtos da terra- a fazenda real -, para serem embarcados através do porto no local”. Ver: ALBUQUERQUE, M. **O processo interétnico de uma feitoria quinhentista no Brasil**. Revista de Arqueologia. São Paulo, 7:99-123, 1993, pp. 99 e 104.

⁸⁸ IDEM.

Para entender melhor a questão colocada, primeiro é necessário ter em mente que as primeiras referências que temos da região diz respeito ao rio e não a povoação.⁸⁹ Aliás, elas se dão a partir de quem está no mar defronte ao continente. E não foram os indígenas que as fizeram:

No Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza encontra-se a primeira referência ao rio Goiana quando informa que Sebastião Caboto, ao chegar em Pernambuco, enviou caravela em busca de água doce, ao rio de las Piedras ou das Pedras, que os cartógrafos localizaram em ponto correspondente ao rio Goiana.⁹⁰

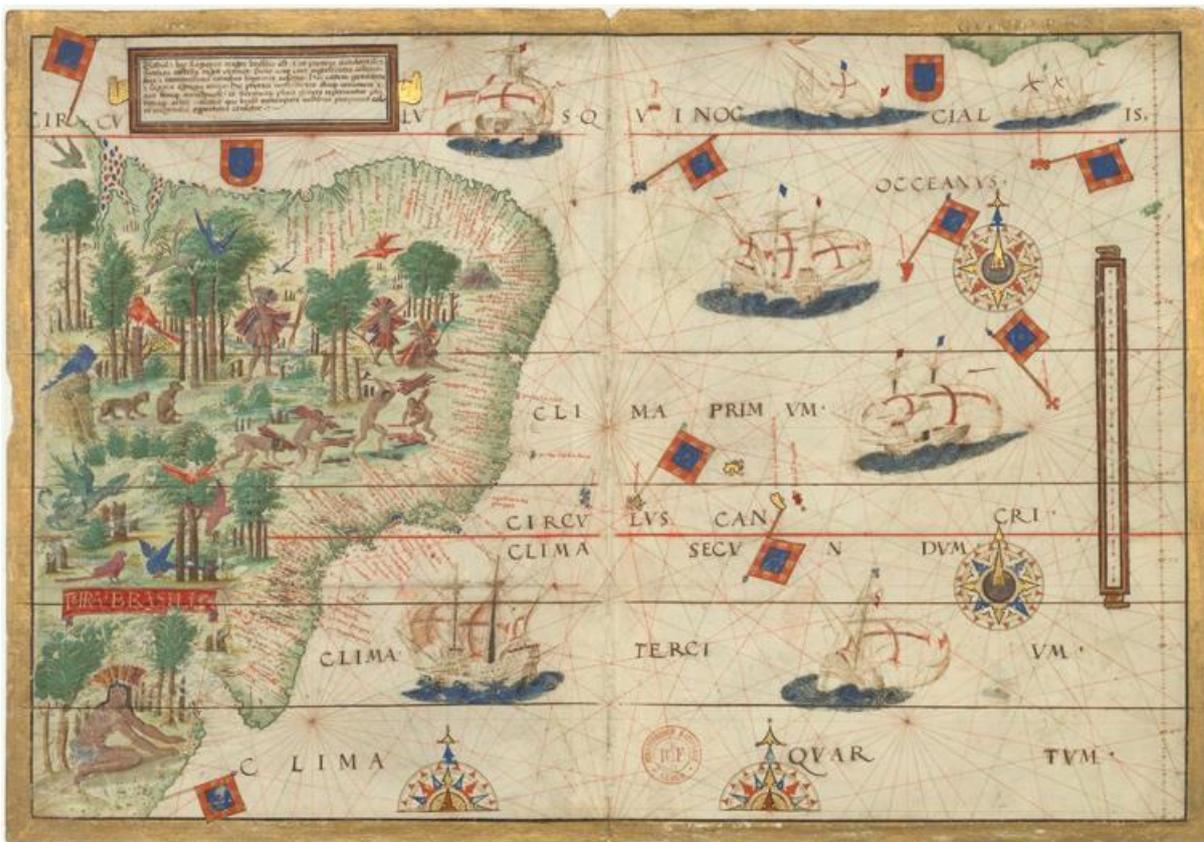
Ao examinar as cartas náuticas do período que vai de 1519 a 1562, a referência ao “ao rio de las Piedras” é mais que evidente, está escancarada. Dos mapas e cartas náuticas de que tivemos acesso, a expressão pode ser identificada no Atlas Português de 1519, na Carta Náutica de Gaspar Luiz Viegas de 1534, no Atlas de Nicolas Vallard de 1547, e no Mapa da América de Diego Gutiérrez de 1562.⁹¹

⁸⁹ E é, sem dúvidas, através do rio que o povoado se constituirá. Até mesmo seu nome, variou conforme as palavras atribuídas ao rio no decorrer do século XVI e XVII. Rocha Pombo identificou esse ponto, ao dizer: “formou-se ali uma vila a que se deu o mesmo nome do rio a cujas margens mais tarde se fundaram ainda muitos engenhos e outras povoações”. Ver: JORDÃO FILHO, Ângelo. op.cit.,p.85

⁹⁰ TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. Comemorações em Goiana. Sub comissão de comemorações municipais. Goiana, 1954-1955. (A.P.E). IN: COSTA e SILVA, Geny da & RODRIGUES, Maria do Carmo. **Bibliografia sobre Goiana:** aspectos históricos e geográficos. Recife, 1972, p.395.

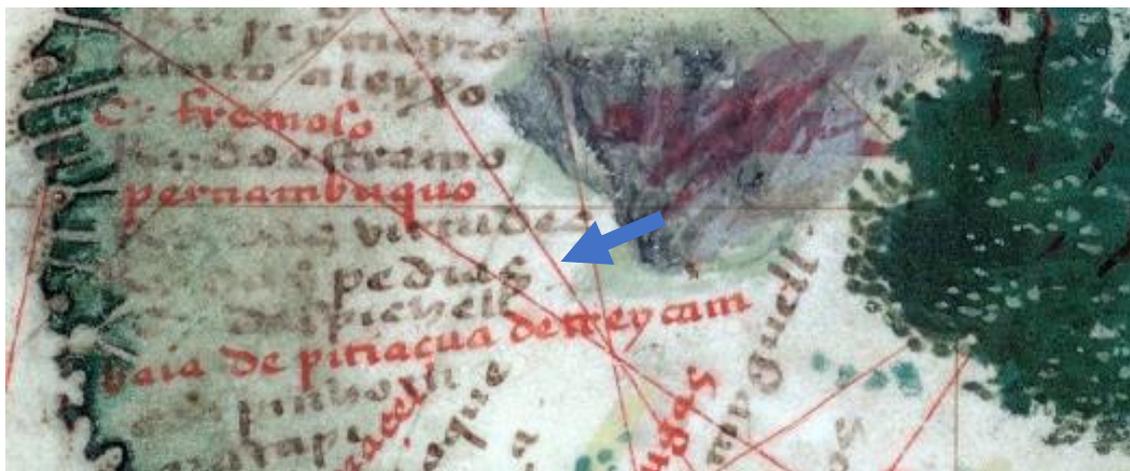
⁹¹ Todos os mapas citados podem ser encontrados na internet, disponível em: <https://www.historia-brasil.com/mapas/mapas-historicos.htm>, acesso em 12 de out. de 2023.

Figura 1 Atlas Português de 1519, ou Atlas Miller.



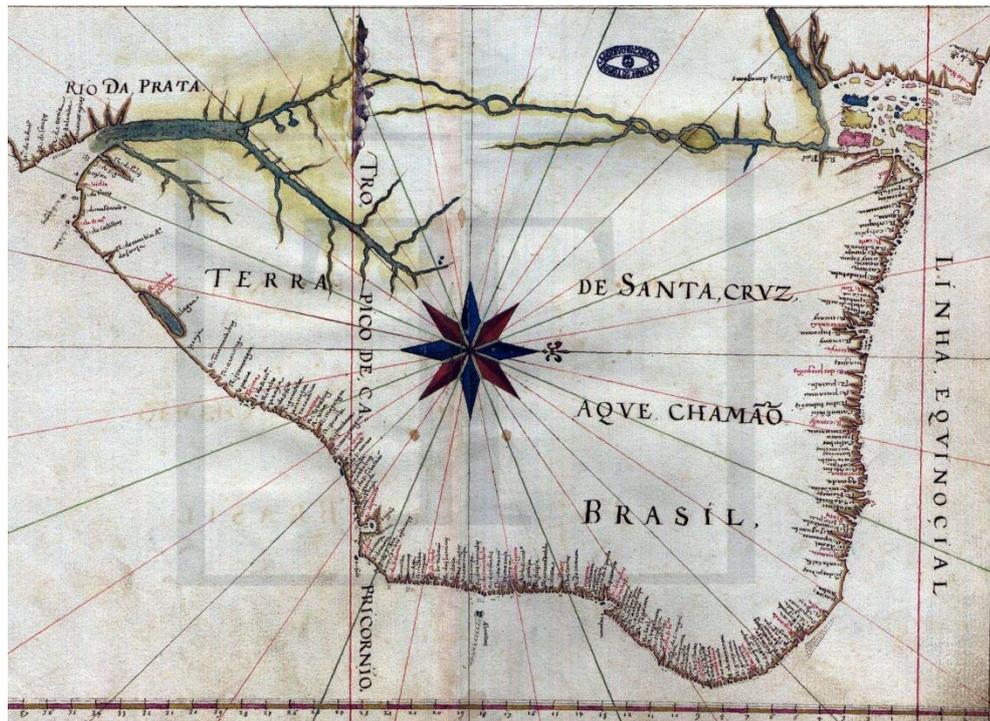
Fonte: disponível em: <<http://www.mapas-historicos.com/atlas-miller.htm>>, acesso em 12 de out.2023. No mapa em questão é possível identificar a referência ao “rio de las Piedras”, escrito, no entanto, em português, rio das pedras. Para melhor visualização, acessar a plataforma em questão.

Figura 2 Detalhe do Atlas Português de 1519, ou Atlas Miller.



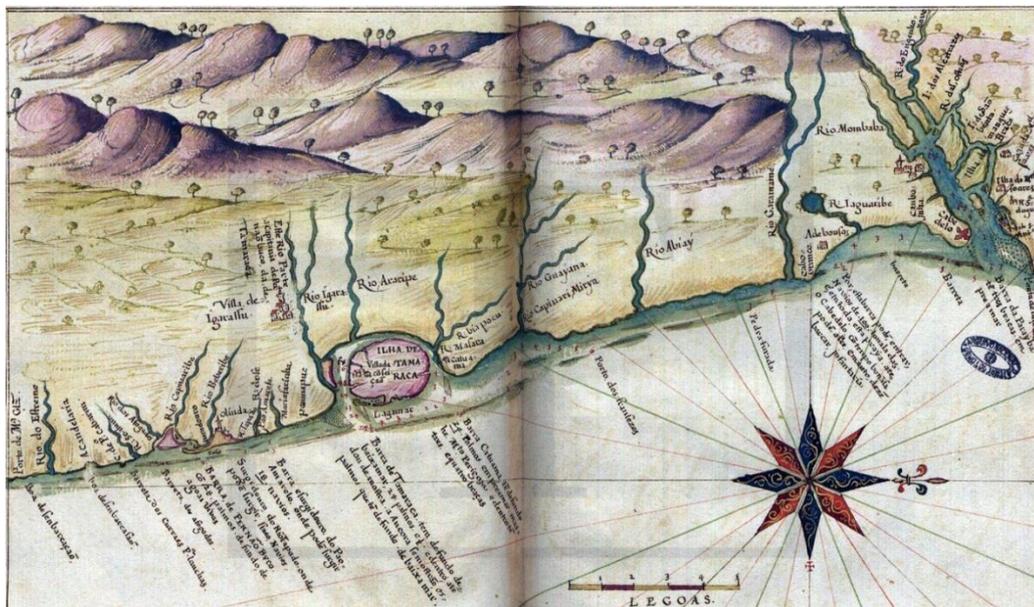
Fonte: disponível em: <<http://www.mapas-historicos.com/atlas-miller.htm>>, acesso em 12 de out.2023. (Documento sublinhado pelo autor).

Figura 3 Atlas do Brasil, de João Teixeira Albernaz. (1640)



Fonte: disponível em: <<http://www.mapas-historicos.com/atlas-miller.htm>>, acesso em 12 de out.2023.

Figura 4 Mapa do Litoral Norte de Pernambuco e Litoral Sul da Paraíba, por João Teixeira Albernaz. (1640)



Fonte: disponível em: <<http://www.mapas-historicos.com/atlas-miller.htm>>, acesso em 12 de out.2023.

Figura 5 América do Sul por Joan Blaeu. c.1664



Fonte: disponível em: <<http://www.mapas-historicos.com/atlas-miller.htm>>, acesso em 12 de out.2023.

Figura 6 Detalhe do mapa da América do Sul por Joan Blaeu. c.1664



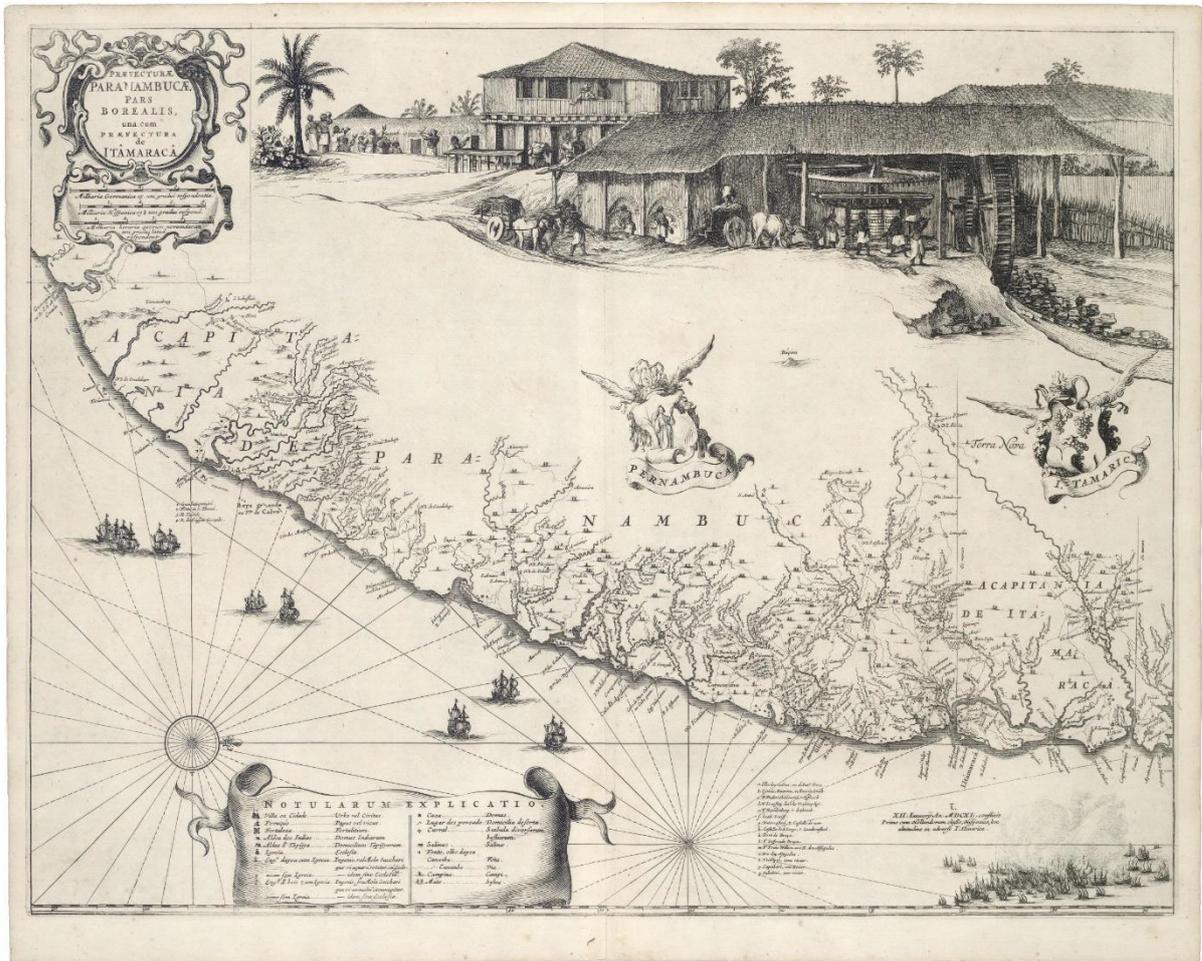
Fonte: disponível em: <<http://www.mapas-historicos.com/atlas-miller.htm>>, acesso em 12 de out.2023.

Figura 7 Novus Brasiliae Typus, de Willen Janszoon Blaeu. (1672)



Fonte: disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14080?locale-attribute=en>>, acesso em 12 de out.2023.

Figura 10 Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itâmaracâ, Joan Blaeu - Frans Post (atribuição), 1647



Fonte: Disponível em: <<https://zone47.com/crotos/index.php?p170=577489&d=20190118>> Acesso em 19 de out. de 2023

Figura 11 Província di Itamaracá, de Andra Antonio Orazi. (1698)



Fonte: Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/43537>> Acesso em 19 de out. de 2023

Após a fundação, no final do século XVI, do centro catequético na ribeira formada pelos rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim, eis que surge um novo termo: Gueena.⁹² Essa palavra, ou a expressão “aldeia de Gueena”, parece ter emergido depois que pousaram nessas terras as missões religiosas. O contato de indígenas com religiosos, estes últimos inclinados a empreenderem uma descrição meticulosa dos hábitos, costumes e da língua dos nativos, revelou, provavelmente, uma palavra mais próxima da que os indígenas utilizavam para se referir a mesma região.

No início do século XVII, o rio das Pedras, provavelmente uma referência aos arrecifes que contornam a boca da barra, a exemplo da pedra da Galé⁹³, que se estende ao norte, também

⁹² “Do catálogo dos religiosos consta que Goiana aparece pela 1ª vez em 1592, com o nome de aldeia de Gueena” TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. Comemorações em Goiana. Sub comissão de comemorações municipais. Goiana, 1954-1955. (A.P.E). IN: COSTA e SILVA, Geny da & RODRIGUES, Maria do Carmo. **Bibliografia sobre Goiana: aspectos históricos e geográficos.** Recife, 1972, p.397

⁹³ Disse Adriaen van der Dussen, “ainda encontraram um porto marítimo onde podiam estacionar suas gelaras pelo lado da terra, numa grande pedra que fica no estuário do rio Goiana e por isso mesmo deram-lhe o nome de pedra da galé, como ainda hoje é conhecida, não obstante a navegação ser uma galera, alteração feita pelos nossos nativos”. Bibliografia pag. 118. Diogo de Campos Moreno, no “Livro que dá razão ao Estado do Brasil” publicado em 1612, escreveu: “para o norte da dita ilha (Itamaracá), [...] tem um porto detrás dos recifes, que é capaz de grandes naus, a quem chamam Porto dos Franceses”, ver: MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612.** Comissão organizadora e executiva das comemorações do tricentenário da restauração

passa a ser denominado Gueena, grafia cuja sonância está mais próxima da que utilizamos hoje: “os outros rios que da terra firme vêm desembocar ao redor desta ilha são os de Araripe, Tapirema, Tujucupapo e Gueena, nos quaes ha mui bons engenhos de assucar, principalmente em este último de Gueena, onde está outra freguesia”.⁹⁴ Pela primeira vez, encontra-se a freguesia (ou povoação) e o rio denominados com a mesma palavra.

No decorrer do mesmo século, porém, outros termos apareceram e nem sempre nomeando as mesmas coisas. Em 1640, quando os holandeses tinham consolidado a ocupação do litoral da capitania de Itamaracá, o mais renomado cartógrafo do rei D. João IV, João Teixeira Albernaz, em seu “Mapa do Litoral Norte de Pernambuco e Litoral Sul da Paraíba” (figura 4), assim designou o rio Goiana: “Capivari Miryn” (sic). “Guayana”, porém, é empregado para nomear um dos principais braços do rio Goiana que fica mais adentro do continente: o atual rio “Capibaribe-mirim”. No entanto, no Atlas do Brasil (figura 3), do mesmo autor, ao invés de repetir “Capivari Miryn” ao rio principal que desemboca no mar ao norte da capitania de Itamaracá, ele utiliza a palavra: “guayana”. Possivelmente, essa troca tenha se dado por influência referencial da principal povoação que havia se formado ao lado do Capibaribe-mirim e que também era chamada assim.

Numa consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre o requerimento do mestre de campo André Vidal de Negreiros, em 1654, nos deparamos com a expressão “Ribeira de guayana” (figura 8). Aliás, este é o nome que será utilizado para designar toda a região por boa parte do século XVII. Contudo, as referências holandesas destoaram um pouco das dos portugueses e dos luso-brasileiros que lá viviam

Um corte do mapa *Brasilia qua parte paret Belgis, chamado de Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum Praefectura de Itamaracá*, de Joan Blaeu com atribuição a Frans Post, de 1647 (figura 10), o rio que desemboca no mar é denominado cappiibárímiri [sic], próximo, portanto, do que escreveu Albernaz. Subindo o rio, encontra-se a várzea, chamada pelos conselheiros ultramarinos de “ribeira de Guayana”. Ocorre que a única palavra mais perto da de “Guayana” foi Guajuna [sic] e ela foi colocada não para designar a povoação, mas um engenho perto do engenho Jacaré. Provavelmente, o engenho que veio se

pernambucana. Arquivo Público Estadual Recife, 1955, p. 194. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7539895/mod_resource/content/1/Livro-que-da%CC%81-Raza%CC%83o-do-Estado-do-Brasil.pdf. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

⁹⁴ SALVADOR, Vicente do (Frei). **História do Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro : Weiszflog Irmãos, 1918, p.121. Disponível em: < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4515?locale=en> > Acesso em: 20 de out. de 2023.

chamar Goiana Grande, “fundado em fins do século XVI, nas terras de Diogo Dias, sob a invocação de S. Felipe Santiago.”⁹⁵

No centro da chapada de terras mais alta que os dois rios que a cercam, encontra-se o ícone referente a povoação ao lado da palavra São Miguel. Era assim que os holandeses chamavam Goiana?

Depois da visita do frei Melchior a região por volta de 1590, logo tratou-se de se erigir uma capela dedicada justamente a São Miguel, com o objetivo de ser um centro de doutrinação e conversão sistemáticas dos indígenas. Muito provavelmente, essa capela foi construída onde hoje se encontra a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dedicada aos homens pretos de Goiana, local em que foi construída a primeira capela da povoação, aliás: a primeira matriz daquela paróquia, com grande pátio a frente. Sem dúvidas, um grande marco da história local no que tange a sua invenção.⁹⁶

A existência dessa capela e, depois, igreja, remonta, ao menos, a década de 1590. Quando o Santo Ofício, em 1595, perguntou a Domingos da Costa, morador de Igarassu, se conhecia alguém que na região praticava o pecado nefando, respondeu que viu dos homens suspeitos “no terreiro da aldeia” de Goiana, “de frente da porta da igreja”. João Fernandes, interrogado no mesmo mês de junho e ano, se também sabia dos praticantes do pecado nefando, referiu-se ao mesmo caso “da aldeia de Goiana”, que ocorreu “no terreiro da igreja”.⁹⁷

Um outro mapa, porém, de Andrea Antonio Vicent, datado de 1698, apresenta um gancho interessante. Mesmo sendo evidente que a base central foi o mapa de Joan Blaeu, feito meio século antes, Andrea apresentou duas alterações importantes. A primeira, no ícone colocado ao lado da palavra São Miguel. Dessa vez, identifica-se uma cruz logo acima da circunferência que não tem um ponto no meio. Trata-se, portanto, de um engenho movido a

⁹⁵ “Pertencia a Gaspar Pacheco e foi vendido a Willem Louisem em 1637”, ver: TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. Comemorações em Goiana. Sub comissão de comemorações municipais. Goiana, 1954-1955. (A.P.E). IN: op.cit, p.398.

⁹⁶ Consta que no local onde hoje está a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dedicada aos homens pretos de Goiana, foi construída uma capela em 1596. Aliás, foi a primeira matriz daquela paróquia. Em 1600, porém, iniciou-se a construção de uma outra igreja, a de Nossa Senhora do Rosário dedicada aos homens brancos, sendo a primeira capela destinada aos homens pretos. A data de 1596, porém, possa ser que esteja errada, uma vez que a visita o Santo Ofício nos legou a informação de que 1595 já havia uma igreja com um pátio em frente. Ver: FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO – FIDEPE. Goiana. Recife, 1981, 88p. (Monografias Municipal, 4), p.62; SILVA, Maria de Jesus Santana. op.cit., pp. 37-44.

⁹⁷ Apesar de não ter acesso aos documentos da visita do Santo Ofício no final do século XVI nas capitânicas de Pernambuco e Itamaracá PRADO, Eduardo. **Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil**. Pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capelão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. Denúncias de Pernambuco 1593-1595. São Paul, Paulo Prado ed. 1929, p.437-38 IN: IDEM, p.328.

animais e com capela, o engenho construído por João Cavalcanti que, ao comprar as terras do engenho Japomim, fundou outros, um justamente com uma capela dedicada a São Miguel.⁹⁸

O segundo ponto é que ao lado do ícone que representa povoado, tem-se a palavra: “capivarimi”. Aliás, a palavra “Goiana”, assim como no mapa de Jean Bleau, está mais ao norte, acompanhado da letra “E”, provavelmente de engenho, próximo de Jacaré e Novo, juntamente o local do engenho Goiana Grande.

A palavra “capivarimi” [sic], tal como consta no mapa de Andrea Antonio Vicent, ao lado do ícone de povoação, talvez indique um grande aldeamento que, mais tarde, virou o principal núcleo de povoação da ribeira de Goiana: aldeia de Capivary, ou, no dizer de Andrea: “Capivarimi” [sic]. Inclusive, num documento datado de 1570 e publicado na Revista do Instituto Histórico de Goiana em 1871, intitulado “Data que Diogo Dias Pedio no Capibaribe Merim nas Ihargas da Data de João Dourado”, consta que: “faço saber aos que esta minha carta de data de umas terras vierem, e o conhecimento delle com direito pertencer, como a mim me **enviou a dizer Digo Dias, de Capibaribe** por sua petição”.⁹⁹

Fernando Pio foi enfático ao dizer que “Capivary, Capibaribe ou Capiguaribe, não importa a diferenciação dos nomes, é hoje, a cidade de Goiana”. O autor, ao se ver cambaleando, se agarra em Sebastião de Vasconcelos Galvão que publicou um artigo em janeiro de 1895, para validar a constatação:

“Relativamente a Goiana, a crônica histórica menciona o seguinte: [...] No dia 12 de janeiro de 1635 chega a Goiana a expedição holandesa comandada pelo coronel Arichofsky e conselheiro político Stachoawer [...]. Os moradores da povoação e vizinhanças vendo-se sem proteção e nem meios de resistir vão a seu encontro e lhes fazem bom acolhimento, levados, sem dúvida, pelo medo de serem hostilizados e franquearam-lhes a entrada no povoado, reconhecendo-se como vassallos dos Estados Gerais e da Companhia das Índias Ocidentais. Os chefes holandeses correspondem com a mesma cortesia ao bom recebimento e emprazam a todos para no dia seguinte acharem-se na povoação afim de fazerem as pazes e prestarem juramento de fidelidade, **indo com sua gente acampar na aldeia Capivary meia hora de Goiana, junto ao ribeiro de mesmo nome, lugar até onde subiam as lanchas e barcaças que não podia passar adiante.**¹⁰⁰

⁹⁸ TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. **Comemorações em Goiana**. Sub comissão de comemorações municipais. Goiana, 1954-1955. (A.P.E). IN: IDEM.

⁹⁹ **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE GOIÂNNA**. Tomo primeiro. Goianna. Tipografia Comercial, 1871, p. 22. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/144908/per144908_1871_00001.pdf Acesso em: 25 de nov. de 2023. (grifos nossos)

¹⁰⁰ PIO, Fernando. **O convento do Carmo de Goiana e a Reforma Turônica no Brasil**. Publicação comemorativa do quarto centenário do povoamento do município de Goiana. Comissão organizadora e Executiva das

Não sabemos até onde a interpretação de Galvão alterou o estado bruto da crônica, mas o que sugere é que havia dois lugares diferentes: um chamado Goiana, “a meia hora” da aldeia, onde os habitantes foram se encontrar com os holandeses comandados por Arichofsky e seu conselheiro político Stachoawer. E outro chamado Capivary, localizada no “ribeiro de mesmo nome”, um “lugar até onde subiam as lanchas e barcaças que não podia passar adiante”. Descrição que bate com veemência ao que hoje chamamos Goiana.

A pergunta que fica é se a aldeia de “Gueena”, por exemplo, era a mesma aldeia de “Capivarimi” [sic], mudando apenas o nome, ou se tratava de coisas distintas. Ora, em fins do século XVII, período do mapa em questão, diversas outras aldeias existiam na região: a exemplo de Aabau, Arataguy, Butaguy, Carasse, Ciry, Itambé, Tapesserica, Tapisserama.¹⁰¹

Esse é um problema que acredito que será resolvido por pesquisas futuras. Jordão Filho, porém, preferiu sintetizar com: “inicialmente se chamou ‘Capibaribe’, depois ‘Gueena’, em seguida ‘Guaiana’, por fim, de maneira definitiva, Goyana, cuja grafia moderna é Goiana”. Apesar da saída pela tangente, ainda há espaço para pensar que o que hoje chamamos Goiana, é também fruto de um processo histórico que envolve um feixe de questões relacionadas a escolhas, rupturas, continuidades, percepções e experiências de agentes locais luso-brasileiros que, aos poucos, iam perdendo o “luso” do nome. Afinal, quando e como a palavra “Goiana” começou a se referir a vila e de qual palavra ela deriva?¹⁰²

Ao analisar documentos do acervo do Conselho Ultramarino português, identifica-se que o mais antigo a referenciar Goiana data de 1654 (figura 8). Nele encontramos a palavra “guayana”, que segundo Teodoro Sampaio, era uma corrutela de “*Guá-y-ãí*, porto,

Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana. Recife, 1970, pp. 69-83. Tivemos acesso ao artigo na íntegra. Ver: **REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO**. n.51. Pernambuco. Typographia do Jornal do Recife. 1898, p.28. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=27&skip=600&ds_titulo=&co_autor=&no_autor=&co_categoria=41&pagina=13&select_action=Submit&co_midia=2&co_obra=&co_idiom_a=1&colunaOrdenar=null&ordem=null. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

¹⁰¹ PIO, Fernando. op.cit.

¹⁰² Não enveredamos na discussão sobre a origem da palavra Goiana. Vai aí o que se cita geralmente: “significa *gente estimada*, segundo o entendimento autorizado de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro. [...] proveio da corrutela *guaia*, que quer dizer gente e *na* que exprime estimada. O pernambucano Pereira da Costa [...] lembramos a opinião de Batista Caetano, autoridade das mais preclaras da língua típica, que diverge um pouco da maneira de entender Varnhagem, declarando que *Goiana* provinha da corrutela da palavra tupi “*guaya*”, que quer dizer *unidos, ligados, aliados*, e “*nã*”, *misturado* ou *parente*. Ainda Pereira da Costa faz referência a Teodoro Sampaio, [...]Goiana, antigamente Gueena, [...], mas deve ser Guayana c. *Guá-y-ãí*, porto, ancoradouro, do vale ou da baía, Nome de uma cidade de Pernambuco, antigo porto até onde chegavam as sumacas que lhe subiam o rio com a maré”. JORDÃO FILHO, Ângelo. op.cit.,p.70.

ancoradouro, do vale ou da baía, nome de uma cidade de Pernambuco, antigo porto até onde chegavam as sumacas que lhe subiam o rio com a maré”.¹⁰³

Vinte e oito anos depois, em primeiro de junho, numa representação dos oficiais da câmara de Itamaracá ao príncipe regente D. Pedro, de 1682, revela-se o primeiro uso, dentre as documentações dessa instituição de que tivemos acesso, da grafia “Goiana” (figura 9), tal como utilizamos hoje em dia. Mas em 1672, o *Novus Brasiliae Typus*, mapa do francês Willen Janszoon Blaeu, já apresentava a nova grafia (figura 7), o que demonstra que ela era usada dez anos antes da representação dos oficiais de Itamaracá.

No dia 8 de janeiro de 1663, um ano depois da representação dos oficiais da câmara de Itamaracá, o rei remeteu ao ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, Dionísio de Ávila Vereiro, uma carta régia em que aparece: “povoação de **Guayana**”¹⁰⁴, ou seja, o nome antigo a que os camarários de Itamaracá já não se referiam. E assim se dará durante todo o século XVIII: os termos “Guayana” e “Goiana” vão dividindo espaços nas correspondências até que, em definitivo, “Goiana” se consolida.

A escolha de escrever “guayana” ou “goiana” se deu por agentes diferentes e que estavam bem distantes uns dos outros. A palavra “Goiana” aparece pela primeira vez num documento escrito por oficiais camarários de Itamaracá, ao passo que, mesmo depois desse documento, o termo “guayana” continua aparecendo nos documentos escritos por agentes do império português que estavam em Lisboa, a exemplo do Conselho Ultramarino, ou até mesmo pelo próprio príncipe regente D. Pedro, como em carta régia de 1663. Mas o que teria mudado de fato a palavra, a forma de falar que alterou a escrita, ou a de escrever que alterou a fala?

Esse processo de constituição do nome revela um outro ainda mais complexo e de grande duração: o de constituição de um território moldado através das novas convicções coloniais, afastado, portanto, da percepção que os indígenas tinham do mesmo. Assim, é possível dizer que Goiana nunca existiu. Ela é uma invenção que começa a partir dos primeiros contatos entre europeus e indígenas, que se deu a partir do século XVI, cuja maior consequência, num primeiro momento, foi a expulsão dos povos indígenas locais, em

¹⁰³ IDEM.

¹⁰⁴ **Carta Régia do príncipe D. Pedro ao ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, [Dionísio de Ávila Vereiro], ordenando que se envie informação sobre uma representação dos oficiais da câmara de Itamaracá, em que solicitam permissão para fazerem seu trabalho na vila de Goiana.** Ver: disponível em <https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&Pesq=Goiana&pagfis=8865>, Acesso em 20 de out. de 2023. (grifos nossos).

detrimento da implementação, a ferro e fogo, de um sistema produtivo: a plantação de cana e a produção de açúcar em larga escala.

Sistema esse que, nos seus primórdios, ocasionou uma caça feroz aos povos originários com o objetivo de os reduzirem a mão de obra escravizada. A consequência não foi outra, senão: guerra. Goiana, portanto, nasceu a partir de um grande derramamento de sangue.¹⁰⁵ A fundação de centros catequéticos, isto é: aldeamentos, alicerçou o caminho para que região se tornasse um centro produtor de açúcar, “livrando” os índios da escravidão e, ao mesmo tempo, convertendo-os ao cristianismo.

Não demorou para que houvesse uma formação e consolidação de uma “nobreza agrária” escravista e, paralelamente, de uma classe mercantil que fez fortuna e colocou Goiana como vila atlântica, ligada a portos das capitanias do norte e até mesmo a portos europeus e africanos.

Um dos pontos mais marcantes da invenção de Goiana é a chegada de africanos escravizados já no último quartel do século XVI. A escravidão se tornou um dos elementos mais contundentes no seu desenvolvimento enquanto centro aglutinador de pessoas, mercadorias e serviços: um centro político, econômico e social pautado no latifúndio, na monocultura e no trabalho de africanos escravizados. Eis aí a invenção do que hoje chamamos Goiana.

Freguesia já no final da segunda metade do século XVI, teve seu primeiro engenho construído em 1569: engenho Itapirema¹⁰⁶, de propriedade de André Velasques e que ficava afastado do vale do rio Goiana. No percorrer da segunda metade do século XVI, apesar das malogradas tentativas de Diogo Dias e de seu filho Boaventura Dias de levantar engenho na “ribeira de guayana”, não demorou para que se tornasse a principal localidade produtora de açúcar da capitania de Itamaracá, a qual pertenceu até fins do século XVIII.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Tal como escreveu John Charles: “A América Latina nasceu em meio a sangue e fogo, conquista e escravidão”, ver: CHASTLEEN, John Charles, 1955 – **América Latina**: uma história de sangue e fogo. Trad. De Ivo Joryloski. – Rio de Janeiro: Campus, 2001, p.15

¹⁰⁶ “[...] em 1569, D. Jerônima de Albuquerque Sousa concedeu uma sesmaria a André Fernandes Velasques, com 2 mil braças de terra, em quadra, onde ele fundou o engenho Itapirema”, ver: TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. Comemorações em Goiana. Subcomissão de comemorações municipais. Goiana, 1954-1955 (A.P.E) Apud COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, op.cit., p. 396.

¹⁰⁷ A foz do rio Goiana, considerou, Manuel Correia de Andrade, “era o escoadouro para o mar e de dois rios com vale apropriados à cultura da cana de açúcar, o Capibaribe-mirim e o Tracunhaém, que no baixo curso formavam uma várzea de grande extensão, com solos de turfa muito férteis”, ver: ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma capitania frustrada**. Recife, FIDEM – Centro de Estudos de História e Cultura Municipal – CEHM, 1999, p. 54.

Depois das missões religiosas no litoral, como em Ponta de Pedras (1589) e em São Lourenço de Tejucupapo, foi a vez da fundação, no interior do continente, de uma capela dedicada a São Miguel, certamente na povoação que se formara entre os rios Tracunhaém e Capibaribe-mirim, cujos nomes já discutimos acima: Gueena, Capivarimi, Guayana ou Goiana. A ação se deu depois da visita do frei Melchior à povoação, que teria escutado dos seus moradores pedidos para que enviassem religiosos e assim “doutrinar e converter índios”.¹⁰⁸

A presença religiosa deitou o curso da colonização, expandindo a conquista no campo das mentalidades, através da conversão de indígenas e expulsão dos contrários para além do vale, possibilitando que mais engenhos fossem instalados sem incômodos como aqueles de Recunzaém (sic).¹⁰⁹ E isso surtiu efeito em curto prazo. Quando da invasão holandesa, a região já era um ponto demasiado estratégico da capitania de Itamaracá. Isso é possível constatar não só nos relatos de Frei Vicente do Salvador da década de 1620, mas também no relatório de Adrian Verdonck de 1630, quando diz que:

Na jurisdição desta ilha, que estende-se até 14 ou 15 milhas de Pernambuco, pode haver cerca de 20 engenhos que uns pelos outros, fazem muito açúcar, e o melhor lugar que existe próximo a estes engenhos é chamado Goiana, sítio muito agradável, grande belo, e fértil, tendo em abundância toda a sorte de peixe, carne, frutas e outros víveres; ali reside muita gente rica e muitos pobres, e os habitantes tanto de Itamaracá com o de Goiana e de Araripe, devem ser mais de 300.¹¹⁰

Quando 400 holandeses puseram os pés em Goiana sob a chefia de Calabar, em 1632, já existiam 12 engenhos. Além do mais, “já apresentava extensão territorial considerável,

¹⁰⁸ TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. op.cit., p.397. Em 1607 a região aparece com sendo a aldeia de Santo André de Goiana. Esta última grafia “Goiana”, clarividente, não se tratava da que era utilizada no período. Ver: TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. Comemorações em Goiana. Subcomissão de comemorações municipais. Goiana, 1954-1955 (A.P.E) Apud COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, op.cit., p. 397

¹⁰⁹ Refiro-me ao evento que ficou conhecido como “Massacre de Recunzaem”, em que foram mortos todos os habitantes desse engenho, incluindo o proprietário, Diogo Dias. A primeira e até hoje principal referência a esse evento vem de Frei Vicente do Salvador, em 1624, que o colocou como sendo “o princípio da rebelião e guerras do gentio da Paraíba”. “Disposição última e ocasião propícia desta rebelião”. “[...] foi ali morto com todos os seus e a cerca entrada, onde não deixaram branco nem negro, grande nem pequeno, macho nem fêmea que não matassem e esquartejassem. Foi esta guerra dos potiguares, governando o Brasil Luís de Brito, em a era de 1574, e dela se seguiram tantas que duraram vinte e cinco anos”, ver: SALVADOR, Vicente do (Frei). op.cit., p.236.

¹¹⁰ Descrição das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande - Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil por Adrian Verdonck, em 20 de maio de 1630 Apud COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, Maria. Op.cit., p. 356.

grande população [...] e várias aldeias”.¹¹¹ Não é à toa que se tornou um alvo dos batavos que não encontraram, no início da ocupação, resistências contínuas.

Agora faz-se necessário revelar mais um elemento central da invenção de Goiana. Sendo um dos primeiros centros plantadores de cana e produtores de açúcar no que hoje é a Mata Norte do estado de Pernambuco, é muito provável que Goiana esteja também entre as primeiras localidades do Brasil a receber africanos escravizados para trabalharem nas *plantations* recém-nascidas nas Américas. Ainda que não tenhamos fontes específicas que nos falem com detalhes a respeito dessa assertiva, a inferência pode ser alicerçada no fato da quantidade de engenhos que estavam em pleno funcionamento no primeiro quartel do século XVII.¹¹²

Tabela 1 Principais regiões de embarques dos africanos que desembarcaram em Pernambuco entre 1571 e 1630.

Faixa de ano	Baía de Biafra e Golfo da Guiné	África Central	Totais
1571-1580	415	0	415
1601-1610	0	287	287
1621-1630	0	1.255	1.255
Totais	415	1.542	1.957

Fonte: Disponível em: <www.slavervoyage.com>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

Segundo a base de dados do *Slave Voyages*, 702 africanos escravizados desembarcaram em Pernambuco entre 1571 e 1610, embarcados, em geral, no Golfo da Guiné. Não é demasiado falho propor que uma parte, ainda que ínfima, fora destinada a Goiana. Essa hipótese pode ser ainda mais defendida caso levemos em consideração os outros 1.225 africanos desembarcados entre 1601 e 1630, oriundos da África Central, totalizando 1.957 africanos que chegaram ao porto de Pernambuco entre 1571 e 1630. Mais uma vez: não é demasiado falho propor que uma parte, ainda que ínfima, fora destinada a Goiana, haja vista a quantidade significativa de engenhos já instalados na região.

¹¹¹ Eram os engenhos Itapirema, Japomim, Bujari, Engenho Novo, Goiana Grande, Jacaré, Tracunhaém de Baixo, Mariúna, Três paus, Tracunhaém de Cima (Musumbú), Santos Cosme e Damião, N. S. da Conceição. Ver: TRICENTENÁRIO da Restauração Pernambucana. Comemorações em Goiana. Subcomissão de comemorações municipais. Goiana, 1954-1955 (A.P.E) Apud COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, Maria. Bibliografia sobre Goiana: aspectos históricos e geográficos. Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana. Recife, 1972, p. 399-400.

¹¹² IDEM. p. 396.

Seguiremos em frente nessa análise, apesar dos equívocos aparentes. Entre 1626 e 1650, período de ocupação holandesa no nordeste brasileiro, 32.533 africanos desembarcaram em Pernambuco. Entre 1631 e 1640, 239 desembarcaram, segundo o “Slaver Voyage”, na Ilha de Itamaracá. Sendo Goiana a principal zona de produção açucareira da capitania de Itamaracá, o que impede de pensarmos que uma parte significativa tenha sido enviada aos engenhos já existentes?

Tabela 2 Principais regiões de embarques dos africanos que desembarcaram em Pernambuco entre 1626 e 1700.

Faixa de ano	Senegâmbia	C. do Ouro	B. do Benin	Biafra e Guiné	África Central	Outras partes	Totais
1626-1650	0	551	4.746	4.938	16.979	5.319	32.533
1651-1675	0	0	0	273	1.192	330	1.795
1676-1700	704	0	0	388	6.969	0	8.061
Totais	704	551	4.746	5.599	25.140	5.649	42.389

Fonte: Disponível em: <www.slavervoyage.com>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

Sem aprofundar a questão, aqui é suficiente a suposição muitíssima provável, embora desnuda de análises mais sofisticadas, de que Goiana foi uma das regiões das Américas que primeiro recebeu africanos escravizados para trabalharem no plantio da cana e na produção do açúcar. Ante a esta postura introdutória, convém, ao menos, trazermos uma informação que julgamos salutar no que diz respeito à presença marcante, desde o início da colonização, de africanos escravizados nessa Goiana que estamos tentando definir: a existência, já no início do século XVII, de uma igreja dedicada exclusivamente aos homens pretos.¹¹³

Isso, por si só, se não ponto crucial de comprovação, é ao menos um indício bastante sugestivo de como tal presença se fez de modo contundente já nos primeiros momentos da presença de europeus ávidos em colonizar. A criação da Irmandade dos Homens Pretos, porém, – outro fator comprobatório dessa presença africana pioneira - só se dá depois, mesmo assim é tão antiga quanto as suas irmãs sediadas em Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Foi fundada em 1692.¹¹⁴

¹¹³ Ver, por exemplo, SILVA, Maria de Jesus Santana. op.cit.

¹¹⁴ Ver: IDEM, p.37

O vale do rio Goiana se consolida de vez na segunda metade do século XVII. Expulsos os holandeses na década de 1650, a região despontou ainda mais no cenário político e econômico da capitania de Itamaracá. A consequência mais marcante desse percurso é o estabelecimento, em Goiana, da câmara e justiça da capitania em 15 de janeiro de 1685 e a consequente elevação do povoado à vila, contrariando a elite camarária decadente da vila da Conceição, até então o centro político da capitania. Temos aqui não apenas uma simples data dentre outras, mas um ponto fulcral para o entendimento do surgimento de Goiana enquanto cabeça da capitania.¹¹⁵

Ocorre que quando os holandeses desocuparam o Brasil em meados do século XVII, muitos dos antigos donos dos engenhos construídos no vale do rio Goiana que abandoaram suas propriedades devido à invasão dos batavos, voltaram de seus “exílios” requerendo as mesmas.¹¹⁶ Parte esmagadora desses engenhos pertencia aos descendentes do casal Felipe Cavalcanti e Catarina de Albuquerque, esta última sendo filha de Jerônimo de Albuquerque - irmão de Brites de Albuquerque, e consequentemente cunhado do donatário Duarte Coelho -, com a índia Maria do Espírito Santo Arcoverde.¹¹⁷

De acordo com Luciana Barbalho, a descendência do casal Felipe e Catarina, na sua grande maioria, contraiu matrimônio com a família Arnau de Holanda. Surge dessa aliança um clã poderosíssimo e com bastante influência política não só local (capitania de Itamaracá), mas também nas capitanias vizinhas, sobretudo Pernambuco, grande esteio econômico e social, sem

¹¹⁵ Por se tornar o centro urbano de maior importância econômica da capitania à época, as reivindicações do predicamento de Vila se intensificaram e se consumam em 1685. No entanto, “por ordem régia de 20 de novembro de 1709, perde Goiana para Itamaracá as prerrogativas acima, como também o título de vila” Esse processo vira uma grande contenda que se arrastará até início do século seguinte. Em 1711 Goiana retoma o status de vila, mas, depois em 1713 perde novamente. O embate encontra um ponto definitivo em 1742 quando, de uma vez por todas, retorna ao predicamento de vila e de cabeça da capitania. Ver: MACHADO, Teobaldo José. **As Insurreições liberais em Goiana, 1817-1824** / Teobaldo Machado – Recife : FUNDARPE, 1990, pp.36-37. No que tange à importância de uma vila virar cabeça da capitania, diz-nos Luciana Barbalho: “ser ‘cabeça da capitania’ dava privilégios maiores para a vila sede. Se a Câmara tinha jurisdição sobre o seu termo, a “cabeça da capitania” além de controlar seu termo, ainda podia fiscalizar e outros e a atuação das outras Câmaras Municipais” BARBALHO, Luciana de Carvalho. **Capitania de Itamaracá, poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. História, 2009, p.64.

¹¹⁶ Momento denominado por Evaldo Cabral de Mello de “Querela dos engenhos”, isto é: longo processo de contestação que envolveu a nobreza da terra na defesa de suas antigas propriedades. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: O imaginário da Restauração Pernambucana**. 3. ed. Revisada. São Paulo: Alameda, 2008.

¹¹⁷ O casamento de Felipe Cavalcanti com Catarina de Albuquerque fez nascer o tronco pernambucano Cavalcanti de Albuquerque: família numerosa, antiga e rica que assenhoreou Pernambuco por mais de duzentos anos. Ver: CADENA, Paulo Henrique Fonte. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque** (Pernambuco, 1801-1844) . Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2011, pp. 17-33.

contar, não esqueçamos, de suas influências no outro lado do Atlântico, ou seja: na corte portuguesa.

Seus membros, diz a autora, “não apenas possuíam a maioria dos engenhos da localidade, mas também controlavam a maioria dos ofícios camarários, militares e da provedoria dentro da capitania, como nos mostra a genealogia de Borges da Fonseca (1935)”.¹¹⁸ Inclusive, a maioria dos engenhos da família Cavalcanti e Holanda de Goiana foram recuperados no processo de “querela dos engenhos” e permaneceram com seus descendentes por muito tempo.¹¹⁹ Será a partir dessas famílias, portanto, que surgirá uma elite agrária escravista que saberá demarcar bem os espaços de poder no que à época se chamava “guayana”.

Paralelo a influente “nobreza da terra”, porém, formou-se também uma camada mercantil poderosa, envolvida em inúmeras e complexas transações comerciais em partes centrais do atlântico. Na Goiana de início do século XVIII, já elevada à vila e cabeça da capitania, essa camada mercantil, formada eminentemente por reinóis e por seus descendentes, tinha ligações profundas com as atividades portuárias que ganharam volume considerável nesse período, colocando Goiana, em definitivo, como uma vila atlântica, conectada às cidades como Recife, Salvador, além das capitanias do Norte, de portos europeus e, prestemos atenção: africanos.

Tal “grupo social de comerciantes”, no dizer de Manuel Correia, desempenhou um papel importantíssimo no desenvolvimento das redes de comércio hidroviários do Brasil de meados do século XVII. Parte integrante dessa paisagem era a sumaca, embarcação de médio porte que conseguia subir o rio chegando a Vila de Goiana, mas que também faziam as navegações de cabotagem e, em alguns casos, navegações transoceânicas.

Havia, na verdade, uma espécie de complexo portuário na região que foi explorado não só pela nobreza agrária, mas por comerciantes reinóis com conexões no além-mar. Muitos dos engenhos que se fixaram nas proximidades tanto do Capibaribe-mirim quanto do Tracunhaém construíram pequenos portos, ou trapiches, no intuito de escoarem a sua produção. “No referido rio Tracunhaém”, afirma Jordão Filho, “havia o porto de Bujari e aí dava-se o nome de rio Bujari, que era o porto onde se embarcavam os açúcares do engenho Bujari, hoje inexistente”.¹²⁰ Referindo-se a outros portos, lembra ainda Jordão Filho o de Jacaré, situado no Capibaribe-

¹¹⁸ BARBALHO, Luciana de Carvalho. *op.cit.*, p.59.

¹¹⁹ Estamos falando dos antepassados longínquos de Nunes Machado, primeiro juiz de Goiana e líder da Revolução Praieira, de Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego Barros, Barão de Timbaúba, o qual trataremos com mais detalhe do capítulo 4, entre outros Cavalcantis que tiveram influência na política do século XIX em Goiana.

¹²⁰ JORDÃO FILHO, Ângelo. *Op.cit.*, p.157.

mirim, já perto do rio Goiana, além do “porto das barças”, como era conhecido, situado no lado esquerdo do mesmo rio.¹²¹ Contudo, o mais importante era o porto da Conceição, localizado às margens da vila de Goiana.¹²²

É justamente nos arredores desse último porto que surgirão diversas casas comerciais cujos donos estarão ligados não só ao negócio do açúcar, mas também nos de fumo e mandioca. Fato não mencionado na historiografia local é o de que Goiana na primeira metade do século dezoito possuía uma produção fumageira de destaque. Esse produto foi largamente utilizado por negociantes locais no comércio transatlântico de pessoas. Já a farinha de mandioca, embora servisse para a alimentação da população em geral, e comercializada nos mercados locais, era também um produto de exportação: poderia ser levada aos mercados africanos, ou para cidades como a Paraíba ou Salvador e até mesmo servindo à carreira das índias, como serviu a produção goianense por muitos anos.¹²³

Ponto crucial dessa história é que, aliado ao desenvolvimento comercial e ao aparecimento de uma camada de negociantes locais com fortes ligações atlânticas, Goiana participará, no início do século XVIII, do comércio de pessoas feito nos portos africanos da Costa da Mina e nos de Angola.¹²⁴

A primeira evidência está numa carta, datada de 3 de julho de 1719 e escrita pelos oficiais da câmara da vila de Goiana, composta também por comerciantes locais, endereçada a sua Majestade, pedindo licença para comercializar tabaco com o reino de Angola e com os mercados da Costa da Mina. No mesmo ano, o Conselho Ultramarino consultava as autoridades competentes de Pernambuco a respeito “da necessidade que aqueles moradores têm de escravos e o poderem mandar embarcações a Angola e Costa da Mina”¹²⁵

¹²¹ Lembra também Manuel Correia que “nas proximidades da vila em Bujari e em Japomim, existiam portos para barcos de pequeno calado, onde os produtos eram embarcados e levados para sumacas até a praça do Recife” ANDRADE, Manuel Correia de. op.cit., p.102

¹²² A localização, atualmente, diz respeito ao porto do Baldo do Rio.

¹²³ Sobre a produção de fumo e farinha e participação de Goiana no comércio de africanos, ver LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos. Pernambuco (1654-1760)**. Tese (Doutorado em História) São Paulo: FFLCH/ USP, 2008.

¹²⁴ Sobre os negociantes goianenses no século XVIII e sua ampla reivindicação por espaços políticos na câmara local, ver: BARBALHO, Luciana de Carvalho. **Capitania de Itamaracá, poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. História, 2009.

¹²⁵ COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, Maria. Op. Cit. p.413.

A permissão foi concedida e os negociantes goianenses fizeram o comércio de escravizados nos portos da Costa da Mina e nos do reino de Angola, independente da principal praça comercial da região: sem passar pelo porto de Recife. Dizia a resolução do Rei:

[...] atendendo q o meyo se aumentarem os Povos he facultar lhes o comercio fui servido deferir a estes moradores, concededo lhes, que lhes possam mandar os seus Navios a Angola, e Costa da Mina, sem serem obrigados mandollos a Pernambuco, por tempo de seis anos ¹²⁶

Não há como negar que o fato de Goiana ter participado diretamente desse tipo de comércio impactou contundentemente na sua formação social e cultural, em última instância, no processo de sua invenção, isto é: processo de constituição política, econômica e social desse território. Esses contatos foram responsáveis não só pela vinda de africanos escravizados, mas também de saberes, de culturas, objetos e utensílios dos mais diversos. Sem contar que tais contatos também fortaleceram o crescimento significativo das riquezas daqueles que estiveram à frente desse lucrativo comércio.

Desde os finais do século XVII, apesar das brigas onde ficaria, de fato, a casa de câmara e cadeia, os comerciantes que fizeram fortuna reivindicavam a participação nas decisões políticas locais, reservadas quase que exclusivamente a nobreza agrária representada, em Goiana, pela família Cavalcanti e Holanda.¹²⁷ Em resumo, conseguiram o que queriam.¹²⁸ A nobreza agrária não se sentiu confortável com a presença dos comerciantes, ou, em tom pejorativo, dos mascates reinóis que atuavam em Goiana, pois, para ela, eles tinham “defeitos”:

¹²⁶[Carta de D. João V] incerta na DO OUVIDOR Superintendente do Tabaco [da Paraíba] Lisboa, 14 de março de 1720. TT, JT, Março 98 Apud Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comercio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos. Pernambuco (1654.1760)**. Tese (Doutorado em História) São Paulo: FFLCH/USP, 2008.p. 137.

¹²⁷ Nas palavras de Luciana Barbalho, “as câmaras eram estabelecidas em locais com status de vila ou cidade e que foram regulados pelos forais, os que lhes garantiam a autonomia municipal. [...] Era responsabilizada por uma gama de ações como a organização de festas e celebrações, pela fiscalização das medidas de higiene, saúde, assistência médica, organização do espaço urbano, abastecimento da população, entre outras coisas. [...] estavam subordinadas aos poderes centrais, mas adquiririam poderes excepcionais variando de capitania para capitania, o que era, muitas vezes, facilitado pela distância entre a colônia e a metrópole e a demora no trâmite dos processos e correspondências” BARBALHO, Luciana de Carvalho. *Op. Cit.*, p.63.

¹²⁸ “O poder local em Goiana, que se constituiu na sua elite política, ou seja, por aqueles que compunham os cargos camarários, foi formado tanto por elementos da nobreza, a açucarocracia (lavradores e senhores de engenho), como por comerciantes [...] apesar de não sabermos ao certo como os reinóis tiveram acesso aos cargos camarários de Goiana, podemos perceber pela bibliografia consultada que eles já compunham ou influenciavam bastante na Câmara na década de 90 do século XVII até o período da guerra dos mascates”. IDEM, pp. 78-79.

“os homens bons (isto é: os nobres da terra) não admitiam a entrada de pessoas com defeito de sangue ou defeitos mecânicos, como diziam, na municipalidade”¹²⁹

Não entraremos nessa contenda. O que para nós é importante ressaltar é que agora sim, podemos dizer que pelo rio Goiana se ia ao mundo, para além dele havia a África, a Europa e a fortuna dos comerciantes reinóis estabelecidos na antiga Aldeia de Guuena.¹³⁰

É exatamente no período que engloba o crescimento comercial e urbano, atrelados, inclusive, aos contatos diretos com portos africanos, ou seja: entre meados do século XVII e do XVIII, que serão construídos os principais templos religiosos que até hoje estão de pé. Tivemos a conclusão da Matriz dedicada a Nossa Senhora do Rosário cuja obra começou no início do século XVII; a construção da Igreja e do Convento do Carmo a partir de 1666 e depois, no século XVIII, o templo dedicado a Santa Teresa da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1753) e também do cruzeiro do Carmo (1719); o templo de Nossa Senhora dos Milagres (popularmente conhecido como Igreja da Misericórdia) (1723); o de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos (1681) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, cuja construção em taipa remonta ao século XVI, mas que sofrerá uma reforma, ganhando as características hoje existentes, na primeira metade do século XIX.¹³¹

No último quartel do século XVIII, Goiana já havia há tempo se consolidado como o principal centro econômico e político da capitania. Quando a anexação de Itamaracá a Pernambuco foi feita no final do dezoito¹³², a antiga capitania de Pero Lopes foi denominada de comarca de Goiana, outro fato que exemplifica sua importância enquanto centro político-econômico da região que, como vimos, teve seu auge entre meados do século XVII e fins do XVIII.

A título de exemplificar melhor a capitania de Itamaracá em fins do século XVIII, em termos de sua divisão eclesiástico-administrativa no momento de sua anexação a Pernambuco,

¹²⁹ “[...] ao que parece é que a Câmara de Goiana, neste momento, já estava constituída, em sua maioria, por reinóis ligados às atividades do porto. Ao que tudo indica, isto se estendeu pela primeira década do século XVIII, pois, durante o conflito dos mascates percebemos que a Câmara era ‘quase toda composta de reinóis’”. IDEM, p.80.

¹³⁰ Sobre a formação da elite camarária de Goiana no século XVII, além da participação de comerciantes reinóis nos cargos camarários e seus conflitos com a nobreza da terra, ver: BARBALHO, Luciana de Carvalho. op. cit., p.82. Já o último período desse parágrafo é baseado no poema de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa: “O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia”. Ver: PESSOA, Fernando, 1888-1935. **Poemas Completos de Alberto Caeiro** / Fernando Pessoa; [organização Carlos Felié Moisés]. – 2. Ed. – São Paulo: África, 2013, p.55.

¹³¹ Consultar: FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO – FIDEPE. Goiana. Recife, 1981, 88p. (Monografias Municipal, 4), p.59.

¹³² Segundo Manuel Correia, “como não se dispõem de dados do ano da incorporação, pode-se levar em conta os do ano de 1774” ANDRADE, Manuel Correia de. Op.cit., p.99

era composta pelas seguintes freguesias, a saber: Taquara, curato de índios até 1592 situada entre os rios Capibaribe-mirim e Abiaí; Alhandra, vila de índios e menos povoada que Taquara, a qual fazia divisa; També, de pequena expressão e possuindo “apenas uma igreja de taipa, sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro, havendo uma outra, a de Nossa Senhora do Rosário, em um lugarejo Chamado Caricé”¹³³; Tejucupapo, “formada por duas povoações, a de São Lourenço, com duas igrejas, a Matriz de São Lourenço e a do Rosário” e um outra cerca de “nove quilômetros, onde foi construída a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos”¹³⁴; Itamaracá, “que compreendia tanto a ilha como uma porção no continente que ficava limítrofe com Igarassu, já em Pernambuco”¹³⁵.

A principal freguesia e vila era a de Goiana¹³⁶, situada em planície amena entre os rios Capibaribe-mirim e Tracunhaém, ficando a vila numa chapada de terra mais alta do que as vargens das margens dos rios que a cercavam, como até hoje se encontra. Sua entrada tanto ao sul, como ao norte, se fazia por pontes de madeiras. Junto à ponte do lado norte se achava “um grandioso trapiche por onde se embarcam caixas de açúcar dos engenhos em lanchas e canoas que descem pelo rio abaixo uma légua onde [ficam] as sumacas que as recebem e transportam para a praça do Recife”¹³⁷ Dos 29 engenhos existentes em fins do século XVIII, 2 moíam com água e os demais com cavalos, o típico engenho banguê. E, nos arrabaldes da vila entre a Matriz e o Engenho Mariuna, havia a grande feira de gado. Junto à mesma vila, também o famoso curtume.¹³⁸

¹³³ IDEM., p.103

¹³⁴ IDEM.

¹³⁵ IDEM.

¹³⁶ “Principia a sua Freguesia neste lugar donde se divide com a Freguesia de Taquara que lhe fica ao Norte, e [...] da Barra do Rio Capibaribe por este acima para deste, se divide com a Freguesia da Vila de Alhandra, Freguesia do També, freguesia de Tracunhaém e Curato do Bom jardim, por vários rios e entradas, buscando para o sul por vários rumos vai procurar o rio Tapirema donde se divide com a freguesia de Itamaracá e deste rio acompanhando as margens dele pelo caminho de leste, na estrada que vai para Pernambuco e noutra estrada acima da Arataca se extrema com a Freguesia de Tejucupapo que lhe fica neste lugar a leste” Fonte: **[IDEA da população da capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis. Agricultura, número dos engenhos, contractos e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido etc, etc, desde o anno de 1774 em que tornou posse do governo das mesmas capitánias o governador e capitam general José Cezar de Menezes].** [S.l.: s.n.], [17--]. 229 p. Disponível: em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428178/mss1428178.pdf> Acesso em: 27 jan. 2022.

¹³⁷ IDEM.

¹³⁸ Ainda nos diz Manuel Correia: “Goiana, a principal vila “possuindo uma área expressiva que se estendia das proximidades da costa até os limites com a freguesia de Tracunhaém e com o Curato de Bom Jardim, em Pernambuco” e possuindo “a Casa da Câmara, com cadeia, e, no meio da praça, o pelourinho, erguido no século XVIII”” ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit., p.102.

Quadro 1 Resumo das Freguesias da comarca de Goiana - Capitania de Itamaracá. 1774

Freguesia	Igrejas Filiais	Engenhos	Fogos	Habitantes	Observações
Taquara	10	7	520	2.947	-
Alhandra	-	-	521	1.364	-
Goiana	38	29	2.291	11.345	Três conventos e um hospício.
Tejucupapo	9	6	607	2.636	-
Itambé	3	-	712	2.378	-
Itamaracá	16	9	984	3.974	-
Total	76	51	5635	24.644	-

Fonte: [IDEA da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis. Agricultura, número dos engenhos, contractos e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido etc, etc, desde o anno de 1774 em que tornou posse do governo das mesmas capitanias o governador e capitam general José Cezar de Menezes]. [S.l.: s.n.], [17--]. 229 p. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428178/mss1428178.pdf> Acesso em: 27 jan. 2022.

Como podemos perceber, mais da metade, ou 56,8% dos engenhos existentes em 1774, data do relatório feito pelo capitão José César de Menezes, referentes à região compreendida como comarca de Goiana da capitania de Itamaracá, estavam situados na freguesia de Goiana que, aliás, concentrava 46% da população do total exposto no quadro acima, além de 40% de todos os fogos arrolados. Esses números, ainda que sejam passíveis de erros, servem ao menos como uma margem interessante para se pensar na proeminência urbana, econômica e social desse povoado que surgiu ainda no século XVI, cuja nomeação variou nos documentos ora como aldeia de Gueena, aldeia de São Miguel, Guayana, ora como aldeia de Capivarimi. Mas que, no início do século XVIII, se firmou como Goiana.

No século XIX, Goiana deixa de ser vila para se tornar cidade por força da Lei Provincial n. 86 de 05 de maio de 1840.¹³⁹ Essa é também, sem dúvidas, mais uma evidência que assegura a sua importância econômica e política na então província de Pernambuco: decerto um legado construído entre fins do século XVII e XVIII, alicerçado principalmente na produção de açúcar e no trabalho escravo africano. Sete anos antes da elevação, porém, quando da divisão da província em comarcas, Goiana será uma delas, abarcando boa parte do território que compreendia em fins do século XVIII. No decorrer do XIX, continuidades e rupturas se farão presentes. É necessário entender esse processo antes de adentrar na análise das experiências da escravidão e da liberdade.

2.3 DEFININDO UM TERRITÓRIO NO BRASIL IMPÉRIO.

Quantas pessoas moravam na comarca de Goiana durante a segunda metade do século XIX? A resposta para essa pergunta deve ser pensada a partir da compreensão do território da comarca de Goiana na segunda metade do século XIX. Nessa seção proponho analisar a analisá-lo, levando em conta as suas reconfigurações ocorridas no decorrer do século XIX. Afinal, não estamos lidando com algo fixo, tampouco engessado no tempo.

Nessa empreitada, existe um ponto que sempre precisaremos levar em conta. Ele diz respeito à falta de rigor na definição das dimensões das unidades administrativas do território do Brasil Império, que ia desde a Província, Comarca, passando por Município, Vila e Freguesia, além das Paróquias, Subdelegacias e Distritos de Paz, chegando à menor unidade: o quarteirão. A falta de rigor da demarcação dessas unidades territoriais termina por influir diretamente na análise das contagens populacionais daquela época. Ou seja, estamos lidando com um território e uma população com dimensões bastante fluidas e, portanto, caso não prestemos atenção, incorremos em erros crassos.¹⁴⁰ De todo modo, apesar dos entraves, há indícios suficientes para seguir em frente.

¹³⁹ FIAM/CEHM, Recife. **Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco** / Centro de Estudos de História Municipal, 1994, p.70.

¹⁴⁰ De acordo com Heitor Pinto de Moura Filho, “apesar das falhas dos primeiros censos, as informações sobre o tamanho da população só vieram a adquirir uma confiabilidade mínima com os recenseamentos gerais, em 1872, 1890 e 1900” ver: MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Um século de pernambucanos mal contados. Estatísticas demográficas nos oitocentos.** (Dissertação) Rio de Janeiro. UFRJ/IFCS, 2005, p.16. Sobre o conceito de território ver: BUENO, B. P. S. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822).** 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p.482-487.

A divisão territorial do Brasil Império se dava sob as hierarquias administrativa, judicial, eclesiástica e policial. A Constituição outorgada de 1824 determinou que o Brasil fosse dividido em Províncias que se encontravam na alçada administrativa.¹⁴¹ O restante da divisão não era tão claro, misturando alçadas administrativas, judiciais, policiais e religiosas. Em termos hierárquicos, abaixo da província vinha a “comarca” (judicial), que podia se dividir em “termos”, e os termos em “distritos de paz” (judicial), quase sempre os primeiros correspondendo a um “município” (administrativo), que podiam ser compostos por uma “cidade” ou “vila”. A comarca também englobava freguesias (administrativo), delegacias e subdelegacias (policial), estas últimas dependentes de uma delegacia sede, geralmente implantada na vila ou na cidade de maior importância da comarca. Não esquecendo das “paróquias”, divisão eclesiástica que muito se confundia com as freguesias.¹⁴²

As províncias, a princípio, ficaram sob a jurisdição de seus presidentes em conjunto com os membros do *Conselho Geral da Província*. Depois, com a reforma de 1835, o conselho foi substituído pela *Assembleia Legislativa Provincial* cujos membros eram eleitos para mandatos de dois anos. Já os presidentes de província, cargo que, na prática, era mais político que administrativo, eram escolhidos pelo Ministro do Império que também nomeava delegados e subdelegados de cidades, vila e povoados, com os delegados nomeando os inspetores de quartirão: a “menor divisão judiciária correspondente a um conjunto mínimo de 25 casas”.¹⁴³

Vale salientar que delegados e subdelegados foram uma invenção da reforma de 1841¹⁴⁴ que instituiu a retirada da maior parte dos poderes do juiz de paz eleito e conferiu-os aos recém-

¹⁴¹ Província era como hoje são os estados. Como determinava o Art. 2 da Constituição de 1824: “O seu território (do Império do Brasil) é dividido em Províncias na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado” Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> acesso em 02 mar. 2022.

¹⁴² Ver: MOURA FILHO, *op.cit.*, 2005, p.33.

¹⁴³ Ver: CARVALHO, José Murilo de, 1939 - **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 4ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.151. No que tange à configuração instituída pela reforma de 1841, diz-nos Murilo de Carvalho: “o que houve em 1841 não foi simplesmente o esmagamento do poder local, como clamavam os liberais. Foi antes a instauração do governo como administrador do conflito local, sobretudo do conflito entre poderosos”. Ainda mais: “a nomeação pelo governo dos delegados e subdelegados, assim como dos oficiais da Guarda Nacional a partir de 1850, não só não violava a hierarquia local de poder, como até mesmo a protegia ao poupar aos poderosos os riscos de uma eleição”. IDEM, pp. 158-159.

¹⁴⁴ Trata-se da Reforma do *Código de Processo Criminal* que influenciou na relação centro-localidade durante a formação do Estado Nacional brasileiro. Segundo seu artigo primeiro: “haverá no Município da Corte, e em cada Província um Chefe de Polícia, com os Delegados e Subdelegados necessários, os quais, sobre proposta, serão nomeados pelo Imperador, ou pelos Presidentes. Todas as Autoridades Policiais são subordinadas ao Chefe da Polícia” e, no seu Art. 4: “aos Chefes de Polícia em toda a Província e na Corte, e aos seus Delegados nos respectivos distritos compete: § 1º As atribuições conferidas aos Juizes de Paz pelo art. 12 §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º do Código do Processo Criminal”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm> Acesso em: 08 mar. 2022.

criados cargos de delegados e subdelegados cujos deveres eram o de dar busca, prender, formar culpa, pronunciar e conceder fiança, entre outros pontos, além do prestígio, é claro, conferido àquele que ocupava o cargo.¹⁴⁵ Essa formatação perdurou até 1871, ano em que “a lei de 1841 foi modificada no sentido de tirar dos delegados as atribuições judiciárias, permanecendo, porém, as policiais”¹⁴⁶

Quando em 20 de maio de 1833, em virtude da resolução do Conselho Geral do Governo, foi a província de Pernambuco dividida em nove comarcas, Goiana era uma delas. Tratava-se de uma divisão territorial com fins jurídicos sob alçada dos juízes de direito, municipal e de órfãos. No que diz respeito a sua divisão, como lembra Edneila Rodrigues Chaves, “o território de jurisdição da comarca era dividido em termos, que, por sua vez, era dividido em distritos – menor demarcação territorial”.¹⁴⁷ De acordo com o Artigo 2º da resolução de 1833, que definia a divisão da província em comarcas, a de Goiana abrangia somente o termo de Goiana e era composta pelas freguesias de Goiana, Itambé e uma parte de Tejucupapo.

A divisão ascendente de distritos de paz, termos e comarcas, foi assegurada pelo Código de Processo Criminal de 1832 que também tratou da organização judiciária do Brasil Império. Entendia-se por distritos de paz o conjunto de no mínimo 75 casas. Para cada um haveria um juiz de paz eleito que, apesar dos amplos poderes conferidos pelas reformas da década de 1830, foram suprimidos depois de 1841 com a criação dos delegados e subdelegados, como já mencionado acima. Já no que tange ao termo, haveria um juiz municipal. E em cada comarca teria um juiz de direito, sendo ambos os juízes nomeados pelo Ministro da Justiça.¹⁴⁸

O primeiro juiz de direito da comarca de Goiana no tempo do Império foi um goianense de grande destaque entre os magistrados brasileiros, além de político, chegando, inclusive, a ser deputado geral por Pernambuco: Nunes Machado, líder da Revolução Praieira de 1848, morto em combate pelas forças legalistas no ano de 1849. Outros juízes de direito de destaque local e regional também assumiram o cargo em diferentes momentos. Só a título de exemplo, temos José Inácio da Cunha Rabelo, membro da elite açucareira local, além de João Antônio de Araújo de Freitas Henriques, magistrado baiano que ocupou vários cargos administrativos no Império:

¹⁴⁵ CARVALHO, op.cit., 2008, p.152.

¹⁴⁶ IDEM.

¹⁴⁷ Ainda segundo Edneila Chaves, “na esfera da administração eclesiástica, os termos eram compostos por uma ou mais freguesias (paróquias) – circunscrição com igreja paroquial, presidida por um pároco e vinculada a um bispado” Ver: CHAVES, Edneila Rodrigues. **Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico**: a Região Norte. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013, p.818

¹⁴⁸ Além dos processos judiciais comumente atribuídos a esses juízes, de acordo com Edneila Chaves, cabia também a eles o encargo jurídico de velar pela gestão dos recursos financeiros e pela administração executada nas câmaras, que se localizavam em cidades ou vilas que exerciam papel de destaque. Ver: IDEM.

uma figura que ficou conhecida na historiografia recente da escravidão depois do caso do sacerdote africano Domingos Sodré explorado pelo historiador João José Reis.¹⁴⁹

Quem cuidava das questões “meramente administrativas” desse grande território, sem nenhuma “jurisdição contenciosa”, eram as câmaras municipais, cuja estrutura no período imperial brasileiro foi regulada pela lei de 1 de outubro de 1828.¹⁵⁰ Por se tornar cidade em 1840, a câmara de Goiana - decerto uma das mais antigas de Pernambuco -, passou a ter nove vereadores. Assim como determinava a lei, a eleição se dava de quatro em quatro anos e era realizada no dia 7 de setembro.

Os vereadores não eram remunerados e suas funções eram as de fiscalizar e administrar os bens municipais, as obras e a economia local, manter caminhos e espaços públicos, a ordem pública de modo geral, a higiene, infraestrutura, o provimento do lugar para a feira do gado, a organização e fiscalização do matadouro, das feiras e dos mercados, a garantia do padrão de pesos e medidas, além de colher os frutos do prestígio que o cargo oferecia.¹⁵¹ No caso do pleito a vereança, participavam os cidadãos de todas as paróquias que constituíam a comarca.¹⁵² Poderiam se candidatar os homens que votavam nas assembleias paroquiais, possuindo dois anos de domicílio e “podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis”.¹⁵³

Desde a sua criação até o final do Império, a comarca de Goiana passou por diversas transformações. Num dado momento incorporou territórios, mas, no decorrer do século XIX, chegou a perdê-los. Entre 1833 e 1889, tivemos a criação e anexação de freguesias, surgimento de mais um termo e elevações de povoados à vila, mas também tivemos desmembramentos

¹⁴⁹ Sobre o caso de Domingos Sodré e de Araújo Freitas, ver: REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, cap.1.

¹⁵⁰ Ver: BRASIL. Assembleia Legislativa. Lei de 01 de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. *Lei de 1 de outubro de 1828*. Rio de Janeiro, RJ, 20 out. 1828. Disponível em <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=S/N&ano=1828&ato=c150TP35UNBRVT21e>> Acesso em: 02 de mar. 2022

¹⁵¹ IDEM.

¹⁵² É interessante notar que o território que compreendia toda a comarca de Goiana, também era o território que deveria ser administrado, em todos os aspectos acima relatados, pelos nove vereadores eleitos. A saber: Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana; de São Lourenço de Tejucupapo; de Nossa Senhora do Ó (criada na década de 1850) e a de Nossa Senhora do Desterro de Itambé.

¹⁵³ Segundo Murilo de Carvalho, “os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos os que tivessem independência econômica. A limitação de renda era de pouca importância. A maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por ano. O critério de renda não excluía a população pobre do direito do voto. A lei brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem”, ver: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.33.

significativos que resultaram na reconfiguração da sua dimensão territorial. No geral, estas reconfigurações aconteciam para atender interesses políticos específicos e serviam como estratégia da classe dominante local e provincial para manter em pleno funcionamento o exercício de dominação, pois, através dessas mudanças, poderiam empreender o monopólio de ocupação dos cargos políticos e de poder.

Como explica Marcus Carvalho, “interessava ao partido no poder, fosse liberal ou conservador, dividir as freguesias, termos e comarcas em que tinha maioria, para eleger juízes de paz, comandantes da guarda nacional, designar agentes da polícia civil [...]”.¹⁵⁴ O autor acrescenta ainda mais, quanto a esse ponto, que “nem as comarcas, uma divisão judicial e não eleitoral, escapavam. Demoravam mais a mudar de tamanho, mas terminavam também sendo redesenhadas”.¹⁵⁵ Assim foi a história da comarca de Goiana no curso do século XIX.

Essas mudanças sucessivas numa dada comarca, ou, como foi mais comum, numa freguesia, geravam, à época, constantes dúvidas sobre as suas dimensões territoriais.¹⁵⁶ Aliás, dúvidas que sempre permearão os trabalhos de historiadores e historiadoras que queiram enveredar nessa discussão. Heitor Moura Filho chamou esse problema de “indefinição efetiva nos registros políticos das fronteiras geográficas”.¹⁵⁷ Para enfatizar essa “indefinição efetiva”, o autor cita inclusive uma fala de Francisco Rego Barros, presidente da província na década de 1840, que lembrou o seguinte no relatório para a Assembleia Legislativa de Pernambuco: “os limites de alguns Termos, como de Garanhuns, Cimbres, Bonito e Goiana, têm urgência de ser claramente estabelecidos, mesmo antes de concluída a Estatística [da província contrato com Figueira de Melo] e a carta da Província”¹⁵⁸

¹⁵⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850** / Marcus J. M. de Carvalho. – 2. Ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p.42

¹⁵⁵ IDEM.

¹⁵⁶ No Brasil Império, as freguesias ainda mantinham um significado semelhante ao atribuído no século XVIII. De acordo com Cláudia Fonseca, “como ocorria em outras partes do império português, assim como em outras nações da Europa, as paróquias ou freguesias constituíam as células de base da organização eclesiástica na colônia. No âmbito das freguesias desenrolavam-se todas as atividades da vida religiosa; mas elas também serviam à administração civil e, em particular, ao fisco – a paróquia sendo a unidade territorial adotada para diversos atos de natureza administrativa, como os recenseamentos e a cobrança de impostos (como o dízimo)” Ver: FONSECA, C.D. A conversão dos sertões: a ocupação do território e a instalação das estruturas do poder eclesiástico. In: **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas** [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 82-130. ISBN: 978-85-4230307-0, p.85. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0006>>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

¹⁵⁷ “Na apresentação dos resultados do recenseamento de 1872, feita em 1874, no entanto,” aponta Moura Filho, “fica clara a coincidência de freguesias com paróquias”. Ver: MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Op., cit., p.34.

¹⁵⁸ MOURA FILHO, Heitor Pinto de. op.cit., 34.

Além dessa “indefinição efetiva”, Moura Filho indica mais um obstáculo: o da “designação de circunscrições distintas pelo mesmo topônimo.”¹⁵⁹ Isto é: um mesmo nome designando lugares diferentes. Assim, parafraseando o autor, encontramos Goiana como sendo a sede que possuía o porto fluvial e suas igrejas seculares, como sendo também uma freguesia ou paróquia, um termo ou município, ou ainda, como sendo a comarca de Goiana, cujo território amplo estamos aqui tentando explicar.¹⁶⁰ Dito isto, é necessário tomarmos cuidado para não confundirmos os territórios referidos, seja a comarca, a cidade, freguesias, paróquias e distritos policiais.

O que estamos querendo demonstrar é que para entender o território da comarca de Goiana é necessário pensar em estratégias que nos tire do rastro do senso comum, ou nos desvie de erros comumente associados a historiadores não profissionais. Ora, não se trata de um território engessado e fixo, sem variações no tempo. Muito pelo contrário. Além das indefinições formais, o território que uma comarca abrangia poderia vir a sofrer, no decorrer de um determinado espaço de tempo, alterações na sua dimensão geográfica para atender interesses específicos. Mudava conforme o jogo de necessidades políticas e da manutenção e/ou ampliação da correlação de forças. Nesse processo, as suas demarcações e definições estavam sempre em constantes contestações e negociações.

A comarca de Goiana, depois de 1833, sofreu sua primeira mudança significativa em 1840, quando houve a elevação de vila a município de Goiana. Isso é um fato importante, não só pela memória atual em torno da municipalidade, mas, sobretudo porque a mudança proporcionou maiores foros políticos à região. Quatro anos depois, em 1844, uma parte da freguesia de Tejucupapo que, à época, pertencia à comarca de Recife, foi anexada à de Goiana.

¹⁶¹ No mesmo ano em questão José Bernardo Fernandes Gama, em sua obra *Memórias da província de Pernambuco*, dedicada aos Barões da Boa Vista e de Suassuna, descreveu as dimensões da comarca de Goiana no seguinte modo:

¹⁵⁹ IDEM, p.36

¹⁶⁰ De acordo com Chaves: “[...] município e cidade não detinham (e ainda hoje não detêm) o mesmo significado, uma vez que o termo técnico município engloba uma circunscrição territorial e administrativa composta por uma povoação principal (chamada sede de município) e tudo aquilo que estiver dentro de seu limite territorial, como os arraiais (distritos). Em contraponto, cidade refere-se unicamente ao centro populacional de maior povoação do município, ou seja, sua sede”. CHAVES, Edneila Rodrigues. *Op. Cit.* p. 819.

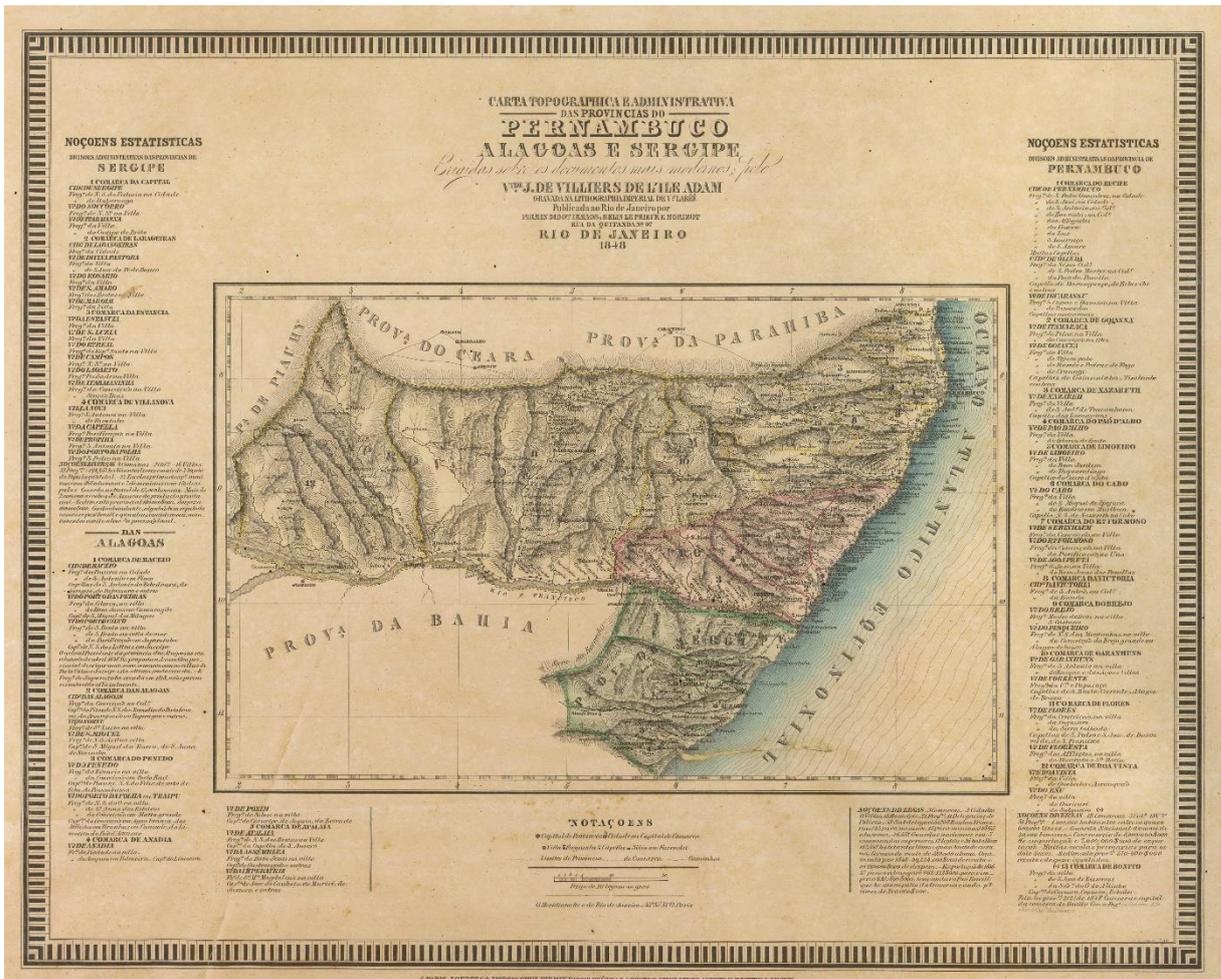
¹⁶¹ Lei Provincial n. 128 de 06/05/1844. Art.1 – “Fica pertencendo à comarca da cidade de Goiana a parte da freguesia de Tejucupapo, que atualmente pertence à comarca da cidade do Recife”. Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco do ano de 1844 – tomo IX. Recife, Tipografia de M. F. de Faria, 1844, p.12 Apud FIAM/CEHM, Recife. **Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco**. Organização de Carla Botelho. Apresentação de Eleny Pinto da Silveira. Recife, Fundação /Centro de Estudos de História Municipal, 1994, p.70

Limita pelo N. com o Termo da Paraíba, pelo S. com o de Igarassu, por E. com o Oceano, e pelo O. com o distrito do Limoeiro. O seu Termo abrange as Freguesias de Goiana, Itambé, parte da suprimida Freguesia de Pasmado, a margem esquerda do riacho Ubú, parte da de Tejucupapo ao N. de Carne de Vaca [...]¹⁶²

Já na *Carta topographica e administrativa das provincias do Pernambuco Alagoas e Sergipe : Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. J. de Villiers de L'lle Adam*, de 1848, mostra a comarca de Goiana como sendo constituída pela vila de Itamaracá e vila de Goiana (no caso cidade, haja vista sua elevação em 1840), e pelas freguesias do Pilar, na vila da Conceição na Ilha, freguesia de Goiana, de Tejucupapo, Itambé e Pedras de Fogo e Cruangi. Diante das informações acima ressaltadas, as indefinições do território da comarca de Goiana no século XIX emergem mais uma vez para demonstrar como é difícil entendê-lo a partir das informações legadas pelos contemporâneos.

¹⁶² **Memorias historicas da provincia de pernambuco : precedidas de um ensaio topographico-historico, dedicadas aos Illustrissimos, e Excellentissimos senhores Barão da Boa-Vista e barão de Suassuna.** Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844-1848, p.83 Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221727>> Acesso em: 3 de mar. 2022.

Figura 12 Carta topográfica e administrativa das províncias do Pernambuco Alagoas e Sergipe e Sergipe, 1848.



Fonte: VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. Carta topographica e administrativa das províncias do Pernambuco Alagoas e Sergipe: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. J. de Villiers de L'île Adam. Rio de Janeiro, RJ: Firmin-Didot, 1848. 1 mapa, col. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33112 Acesso em 10 de ago. 2023.

Figura 13 Comarca de Goiana a partir de um recorte da Carta topográfica e administrativa das províncias do Pernambuco Alagoas e Sergipe, 1848



Fonte: VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de. Carta topographica e administrativa das provincias do Pernambuco Alagoas e Sergipe: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. J. de Villiers de L'Ile Adam. Rio de Janeiro, RJ: Firmin-Didot, 1848. 1 mapa, col. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33112 Acesso em 10 de ago. 2023.

Mas é claro que a indefinição mencionada não significa que devemos parar. Em 1859 ocorreu uma outra mudança importante: a freguesia ou paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana foi dividida, criando-se uma nova: a de Nossa Senhora do Ó, certamente, como é de se supor, em decorrência de algum ajuste nas correlações de força locais.¹⁶³ Logo depois é criado outro termo: o de Itambé. A princípio, a sede do novo termo foi conferida à povoação de Timbaúba que, a partir daí, elevou-se à Vila. Essa mudança foi defendida na ordem do dia da Assembleia Legislativa de Pernambuco, “porque a comarca de Goiana”, ressaltou o Deputado Sr. Pina “é extensa, muito importante, e não pode continuar a ter um termo”.¹⁶⁴

¹⁶³ “N. S. do Ó – sede da freguesia do mesmo nome, no município de Goiana. Deve seu nome a invocação da igreja Matriz. Criada pela lei provincial 461 de 2-5-1859 que a desmembrou de N. Senhora do Rosário. A lei n. 1907 de 15-10-1888 elevou-a à categoria de vila que não chegou a ser instalada”. ver: GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Dicionários chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, p.12. Apud COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, Maria. **Bibliografia sobre Goiana: aspectos históricos e geográficos**. Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana. Recife, 1972, p. 35

¹⁶⁴ Sábado 14 de abril de 1860. Diário de Pernambuco. HDBN

Três fatores contribuíram para a escolha de Timbaúba como sede: a) não era como Pedras de Fogo que tinha metade do lado em Pernambuco e, a outra, no lado da Paraíba; b) era bem mais central, podendo assim atender melhor outras regiões; c) com a escolha, se evitaria “que Timbaúba, longe das vistas das autoridades e dos meios de civilização, continue a ser um foco de malfeitores e criminosos”.¹⁶⁵

Quatro anos depois, essa configuração cai por terra. Em 1864 é elevada à categoria de cidade a povoação de Pedras de Fogo.¹⁶⁶ Com isso é transferida a sede da freguesia de Itambé para a recém-criada cidade, tornando-se esta última a cabeça do termo de Itambé que compreendia a freguesia de mesmo nome, a de Cruangy e Timbaúba de Mocós. No entanto, esse formato ficará só no papel, ante aos inúmeros protestos e controvérsias acerca da linha de fronteira entre as províncias de Pernambuco e Paraíba. É interessante notar que essa região - que ficava a noroeste da comarca, e compreendia, sobretudo, Itambé e Pedras de Fogo e, por extensão, Cruangy/Timbaúba, permanecerá, nos vinte primeiros anos da segunda metade do século XIX, numa intensa reconfiguração.

E aqui temos mais um problema na definição do território da comarca de Goiana, uma vez que uma parte noroeste protagonizava uma linha indefinida de fronteira. Por um longo período manteve-se um imbróglio, envolvendo a região, sobre onde terminava Pernambuco e começava a Paraíba. Em 1850, os vereadores goianenses enviaram um ofício ao presidente da província para tomar providências “quanto a anexação da povoação de Pedras de Fogo à Paraíba ou a Pernambuco, a fim de que se normalize aquela localidade que, por se encontrar dividida, fica sem administração, o que provoca distúrbios”.¹⁶⁷

Virou assunto para o Ministério dos Negócios do Império do Brasil resolver. Em ofício ao ministro Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde de Bom Retiro, datado de 1855, ponderou o Presidente da Província da Paraíba do Norte, Francisco Xavier Paes Barreto:

Algumas divisas visíveis são alteradas às vezes pelo tempo ou emergências, como aconteceu com a que separa esta Província da de Pernambuco, pelo lado de Pedras de Fogo, quando uma antiga estrada, cujos vestígios ainda hoje se observam, foi por conveniência de melhor trânsito, mudada aquela estrada

¹⁶⁵ IDEM.

¹⁶⁶ Terça-feira 12 de abril de 1864. Diário de Pernambuco. HDBN. Até meados da segunda metade do século XIX não se sabe quem era de fato o que, se Itambé ou Pedras de Fogo. A única certeza é de uma linha divisória que passava no meio dessas duas Vilas, causando grande embaraços. “Assim mesmo de toda a comarca (de Itambé), o lugar onde mais impera este exclusivismo, é na antiga localidade chamada Pedras de Fogo, hoje arvorada em cabeça da comarca.” Diário de Pernambuco, dia e mês ilegíveis. Ano de 1873. HDBN

¹⁶⁷ Goiana. Prefeitura. **Ofícios da Câmara de Goiana ao Presidente da Província . 1849-1857.** Goiana, Tipografia Violeta, 1949-50, V. I, p.58.

pelo centro de uma rua daquela Povoação, outrora pertencente em sua totalidade a esta Província, e resultou que continuando-se a entender a estrada como linha divisória um lado de uma rua da mesma povoação ficasse pertencendo a Província de Pernambuco e o restante da Povoação continuasse a pertencer a esta província.¹⁶⁸

O padre Antônio Rogério Freire, presidente da câmara da Vila do Pilar, na Paraíba, perto de Pedras de Fogo, em resposta ao presidente da província supracitado, esclareceu ainda mais o assunto dizendo, a pedido do mesmo Ministro do Império, que:

[...] em verdade existem algumas dúvidas a respeito dos limites deste termo com a Comarca de Goiana no lugar de Pedras de Fogo, e por quanto subsiste uma tradição de que os limites deste termo com aquela comarca antes da existência daquela Povoação era a estrada das boiadas, que então entrando no lugar de Chã do Ingá, passava nas vizinhanças do Engenho Jardim e daí seguia a sair na feira velha, um pouco abaixo de Pedras de Fogo, em direção a Goiana, ficando todo terreno ao norte desta estrada pertencendo a este termo; com a criação da Povoação de Pedras de Fogo a referida estrada das boiadas mudou-se mais para o Norte, para passar por dentro da dita Povoação, seguindo para o citado lugar da feira Velha, onde então se faziam as feiras dos gados, e como a estrada das boiadas servisse de limites aos dois termos foi também à nova estrada continuando a reger os mesmos limites até hoje, tudo isto se funda em informações de pessoas antigas daquele lugar e mesmo desta Vila, porque nenhum documento existe a este respeito, o que bem se pode ver pelo termo que se lavrou, quando se marcaram os limites na criação desta Vila, cujo documento já se remeteu a Vossa Excelência¹⁶⁹

O vira e mexe envolvendo a região parece ter tido um fim mais ou menos definitivo em 1868, quando é criada a comarca de Itambé e o povoado de mesmo nome é elevado à vila e cabeça de comarca. Mas nem tanto, um artigo apócrifo publicado em 1873 no Diário de Pernambuco expunha a permanência dos embaraços provenientes dessa linha divisória:

Uma tal anomalia faz com que em um pequeno povoado se encontrem dois juízes de direito, dois juízes municipais, dois promotores, dois delegados policiais, em suma, um par de cada entidade oficial, e sobretudo o maior embaraço para a administração da justiça criminal e favor ou impunidade de criminosos, aos quais basta [...] saltar de uma calçada para a outra, para a seu salvo escapar-se a ação da polícia, que, sem certas formalidades, não pode penetrar em província estranha.¹⁷⁰

¹⁶⁸ [LIMITES da Paraíba do Norte com Pernambuco]. Pernambuco; Paraíba: [s.n.], 1855-1856. 9doc. (67p.). Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_12_61/cmc_ms618_12_61.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

¹⁶⁹ IDEM.

¹⁷⁰ Diário de Pernambuco, dia e mês ilegíveis. Ano de 1873. HDBN

Até hoje as duas cidades ostentam a linha divisória que passa no meio de uma avenida, com um lado sendo Pernambuco e, no outro, a Paraíba. Certamente deve ser a velha estrada por onde passavam as boiadas em direção a Goiana sede, onde acontecia, até meados do século XIX, a tradicional feira de gado.

Contando com todas as indefinições e transformações já relatadas acima, a comarca de Goiana, partindo de ofícios de delegados de polícia recolhidos em nossa pesquisa, possuía a seguinte configuração entre 1850 e 1868: compreendia dois termos, isto é: o de Goiana e o de Itambé; compreendia o município de Goiana; compreendia também quatro freguesias: a de Goiana, a de São Lourenço de Tejucupapo, Nossa Senhora do Ó e Itambé; quatro paróquias, a saber: a de Nossa Senhora do Rosário de Goiana, Nossa Senhora do Ó de Goiana, São Lourenço de Tejucupapo e a de Nossa Senhora do Desterro de Itambé. E, por fim, pelo conjunto de oito distritos de paz, ou subdelegacias, subordinados a Goiana sede, quais eram: Goiana, Goianinha, Nossa Senhora do Ó, Ponta de Pedras, São Lourenço de Tejucupapo, Itambé, Timbaúba e Cruangy.

O quadro abaixo é baseado num ofício do delegado de Goiana enviado ao chefe de polícia da província em 1852, e esboça o organograma do que era considerado por comarca de Goiana entre 1850 e 1868.

Quadro 2 Organograma da comarca de Goiana entre 1850 e 1868 por freguesias e subdelegacias.

Denominações das freguesias	Denominações das seguintes subdelegacias.	Observações
Goiana	Goiana	Goiana sede e imediações
	Goianinha	Hoje cidade de Condado
Tejucupapo	1º Distrito	Compreende a povoação de Ponta de Pedras.
	2º Distrito	Compreende a povoação São Lourenço de Tejucupapo
Itambé	Itambé	Povoação de Pedras de Fogo
	Timbaúba	Povoação de Mocós
	Cruangy	Povoação de Cruangy
N. S. do Ó	N. S. do Ó	Compreende também o povoado de Nossa Senhora da Lapa.

Fonte: APEJE, SSP - Setor de Manuscrito. 1852. Setor de manuscritos. SSP 176 – 1850 a 1860 - Volume único.

Daqui em diante, quando falarmos em comarca de Goiana, é preciso ter em mente que estamos nos referindo a um território extenso, cujas fronteiras em termos atuais dizem respeito a uma boa parte da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Só para termos uma ideia da dimensão que estamos lidando, comparando com a atualidade, esse território abrangia o que hoje são os municípios de Goiana, Condado, Itaquitinga, Itambé, Aliança, Timbaúba, Ferreiros, Camutanga e parte de Macaparana. É necessário termos consciência dessa dimensão, bem como das suas variações no tempo, pois isso implica nos assuntos demográficos do período.

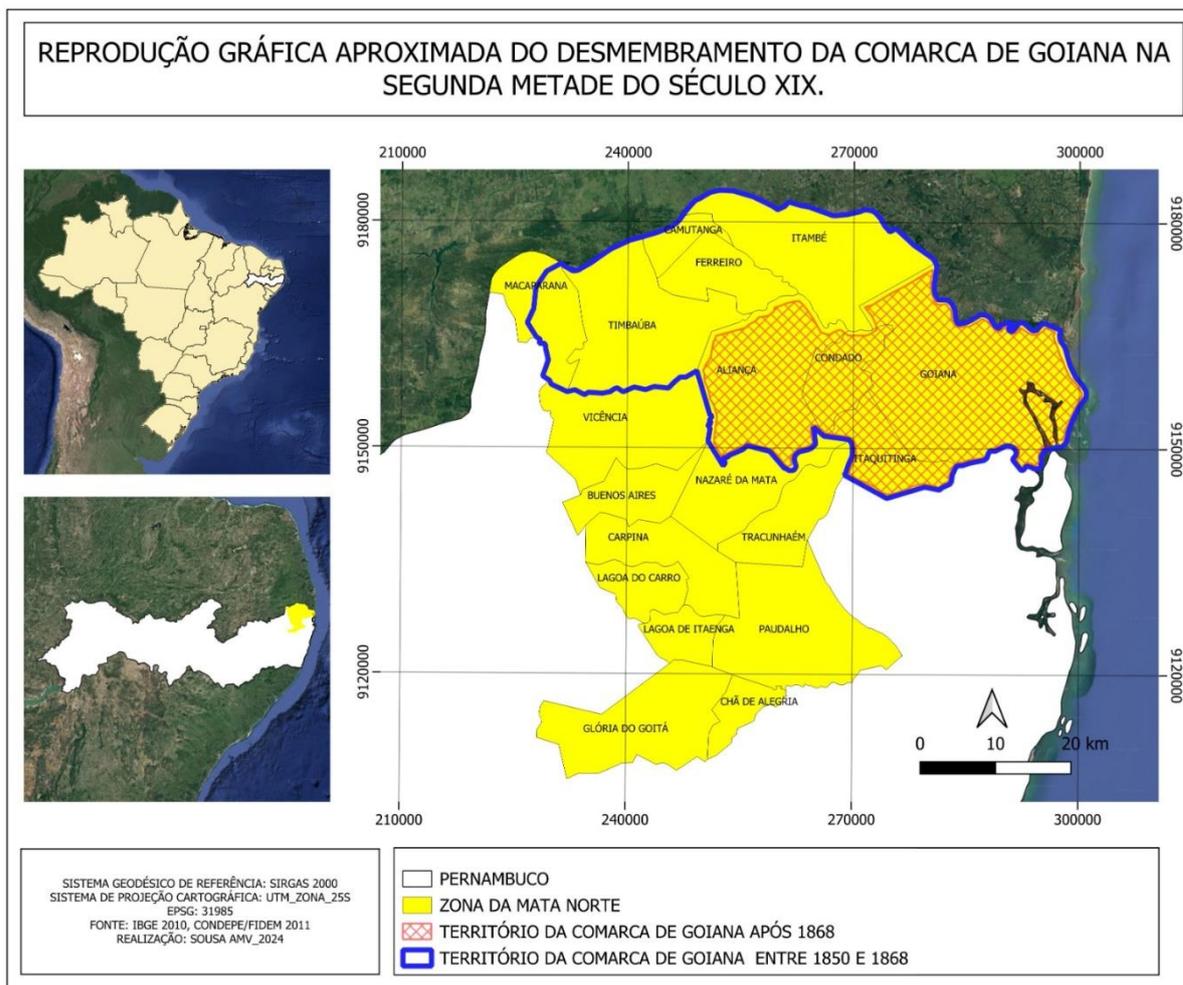
Retomando, a configuração apontada no quadro acima se manteve até 1868. A partir daí Itambé se desliga de Goiana. (ver figura 3, logo abaixo) Sobre os motivos que levaram a isso, resume uma nota apócrifa no Diário de Pernambuco publicada em 1873: “em 1681 foi criada [uma] paróquia e ficou pertencendo por largos anos a comarca de Goiana, até que ultimamente, não só pela sua importância real, como por conveniências políticas, foi elevada à categoria do que hoje goza”.¹⁷¹

Há aqui a primeira e principal cisão no território durante o século XIX. Agora em definitivo, a povoação de Itambé é elevada à Vila que passa a ser a sede dessa nova comarca. Com isso, Cruangy, Timbaúba, além de São Vicente ficam sob a jurisdição de Itambé, desligando-se também do território goianense. É de extrema importância destacar isso, porque, para o censo de 1872, por exemplo, não se inclui mais a população de Itambé e Timbaúba como fazendo parte do que chamaríamos comarca de Goiana alguns anos antes. O resultado, clarividente, é a redução no número da população livre e escravizada quando comparado com dados anteriores.

Caso não houvesse o desligamento em 1868, Goiana apareceria com uma população de livres e escravizados significativamente maior, visto que Itambé, Cruangy e Timbaúba, como demonstrado, faziam parte de um mesmo território quatro anos antes do censo. Sem o desmembramento, portanto, estaríamos falando de uma população de livres e libertos de mais ou menos 49.000 pessoas e, – talvez isso seja mais interessante para nós –, da maior população escravizada de toda a Zona da Mata pernambucana.

¹⁷¹ **Diário de Pernambuco**, dia e mês ilegíveis. Ano de 1873. HDBN

Figura 14 Localização da Zona da Mata Norte no atual estado de Pernambuco e reprodução gráfica aproximada do desmembramento da comarca de Goiana na segunda metade do século XIX.¹⁷²



Fonte: IBGE 2010, CONDEPE/FIDEM 2011. Produção Original e adaptado por: SOUSA AMV_2024

Abaixo temos um quadro contendo as diversas transformações ocorridas na comarca de Goiana no percurso do século XIX e, em seguida, outro a respeito das dimensões das freguesias feito através das informações compartilhadas por contemporâneos daquele tempo.

¹⁷² Quero aqui agradecer ao meu amigo de longas datas, Vidal Sousa, que produziu esta imagem com base no que conversamos. Meu muito obrigado. Nossas intermináveis conversas sobre Goiana inspiraram muito esse trabalho como um todo.

Quadro 2 A comarca de Goiana e as transformações do seu território no decorrer do século XIX.

ANO	TRANSFORMAÇÕES
1833	Criação da comarca de Goiana pelo Conselho do Governo de Pernambuco.
1840	A Vila de Goiana é elevada à cidade. Lei Provincial n° 86 de 05/05/1840
1844	Anexação de parte (até então ligada à comarca de Recife) da freguesia de Tejucupapo à comarca de Goiana. Lei Provincial n° 128 de 06/05/1844
1859	Criação da freguesia de Nossa Senhora do Ó de Goiana da povoação de mesmo nome, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana. Lei Provincial n° 461 de 02/05/1859
1868	Criação da Comarca de Itambé e elevação da Povoação à Vila. Lei Provincial n° 720 de 20/05/1867
1873	Criação da freguesia de Nossa Senhora das Dores de Timbaúba formada pelos distritos de Timbaúba e Cruangy. Lei Provincial n° 1.103 de 28/05/1873
1879	Divisão da comarca de Itambé para a criação da comarca de Timbaúba cuja sede ficou sendo a Vila de Timbaúba, povoação elevada por força da criação da nova comarca. Lei Provincial n° 1.318 de 04/02/1879
1888	Elevação à vila da povoação de Nossa Senhora do Ó de Goiana. Lei Provincial m. 1.907 de 15/10/1888

Fonte: FIAM/CEHM, Recife. **Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco.** Organização de Carla Botelho. Apresentação de Eleny Pinto da Silveira. Recife, Fundação /Centro de Estudos de História Municipal, 1994.

Quadro 3 Dimensões das freguesias da comarca de Goiana segundo Figueira de Mello e Sebastião Galvão (Século XIX).

Freguesias	Território ^a
Goiana	Limita-se ao Norte com a da Taquara, da província da Paraíba, e com a de Itambé pelo rio Capibaribe-Mirim; ao Sul com as de Nazaré, pelo lugar denominado Boca-da-Mata, com a de Tracunhaém, pelo riacho Gutiúba e engenho Taquara, com a de Igarçu, por vários engenhos, e com a de Tejucupapo pelo rio Tapirema; a Leste com esta mesma freguesia, desde a camboa Catucá até o rio Tapirema, defronte do engenho Tapirema-de-Baixo, e com a da Taquara pelo riacho Pedrinhas; e a Oeste com a freguesia de També, pelo riacho Serijó.
Tejucupapo	Limita-se ao Norte com a freguesia de Goiana, pelo rio Itapirema, e com a da Taquara pelo rio de Goiana, desde a barra do rio Pitanga até a do mesmo rio, no Oceano; ao Sul com a de Itamaracá, pela barra de Catuama, e com a de Igarçu, pelo lugar Mangabeira, e pelas águas que entram ao Norte e ao Sul do rio Ubu, conforme a lei provincial n° 44, de 12 de junho de 1837, e n° 83, de 4 de maio de 1840; a Leste com o Oceano, e com a referida freguesia de Igarçu pela ladeira grande do povoado Três-Ladeiras; e a Oeste com a freguesia de Goiana, desde a camboa Catucá até o rio Itapirema-de-Baixo, e lugar Corgo, o mais saliente para este
Itambé	Divide-se ao Norte com a freguesia da Rainha dos Anjos do Taipu, e com a de Nossa-Senhora-do-Pilar, pelo rio Gramame, e pela estrada que separa esta província da Paraíba, a quem pertencem ditas freguesias; ao Sul com a freguesia de Goiana, pelo rio Capibaribe-Mirim: a Leste com a freguesia de Alhandra, pelos Dois-Rios; e a Oeste com a de Nazaré, pela estrada que atravessa acima de Cruanji até Tiama.
N. S. do Ó	Limites: N. Itambé e Timbaúba. Oeste Nazaré. Sul: Igarassu. Leste Tejucupapo. Está assentada em um monte cuja base meridional corre o rio Sirigy, que conflui para o Capibaribe. Consta de uma rua larga com alguns prédios modernos, estabelecimentos comerciais e uma feira bastante concorrida. Pertencem à freguesia os povoados: Areias a oeste, Goianinha a leste e Lapa ao Norte. Capelas: além da Matriz: Rosário, São Sebastião de Areias, Dores e Conceição de Goianinha, Nossa Senhora da Lapa e Santa Cruz, no engenho do mesmo nome a capela do engenho Sirigy. Hidrografia: rios Sirigy, Capibaribe-mirim e Carauzinho. Agricultura e comércio: cultiva-se café, algodão e cana de açúcar que é a principal e ainda mandioca, milho, feijão arroz e outros gêneros

Fonte: MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco. Recife, PE: [s.n.], 1979. 309p. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss537449/mss537449.pdf> Acesso em: 13 jan. 2022; GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Dicionários chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, p.82.

^a As informações expostas nesse quadro devem ser analisadas levando em consideração as inconsistências já apresentadas nesse capítulo, no que diz respeito aos limites de cada unidade territorial supracitada. Portanto, é mais do que necessário estabelecer um olhar analítico aguçado. No mais, servem para termos ao menos uma ideia geral do que os contemporâneos pensavam e acreditavam de como era formado o território da comarca de Goiana.

2.4 OS LIVRES, OS LIBERTOS E A POPULAÇÃO DE PARDOS.

Feitas as considerações sobre o território compreendido por comarca de Goiana, tratemos agora da sua população de livres e libertos na segunda metade do século XIX. A análise terá como base central o censo de 1872, “o primeiro levantamento populacional brasileiro realizado em âmbito nacional, o último operacionalizado no regime monárquico e o único ainda sob a vigência da escravidão”.¹⁷³

Por questões de melhor entendimento, optamos por colocar também os dados referentes à comarca de Itambé que, como vimos, até 1868, era um termo da comarca de Goiana. Assim também faremos para os demais quadros, tabelas e gráficos que apresentaremos no decorrer desta seção. Logo abaixo temos uma tabela que corresponde à soma da população livre da comarca de Goiana com a de Itambé para o ano de acordo com o censo de 1872, dividida por “sexo” e “raça”. Por conseguinte, temos mais duas tabelas em separado: um para Goiana, outro para Itambé.

Tabela 3 Soma total das populações livres das comarcas de Goiana e de Itambé (1872).

Sexo	Almas	Raça			
		Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Masculino	23.774	9.564	11.981	2.007	222
Feminino	24.995	9.507	13.213	2.129	146
Total	48.769	19.071	25.194	4.136	368

Fonte: Recenseamento de 1872

Tabela 4 População livre da comarca de Goiana (1872).

Sexo	Almas	Raça			
		Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Masculino	13.984	4.864	7.453	1.560	103
Feminino	15.570	5.799	8.145	1578	48
Total	29.554	10.663	15.598	1.022	151

Fonte: Recenseamento de 1872

¹⁷³ Esse esforço censitário do império “contou com as associações litúrgicas dos párocos⁷ (ainda que temporária) na execução de várias tarefas que normalmente deveriam estar sob o encargo de funcionários do Estado” GOUVÊIA, Maria Cristina & XAVIER, Ana Paula. **Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX** Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 122, p. 99-120, jan.-mar. 2013, p.104.

Tabela 5 População livre da comarca de Itambé (1872).

Sexo	Almas	Raça			
		Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos
Masculino	10.067	4.700	4.877	471	19
Feminino	10.425	4.708	5.068	551	98
Total	20.492	9.408	9.945	1.022	117

Fonte: Recenseamento de 1872

A população das duas comarcas era formada eminentemente por livres e, ainda que não estejam denominados no censo de 1872, também por libertos.¹⁷⁴ Livres e libertos correspondiam a 90% do total dos habitantes.

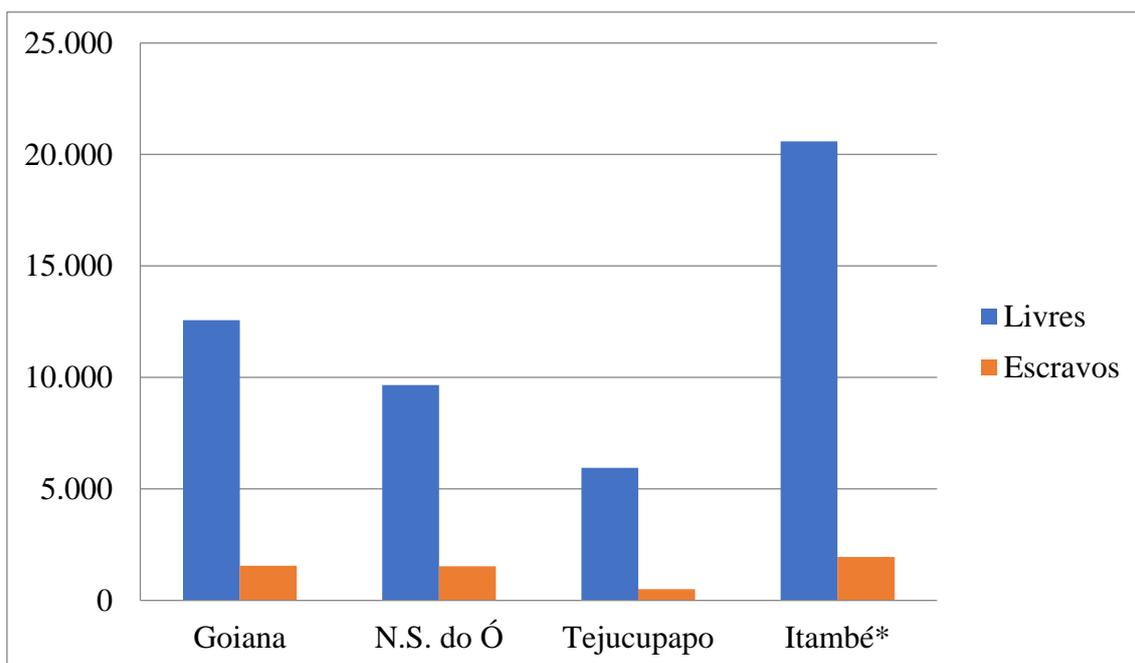
Essa discrepância em relação à população escravizada pode ser explicada por diversos motivos, seja pelo fim do tráfico que diminuiu a oferta e aumentou o preço do escravizado, tornando-se, assim, mais caro adquirir-los; seja pela *cólera morbus* que dizimou uma parte considerável da escravaria da Zona da Mata pernambucana¹⁷⁵; seja pelo tráfico inter-regional que drenou, sobretudo a partir da década de 1870, a população escravizada para o sudeste cafeeiro; seja alta taxa de mortalidade da população de escravizados, além, não esquecendo, das alforrias. Todos esses fatores foram cruciais, uns mais, outros menos, para que a população escravizada ficasse cada vez menor em relação a de livres e libertos no decorrer da segunda metade do século XIX.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Por libertos entendem-se aqueles ou aquelas que alcançaram a alforria no decorrer da vida em cativo. Por livres entendem-se aqueles ou aquelas que já nasceram nessa condição.

¹⁷⁵ Não só da Zona da Mata Norte de Pernambuco, mas do Brasil. De acordo com Sidney Chalhoub, “a cessão do tráfico negreiro em 1850, a baixa taxa de natalidade e alta mortalidade, em especial devido à devastadora epidemia de cólera de 1855 e 1856, provocaram uma diminuição acentuada da população escrava nas décadas de 1850 e 1860, algo que o censo de 1872 registrou bem, apesar de indícios de que subestimou em alguma medida o número de cativos.” CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. IN: **A construção nacional: 1830 – 1889**, volume 2/ coordenação José Murilo de Carvalho. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2) p. 42.

¹⁷⁶ Sobre essas questões, ver o capítulo 2.

Gráfico 1 População de livres e de escravos por paróquias.



Fonte: Recenseamento de 1872

*Os dados referentes à Itambé aqui utilizados dizem respeito a sua comarca, que em 1872 era formada apenas por uma paróquia: a de Nossa Senhora do Desterro de Itambé. Diferentemente da comarca de Goiana que era formada, como já mencionado, pelas paróquias de Nossa Senhora do Rosário de Goiana, Nossa Senhora do Ó e São Lourenço de Tejucupapo.

Nunca é demais lembrar que estes números representam não uma exatidão, mas aproximações que nos servem como uma margem para a nossa análise. É como disse o conselheiro Manoel Francisco Correia, em 1876, no “Relatório e Trabalhos Estatísticos da Diretoria Geral de Estatística”: “os resultados obtidos (do censo de 1872), se não são de uma completa exatidão, muito se aproximam da verdade”.¹⁷⁷

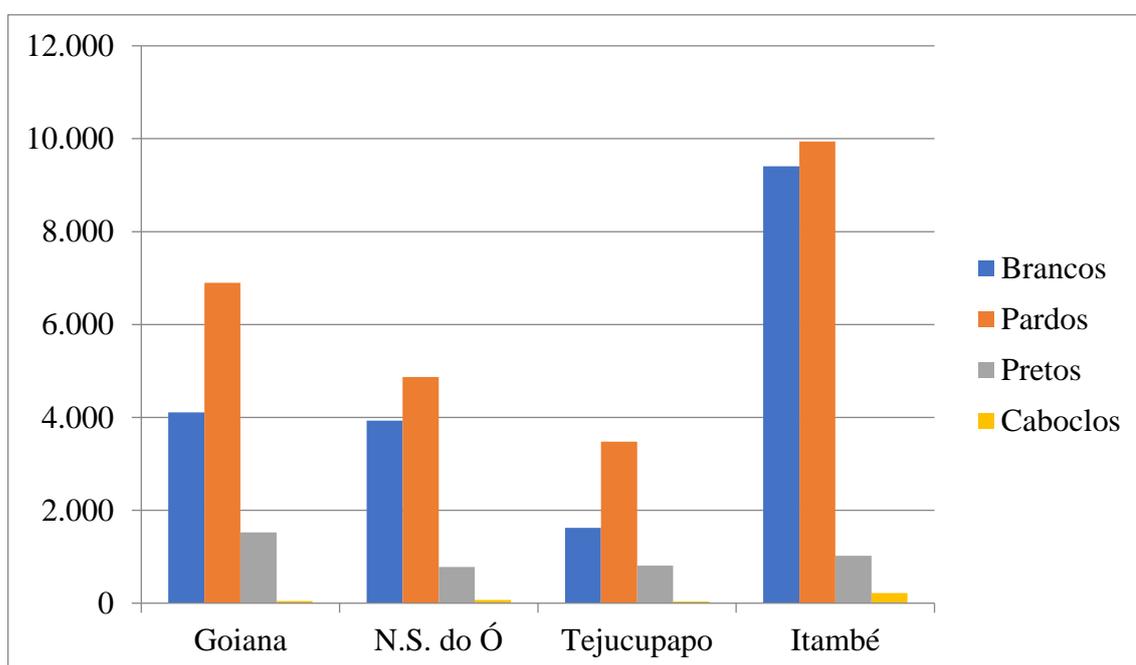
Mesmo com as ressalvas, não há motivos para não pensar que a maior parte dessa população fosse de “cor”, ou seja: 61% da população livre (excluídos os escravos, portanto) eram de pardos, pretos e caboclos, com predominância do primeiro grupo. Essa margem é semelhante à de centros urbanos escravistas brasileiros como Recife com 59,21%, como o Rio de Janeiro com 61% ou Minas Gerais com 68%. Inclusive, no Brasil de 1872, 57,9% da

¹⁷⁷ DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Relatório e trabalhos estatísticos apresentado pelo Diretor Geral, Conselheiro Manoel Francisco Correia ao Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto, 1877, p.2. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf> Acesso em: 02 de nov. de 2023.

população era formada por pardos, pretos e caboclos, sendo os pardos também os predominantes.¹⁷⁸

Tratando-se exclusivamente da comarca de Goiana, 52.7 % foram considerados como pardos, com Itambé levemente abaixo: 48.5%. Juntando com os pretos, temos 56.2% para a primeira e 53.5% para a segunda. Esses números traduzem uma realidade que se tornou assunto bastante comentado pelos “homens de ciência” das décadas finais do século XIX, tal como observou Lília Moritz Schwarcz.¹⁷⁹ Era o espetáculo das raças, uma população que formava um gigantesco mosaico de cores e que para muitos significava o atraso do país.

Gráfico 2 População livre da comarca de Goiana, mais a de Itambé, dividida por cor.



Fonte: Recenseamento de 1872

Diante desses dados a pergunta que cai muito bem é a seguinte: o que era ser pardo na comarca de Goiana durante a segunda metade do século XIX?

¹⁷⁸ CHALHOUB, Sidney. op. Cit., 2012. Sobre a cidade do Recife em específico, para a segunda metade do século XIX, ver também: MAC CORD, Marcelo. **O Rosário de d. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Recife: Editora Universitária UFPE/FAPESP, 2005.

¹⁷⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A definição de “pardo” no “Dicionário da Língua Portuguesa” escrito pelo padre Rafael Bluteau no final no século XVIII, é um adjetivo que qualifica aquilo “de cor entre branco e preto, como a do pardal. Homem pardo, mulato”.¹⁸⁰ Nesse sentido, pardo seria um “mestiço”, fruto da união entre brancos e negros, ou quem sabe um “mameluco”, fruto da união entre branco e indígena cuja cor da pele não era nenhum nem outro, mas, digamos, um meio termo: um tom de pele não tão negro como a de africanos ou indígenas, nem tão branco como a de um europeu.

O significado da palavra “pardo”, assim como os de outras palavras que povoam o imaginário dos estudos da escravidão, tanto no Brasil colonial quanto imperial, não pode estar atrelado apenas a uma definição de dicionário. A primeira coisa que temos que saber é que o senso utilizou da categoria “raça”, e não de “cor”, para distinguir os indivíduos do Império. Há de se ter em mente também que “o termo raça (à época do censo) não foi historicamente associado à ‘carga hereditária’ e/ou à cor da pele, mas a outras características como a posição social e o lugar que os indivíduos ocuparam nas relações sociais”.¹⁸¹ Segundo o conselheiro Manoel Francisco Correia, o Brasil era “habitado por três raças distintas, a saber”: “branca”, a “africana”, a “indígena” – classificada com o termo caboclos -, e por último, a “parda”, fruto “do cruzamento da raça africana com as outras” [...].¹⁸²

A terminologia tem uma história e sua aplicação faz parte de uma construção social cujas particularidades e consequências variam conforme o tempo e o espaço. Sheila de Castro Farias, por exemplo, ao analisar os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos de livres e libertos da vila de São Salvador, em Campos dos Goitacazes, na então capitania do Rio de Janeiro, percebeu que o termo pardo tinha um significado duplo: “podia indicar uma miscigenação, como referir a filhos ou descendentes crioulos”.¹⁸³

¹⁸⁰[Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro],p.159 Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412> Acesso em: 13 Abr. 2022. “De cor entre branco e preto. Mulato.” Ver também: [Dicionário da língua brasileira] de Luiz Maria da Silva Pinto, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414> Acesso em: 13 Abr. 2022.

¹⁸¹ GOUVÊIA, Maria Cristina & XAVIER, Ana Paula. op.cit., p.106.

¹⁸² DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. op.cit., p.10.

¹⁸³ FARIA, Sheila de Castro. Sinhás Pretas, **Damas Mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese (Doutoramento em História). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p. 69.

No entanto, o uso do termo podia estar também relacionado a uma determinada conjuntura social em que descendentes de africanos, quando vivendo em liberdade, tendiam a ser classificados nos registros paroquiais como pardos, mesmo não sendo mestiços, levando a autora a concluir que:

[...] o termo pardo fosse uma espécie de curinga, pois qual outra denominação deveria ser dada aos filhos, já nascidos livres, de africanos libertos, por exemplo. Pretos não podiam ser, porque não nasceram na África. Mulato e cabra também não, porque não eram mestiços. Restava o pardo amplamente utilizado por se referirem aos que não eram africanos ou crioulos, na escravidão, e aos filhos de alforriados na liberdade.¹⁸⁴

A constatação de Sheila Farias é depositária das pesquisas de Peter Eisenberg e Hebe Mattos. No final da década de 1980, momento em que estavam lançadas as “bases para novas interpretações sobre os sentidos do termo pardo”¹⁸⁵, Peter Eisenberg, estudando as alforrias em Campinas, São Paulo, considerou que o uso dos termos: “pardo”, “mulato” e outras palavras indicando uma cor mais clara ou um fenótipo mais parecido com o dos portugueses, tendem a significar também uma condição legal de livre. Dessa forma, tratando-se exclusivamente do termo pardo, uma pessoa negra que se tornasse livre no decorrer da sua vida em cativeiro, poderia passar a ser considerada como parda, utilizando o termo, nesse caso, como uma ferramenta de diferenciação social. “Por estar livre”, assegura ainda o autor, “uma pessoa de cor ‘parecia’ mais clara, da mesma forma que se diz no século XX que o dinheiro embranquece uma pessoa”¹⁸⁶

Hebe Mattos, utilizando-se de uma coleção de processos cíveis e criminais de uma parte específica do sudeste cafeeiro, reafirmou as constatações de Peter Eisenberg. Para a autora em questão, entre o século XVIII e início do século XIX houve nessa região uma mudança importante na percepção do que se considerava como ser livre. A liberdade enquanto condição social deixou de ser um atributo exclusivo dos brancos, da mesma forma que deixou de ser relacionada única e exclusivamente à cor da pele. Diante disso:

A designação de pardo era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se

¹⁸⁴ IDEM.

¹⁸⁵ BEZERRA, Janaína Santos. **A fraude da tez branca: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CHC. Recife, 2016, p.38

¹⁸⁶ EISENBERG, Peter L. Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX. In.:____. **Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX**. Campinas: Editora d Unicamp,1989, p. 269-270.

pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana, fosse mestiço ou não.¹⁸⁷

Quem segue na mesma linha de investigação é Roberto Guedes. Estudando Porto Feliz, São Paulo, entre 1798 e 1850, o autor chama a atenção para a flexibilidade do uso do termo pardo ao identificar, em documentos cartoriais, mudanças na cor de um mesmo indivíduo num espaço de tempo específico.¹⁸⁸ Ou seja, conforme as circunstâncias sociais e econômicas favoráveis, uma pessoa poderia se tornar parda ou, quem sabe, poderia perder este atributo ante uma quebra de “fortuna”. Por conseguinte, atesta Guedes que “a hierarquia e a posição social manifestas na cor eram fluidas e dependiam de circunstâncias sociais, sendo reatualizadas, negociadas”¹⁸⁹

Levando em conta as constatações dos autores acima citados é possível notar que longe de indicar somente a cor da pele, o uso do termo pardo estava também relacionado à tentativa de se distanciar do passado escravo. Destarte, aquele que nascesse livre ou se tornasse liberto no decorrer de sua vida, mesmo trazendo a marca da ascendência africana, poderia se tornar pardo, sendo mestiço ou não. Portanto, tornar-se pardo era um indicativo de um lugar social conquistado.

Vários outros estudos aprimoraram a abordagem oferecendo inúmeras interpretações sobre o termo pardo, tanto no período colonial, quanto no imperial.¹⁹⁰ No geral, o que essas pesquisas sugerem é que o uso do termo pardo carrega consigo complexidades e flexibilidades que precisam ser levadas em consideração caso queiramos entender um segmento tão diverso, pois não se trata de um grupo homogêneo, fácil de lidar metodologicamente. Aqui

¹⁸⁷ MATTOS, H. M. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX). 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 29-30

¹⁸⁸ GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

¹⁸⁹ GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008, p.1-2.

¹⁹⁰ A literatura é bem extensa, mas podemos citar os seguintes trabalhos: MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades**. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2006; VIANA, L. **O Idioma da Mestiçagem**: as Irmandades de Pardos na América Portuguesa. Campina, São Paulo: Editora da UMICAMP. 2007; FONSECA, Marcus Vinicius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007; PONTES, K. V. **Mulatos: políticos e rebeldes baianos**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2000; PRECIOSO, Daniel. **“Legítimos vassalos”: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803)**. Dissertação de Mestrado, UNESP, 2010; PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho) Tese (Concurso para Professor Titular em História de Brasil – Departamento de História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

enfatizaremos o termo pardo como significando, no geral, uma forma de se distinguir socialmente, se afastando do passado escravo com o intuito de conquistar novos espaços sociais.

Em suma, pardo não significava apenas a cor da pele – ainda que muitas vezes designasse realmente isso -, mas também uma importante ferramenta de diferenciação numa sociedade cujo número de livres de cor crescia veementemente e antigas terminologias e/ou noções de diferenciação já não faziam mais sentido. Afinal, numa sociedade em que a cor era um grande demarcador social, para um indivíduo preto, tornar-se pardo poderia vir a ser um passo importante na conquista de espaços sociais no mundo dos livres ou, em última instância, no mundo dos brancos.

Para pensar a questão em Pernambuco temos o trabalho de Janaina Santos Bezerra. Ainda que se dedique a segunda metade do século XVIII, sua pesquisa nos é muito útil para o objetivo aqui empreendido. Segundo a autora, depois de realizar uma reflexão das múltiplas abordagens em várias regiões do Brasil, além das investigações realizadas em documentações cartoriais e eclesiásticas, concluiu que no Pernambuco setecentista o termo pardo não “aludia apenas à cor da tez, ou seja, não era apenas resultado do cruzamento de brancos e negros, como nos sugere os dicionários da época, mas englobava inúmeros significados, incluindo aspectos como o social e o econômico”.¹⁹¹

Utilizando-se, sobretudo dos trabalhos de Eduardo França Paiva e Roberto Guedes, Janaina Bezerra sugere pensar o termo pardo através da chave de análise de *qualidade*, pois, essa população parda, já no final do século XVIII, estava imersa numa fluidez muito específica em que a cor da pele não era ponto fundamental de classificação. Ou seja:

Quando se falava da qualidade do indivíduo, falava-se de sua condição, situação social, religiosa, econômica, ocupação profissional e sua cor, que por outro lado, não estava relacionada apenas à pigmentação da tez do indivíduo, mas englobava aspectos sociais e econômicos. Logo, a qualidade funcionava como uma espécie de guarda-chuva que servia para distinguir e hierarquizar os sujeitos no contexto colonial pernambucano.¹⁹²

O conceito de *qualidade* apresentado e ampliado por Janaina Bezerra nos ajuda entender não só a população parda, mas também a de cor da comarca de Goiana, cujo passado tinha ligações profundas com uma ascendência de africanos e crioulos escravizados. Espera-se que ao entender essa população seguindo toda a discussão aqui travada, em especial a partir da proposição de Janaina Bezerra quanto ao conceito de *qualidade*, fique melhor o entendimento

¹⁹¹ Ver: BEZERRA, Janaina Santos. op. cit., p.38.

¹⁹² IDEM, p.51.

do uso do termo pardo no que diz respeito às suas complexidades e flexibilidades, desviando-nos, portanto, de uma definição fixa, engessada e dicionarizada, sem qualquer ligação com a fluidez do processo histórico e das transformações sociais.

Como exemplos temos alguns casos em que as terminologias referentes à cor aparecem ou desaparecem conforme a condição social da pessoa, ou, quem sabe, conforme conjunturas sociais específicas. O primeiro é a descrição feita pelo delegado de Goiana em janeiro de 1858 sobre um “pardo escuro”. Tratava-se de Manoel Basílio, natural de Igarassu e há cinco anos morador em Jatobá, termo de Goiana. Condenado e pagando a pena na cadeia local, evadiu-se para Recife, onde foi pego novamente. Na ocasião, o chefe de polícia pediu a descrição ao delegado para ver se batia as informações, ao que ele respondeu: “Manoel Basílio, pardo escuro, idade 26 anos, altura e grossura regular, cabelo pegado, rosto comprido, sobrancelhas grossas e pretas, nariz regular, boca grande, lábios grossos, pouca barba e com todos os dentes da frente”.¹⁹³

Parece-nos, ante a descrição feita de Manoel Basílio, de “boca grande, lábios grossos”, ainda que suscetível a equívocos, que o termo utilizado, isto é: “pardo escuro”, carrega consigo uma aproximação, com uma disfarçada ascendência africana. Pois, se pardo escuro, por que não preto? É uma questão, no mínimo, curiosa.

Outro caso que aguça a nossa atenção é o de Maria Benedita. Ela foi raptada da praia de Ponta de Coqueiros, onde se achava sob a guarda de sua tia de nome Clara forra, por um homem desconhecido e levada a Goiana, onde ficara na casa de um tal de Francisco, vulgo Pintor. Daí a levaram ao sertão onde foi vendida como escrava. Não sabemos como, nem depois de quanto tempo, mas Benedita reapareceu em Goiana. Sua história, registrada nas correspondências do delegado de polícia em abril de 1858, reflete a complexidade das classificações sociais e étnicas na época.

Em ofício, o delegado Luiz Francisco Teixeira respondia ao Chefe de Polícia da Província, Dr. Agostinho Luiz da Gama, que de Recife exigia “esclarecimento sobre a identidade da **preta Maria Benedita**”. Luiz Francisco enviou em anexo o auto de perguntas feito à dita preta nas dependências da delegacia. “Respondeu chamar-se Maria Benedita, filha de Josepha e Luiz sendo sua mãe forra e seu pai escravo”. Falecendo sua mãe ficara com a sua “avó Feliciano e seu avô Alberto ambos forros”, mas que já tinha sido escravos de um mesmo

¹⁹³ Delegacia de Goiana, 7 de Janeiro de 1858. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856a1860

senhoril e que quando fora raptada estes “viviam de esmolos para sustentaram-se e a ela interrogada”.¹⁹⁴

Ora, trata-se de uma família de libertos, com um membro ainda em cativo, vivendo em condição paupérrima. Note-se, porém, o termo *preto* atribuído a Maria. Seria apenas uma “cor da tez”, ou uma questão de fazer emergir uma “qualidade”? Aliás, a palavra “preto” guarda consigo uma relação intrínseca com a palavra “negro”. Esta última, como ressaltado por Hebe Mattos, “foi utilizada na linguagem coloquial por quase todo o século XIX, como uma espécie de sinônimo de escravo ou ex-escravo, com variantes que definiam os diversos tipos de cativos, como o africano – comumente chamado de “preto” até meados do século [...]”.¹⁹⁵

Parece mesmo ter pesado a circunstância social e econômica, tendo em vista a situação dos avós que viviam de esmolos, além do pai que ainda era escravo. Desse modo, Maria, que retornava de uma escravização ilegal, não conseguiu se distanciar do passado escravista de sua família que, aliás, ainda se fazia presente via paternidade, carregando consigo, inclusive, a classificação de preta que a colocava mais próxima do cativo.

Diferente ocorreu com os filhos do comendador Antônio Alves Viana. Em seu testamento declarou que “por fragilidade humana” tinha seis filhos ilegítimos.¹⁹⁶ Todos eles com mulheres diferentes. Mulheres libertas, diga-se de passagem. Duas delas aparecem na sequência de 14 cartas de liberdades conferidas pelo comendador em 1862: Felicidade, a mãe de Francisco Simão Alves Viana e Narcisa, mãe de Flávio Alves Viana. Felicidade era uma africana de Moçambique e já tinha 40 anos quando ganhou a alforria do pai do seu filho. Alforria que prescrevia a condição de servir ao seu senhor até a morte do mesmo. Já Narcisa, quando ganhou a sua alforria condicional, tinha 30 anos e foi considerada como crioula.¹⁹⁷

Ocorre que no testamento na descrição tanto das mães, quanto dos filhos, é ausente o marcador da cor. Com ressalvas para o caso das mães que apareceram como “libertas”. Mas nem elas e nem os filhos são considerados como pretos, mulatos, crioulos, mestiços ou quem sabe como “pardos”, uma vez que, como vimos, eram mestiços, isto é: filhos de mães africanas ou crioulas com pai branco. A não marcação pode indicar a influência da posição ocupada pela

¹⁹⁴ Delegacia de Goiana, 6 de Abril de 1858. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856a1860 (grifos nossos)

¹⁹⁵ Ver: CASTRO, Hebe M. Mattos. Laços de família e direitos no final da escravidão. IN: **História da vida privada no Brasil** : Império. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, p.342.

¹⁹⁶ “Goiana, Pernambuco, Brasil Registros,” imagens, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-81PT-H19> : 20 de abril de 2022), imagem 12 dos 406; Memorial da Justiça de Pernambuco (Brasil).

¹⁹⁷ Livro de Nota – Goiana, 15 de janeiro de 1862. Cartório de Maria Helena – 2º TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTO E OFÍCIO DE REGISTROS PÚBLICOS.

paternidade. Sendo assim, sua ascendência africana ou a sua cor, fora silenciada ante uma conjuntura social específica, ou, em outras palavras: uma conjuntura favorável.

Esses exemplos aqui expostos nos ajudam a pensar como esses marcadores sociais serviam para distinguir e hierarquizar os sujeitos, como eles eram fluidos e complexos, podendo variar conforme a situação social, bem como no tempo e espaço. Sendo assim, é preciso tomar cuidado para não cair em acepções generalistas que muito mais escondem que revelam.

Essa discussão se faz importante porque no Brasil de meados da segunda metade do século XIX, 42,7% (4.245.428) dos habitantes, excluídos os escravos, eram indivíduos livres de cor, ou seja: “egressos da escravidão e seus descendentes, pretos e pardos”. Esse era um aspecto que singularizava o país em relação a outros países escravistas das Américas.¹⁹⁸

Para melhor analisar esse ponto, seguindo a dica de Sidney Chalhoub, ou seja: ponderar “a presença proporcional de pessoas livres de cor em relação apenas à população negra total”, temos 73,7% dos pretos e pardos habitantes do Brasil como livres. Levando em consideração a população de cor total, incluindo os escravos, na Goiana de meados da segunda metade do século XIX, 84% eram de livres/libertos. Isso quer dizer que a região seguia a característica geral no que tange à “existência de um número significativo de pessoas cativas obtendo alforrias enquanto a escravidão ainda existia”¹⁹⁹

Essa população de cor cresceu ainda mais em toda a região da mata pernambucana nas últimas décadas da escravidão. Para termos uma ideia, os dados apresentados por Beatriz de Miranda Brusantin sugerem a cifra de crescimento de +162.9% para a região da Mata Norte e +142.7% para a Zona da Mata Sul.²⁰⁰ Tratando-se da comarca de Goiana, caso levemos em conta os dados apresentados por Figueira de Mello em 1852, temos um crescimento de +55.3% da população livre entre 1852 e 1872.²⁰¹ É possível visualizar esse crescimento e o impacto na

¹⁹⁸ “Em Cuba, por exemplo, na década de 1860, 26% da população total era cativa e apenas 16% dela era de pessoas livres de cor. Em Louisiana, em 1860, às vésperas da Guerra Civil americana, havia 46% de escravos e menos de 3% de negros livres”. CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. IN: **A construção nacional: 1830 – 1889**, volume 2/ coordenação José Murilo de Carvalho. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2) p. 42, p.43.

¹⁹⁹ Segundo Chalhoub, tratava-se de “uma característica importante da escravidão brasileira”. IDEM, p.44.

²⁰⁰ BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Capitães e Mateus: relações sociais e as culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (comarca de Nazareth – 1870 – 1888)**. (tese) doutorado. Campinas, 2011, p.73.

²⁰¹ Caso utilizemos para uma comparação os dados do relatório de Manoel Felizardo de Souza e Mello - entregue em 1859 ao conselheiro José Antônio Saraiva -, e os censos de 1872 têm-se uma colossal cifra de +316.5% na população de livres e libertos. Diante de tamanha discrepância, há de convir que possivelmente esses dados, quanto à população de livres e libertos, estão subestimados o que, portanto, interfere caso formos analisar a população de livres comparando-a com os dados do censo de 1872. Dessa forma, ficaremos com as estimativas de Figueira de Mello para o propósito aqui delineado, pois acreditamos serem mais fiéis.

composição da população da comarca de Goiana no gráfico apresentado acima onde se constata a grande presença de pardos em relação aos outros segmentos, sobretudo na paróquia de Nossa Senhora do Rosário.

Encarando o indivíduo pardo como sendo também, em grande medida, um descendente de mãe e pai ou, quem sabe, de avô e avó escravos, africanos ou crioulos, é possível inferirmos que a presença maciça de pardos na população livre de Goiana representa um significativo acesso à alforria que se acentuou sobretudo na segunda metade do século? Comparando com as demais paróquias, é possível também perceber que na de Nossa Senhora do Rosário o número de pardos é bem maior, dentre as demais paróquias, em relação a população declarada branca. A paróquia em questão oferecia mais oportunidade para alforrias? ²⁰²

Perguntas à parte, o que não podemos é constatar que diante do significativo aumento da população livre de cor tem-se, na região, por consequência lógica, um suposto desvanecimento da instituição escravidão, pelo menos no primeiro quartel da segunda metade do século XIX. Como veremos no próximo capítulo, isso não se aplica nem para Goiana, nem para a zona da Mata de Pernambuco, pois, mesmo depois de 1875, o número de escravizados na zona canaveira custou a decrescer, o que indica a força marcante da escravidão.

Ainda sobre o número cada vez maior de pessoas livres de cor no Brasil da segunda metade do século XIX, temos um aspecto bem importante: a elevada taxa de mestiçagem que, como lembra Adriana Pereira Campos, “dificultava ainda mais quaisquer distinções entre negro escravo e negro livre ou entre mestiço escravo e mestiço livre, para ficar apenas em dois exemplos representativos”. ²⁰³ Essa situação criou oportunidades para que escravizados se passassem como livres, experimentando a liberdade em fuga. No entanto, ainda que não seja o único fator, esse quadro também deu margem para (re)escravizações ilegais, situação que permeou de forma contundente a vida de indivíduos egressos da escravidão, por que não de pardos.

É necessário questionar a experiência da liberdade dessa população livre de cor que, apesar da condição jurídica, na prática convivam com a suspeita generalizada de serem escravos fugidos, e também com a probabilidade patente de serem reescravizados ilegalmente, num período em que o preço real do escravo aumentava a passos largos e o tráfico inter-regional,

²⁰² Ao menos em relação as outras áreas canaveiras de Pernambuco, que inclui, inclusive, até comarcas da Zona da Mata Norte, Goiana concentrava os maiores índices de alforria. Ver capítulo 2 dessa dissertação.

²⁰³ CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX.** Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS – Departamento de História. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

sobretudo após a década de 1870, recrudescia, fazendo das províncias do norte-nordeste, em certo sentido, celeiros de “exportação” de braço escravo para o sudeste cafeeiro.

A possibilidade de faturar com uma possível venda de um livre ou liberto, aliada à crescente demanda de braços escravos no sudeste, mais a frouxidão das provas que garantiam a liberdade dos livres e libertos de cor, eram aspectos que quando combinados marcavam de modo contundente a vida dessas pessoas, tornando-a instável e precária. Havia, portanto, uma precariedade da liberdade, assunto que trataremos com mais detalhes no último capítulo dessa dissertação.

No entanto, convém ao menos ressaltar um pouco o teor do problema da “probabilidade de ser escravizado ilegalmente” e como isso atingia de forma veemente a vida da população livre de cor, não só da comarca de Goiana, mas como a do Brasil escravista de modo geral. Afinal, como foi dito pelo então chefe de polícia do Império, Eusébio de Queiroz, “não sendo fácil obter provas de escravidão, quando um preto insiste em dizer-se livre, parecia mais razoável a respeito de pretos presumir a escravidão, enquanto por assento de batismo, ou carta de liberdade não mostrarem o contrário”²⁰⁴

O Ronco das Abelhas²⁰⁵, como ficou conhecido o levante ocorrido em 1852 que sacudiu principalmente a província de Pernambuco, é um caso mais do que exemplar para entendermos como o problema da precariedade da liberdade afetava a população livre de cor. É que no início da segunda metade do século XIX, o governo Imperial, ante a falta de dados que pudessem falar a respeito da população brasileira, decidiu realizar um censo geral, o primeiro em nível de Estado. Aproveitando o embalo da “onda estatística”, resolveu o governo realizar também o registro civil de nascimentos e óbitos. Ao contrário do que imaginaram as autoridades envolvidas, a iniciativa gerou enormes problemas, sobretudo nas principais províncias do que faziam parte da região hoje chamamos Nordeste.

A ideia foi posta em prática via decreto publicado no dia 18 de junho de 1851, e que tinha como objetivo central implementar “o regulamento para organização do Censo Geral do Império”.²⁰⁶ Noutro decreto, datado do mesmo dia, mandava executar “o regulamento do

²⁰⁴ CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.228. Até hoje o pressuposto Eusébio incide na população negra. Lília Schwarcz lembra que “se na época da escravidão indivíduos negros trafegando soltos eram presos ‘por suspeita de escravos’, hoje são detidos com base em outras alegações que lhes devolvem sempre o mesmo passado e origem”. Ver: SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Brasil: uma biografia** – 1ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 92

²⁰⁵ Também conhecida por Guerra dos Marimbondos.

²⁰⁶ Decreto nº 797, de 18 de Junho de 1851, disponível em : <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-797-18-junho-1851-559435-publicacaooriginal-81652> > Acesso, 28 de jul de 2023.

registro de nascimentos e óbitos”. Quanto a este último, previa-se mudar os registros da alçada eclesiástica para o âmbito civil. Como ressalta Sidney Chalhoub, “o regulamento do registro civil determinava que o serviço seria realizado nos distritos de paz, ficando os escrivães deles encarregados de compor os livros”. Detalhando ainda mais o procedimento:

[...] no caso da notificação dos nascimentos, o pai, a mãe ou outro responsável tinha o prazo de dez dias para fazê-lo; os óbitos tinham de ser informados em 24 horas. Os recém-nascidos de condição livre apareceriam nos livros em termos nos quais se declarariam dia e lugar do nascimento, sexo, nome, nome dos pais, profissão e domicílio.²⁰⁷

Longe de uma aplicação bem-sucedida do decreto de registro civil obrigatório, o que se deu no começo de 1852 foi um rebuliço geral que, decerto, não tinha sido previsto pelas autoridades imperiais. Uma série de revoltas se espalhou como rastilho de pólvora pelas províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará e Minas Gerais, de tal modo que a solução do governo foi recuar com as medidas. O motivo? Segundo o relatório realizado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco apresentado ao presidente da província, Dr. Victor de Oliveira: “a funesta e absurda prevenção que se ia apoderando do espírito da gente irrefletida a quem se pode fazer crer, **que o predito Decreto tinha por fim escravizar os homens de cor**”²⁰⁸

Essa interpretação dos fatos provocou inúmeros levantes e sedições nas províncias supracitadas, com a população agindo de forma deliberada “para obstar a entrada em vigor da exigência dos registros”²⁰⁹. Homens e mulheres adentraram igrejas para impedir que padres fizessem a leitura do decreto, invadiram engenhos e prédios públicos provocando mortes, soltura de presos e bastante alvoroço para as autoridades provinciais e locais que, longe de entender o contexto – ou, quem sabe, de querer mesmo menosprezar os indivíduos que fizeram parte do levante -, preferiram taxar a população transgressora como “gente menos ilustrada”, “povo iludido”, possuídos por “funesta e absurda alucinação”, “bando destinado”, entre outros adjetivos que estavam bem distantes de qualificar o real motivo do problema.²¹⁰

²⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p.38.

²⁰⁸ **Relatórios Presidenciais Provinciais**: Pernambuco. 9 de março de 1852. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=17&s=0&cv=0&r=0&xywh=-614%2C-1%2C3131%2C2209>> Acesso em: 10 de abr. de 2022. (Grifos nossos).

²⁰⁹ CHALHOUB, Sidney, op. cit., 2012b, p.14.

²¹⁰ IDEM, p.16.

No dia 6 de janeiro, o delegado goianense e futuro Barão de Bujari, Coronel Antônio Francisco Pereira, informou ao chefe de polícia da província, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, que:

[...] neste momento (ao meio dia) acaba de ser atacada a minha propriedade do Engenho Jatuíba, da qual pude evadir-me com mais dois filhos, por uma porção de amotinados anarquistas em número de sessenta, (...) sofrendo um dos filhos hum caroço de chumbo: não tendo eles executado seu plano de extermínio e morte por ter sido eu minutos antes avisado, e sofrendo minha mulher, que não pôde evadir-se, imensos insultos, cercada de clavinotes, e facas de ponta, para dar dinheiro vivo e prata; sucedendo depois matarem um forro de minha casa, e minha cria, de nome Joaquim, darem uma facada no meu mestre de açúcar de nome Martinho da qual se acha gravemente enfermo²¹¹

O delegado ainda avisava que tinha mais gente planejando invadir outros engenhos. Segundo o mesmo, tratava-se de “gente da última ralé”, “uma porção de proletários instigados pelos inimigos do sossego público que (...) não desperdiçam ocasião para fomentar desordens”.²¹² O coronel, como era de se esperar, agia a partir do mesmo *modus operandi* das demais autoridades provinciais, desclassificando os revoltosos, chamando-os de “ralé”, “inimigos do sossego público” e “desordeiros”. É certo que esses adjetivos estavam longe de qualificar as reais causas da eclosão do Ronco das Abelhas, mas, no geral, há de convir que se tratava mesmo de uma população livre de cor paupérrima, moradores de condição relegados a zona de dependência de algum senhor.

Analisando a documentação referente ao caso, Sidney Chalhoub identifica uma experiência em comum compartilhada por essa população que reagiu de forma tão dura e direta. Segundo o autor, tratava-se de “gente livre com medo de ser reduzida à escravidão. Mais precisamente, gente de cor livre com medo de ser reduzida à escravidão, como disse o ministro Mont’Alegre, pois eram negros os que tinham sua vida pautada pela ameaça do cativoiro”.²¹³ Indo mais além, Chalhoub sugere que haveria uma relação entre o fim do tráfico e os dois decretos, o do recenseamento e o do registro civil: “o registro de nascimento visava escravizar

²¹¹ ANRJIJ1824, 06/jan/1852. Do delegado de polícia de Goiana ao chefe de polícia da província. Apud SAAVEDRA, Renata. **Recenseamento e conflito no Brasil Imperial: o caso da Guerra dos Marimbondos.** CLIO–REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA –nº 33. A grafia foi atualizada por nós, prevalecendo os pontos e vírgulas.

²¹² ANRJ IJ1824, 07/jan/1852. Do delegado de polícia de Goiana ao chefe de polícia da província. Apud IDEM.

²¹³ CHALHOUB, Sidney. op. cit., 2012b, p.21.

as gerações futuras; o arrolamento do censo tinha o fito de organizar o cativo de pardos livres jovens e adultos”.²¹⁴

Não era para menos. Com o fim do tráfico em 1850 e, portanto, com o fim da entrada de novas levas de africanos escravizados nos portos brasileiros, o que já começava a apontar certo decréscimo na mão de obra escravizada, a interpretação mais convincente foi a de que as medidas do governo tinham o objetivo de escravizar a população livre de cor que restava no país. De modo geral, o que o Ronco das Abelhas expõe é a interpretação e o modo de atuação política particular da população livre de cor que convivia com a precariedade da liberdade pautada por reescravizações ilegais que se agravaram a partir de meados do século XIX. A liberdade para a população livre de cor egressa da escravidão, longe de ser algo inquestionável, era, portanto, uma experiência arriscada.

A falta de horizonte social alternativo nesse tipo de sociedade também era outro ponto marcante da precariedade da liberdade. Esse fator incidia na vida material dessas pessoas. Os egressos da escravidão conviviam sem muitas possibilidades que não fossem a da zona de dependência de seus senhores, ou na de outros que escolhiam no decorrer da vida. Tornavam-se, assim, “moradores de condição” que, segundo Manuel Correia de Andrade, constituíam “grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século passado (XIX)”. No geral eram paupérrimos, como os avós da preta Maria Benedita, vivendo em “choupanas [...] dispendo apenas de esteiras e panelas de barro”.²¹⁵

Ainda segundo Correia de Andrade, “tinham permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou de palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor do engenho”.²¹⁶ Bert Barickman notou uma situação bem semelhante para a zona canavieira baiana:

Como agregados, ou moradores de favor, erguiam precárias choças cobertas de sapé para nelas morar com suas famílias. Dentro, guardavam seus poucos trastes – raramente muito mais do que uma rede de dormir, um par de panelas de barro, uma cabaça grande para guarda farinha, duas ou três facas afiadas, uma trempe improvisada para cozinhar e, se viviam perto da baía, uma rede de pesca. [...] na mesma clareira, podiam também plantar um pouco de fumo e, mais tarde no século XIX, até alguns pés de café. Caça apanhada na mata e mariscos catados nos mangues das margens da baía forneciam as “iguarias de domingo” e as “guloseimas dos dias santos”. Quando surgia uma necessidade especial – por exemplo, de comprar roupa nova -, esses homens e mulheres

²¹⁴ IDEM.

²¹⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 104.

²¹⁶ IDEM.

pobres e despossuídos costumava aceitar o trabalho pago nos engenhos e fazendas da região. Tanto quanto possível, porém, evitavam qualquer serviço que envolvesse pegar na enxada; preferiam “os trabalhos de transporte, do tratamento dos animais [e] da fabricação do açúcar, ficando os da cultura do campo a cargo dos escravos”.²¹⁷

Tais trabalhadores estavam, na sua esmagadora maioria, relacionados com a atividade agrária, principalmente com a produção de açúcar, embora também plantassem mandioca com o objetivo de fazer, sobretudo, farinha. Também estavam envolvidos com a produção de outros gêneros alimentícios de primeira necessidade como grãos, verduras e legumes, cujos excedentes poderiam ser vendidos nas feiras locais, abastecendo assim o mercado interno. Koster, ao visitar Goiana no início do século XIX, deparou-se com esses trabalhadores nas ruas da então vila: “sempre são encontrados numerosos matutos, camponeses que vêm vender seus produtos e comprar objetos manufaturados de que têm necessidade”.²¹⁸

Segundo o censo de 1872, tratando-se exclusivamente da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana, que contava com 14.134 pessoas, 24.5% eram lavradores. O restante, grande parte na verdade, foi classificado como “sem profissão” que, em última instância, deveriam estar relacionados de alguma forma com a atividade agrária.

Numa lista nominativa de 1860, realizada pela delegacia de Goiana, é possível identificar as famílias de lavradores do distrito policial de Goianinha - um distrito essencialmente agrário e escravista, que concentrava boa parte dos escravizados da comarca de Goiana -, que fazia parte da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana. Das 511 famílias arroladas, 378 eram de lavradores, isto é: 73.9%.²¹⁹ Esses dados demonstram que quase $\frac{3}{4}$ das famílias arroladas estavam envolvidas com a atividade agrária, plantando cana ou quaisquer outros gêneros alimentícios, sobretudo para a subsistência, mas não somente, pois também abasteciam o mercado interno, como mencionado acima.

Afunilando esses dados, levando agora em consideração as famílias formadas por pessoas “livres de cor” - isto é: pardos, pretos e índios -, temos um montante de 316 famílias, ou 61% do total de todas as famílias arroladas. Das 316, 241 eram de famílias de lavradores. Ou seja, 76.2% das famílias formadas por “livres de cor” estavam envolvidas com atividades

²¹⁷ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.223.

²¹⁸ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Tradução e Notas de Luiz da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, p.82.

²¹⁹ Juntas somavam 484 pessoas arroladas como “lavradores”, ou 22.8% da população livre total que era de 2.116 pessoas. O restante foi considerado como “sem profissão” ou de “ocupação doméstica”. O primeiro grupo representando 47.3% e, o segundo, 26.8%.

agrárias. De certo, muitas dessas famílias integravam a categoria de moradores de condição que, em troca de moradia, ajudavam senhores escravistas nos diversos afazeres agrícolas. Contudo, ainda que não saibamos a proporção mais próxima da realidade, essas famílias também formavam unidades escravistas e/ou camponesas responsáveis pelo abastecimento do mercado interno.

Havia, inclusive, aqueles que ascendiam economicamente, mas, não cogitemos uma suposta sociedade aberta que impulsiona tais ascensões. Tratava-se de exceções, não regra. A historiografia vem avançando no tema, reconstruindo histórias de inúmeros pardos e pretos livres e libertos que assumiram posição de destaque no Brasil oitocentista. Até mesmo histórias de ex-escravos que conquistavam espaços no mundo dos livres fazendo a utilização adequada dos paupérrimos instrumentos disponíveis para melhorarem suas vidas.²²⁰ Alguns deles chegando até a obter escravos ainda nessa condição, ou seja, antes mesmo de se tornarem livres.²²¹ No entanto, a tendência numa comarca rural como a de Goiana, era a de que a grande maioria dos egressos da escravidão ficasse relegada à sorte de algum senhor, vivendo de favor nas suas terras e entregues totalmente a uma vida instável, precária e marcada pela coação e ameaça constante de violência, de modo que em muitos casos viviam mesmo como cativos.

Desviando-nos das unanimidades que, como se diz por aí, toda ela é burra, ocorre que pode ser demasiado falho insistirmos na imagem sempre frágil dessa população de homens livres e pobres, constantemente postos pela historiografia como relegados à pobreza, quase sem estímulo algum para ter vidas melhores, em última instância: “sem razão de ser”.²²² Lembremos que a população não branca da comarca de Goiana desempenhava inúmeras funções na economia açucareira e era importantíssima para o funcionamento dessa engrenagem, além de ser ponto elementar no abastecimento do mercado interno, principalmente no que tange à plantação de mandioca e produção de farinha.

No que tange à produção de açúcar, Barickman, mais uma vez, nos dá inúmeras pistas para pensar a importância de pessoas livres nesse processo:

Os senhores de engenho, por exemplo, costumavam manter em suas propriedades alguns empregados livres: um caixeiro, um feitor, e alguns trabalhadores com as habilidades técnicas necessárias na casa das caldeiras

²²⁰ Ver, por exemplo, COSTA, Valéria. Os libertos no Recife: os “mundos” de João Joaquim José de Santa Anna”. IN: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. **Histórias da escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, pp.241-266.

²²¹ Ver: COSTA, Robson Pedrosa. **Os escravos do santo**: uma história sobre paternalismo e transgressão nas propriedades beneditinas, nos séculos XVIII e XIX / Robson Pedrosa Costa. - Recife: Ed. UFPE, 2020.

²²² Ver: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. – 4 ed. – São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

por transformar a cana em açúcar – um ou dois caldeiros e tacheiros, um mestre de açúcar e um banqueiro.²²³

Sem falar de artesãos, ou de trabalhadores que desempenhavam atividades mais específicas, trabalhando curtos períodos ou não como, por exemplo, “pedreiros para consertar as fornalhas de casa das caldeiras, lenhadores ou carreiros para transportar, em carros de bois, a cana da época da safra”.²²⁴ Mas há de se ter cuidado, pois a predominância do trabalho escravo prevaleceu até meados da segunda metade do século XIX, e com uma contundência que muitas vezes escapa as análises de que temos notícia para Pernambuco.

E, não esquecendo, o conjunto desses trabalhadores assalariados que faziam parte da conjuntura produtiva do açúcar, pelo menos até meados da segunda metade do século XIX, não alcançavam nem de longe a maioria dos trabalhadores empregados nessa atividade. No entanto, desconsiderar a parcela de gente livre trabalhando nos engenhos, além de sua importância para essa economia, é ignorar uma realidade bem mais dinâmica em que, dependendo da conjuntura socioeconômica, múltiplos arranjos de trabalho emergiam.

Por ora é preciso ressaltar aquilo que Barickman notou para a zona canavieira baiana no que tange ao trabalho assalariado nessas zonas produtivas: “na indústria açucareira, a mão de obra assalariada ficava em geral restrita às áreas administrativas, da habilidade técnica e do trabalho artesanal”.²²⁵ E isso não quer dizer que escravizados não desempenhassem tais atividades. Basta vermos os anúncios de fuga e de pronto identificamos escravos fugidos de engenhos goianenses que aparecem caracterizados pelo seu ofício.

A título de exemplo, no dia 7 de fevereiro de 1851 anunciou-se a fuga do crioulo Luiz, de 28 anos, do Engenho Catu, comarca de Goiana. “Bastante ladino”, “estatura regular, bem preto”, “oficial de pedreiro e carreiro”.²²⁶ No dia 27 de Agosto de 1857, anunciava-se que ainda achavam-se fugidos do Engenho Itapirema de Cima, Francisco, crioulo, de 40 anos de “mãos ásperas”, de “boa figura” e “oficial de carreiro”. Além de Inácio, crioulo de 34 anos e também carreiro.²²⁷

Ocorre que na década de 1870 uma conjuntura específica de decréscimo da mão de obra escravizada em toda a província de Pernambuco irá forçar os senhores donos de engenhos

²²³ BARICKMAN, B. J. op. cit., p.217.

²²⁴ IDEM, p.218.

²²⁵ IDEM.

²²⁶ **Diário de Pernambuco**, 7 de fevereiro de 1851. HDBN

²²⁷ **Diário de Pernambuco**, 27 de Agosto de 1857. HDBN

a utilizar, de modo cada vez mais amplo, a mão de obra livre assalariada. É o que vamos ver no próximo capítulo.

3 TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVIZADOS.

Nesse capítulo trataremos da população escravizada de Pernambuco e, em específico, da comarca de Goiana em seus vários aspectos e características. Para isso, primeiro laçaremos mão de uma concepção específica do território que estamos examinando, compreendendo-o como um espaço amplo que sofreu mudanças no decorrer do tempo no que diz respeito a sua dimensão, mas que permaneceu unido por relações políticas, sociais e econômicas, cuja paisagem comum era a vida rural marcada de forma contundente pela escravidão. Discutiremos também o uso intensivo do trabalho livre nos canaviais e engenhos durante a segunda metade do século XIX, além da distribuição geográfica da população escravizada, sua composição, a estrutura de posse mais comum, assim como as atividades agrárias empreendidas na comarca, no mais, nos diferentes usos da mão de obra escravizada numa região pautada pela economia açucareira de exportação.

3.1 A GRANDE COMARCA DE GOIANA, EXTENSO TERRITÓRIO ESCRAVISTA.

Bem, no que tange à análise da população escravizada do Brasil de meados do século XIX, é preciso tomar alguns cuidados para se errar pouco. Depois que o parlamento brasileiro proibiu o comércio de africanos em 1831 e, apesar disso, terminou sendo maciça a entrada ilegal destes, os senhores que a partir daí obtiveram esses escravizados ao arrepio da lei, passaram, temendo alguma retaliação das autoridades, a omiti-los quando acontecia alguma contagem. Sendo assim, os números existentes - provenientes de listas nominativas e/ou arrolamentos -, para a população escravizada entre 1831 e 1872, estão, no geral, subestimados especialmente por esta razão.²²⁸

Outro ponto que precisaremos elucidar de antemão diz respeito aos nossos objetos de estudo desse e do capítulo anterior: o território que compreendemos por comarca de Goiana e a sua população de livres, libertos e de escravizados na segunda metade do século XIX. Nessa empreitada, ressaltamos mais uma vez, é necessário atentarmos para as variações da dimensão do território em questão no período proposto por esta pesquisa, pois, isso influi nas contagens populacionais.

²²⁸ Sobre o assunto diz Marcus Carvalho em nota: “nenhum lugar, todavia, escapa dos erros mais frequentes nos censos do século dezenove. O primeiro deles era subestimar a população escrava – fato óbvio, ninguém queria dizer quantos tinha, temendo ter que pagar algum imposto. Isso se agravaria depois de 1831, quando o tráfico tornou-se ilegal”, ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. – 2 ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p.46.

Beatriz Brusantin, por exemplo, ao analisar a população escravizada da comarca de Goiana, optou por separá-la, desde 1859, em duas regiões distintas, a saber: Goiana e Itambé, algumas vezes incorrendo no erro de chamar essas regiões, erroneamente, em fins da década de 1850, de municípios. Ora, Itambé só se separa de Goiana por força de lei datada de 1868. Dito isso, ao realizar, para esse ano de 1859, relações com outras comarcas no sentido de comparações quantitativas e qualitativas de suas populações de livres, libertos e de escravizados, tais relações precisam ser feitas considerando Itambé e Goiana como partes de um mesmo território: a comarca de Goiana, e não separadamente como fez Brusantin.²²⁹

Portanto, é preciso tomarmos cuidado com esse tipo de separação, pois, numa comparação ao longo dos anos da segunda metade do século XIX, podemos nos deparar com constatações quantitativas equivocadas.

Ou seja, ao analisarmos o período completo da segunda metade do século XIX, não esquecendo do desmembramento que ocorre em 1868, evitaremos alguns erros, sobretudo no que se refere a generalizações envolvendo toda a Zona da Mata canavieira de Pernambuco. Pensando nisso, resolvi compreender esse território que chamamos de comarca de Goiana - não se esquecendo, há de se ressaltar sempre, de suas variações no decorrer do período em tela -, como sendo a “grande comarca”.²³⁰

Essa “grande comarca” de Goiana será analisada tendo como ponto de partida a dimensão espacial que alcançou entre 1850 e 1868, sendo composta pelas paróquias: São Lourenço de Tejucupapo, Nossa Senhora do Rosário de Goiana, Nossa Senhora do Ó e Nossa Senhora do Desterro de Itambé. Em termos atuais, essa “grande comarca” compreende os seguintes municípios atuais da Mata Norte pernambucana: Goiana, Condado, Itaquitinga, Itambé, Aliança, Timbaúba, Ferreiros, Camutanga e parte de Macaparana.²³¹

Estamos falando de uma vasta região que, ao longo dos três primeiros séculos após a chegada dos europeus, foi se moldando e se constituindo fundamentalmente através das atividades de plantação de cana e produção de açúcar, ambas possuindo como essência o

²²⁹ Ver: BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Capitães e Mateus**: relações sociais e as culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (comarca de Nazareth – 1870 – 1888). Campinas, 2011.

²³⁰ Como “grande comarca” compreende-se o território de Goiana entre 1850 e 1868, e suas divisões que ocorreram nos anos subsequentes. Ver quadro 1.

²³¹ Apesar da criação da comarca de Itambé em 1868, o que provoca uma grande cisão do território, Itambé ainda permanecerá ligada a Goiana, seja em assuntos econômicos, no que diz respeito principalmente, por exemplo, ao escoamento do açúcar pelo rio Capibaribe-mirim até o porto na Goiana sede, assim como pelas compras de mercadorias diversas que poderiam ser encontradas no mercado local goianense. Sem contar os assuntos políticos que aquecia as relações em tempos de eleição.

trabalho escravo. Região em que os donos de engenhos mantinham relações profundas com a gente da Goiana sede, não só partidárias, clarividente, mas, sobretudo as de vínculos parentais. O barão de Timbaúba, por exemplo, dono de mais de um engenho, era sobrinho materno do Barão de Goiana. O engenho São Sebastião, de Itambé, pertencia aos Guedes Gondin, em meados do século XIX, ao velho Guedes, como era chamado Antônio Guedes Gondim. Família ligada aos Correia, aos Rego Barros e aos Cunha Rabelo. No geral, famílias influentes, cujos membros disputavam cargos e prestígios públicos.²³²

Os exemplos não param, de modo que é até possível pensarmos numa rede complexa de pessoas ligadas por laços de parentesco cujas relações se davam tendo como epicentro a Goiana sede, ou em torno de patriarcas importantes, a exemplo de João Joaquim da Cunha Rego Barros, o III Barão de Goiana, além de José Ignácio da Cunha Rabelo, genro de João Joaquim, ou quem sabe até mesmo de Antônio Francisco Pereira, Barão de Bujari. Todos os potentados locais que disputavam os cargos públicos, as influências e os amplos espaços de clientelismo.²³³

Paternalismos à parte, a “grande comarca” de Goiana, portanto, é um território que deve ser compreendido como uma extensa zona de produção principalmente de açúcar, pautada na mão de obra escravizada e situado na Mata Norte de Pernambuco, cujas partes, no decorrer do século XIX, foram se desmembrando em assuntos administrativos ante às demandas políticas locais, como já discutido no capítulo anterior, mas permaneceram ligadas, pelo menos até o fim da escravidão, por vínculos sociais, econômicos e políticos.

Para uma melhor compreensão dividimos a mesma em três regiões principais, sendo a região 1 (R1) a parte da Goiana sede, constituída pelas paróquias de São Lourenço de Tejucupapo, Nossa Senhora do Rosário de Goiana e Nossa Senhora do Ó; sendo a região 2 (R2) a parte de Itambé que entre 1868 e 1887 compreendia o que hoje são os municípios de Itambé e Timbaúba e que à época poderia ser compreendido pela Paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambé. Por sua grande extensão, podemos dividir essa última paróquia em outra parte, elegendo uma região 3 (R3), o que consideramos sendo a parte de Timbaúba, que se desligará de Itambé depois de 1887.

²³² Sobre esses vínculos familiares, ver: VASCONCELOS, Ligia Rabelo Alves de. **Gente de Goyanna: descendência dos casais João Joaquim da Cunha Rego Barros, Manoela de Castro Caldas (III Barões de Goiana) e José Ignácio Ferreira Rabelo, Manoela Francisca Xavier da Cunha.** Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2002

²³³ Uma descrição da elite agrária realizada por um membro e testemunha ocular pode ser encontrada em: OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. 1835-1919. **Minha meninice e outros ensaios.** Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988, p. 71.

Assim, será possível comparar, de modo mais cuidadoso, a população escravizada de Goiana com a de outras comarcas da zona canavieira de Pernambuco. Além do mais, por entender mais detalhadamente as partes que constituíam esse território, bem como as suas variações no decorrer da segunda metade do século XIX, a distribuição da população escravizada se torna mais evidente, nos possibilitando analisar melhor as diferentes formas do uso da mão de obra escravizada no interior da grande comarca. Previamente, o que podemos já deixar bem claro é que estamos lidando com um território cuja população em termos quantitativos era a maior da Zona da Mata Norte, com um montante de mais de sete mil cativos.

3.2 POPULAÇÃO E ESTRUTURA DA POSSE.

Voltando aos números, a historiografia vem tentando contornar o problema da subestimação dos dados oferecendo alguns pressupostos metodológicos para se chegar a aproximações mais confiáveis. Beatriz Brusantin, baseada nos cuidados alertados por Robert Slenes, entre outros autores, como Mauro Filho, em estudo da comarca de Nazareth, comarca vizinha de Goiana, oferece-nos quadros populacionais importantes. Nossa análise percorrerá os caminhos abertos por Brusantin.²³⁴

No que tange à segunda metade do século XIX, existem duas fontes basilares para a análise da população escravizada brasileira: o censo de 1872 e a Matrícula de escravos realizada em 1873. Para Robert Slenes, as duas contagens, de modo geral, são confiáveis ainda que seja preciso tomar alguns cuidados. Por exemplo, no que tange à população total, a matrícula é mais completa, pois omite menos pessoas. Agora quanto à distribuição etária, o censo (devidamente ajustado) é mais confiável. De todo modo, para Slenes, com a exceção da faixa etária, os dados da matrícula são melhores do que os do censo.²³⁵

O censo de 1872 teve como objetivo central o levantamento de dados estatísticos de todo o Império. Já a matrícula, uma demanda que veio com a lei do Ventre Livre (1871), visou, sobretudo, a fiscalização da propriedade escrava. Havia motivos para que os senhores passassem a omitir menos na matrícula. Tal como recomendava a lei de 1871, o escravizado que não estivesse matriculado passaria a ser considerado como liberto. Por isso que os dados

²³⁴ Ver: BRUSANTIN, Beatriz. op. cit.

²³⁵ Ver: SLENES, R. W. **Demography and economics of de brazilian slavery: 1850-1888**. Doutorado, Stanford University 1975, apêndice B.

da matrícula, assim também sustenta Slenes e é reforçado por Brusantin, chegam mais perto do número total de escravizados do que os do censo.²³⁶

Segundo Robert Slenes, no que se refere à população total de escravizados de Pernambuco declarados primeiro no censo, e depois na matrícula, temos uma diferença de 5 pontos percentuais. Já Moura Filho vai mais além e propõe que pelo menos 17.200 escravos deixaram de entrar no censo de 1872 devido a sonegação realizada pelos senhores. Número esse que passou a ser registrado, dois anos depois, para que assim obtivessem os senhores os benefícios propostos pelo Fundo de Emancipação.²³⁷

Sob críticas de Robert Slenes, Moura Filho sugere como fatores de correção os números 21,5% para 1872, 9% para 1885, 8% para 1886 e 4,5% para 1887. Ou seja, se aplicarmos 21,5% no resultado de 1872 teremos as seguintes cifras: de 89.002, valor registrado pelo censo, a população escravizada de Pernambuco passaria a ser, na verdade, 108.131, e assim sucessivamente conforme a aplicação dos fatores de correção sugeridos pelo autor.²³⁸

Além dos sub-registros ocasionados pela sonegação dos senhores quanto a posse, verificado no censo de 1872, e um valor incorreto da faixa etária devido a fraude quanto a idade, apurado na matrícula, havia também outro ponto que influenciava na contagem e na curva populacional dos escravizados no período: o desencontro dos dados oficiais sobre as alforrias e o número exato delas. Robert Slenes sugere entre 7.2 e 10.4 pontos percentuais de diferença do que foi registrado ao que de fato ocorreu. Os sub-registros de mortes também devem ser levados em consideração, além das fugas e das liberdades de fato conquistadas.²³⁹

²³⁶ De acordo com o § 2.º da lei do Ventre Livre: “os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados não forem dados à matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos” Ver: LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871 Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm > Acesso em 31 de mar. de 2023.

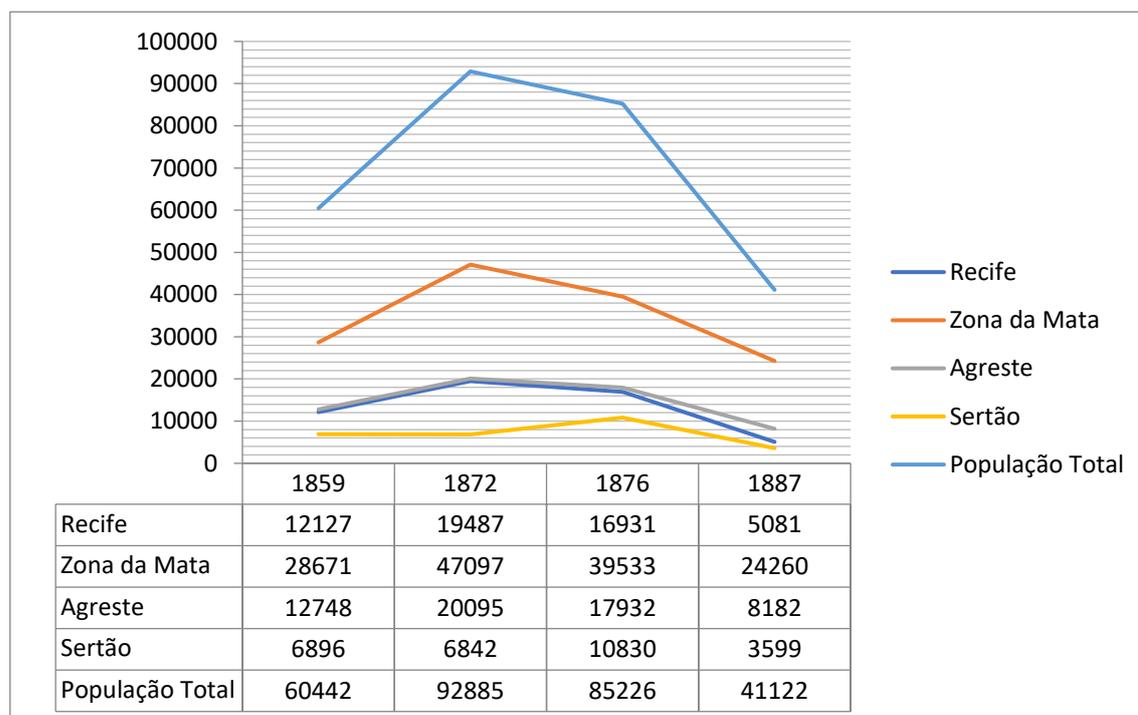
²³⁷ MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Um século de pernambucanos mal contados. Estatísticas demográficas nos oitocentos.** (Dissertação) Rio de Janeiro. UFRJ/IFCS, 2005, p.16

²³⁸ Beatriz Brusantin tece o seguinte comentário a respeito disso: “segundo Slenes, como as listas do Fundo de Emancipação foram elaboradas a partir das listas de matrícula, a diferença notada nesse período dificilmente se explica por essa razão. Nesse caso, temos que repensar essa diferença que Moura está propondo assim como suas âncoras para a população cativa a partir de 1872. Como âncoras para a população cativa, pós-1872, Moura propõe os fatores de correção de 21,5% para 1872 (89.002 – 108.131); 9% para 1885 (81.400 – 88.697), 8% para 1886 (80.300-86.724) e 4,5% para 1887 (41.000-42845).⁹¹ O autor supõe que o fator de correção (isto é, a discrepância entre dados censitários/registros de matrícula e os —reais) tenha necessariamente decrescido até anular-se, em 1886 (8%), e daí até 1888. Contudo, Robert Slenes ressalta que entre 1885 e 1886 houve um sub-registro de falecimentos, vendas e alforrias; desse modo, é necessária a correção dos números relativos aos anos de 1885 e 1886 para baixo”. BRUSANTIN, Beatriz. op.cit., p.89

²³⁹ “O descompasso do registro oficial com as liberdades que foram obtidas se dava tanto para mais quanto para menos. Até mesmo os dados registrados em cartório podem ser sub-registrados, uma vez que nem sempre a liberdade se dava por via de registro em cartório: também chegava por via testamentária”. BRUSANTIN, Beatriz. op. cit., p.68.

A nossa análise da população escravizada pernambucana, com ênfase na grande comarca de Goiana, terá como base as cifras propostas por Beatriz Brusantin. Sendo assim, o ponto de destaque de nossas reflexões terá como lastro o fato de que, logo após o fim do tráfico de africanos e do início do recrudescimento do tráfico interno nos princípios da década de 1850, o que tivemos, em toda província, e num dado momento específico (1859-1872), foi um aumento da população escravizada, ao invés de uma queda. Essa é a pedra fundamental em que iremos alicerçar a nossa investigação. Para começar, o gráfico abaixo representa um apanhado geral do comportamento demográfico da escravidão em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX.

Gráfico 1 População escravizada de Pernambuco por regiões durante a segunda metade do século XIX.



Fonte: Produção autoral a partir dos dados apresentados por Beatriz Brusantin. Mapa da População escrava da província. Secretaria do Governo de Pernambuco, 28 de fevereiro de 1858. Diretoria Geral de Estatística. Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 30/04/1875. Relatório e Trabalhos estatísticos apresentados ao Ilm e Exm. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Leôncio de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios do Império pelo Director Geral Conselheiros Manuel Francisco Correia em 20/11/1878. Diário de Pernambuco, 24/11/1887. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *O diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*. Recife, Diário de Pernambuco, 1975, PP. 648 e 649. Apud BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. op.cit. ,p.71.

Em Pernambuco, durante toda a segunda metade do século XIX, apenas metade dos escravizados estava na Zona da Mata, onde imperava o agronegócio açucareiro, monocultor por

essência, pautado no latifúndio, firmado na mão de obra escravizada durante três séculos.²⁴⁰ Isso, nos lembra Flávio Rabelo Versiani, “põe em relevo a impropriedade de identificar o escravismo pernambucano com o dos engenhos de açúcar”.²⁴¹ Sobretudo no século XIX, a escravidão em Pernambuco, assim como no resto do Brasil, estava relacionada a atividades econômicas variadas, permeando todo o tecido social, de modo que a plantação de cana e a produção de açúcar, como comumente se associa, não drenava para si toda a mão de obra. Prova disso é que a outra metade da população escravizada se distribuía entre, em ordem, Recife, Agreste e Sertão.

Em 1872, ano do pico do crescimento da população cativa na província, a Zona da Mata correspondia a 50,7% do total. Em seguida vinha o Agreste com 21.6%. Terminando com “a grande Recife”²⁴², com 20.9%. O Agreste e a parte mais urbana da comarca de Recife apresentavam escravismos diferentes do que se enraizou na Zona da Mata e mesmo essa, atribuída frequentemente apenas a produção de açúcar, também possuía variedades no uso da mão de obra escravizada. A primeira região, apesar de ter a pecuária como atividade econômica significativa, num dado momento se firmou como produtora de algodão, cuja atividade agrária se diferenciava da do açúcar.²⁴³ Já a segunda, levando em consideração principalmente o âmbito citadino da capital da província, composto pelos bairros: Recife, Santo Antônio e Boa Vista, foi base de uma escravidão fundamentalmente urbana que, inclusive, também tinha suas particularidades quando relacionada a outras grandes cidades escravistas do Brasil Império.²⁴⁴

Analisando o comportamento demográfico da população escravizada durante a segunda metade do século XIX a partir dos dados acima, identifica-se, a princípio, que ao invés de uma queda ou estagnação do número de escravizados em decorrência do fim do tráfico de africanos em 1850 - e do subsequente recrudescimento do tráfico interno o que, em tese, drenaria a população cativa pernambucana para o sudeste cafeeiro contribuindo para sua suposta queda já a partir da década de 1850 -, o que temos, na verdade, é um aumento de 53,6%, entre 1859 e 1872.

²⁴⁰ Em 1887 a região atinge 58,9%, a maior porcentagem. Já em 1876 atinge 46,3%, a menor.

²⁴¹ **Muitos escravos, muitos senhores:** escravidão nordestina e gaúcha no século XIX / Flávio Rabelo Versiani, Luiz Paulo Ferreira Nogueiról (organizadores). – São Cristovão: Editora UFS ; Brasília : Editora UNB, 2016, p.147.

²⁴² Os números para Recife dizem respeito a sua comarca, o que engloba também Olinda e Igarassu, não se restringindo, portanto, apenas ao espaço urbano, compreendidos pelos bairros: Boa Vista, Santo Antônio e Recife.

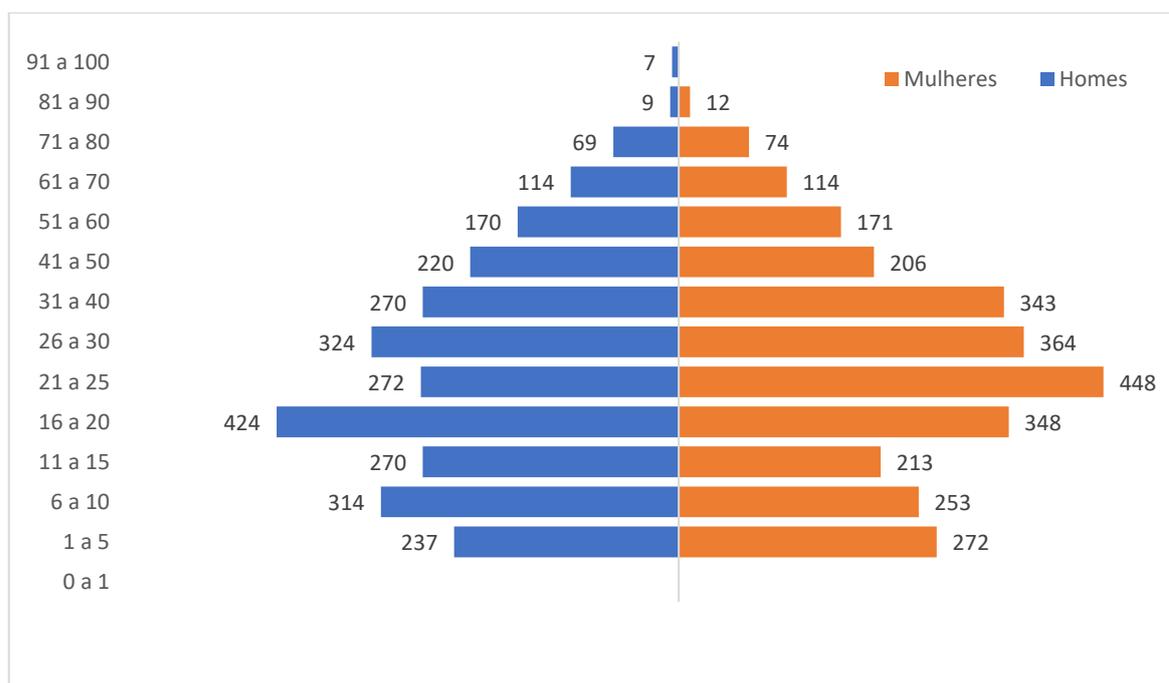
²⁴³ Sobre o surto algodoeiro no agreste pernambucano em meados da segunda metade do século XIX, ver: ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 150.

²⁴⁴ No que toca as especificidades do escravismo urbano recifense, ver CARVALHO, Marcus J. M. de. op. cit., pp 19-73. (primeiro capítulo).

Ainda de acordo com os mesmos dados apresentados por Brusantin, esse crescimento específico da segunda metade do século não se deu uniformemente em toda a província. A Zona da Mata, por exemplo, foi a região que mais cresceu nesse sentido, com 64%, seguida da região da comarca do Recife com 60% que, lembremos, englobava Olinda e Igarassu. O Agreste teve um aumento de 57,7%. Já a região do sertão ficou estável no período. Os números indicam a possibilidade de que o fim do tráfico atlântico, aliado ao recrudescimento do tráfico interno, não ocasionou, nos vinte primeiros anos após 1850, uma queda abrupta da população escravizada pernambucana que, ao contrário, presenciou certa expansão no período.

Ao nos depararmos com a pirâmide etária em 1872, constituída através dos dados do censo do mesmo ano, esbarramos num aspecto interessante que revela o aumento da população escravizada entre 1850 e 1870: a alta concentração de adultos.

Gráfico 2 Pirâmide etária da população escravizada da grande comarca de Goiana de acordo com o censo de 1872



Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados do recenseamento de 1872.

Para a demografia, ou para a geografia humana, a pirâmide acima indica que a população escravizada da comarca de Goiana tinha uma expectativa de vida acima do que poderíamos imaginar.²⁴⁵ Note-se também o número elevado de crianças, apontando para uma alta taxa de

²⁴⁵ Sobre o estudo da demografia histórica, ver: CARDOSO, Ciro Flamorion S. **Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social.** Trad. João Maia. Rio de Janeiro, Edições Graal. 2002, p. 103

natalidade. Número de crianças mais o de adultos, na forma disposta cima, resulta numa expectativa de vida que marca, inclusive, sociedades contemporâneas ditas desenvolvidas. Essa análise estaria correta se estivéssemos diante de uma população mais próxima de nossa realidade atual. Não é o caso, clarividente. É necessário, portanto, historicizar esses dados.

Ora, é conhecido o fato da alta taxa de mortalidade entre os cativos, fator circunstancial, como veremos logo à frente, na diminuição da população escravizada ante ao fim do abastecimento realizado através do mercado atlântico. Afirmar que havia uma expectativa de vida em Goiana no período acima é ir de encontro a um dado tão impactante na configuração dessa população: a altíssima taxa de mortalidade entre os escravizados. Só há uma explicação mais plausível: o grande número de adultos não é devido a alta expectativa de vida, mas a introdução de novos escravizados via compra. A pirâmide etária, nesse caso, confirma o aumento da população escravizada entre 1850 e 1872, tal como apontou Beatriz Brusantin.

Há mais um ponto que merece ser destacado. Apesar da alta taxa de mortalidade, inclusive entre as crianças, o número significativo destas assinalam também a sua importância no crescimento da população escravizada no primeiro quartel da segunda metade do século XIX. Só não dá, porém, para mensurar, pelo menos agora, a extensão do impacto. Contudo, dos 5.518 escravizados contabilizados pelo censo – lembre-se que os dados totais estão subestimados – 1.559, ou 28%, eram de indivíduos até 15 anos. Um percentual um pouco maior é encontrado entre 204 inventários²⁴⁶ pesquisados no período de 1860 a 1875: das 915 pessoas escravizadas identificadas nessa fonte, 295 tinham até 15 anos, ou 32% da população total.

Antes de levarmos a cabo os dados relativos às crianças, não se deve esquecer da alta taxa de mortalidade que assolava sobretudo esse grupo. As chances de elas virarem adultas, eram latentes. Por outro lado, precisamos ponderar até que ponto o número de crianças pode revelar uma reprodução endógena na comarca de Goiana responsável, junto com a compra de cativos em idade adulta produtiva, pelo crescimento da população escravizada até 1872, ano em que o parlamento brasileiro proibiu que filhos de mulheres escravizadas herdassem a condição da mãe.²⁴⁷

O ano de 1872, nesse caso, é um divisor. A partir daí o número de escravizados começa realmente a cair com um decréscimo leve de -8.2% entre 1872 e 1876 e com um mais acentuado

²⁴⁶ Na próxima seção utilizaremos com mais afinco os inventários. De antemão, ver: Inventários da comarca de Goiana. 1860-1875. **MJPE**. Caixas 179 a 189.

²⁴⁷ Sobre a lei do Ventre Livre em Pernambuco, ver: COSTA, Lenira Lima da. **A lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

entre 1876 e 1887: -51,7%. No geral, a província de Pernambuco teve uma perda de -31,9% na segunda metade do século (1859-1887). As causas que levaram a essa queda são diversas, de modo que não se pode restringi-las apenas ao tráfico interno. Para Brusantin, deve-se prestar atenção, no período em tela, não só aos números de mortes, mas também a “fatores como fugas e o número de liberdades obtidas”.²⁴⁸

Robert Slenes, por sua vez, considera que o tráfico interno não drenou com veemência os escravizados das zonas canavieiras, pelo menos nos primeiros momentos depois de 1850. A maior parte dos que viviam no que hoje chamamos Nordeste, e que foram sugados pelo tráfico interno, assegura o autor, eram principalmente de regiões algodoeiras. Como lembra Brusantin, partindo de Slenes, “as províncias que perderam significativamente seus escravos foram as que possuíam fazendas algodoeiras, em outras palavras, não açucareiras. [...]”.²⁴⁹ Isso implica, portanto, em desconsiderar, ao menos em parte, o tráfico interno como causa central na queda da população escravizada da zona canavieira pernambucana no período aqui discutido.

Peter Eisenberg, por exemplo, defendeu que a alta taxa de mortalidade, em vez do tráfico interno, seria um dos, se não o maior fator da queda da população cativa de Pernambuco na segunda metade do dezenove. “Na verdade”, afirma o autor, “a morte diminuiu muito mais essa população do que as demais causas”.²⁵⁰ Ainda segundo Eisenberg, “a pior epidemia de cólera do século assolou Pernambuco em 1855-56, quase triplicando o índice de mortalidade de 29 óbitos por mil, em Recife, e matando pelo menos 3.300 indivíduos, inclusive grande quantidade de escravos”.²⁵¹ E não parou por aí: “epidemias de febre amarela ocorreram em princípios da década de 1860, juntamente com a cólera, e mataram muitos escravos”, cujo modo de vida, lembremos, faziam deles a primeira vítima.²⁵²

No geral, Peter Eisenberg classificou da seguinte forma as principais causas que contribuíram para a redução do número de escravizados em Pernambuco entre 1850 e 1888:

A elevada mortalidade dos escravos, a abolição final, a lei do Ventre Livre e o fim do tráfico de escravos africanos foram as mais importantes. O tráfico interestadual, seguido pelas alforrias e emancipações privadas,

²⁴⁸ Quanto às perdas em Pernambuco por região, entre 1872 e 1887, por exemplo, Recife perdeu -74% de sua população escravizada, seguido pelo Agreste com -59%, depois a Mata Norte com -48,5% e o Sertão com -47%. No que tange ao Sertão, porém, ao contrário do que houve no restante da província, identifica-se um crescimento de XX% entre 1871 e 1876. Ver gráfico 1. Ver também: BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. op.cit., p.70.

²⁴⁹ IDEM, p.82.

²⁵⁰ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910; tradução de João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977, p.179.

²⁵¹ IDEM.

²⁵² Ainda mais: “a febre amarela reapareceu em 1871 e 1873, quando o índice urbano de mortalidade ficou entre 37 e 41 por 1000 habitantes. A varíola atacou nos anos da seca de 1878 e 1879, matando 2.500 pessoas em Recife”. IDEM.

provavelmente, foram as seguintes em importância. De menor peso, a Lei dos Sexagenários e os dois fundos de emancipação.²⁵³

Como era de se esperar, cada localidade da Zona da Mata se manifestou de forma diferente a esses fatores. De acordo com Brusantín:

[...] levando em conta a média populacional para o ano de 1876, e observando a quantidade/1000 cativos, as alforrias influenciaram a queda de escravos mais na Zona da Mata Norte do que na Sul, e as mortes, significativamente, influenciaram mais a queda na Zona da Mata Sul do que na Norte, ainda que ambos os fatores se colocassem como importantes para a queda da população escrava neste período e que observemos uma taxa subestimada de mortes.²⁵⁴

Enquanto morria-se mais na Mata Sul, em contrapartida, na Mata Norte a alforria foi mais conquistada. Essas diferenças de experiências nos são bastante úteis para estudar a escravidão e a liberdade numa mesma província, ou numa mesma região ou, quem sabe, afunilando ainda mais, numa mesma comarca. Vejamos o caso da grande comarca de Goiana, cuja análise será feita dando espaço devido, quando oportuno, às relações com outras regiões da Zona da Mata ou da Mata Norte, como Nazareth e Pau d'Alho.

Entre 1859 e 1872, a Zona da Mata Norte foi a que mais cresceu na Zona da Mata canavieira pernambucana, com um aumento de 82,1% na sua população escravizada. A Mata Sul, apesar de ser a maior em termos absolutos, cresceu apenas 54,4%. Como podemos notar, nesse período os senhores da Mata Norte foram os que, possivelmente, compraram mais escravizados. Um indício de alta produtividade? Não necessariamente. No entanto, há de se levar em consideração, ante aos números expostos, que aí a compra de escravos pôde ter sido mais habitual que, por exemplo, investir em melhorias tecnológicas.²⁵⁵

O aumento da população cativa pernambucana no período em questão pode estar relacionado, mesmo que susceptível a erros, com a alta do preço do açúcar na década de 1850. Alta que, decerto, estimulou o plantio da cana, a criação de novos engenhos e o número da exportação do açúcar pernambucano não no período, mas também no percorrer da segunda metade do século.²⁵⁶ Acredito que essa expansão presenciada pelo agronegócio açucareiro

²⁵³ IDEM, p.182

²⁵⁴ BRUSANTIN, Beatriz. op. cit., p.77

²⁵⁵ Sobre as taxas de crescimento citados no parágrafo, ver: IDEM, p. 72.

²⁵⁶ De acordo com Peter Eisenberg, em 1854 Pernambuco contia 532 engenhos. Três anos depois, contava 1.106. Ainda segundo o autor: “enter a década de 1850 e o fim do decênio de 1880 o número de engenhos cresceu de 1.300 para 1.650, um aumento de 27% que contribuiu indiscutivelmente – junto com as modificações tecnológicas

pernambucano deve ter impulsionado a drenagem dos escravizados de regiões e províncias circunvizinhas, sobretudo as que não estavam relacionadas a plantação da cana e produção do açúcar. A crescente procura dos senhores por escravos numa conjuntura de alçada dos preços do açúcar, se tornou ainda maior tendo em vista as perdas em decorrência da cólera que impactou principalmente a população escravizada.

Amenizado o flagelo em fins da década de 1850, a necessidade dos senhores em repor a sua mão de obra morta pela doença se impôs, não demorando a adquirirem novos cativos para trabalharem, inclusive, nos novos engenhos. Em Goiana, “não obstante a grande perda de braços que sofreu a comarca com a epidemia de cólera morbus”, disse no começo de 1859 o conselheiro Manoel de Souza e Mello, “as safras continuam no mesmo pé, se não com maior desenvolvimento, e de 1857 a 1858 achavam-se em construção mais de vinte engenhos novos”.

257

Ainda no que tange ao conhecimento das dimensões do território aqui analisado, sobretudo no decorrer da segunda metade do século XIX, também nos ajuda a entender as variações populacionais dentro de uma mesma região/comarca. Então sabemos, por exemplo, que no período de 1859 a 1873, quem cresceu um pouco há mais foi a região de Itambé (R2) com um crescimento de 72.2%. Goiana (R1) vem logo abaixo com +69.6%. Em 1873, por exemplo, Itambé tinha 445 escravizados há mais que Goiana. Esse crescimento da população escravizada no período em questão reforça mais uma vez que os senhores de engenhos da Mata Norte, em específico os da grande comarca de Goiana, estiveram bem mais inclinados a usar o lucro obtido nas safras das décadas de 1850 e 1860 na obtenção de novos escravizados do que, por exemplo, reverterem em melhorias tecnológicas.²⁵⁸

Depois de 1872, essa realidade se modificou. A partir daí a população escravizada da comarca de Goiana, assim como em toda região açucareira de Pernambuco, começou a decrescer e os fatores que levaram a isso, como já dito, não estão ligados apenas ao tráfico interno. As taxas de mortalidade e as de alforria podem ter sido regra, ao invés de exceção. Nas

que melhoraram a produtividade – para mais de dobrar a produção de açúcar entre tais datas. Ver: IDEM, pp.146 e 147 (quadro 21).

²⁵⁷ **Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Manoel Felizardo e Mello entrou a administração da província ao Exm. Sr. Conselheiro José Antônio Saraiva**, p 4. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=30&s=0&cv=8&r=0&xywh=-135%2C-95%2C1949%2C1374>> Acesso em: 07 de mar. de 2023.

²⁵⁸ No que se refere à necessidade de mais escravizados, porém, ela pode ser explicada seja pela intenção de reabastecer as senzalas ante as mortes decorrentes da enfermidade, atendendo assim a demanda do crescimento da produção devido às boas condições do preço do açúcar – num dado momento específico; seja para alimentar o status de ter a posse sobre outra pessoa; seja, por fim, para seguir à risca uma mentalidade senhorial escravista que custou em desatrelar a produção de açúcar com a mão de obra escravizada.

contas feitas por Brusantin, embora Goiana ostente a maior taxa de alforria da Zona da Mata canavieira, por outro lado mantinha a maior taxa de mortalidade em relação às demais comarcas que compunham a Zona Norte: Nazareth, Pau d’alho e Itambé.²⁵⁹ Assim, por mais que em Goiana se alforriasse mais, a morte não deixou de ser um fator preponderante na queda da população escravizada.²⁶⁰

Mesmo com altas taxas de alforria e de mortes que impactavam diretamente no tamanho da população, ainda estamos falando, depois de ajustadas as lentes de observação, da maior população escravizada em 1873, auge da escravidão na província na segunda metade do século XIX, com uma cifra de 7.703 pessoas.²⁶¹ Abaixo vinha a comarca de Nazareth com 6.545 e, por último, Pau d’Alho com 3.915. Ainda assim e, mais uma vez, é preciso esclarecer que esses 7.703 escravizados da grande comarca de Goiana estavam distribuídos na região da Goiana sede que envolvia o litoral (Tejucupapo) e partes do que hoje é Condado e Aliança, e na região de Itambé que se tornou comarca em 1868 e ficou também com a parte do que hoje é Timbaúba. Ou seja, estamos lidando com o território da grande comarca de Goiana, cuja dimensão já foi discutida acima.

Compreender as extensas dimensões inconstantes da comarca de Goiana na segunda metade dos oitocentos, nos coloca justamente num ponto onde devemos aprofundar o nosso exame. Como lembra Barickman, “o tamanho total da população escrava importa menos do que sua distribuição geográfica”.²⁶² Sendo assim, é preciso identificar onde os escravizados se concentravam mais ou menos no vasto território dessa grande comarca e o porquê. Assim, o estudo da população escravizada de Goiana nos convida a pensar para além de uma demografia pura e simples. É indispensável o entendimento dos diversos tipos de uso da mão de obra escrava, pois, a ideia de grande *plantation* - limitada a monocultura em grande escala de produtos tropicais específicos e baseada nas grandes posses -, é inadequada para classificar a região que estudamos.

²⁵⁹ Nazaré tinha 23,4; Goiana, 39,4; Pau d’alho 24,6 e Itambé 8,2. A tabela completa encontra-se em BRUSANTIN, Beatriz. op. cit., p.78

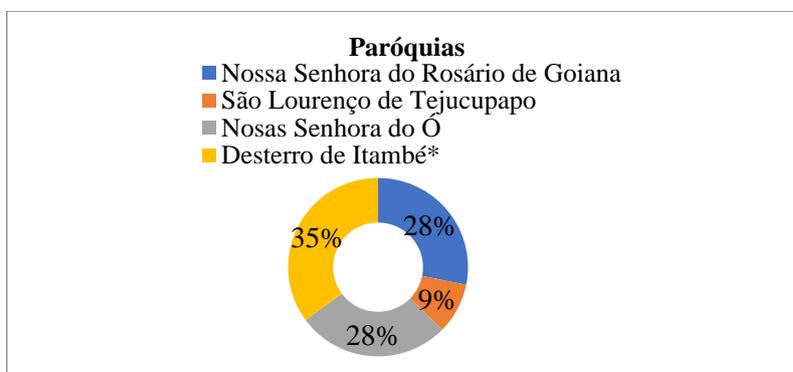
²⁶⁰ Segundo Brusantin, “apesar de Goiana alforriar mais do que Nazareth, mais escravos morriam, assim, provavelmente, o grande fator de contribuição para a queda do número de escravos em Goiana foram o falecimento dos escravos, e não as alforrias”, IDEM, p. 78.

²⁶¹ Dados da matrícula de 1873, ver: IDEM, p.80.

²⁶² BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.216.

Para analisar a distribuição da população escravizada no território da grande comarca de Goiana, faremos primeiro o uso do censo de 1872.²⁶³ Apesar dos números totais estarem subestimados, é possível que as diferenças percentuais entre as regiões estejam corretas.²⁶⁴ Como a população está dividida em paróquias/freguesias, no caso de Goiana, por exemplo, é ainda mais detalhada a distribuição pelo fato da mesma aparecer dividida em três, ao contrário da comarca de Itambé que, à época, só tinha uma paróquia, o que não possibilita, portanto, identificar com mais detalhe a distribuição da população escravizada no seu território a partir do censo de 1872. Logo abaixo temos o montante da população escravizada da grande comarca de Goiana dividida por paróquias.

Gráfico 3 População escravizada total da grande comarca de Goiana dividida por paróquias segundo o censo de 1872.



Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados do censo de 1872.

De acordo com os dados acima, a população escravizada da grande comarca de Goiana estava dividida entre a parte mais oriental do território - região compreendida pela paróquia de Itambé, pertencente a recente comarca de mesmo nome -, e a região que podemos chamar de Goiana sede ou R1, tal como dissemos acima: que envolvia as paróquias do Rosário de Goiana, de Tejucupapo e a de Nossa Senhora do Ó. Essa última região, inclusive, concentrava 65% do total de escravizados, distribuídos principalmente entre as paróquias de Goiana e a de Nossa Senhora do Ó.

²⁶³ De acordo com Renato Leite Marcondes, “posteriormente às afamadas listas nominativas de habitantes do final do século XVIII e das primeiras décadas do XIX, realizou-se o primeiro recenseamento Império em 1872/74, que, porém, não nos legou informações individualizadas das pessoas; ou, pelo menos, ainda não foram descobertos os seus micro-dados, que talvez nunca o sejam. Dispomos apenas das tabelas mais agregadas por paróquia, que nos permitem alguns recortes a respeito da demografia escrava para quase a totalidade das vilas existentes naquele momento. Tais tabelas apresentam as seguintes informações da população paroquial: sexo, cor (preto e pardo), estado conjugal (casado, viúvo e solteiro), faixa etária, religião (todos católicos?), nacionalidade (brasileiro ou não), alfabetização (sabe ler e escrever), deficiências físicas e profissão. Esse detalhamento de informações dos escravos por paróquia nos possibilita analisar diversos recortes, como, por exemplo, a distribuição da população pelo território, a participação dos escravos na população livre, a construção de pirâmides etárias etc., ver: MARCONDES, Renato Leite. **Fontes censitárias brasileiras e posse de cativos na década de 1870**. Revista de Índias, 2011, vol. LXXI, núm. 251, p. 234.

²⁶⁴ A constatação advém da relação desses resultados com os obtidos numa lista nominativa de 1860.

Contudo, em termos absolutos, era a paróquia de Itambé a que mais possuía cativos: com um montante de 1.944 cativos. Não esqueçamos que tal comarca, apesar dessa cifra, tinha território extenso e, provavelmente, não dispunha de grandes posses como em Goiana, principal centro produtor de açúcar. Embora houvesse uma leve concentração dos escravizados na parte oeste, na parte oposta estavam as grandes posses em maior número e os engenhos mais antigos do vale do rio Goiana que, em meados da segunda metade do século XIX, ainda concentrava parte bastante significativa da escravaria.

Um ponto importante é que essas distribuições geográficas podem nos indicar diferenças na utilização desses indivíduos escravizados. Na freguesia ou paróquia de Nossa Senhora do Ó, por exemplo, os escravizados estavam inseridos num contexto agrário que diferia da ideia de grande *plantation*. Aliás, a maioria dos grandes engenhos, aqueles que, para a região, operavam com mais de 21 escravos, estavam mais próximos da Goiana sede, do que distribuídos na parte oeste da comarca, isto é: na comarca de Itambé criada em 1868, ainda que houvesse engenhos importantes nessa região.

Faremos a discussão dessas diferenças no uso da mão de obra escravizada a partir de um assunto não menos importante: o da estrutura da posse de escravos nas diferentes localidades que compunham a grande comarca de Goiana. A princípio, utilizaremos uma lista nominativa realizada pela delegacia de Goiana em 1860 e que teve como objetivo geral o arrolamento da população livre e escravizada da comarca.²⁶⁵ Não satisfeito com os resultados da lista nominativa, enveredei na pesquisa de 204 inventários *post-mortem* realizados entre 1860 e 1875, justamente no período do crescimento da população escravizada na Zona da Mata Pernambucana. O uso dessas duas fontes foi de extrema importância para as constatações que se seguem. A ideia foi comparar os dados e verificar se questões identificadas nas listas podiam ser estendidas para toda a segunda metade do século.²⁶⁶

A lista de escravizados, assim como a de livres, foi realizada a partir de distritos policiais que podem ser entendidos como sendo uma freguesia, ou como parte de uma freguesia (ver quadro 2). A título de exemplo, a freguesia de Itambé era dividida em três distritos policiais,

²⁶⁵ Segundo Renato Leite Marcondes, “as listas nominativas de habitantes são levantamentos pré-censitários, anteriores ao primeiro censo do Brasil realizado em 1872/74. Eles aprimoraram levantamentos anteriores, especialmente caráter militar, que eram bastante seletivos no recenseamento da população”. Ver a nota 3 do artigo: MARCONDES, Renato Leite. *op.cit.*, p. 232.

²⁶⁶ Os inventários *post-mortem* foram pesquisados no Memorial da Justiça de Pernambuco. Estabeleci o período de 1860 a 1875. Após o levantamento e posterior fotografias de cada processo, construir uma planilha com o ano do inventário, o nome do inventariado ou inventariada, o lugar onde morava, o número de escravizados, divididos por sexo, cor/qualidade/etnia, idade, valor e estado civil. Também detalhei os bens de raiz, as lavouras, e as dívidas passivas e ativas. Dos 204 inventários contabilizados, 129 possuíam escravizados.

já a de Goiana era dividida em dois: Goiana sede e Goianinha. A freguesia de Nossa Senhora do Ó, por sua vez, possuía apenas um distrito policial de mesmo nome. No que tange à estrutura da lista, ela está segmentada por proprietários e sua respectiva escravaria dividida por sexo, idade, estado civil e nacionalidade.

Figura 15 Exemplar de folha da lista nominativa da população escravizada do Distrito Policial de Goianinha, comarca de Goiana (1860).

Fonte: Delegacia de Goiana, abril de 1860. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856 a 1860.

Como de praxes, inicialmente é necessário pontuar alguns problemas de ordem metodológica. Primeiro, as listas que tivemos acesso só abarcam os distritos policiais de Goianinha, Nossa Senhora do Ó, Timbaúba e Tejucupapo. Não aparece, portanto, o distrito correspondente a Goiana sede, assim como na freguesia de Itambé, formada pelos distritos policiais de Pedras de Fogo, de Cruangy e Timbaúba, só temos acesso a este último distrito. Já no que diz respeito ao distrito policial de Tejucupapo, uma folha em específico não contém dados com os nomes dos proprietários e da sua escravaria separadamente e sim a soma total dos escravizados arrolados, o que impossibilita – para esta folha em específico -, analisar a estrutura da posse por proprietários.

A nossa análise, apesar de discutir aspectos gerais para a segunda metade do século XIX, se dará inicialmente de modo sincrônico, ou seja, com a falta de listas semelhantes para o restante do século, fica impossível realizar uma comparação no decorrer do tempo. Essa

ausência, porém, será suplantada através da análise dos dados que recolhemos de inventários de homens e mulheres feitos entre 1860 e 1875 e que residiam em alguma parte da comarca de Goiana. Sendo assim, se as listas nos possibilitam uma imagem do ano de 1860, os inventários mostram de um período mais longo, validando, inclusive, certas tendências identificadas nas listas.

Logo abaixo temos um quadro que diz respeito à estrutura da posse da comarca, no geral, e, por conseguinte, quadros para os distritos policiais arrolados.²⁶⁷

Tabela 6 Estrutura geral de posse de escravos da comarca de Goiana (1860)

TAMANHO	N. DE PROPRIETÁRIOS	%	N. DE ESCRAVOS	%
1	70	22.5%	70	3.4%
2 a 5	138	44.5%	449	21.9%
6 a 10	44	14.1%	328	16%
11 a 20	41	13.1%	656	32.1%
21 a 30	7	2.2%	171	8.3%
31 a 50	12	3.8%	477	23.3%
Totais	312	100%	2151	100%

Tabela 7 Estrutura de posse de escravos do Distrito Policial de Goianinha (1860)

TAMANHO	N. DE PROPRIETÁRIOS	%	N. DE ESCRAVOS	%
1	2	2.7%	2	0.23%
2 a 5	28	38.8%	96	11%
6 a 10	13	18%	99	11.4%
11 a 20	15	20.8%	227	26%
21 a 30	6	8.3%	148	17%
31 a 50	8	11%	296	34%
Totais	72	100%	868	100%

²⁶⁷ Todos os quadros abaixo foram feitos a partir das listas nominativas encontradas em: Delegacia de Goiana, abril de 1860. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856 a 1860.

Tabela 8 Estrutura de posse de escravos do Distrito Policial de Nossa Senhora do Ó (1860)

TAMANHO	N. DE PROPRIETÁRIOS	%	N. DE ESCRAVOS	%
1	31	27.1%	31	5.7%
2 a 5	55	48.2%	181	33.3%
6 a 10	18	15.7%	135	24.8%
11 a 20	8	7%	114	20.9%
21 a 30	-	-	-	-
31 a 50	2	1.7%	82	15.1%
Totais	114	100%	543	100%

Tabela 9 Estrutura de posse de escravos do Distrito Policial de Timbaúba (1860)

TAMANHO	N. DE PROPRIETÁRIOS	%	N. DE ESCRAVOS	%
1	15	20.5%	15	3.6%
2 a 5	36	49.3%	104	25.3%
6 a 10	9	12.3%	66	16%
11 a 20	12	16%	170	41.3%
21 a 30	-	-	-	-
31 a 50	1	1.3%	56	13.6%
Totais	73	100%	411	100%

Tabela 10 Estrutura de posse do Distrito Policial de Tejucupapo (1860)

TAMANHO	N. DE PROPRIETÁRIOS	%	N. DE ESCRAVOS	%
1	22	43.1%	22	10%
2 a 5	19	37.2%	58	26.4%
6 a 10	4	7.8%	28	12.7%
11 a 20	4	7.8%	45	20.5%
21 a 30	1	1.9%	23	10.5%
31 a 50	1	1.9%	43	19.6%
Totais	51	100%	219	100%

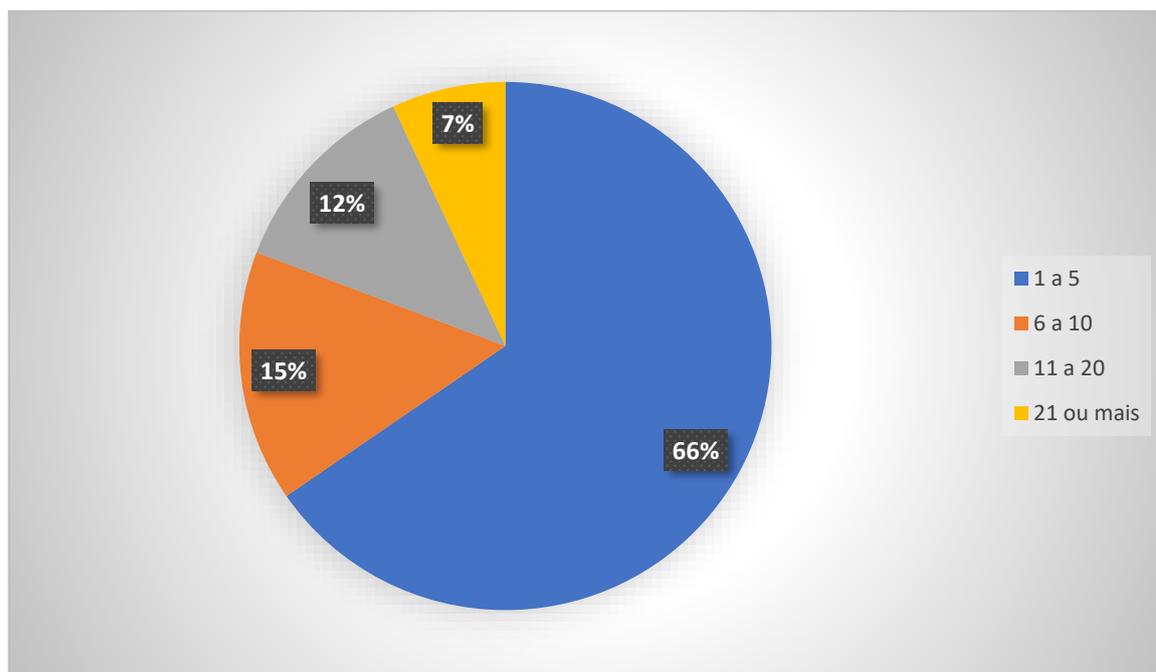
*Nesse distrito, como mencionado acima, contém uma lista em que não aparecem os nomes dos proprietários, e sim a soma total destes últimos e da escravaria. Na lista aparecem as informações seguintes: 55 proprietários e 525 escravizados. Dessa forma, os números de proprietários, somados com os de cima citados, seriam de 106 e, por conseguinte, os de escravizados 744. Ocorre que a utilização dessas informações deformaria a tabela acima devido ao fato de não podermos analisar as escravarias por proprietário separadamente. Nesse caso, resolvemos não incluir os dados da mencionada folha.

Não poderíamos deixar de começar com a primeira coisa que salta aos olhos: a alta incidência de pequenas posses. Isto é: a quantidade significativa de senhores que possuíam de um a dez escravos (Ver Quadro 3). Correspondiam a 80% do total dos senhores contabilizados. Número bastante expressivo, ainda mais numa região, nunca é demais lembrar, marcada por três séculos pela plantação de cana e produção de açúcar, atividades geralmente associadas a grandes quantidades de escravos por proprietários ou engenhos.²⁶⁸

Ao analisar os inventários de proprietários escravistas no período de 1860 a 1875, a presença da pequena posse na comarca de Goiana foi identificada tal como na lista nominativa. No período supracitado, os pequenos proprietários também formavam um grupo numericamente mais importante. De todos os proprietários escravistas contabilizados, 81% possuíam de 1 a 10 escravizados. Isso não só legitima a lista nominativa e a sua “fotografia” da estrutura da posse em 1860, como também implica em reconhecer mais uma vez a importância da pequena posse na região, só que agora para o período maior da segunda metade do século XIX.

²⁶⁸ A associação de grandes posses às áreas de agricultura de exportação foi afirmada e reafirmada por uma historiografia clássica do século XX, alicerçada nas obras de autores como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Como ressalta Motta, “Caio Prado Júnior, em seu *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, referia-se, com fundamento nos relatos de Henry Koster e de Vilhena Santos, à existência de plantéis de grande porte dedicados à produção de açúcar, por ele qualificada como a “produção típica da agricultura colonial”, ver: MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. – São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 78.

Gráfico 4 Porcentagem de senhores por grupos de posses de escravizados segundo os inventários.

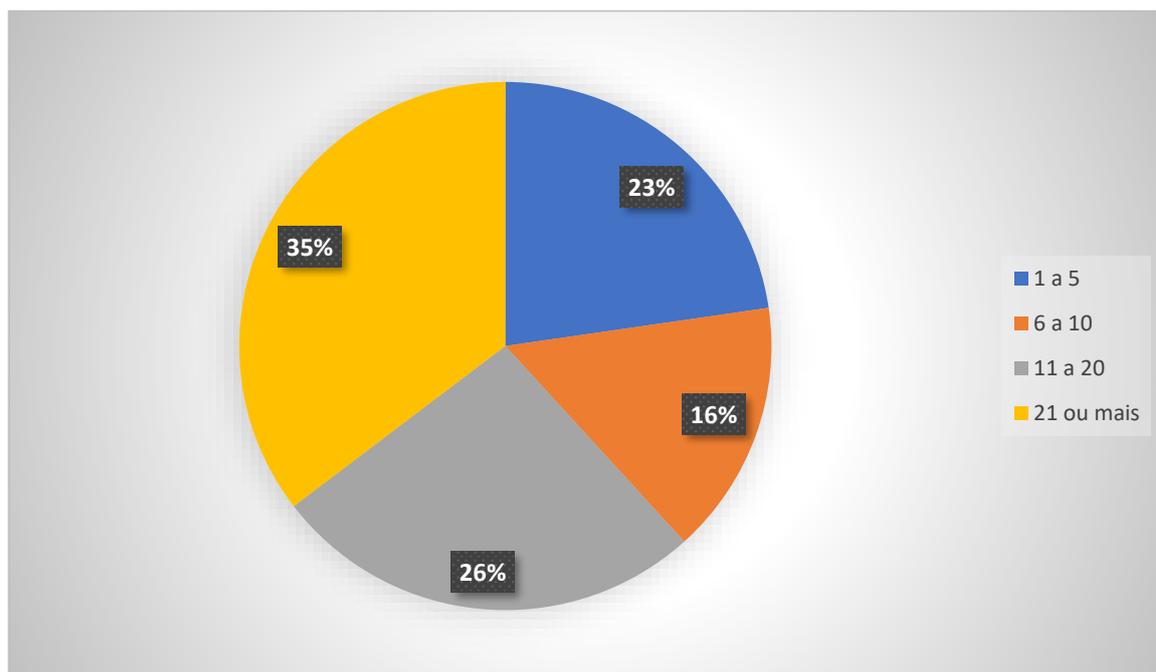


Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. **MJPE**, caixas 179 a 189.

Os proprietários da grande comarca de Goiana que tinham até 10 escravos, ou 80% dos nomes que encontramos na lista nominativa, concentravam 41% de todos os escravizados contabilizados. Uma cifra significativa, há de se ressaltar. Por outro lado, apesar de que num total de 312 senhores registrados, só 12, ou 3,8%, tinham posses com mais de 31 escravos e apenas um tinha mais que 50, juntos, porém, concentravam quase $\frac{1}{4}$ da população escravizada. Médias e grandes posses concentravam 59% do total.

Para o período de 1860 e 1875, segundo os inventários, ao invés de 41%, as posses de 1 a 10 escravizados concentravam 39%. Já as médias e grandes posses centralizam 61%. Creio que não podemos falar de alta concentração de escravizados nas mãos de poucos senhores, embora estes tivessem grandes quantidades. No mais, o proprietário típico da grande comarca de Goiana de meados da segunda metade do século XIX era aquele que tinha até 10 escravizados, mas estes últimos se distribuíam principalmente entre médias e grandes posses, com uma parte significativa (quase $\frac{1}{4}$) convivendo em posses com mais de 30 escravos.

Gráfico 5 Distribuição de escravizados por grupos de proprietários segundo os inventários.



Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. **MJPE**, caixas 179 a 189.

Os dados são enfáticos e nos colocam num caminho que não permite enquadrar a grande comarca de Goiana de meados da segunda metade do século XIX naquela visão “plantacionista”, erguida, sobretudo, na ideia da monocultura extensiva e com muitos escravizados trabalhando.²⁶⁹ A prevalência das pequenas posses de escravizados, tanto nas listas, como nos inventários, demonstra justamente o contrário.²⁷⁰ Muitos senhores com poucos escravos nos indicam também que na região não se dava inteiramente uma “economia limitada ao cultivo extensivo e em grande escala de alguns gêneros tropicais e ao comércio destes e como uma sociedade composta de duas classes: os senhores que possuíam *plantations* – e os

²⁶⁹ Sobre essa percepção adotada, consideramos como ponto basilar o que Barickman disse em nota sobre o termo *plantation*: “na literatura sobre o Brasil colonial e do século XIX, costuma ser entendido (o termo *plantation*) como equivalente do que Caio Prado Júnior e outros historiadores brasileiros chamam de “a grande lavoura”. As características que distinguem a “grande lavoura, que Caio Prado equiparou à agricultura de *plantation*, eram a grande propriedade, a monocultura extensiva de exportação e, até o final do século XIX, a mão de obra escrava”. BARICKMAN. B. J. op.cit, p.327. O termo “plantacionista” foi cunhado por Maria Yedda como crítica a uma historiografia que resumia o Brasil a uma grande *plantation*. Ver: LINHARES, Maria Yedda. **Subsistência e sistema agrário na Colônia**: uma discussão. Estudos econômicos, 13, número especial (1983), p.748.

²⁷⁰ Dessa forma, os números aqui apresentados se enquadram nos resultados de Flávio R. Versiani e José R. O. Vergolino que identificaram a mesma tendência para a província de Pernambuco na segunda metade do século XIX. Segundo esses autores, “os senhores de não mais que 5 escravos eram mais da metade dos proprietários, na primeira parte do século, e próximo de 70% deles, após 1850”. Ver: **Muitos escravos**, op. Cit., p.149.

escravos que nelas trabalhavam”.²⁷¹ E nem eram “tão poucos escravos assim”, uma vez que concentravam um número significativo, como demonstrado acima.

Como veremos mais à frente, no mesmo período em questão, as atividades do plantio da cana e de produção de açúcar desempenhadas em Goiana aconteceram na presença de arranjos produtivos diversos, lado a lado com posses de menos de 10 escravos, e com produções de outros gêneros agrícolas, como é o caso da mandioca, café e algodão, ainda que em pequenas escalas. Numa frase: a alta incidência das pequenas posses indica que a produção de açúcar - apesar de no período ainda ser, junto com a plantação de cana, a principal atividade econômica da região -, não monopolizava a mão de obra escrava da área rural da comarca de Goiana, tampouco era a única cultura que se utilizava desse tipo de mão de obra durante a segunda metade do século XIX.

A alta incidência de pequenos proprietários escravistas demonstra como a escravidão em Goiana, assim como no resto do Brasil, estava espalhada por todos os poros da sociedade. Quem tinha dinheiro comprava escravos. Quem podia tinha e não eram restritos apenas aos brancos ou aos grandes proprietários. Segundo Manolo Florentino, as camadas variadas da população se encontravam comprometidas com a escravidão, independente da extensão de suas posses. Contudo, ao nos depararmos com uma relativa concentração de escravizados nas mãos de poucos, concorda-se com o Fragoso, que, ao perceber a questão no Rio de Janeiro do início do século XIX, constatou se tratar de fato de uma sociedade escravista: “definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao escravo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres”.²⁷²

Tudo isso nos faz refletir sobre os vários aspectos da vida em cativo na grande e rural comarca de Goiana durante o período aqui estudado, como por exemplo, as tensões diversas vivenciadas no cotidiano do trabalho, as negociações e conflitos dos mais variados, as expectativas e principalmente a quebra delas, assim como as conquistas de múltiplos espaços

²⁷¹ BARICKMAN, B. J. op.cit, p.27

²⁷² FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.88; Ver também: FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c 1850 / Manolo Florentino e José Roberto Góes. - São Paulo: Editora Unespe, 2017, p.45; “Disseminada”, ressalta Ângela Alonso, “esparramou-se (a escravidão) pela vida social. Base do modo de vida, bom negócio em si e estilo de vida do estamento dominante, estava na corrente sanguínea nacional”. Ver: ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.28.

de autonomia adquiridos e perdidos por escravizados e escravizadas que estavam situados em arranjos diferentes de posses.

Ora, uma coisa era está numa senzala convivendo com 80 ou até 100 companheiros de condição, quem sabe até da mesma origem étnica. Outra bem diferente era habitar uma casa um pouco longe do engenho e principalmente da senzala junto com uma esposa e mais 3 filhos, ou quem sabe até morando no mesmo teto que o senhor, compartilhando-o com mais 1 ou 2 escravos. Nesse último caso, chama atenção as intensas relações face a face, o convívio diário muitas vezes desafiador no que tange às estratégias de controle e de submissão, de hierarquização das relações. Portanto, nos diferentes tipos de posse existiram diferentes expectativas e projetos de resistências e de liberdades.²⁷³

Embora curiosa e marcante, a alta ocorrência da pequena posse não é uma singularidade goianense, mas sim da própria escravidão brasileira de meados do século XIX. Desde 1988 que pesquisas vêm contrapondo uma abordagem clássica da escravidão nesse assunto, mostrando a importância econômica da pequena posse nas grandes áreas de mineração e de agricultura de exportação entre o final do século XVIII e meados do XIX. O que aos poucos está ficando cada vez mais claro é que longe de uma exceção, a tendência à pequena posse no âmbito do escravismo brasileiro foi um fator comum, principalmente no dezenove, permeando as principais regiões do país, como Minas, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Trata-se, portanto, de uma característica indispensável da escravidão brasileira oitocentista.²⁷⁴

²⁷³ Barickman apresenta uma passagem interessante sobre esse assunto, referindo-se a comédia de Luiz Carlos Martins Pena, *O juiz de paz na roça*, obra em que Barickman acredita fornecer uma ideia da vida que os pequenos lavradores escravistas levavam. “Como Martins Pena nos mostra, intimidade não implicava igualdade. Na peça, Manoel João veste uma japona; Agostinho não. Quando os dois voltavam do trabalho, é Agostinho, não Manoel João, quem carrega o cesto de café recém-colhido. Maria Rosa tem jacuba (um tipo de refresco) pronto para o marido sedento, mas nada para o escravo não menos sedento. Quando a família se senta para comer, ficamos sabendo que o estoque de carne seca da casa acabou. O pouco que esta vai parar nos pratos de Manoel João, Maria Rosa e Aninha; Agostinho tem de se contentar com farinha e laranjas. Desigualdades como estas, embora possam parecer insignificantes quando comparadas com as que distinguem os senhores de engenho e lavradores de fumo abastados de seus escravos, nem por isso deixavam de ser reais; reafirmavam a autoridade dos senhores sobre seus escravos, BARICKMAN, B. J. op. cit., p. 252.

²⁷⁴ Para um balanço geral sobre a historiografia que trata da pequena posse nas regiões citadas, ver MOTTA, José Flávio. Op. Cit., (capítulo 2). Ver também: MARCONDES, Renato L. “**A Pequena e a Média Propriedade na Grande Lavoura Cafeeira do Vale do Paraíba.**” *Locus: Revista de História. Juiz de Fora.* 4(2):3554, 1998; GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888).** João Pessoa: Universitária/UFPb, 1979; LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: **Escravos e Senhores: Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804).** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981; PASSOS SUBRINHO, Josué M. **Reordenamento do Trabalho; Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe, 1850–1930.** Aracaju: Funcaju, 2000; ERGOLINO. “**Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887**”. *Estudos Econômicos* 33(2): 353-393, abr./jun. 2003.

No que diz respeito à segunda metade do XIX, dados levantados por Renato Leite Marcondes e outros autores apontaram, por exemplo, que entre 1872 e 1877, 92% dos senhores escravistas brasileiros não possuíam mais do que dez cativos. Os escravizados que esses senhores possuíam correspondiam a 57% do total contabilizado. Apenas 25% dos escravos totais pertenciam a posses de tamanho superior a vinte. Posses que, em tese, demandaria um regime de *plantation*, de trabalho organizado em turmas e vigiado por um feitor.²⁷⁵ Ou seja, parte significativa dos escravizados no Brasil, no período estudado pelo autor supracitado, estava distribuída em posses de até 10 cativos.

Pernambuco, aliás, não estava indiferente a esta tendência. Flávio R. Versiani e José R. O. Vergolino, analisando a estrutura de posse de escravos nesta província a partir de um levantamento de 3.933 inventários, constataram “o aumento da importância dos plantéis pequenos”, ao longo do século XIX, “evidenciado pela redução do número médio de escravos por plantel, de 10,8 para 6,7”. Observaram também que “a proporção de proprietários com não mais do que 10 escravos” passou “de 77% antes de 1850, a 94%, na segunda parte do século”.²⁷⁶ Esses resultados demonstram a presença impactante da pequena posse na segunda metade do século em Pernambuco, província que viu nesse período ser cada vez mais raros grandes plantéis com 60, 80 ou mais escravos, como era na Bahia.²⁷⁷ Pelo que tudo indica, a regra mesmo era a pequena posse.

Ainda segundo Versiani e Vergolino, o crescimento da pequena posse na província incidiu mais veementemente na Zona da Mata, zona canavieira ligada à produção de açúcar. Isso não quer dizer, porém, que as outras regiões tiveram um aumento na concentração de posse de escravizados. Na verdade, a zona canavieira é que foi se igualando, no percorrer da segunda metade do século XIX, aos padrões já existentes no agreste e no sertão. A análise foi feita considerando a média de escravo nos inventários da região da mata que caiu de “10,8, na primeira metade do século, para 6,7 depois de 1850”. A redução da média, segundo os autores, “decorre principalmente da presença crescente de pequenos proprietários escravistas, os chamados “lavradores”, que apenas plantavam cana sem possuir engenhos, nem serem donos da terra que cultivavam”.²⁷⁸

²⁷⁵ Ver: MARCONDES, Renato Leite; et al. Muitos senhores com poucos escravos: estrutura da posse de cativos nas quatro regiões e no país. In: **Muitos escravos, muitos senhores**. op. cit., p.108.

²⁷⁶ A palavra “plantel” se refere a unidades produtiva escravista. **Muitos escravos, muitos senhores**. op. cit., 149.

²⁷⁷ BARICMAN, B.J. op.cit. Sobre a Bahia ver também: SCHARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1855. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

²⁷⁸ **Muitos escravos, muitos senhores**. op. cit., 109

De acordo com as listas nominativas, a média geral da comarca era de 6,8 escravizados por proprietário, quase a mesma média de Pernambuco para a segunda metade do século XIX. Porém, esse cálculo foi feito a partir dos dados dos distritos policiais que tivemos acesso. Devida a falta do distrito da Goiana sede, além da parte de Itambé, é bem provável que a média pudesse ser outra. Contudo, o cálculo da média feito a partir dos dados dos inventários revelou a cifra de 7,2 escravos por proprietário para os primeiros 25 anos da segunda metade do século: não tão acima do que nos revelou a lista.

Identifiquei nas listas variações importantes: elas dizem-respeito sobre a média de escravizados nos distritos policiais arrolados. Em Nossa Senhora do Ó a média foi de 4,7; Timbaúba aparece com um pouco há mais: 5,6; Tejucupapo, porém, surge com 7,0²⁷⁹; e, bem acima da média local e regional, vem o distrito de Goianinha, com um média de 12 escravizados por proprietários. Isso indica que dentro da comarca havia variações no que tange à estrutura da posse de escravizados. Distritos ligados a produção de açúcar, por exemplo, tendiam a concentrar mais escravizados.

Vejamos Goianinha, com média de 12 escravizados por proprietários: é o único distrito da nossa amostragem que aparece com mais de dois proprietários possuindo mais de 31 cativos que, para nossa região, se configura como uma grande posse. Na verdade, são oito proprietários – do conjunto dos 12 maiores encontrados nas listas nominativas - que juntos possuíam um terço (34%) da população escravizada de todo o distrito policial. Essa, inclusive, é maior concentração de cativos encontrada na amostragem, algo que não acontece nas demais localidades.

Um montante de 77% dos escravizados de Goianinha estava distribuído nas médias e grandes posses, com predominância dessas últimas, o que difere e muito esse distrito dos demais da comarca, cujas populações cativas estavam distribuídas entre pequenas e médias. Embora também fossem mais recorrentes os proprietários que possuíam de um a dez escravos, por outro lado, a concentração desses últimos nas mãos de poucos se dava de forma mais contundente em Goianinha do que em qualquer outro distrito policial analisado.

Como se pode ver na tabela abaixo, dos 12 grandes senhores arrolados possuindo mais de 31 escravos, oito eram de Goianinha. É claro que isso não significa a inexistência de mais senhores possuindo essa quantidade de escravos. Lembremos que faltam as listas da Goiana sede, Desterro de Itambé e Cruangy. Contudo, há de se levar em conta essa concentração de

²⁷⁹ O cálculo da média para Tejucupapo leva em consideração a soma dos dados não incluídos no quadro acima.

escravos em Goianinha, região que, ao que tudo indica, era um grande aglomerado de engenhos com grandes posses.

Como notou Barickman na Bahia de início do século XIX, “a riqueza na forma de escravos era mais concentrada nas freguesias açucareiras tradicionais do lado norte da baía”.²⁸⁰ A Goiana sede não possuía uma “baía” aos moldes do recôncavo baiano, mas certamente assenhoreava uma região compreendida por freguesia de Goiana, composta pelos distritos policiais de Goiana (sede) e Goianinha, repleta de escravos e engenhos que se aglutinavam no entorno.

Tabela 11 Grandes proprietários da comarca de Goiana arrolados na lista nominativa de 1860.

Nome	Engenhos*	Localidade	Quant. de escravo.
Claudino Cezar Freires	Salgado e Aundinha	Timbaúba	56
Miguel Joaquim Cezar	Siriji	Nossa S. do Ó	49
João Dourado de Azevedo	**	Goianinha	45
Jerônimo Silva Moreira	**	Tejucupapo	43
Simplicio de Melo	**	Goianinha	42
Silvano de Araujo Barros	**	Goianinha	40
Felipe Francisco Cavalcanti	Retiro	Goianinha	35
Dr. José Ignácio da Cunha Rabello	Tracunhaém	Goianinha	34
Manoel de Araujo Barros Albuquerque	**	Goianinha	34
Amaro da Cunha	Taibaré	Goianinha	34
Joaquim José Gomes de Oliveira	Meirim	Nossa S. do Ó	33
Dona Rita da Cunha Rego	Diamante, Tabatinga e Miranda. ***	Goianinha	32
Total			477

Fonte: Tabela feita a partir da lista nominativa de 1860, ver: Delegacia de Goiana, abril de 1860. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856 a 1860. *Os respectivos nomes aparecem no Almanak de Pernambuco do mesmo ano da lista como sendo o de proprietários dos engenhos citados acima. Ver: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de Pernambuco (PE) - 1860 a 1864*. Recife, Typ. Dem. F. de Faria., p.196. Disponível em:

²⁸⁰ BARICKMAN, B.J. op.cit., p.237 (grifos nossos).

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706345&pesq=Goianna&pagfis=201> Acesso em: 10 de mar. de 2022. **Significa que esses nomes não aparecem no Almanak supracitado. *** Dona Rita da Cunha Rego não aparece no Almanak, mas trata-se da irmã do III Barão de Goiana, casada com seu primo, Capitão-mor José Tavares de Mello, senhor dos engenhos Diamante, Tabatinga e Miranda. Não sabemos se em 1860 ela porventura herdara os três engenhos ou apenas um deles. Sobre o parentesco de Dona Rita com o III Barão de Goiana, ver VASCONCELOS, Ligia Rabelo Alves de. op.cit., p.32

No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco (1860)*, conseguimos identificar três senhores e uma senhora como sendo proprietários de engenhos nessa localidade, cujos nomes aparecem também na lista nominativa do mesmo ano. Dois deles sendo os irmãos Amaro da Cunha e Dr. José Ignácio da Cunha Rabello, este último casado com uma das filhas do III Barão de Goiana. Identifica-se também Dona Rita, irmã desse último e casada com o primo capitão-mor José Tavares de Mello, senhor dos engenhos Diamante, Tabatinga e Miranda. Em suma, a freguesia de Goiana, ou a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana, que também englobava o distrito policial de Goianinha, era um dos redutos mais tradicionais de produção de açúcar e da posse de gente da comarca, quiçá da Zona da Mata Norte de Pernambuco.²⁸¹

Estamos falando do território dos coronéis famosos, membros de uma elite agrária antiga dona de terras e de gente e lembrada com saudosismo por João Alfredo, no fim da vida. Era o Coronel Luiz Francisco, de Jacaré e seu sucessor, Tenente-Coronel Francisco Maranhão; o Coronel Antônio Francisco, depois Barão de Bujari; Coronel João Joaquim da Cunha Regos Barros, do engenho Bonito, depois III Barão de Goiana; do Coronel Viana, de Goiana Grande e Engenho Novo; Coronel Bento Rabelo, de Mereré, Coronel Henrique do engenho Miranda, Felipe Cavalcanti, do engenho Retiro, e tantos outros.²⁸²

Insista-se: não se pode deixar de considerar a falta de dados completos para a freguesia de Itambé, região escravista de plantação de cana e produção de açúcar da grande comarca de Goiana em 1860. No entanto, quando analisamos os inventários (ver a tabela 13), foi possível aferir que as grandes posses - aquelas que necessitavam de um regime de trabalho que lhes são próprias -, relacionadas mais frequentemente com a plantação de cana e produção de açúcar integradas, estavam, pelo menos no período aqui estudado, mais próximas da região da Goiana sede, onde se davam os principais embarques de açúcar para o Recife através do porto fluvial situada na cidade.

²⁸¹ VASCONCELOS, Ligia Rabelo Alves de. op.cit., p.32

²⁸² OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. op.cit., p.102

Tabela 12 Proprietários(as) de engenhos da comarca de Goiana e suas posses de escravizados listados a partir dos inventários (1860-1875).

Inventariado (a)	Ano	Engenho	Localidade	N. de escravos
Francisca das Neves Correa	1863	Acaú	Goianinha	30
Feliciana Gomes Pereira de Oliveira	1863	Paraíso	Timbaúba / Cruangi	35
		Miranda	Goianinha	
José Camello Pessoa de Albuquerque	1863	Matary	?	15
		Republicano	Goianinha	
		Rebelde	Goianinha	
Manoel Bento Machado	1863	Itapirema de Cima	Tejucupapo	33
José Ignácio da Cunha Rabello	1865	Tracunhaém	Goianinha	35
Margarida Emília da Cunha Gouveia	1866	Natal	Nossa Senhora do Ó	14
Manoel de Araujo Barros	1868	Poço	?	16
Beato José Tavares	1869	Pitu	Tejucupapo	16
Francisco Pereira de Souza Lima	1869	Jucá	Nossa Senhora do Ó	19
Maria de Araujo Sá e Albuquerque	1869	Gutiuba	Goianinha ou Areias	47
Coronel Bento José das Neves Wanderley	1870	Catú	Goiana	36
		Panguá	Itambé	
Felipe Francisco Cavalcante	1870	Retiro	Goianinha	43
Francisco Xavier de Araújo	1870	Aninga	Cruangi	12
Antônio Francisco Pereira	1870	Bujary	Goiana	20
Maria José do Sacramento	1872	Mussumbu	Goianinha	11
João Peixoto Texeira	1872	Mata Limpa	Goiana	21
Vicente Ferreira Coelho	1873	Caeté	Nossa Senhora do Ó	5
João Francisco Cavalcanti de Albuquerque	1875	Goiana Grande	Goiana	38
Total				446

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. **MJPE**, caixas 179 a 189.

Voltando aos outros distritos policiais que encontramos nas listas nominativas, identificamos que em Timbaúba metade dos escravos se distribuía em posses de 6 a 20 com predominância daquelas que continham de 11 a 20, ou seja, médias posses. Tejucupapo, por sua vez, lembrando-se da folha sem os senhores e suas respectivas escravarias, parecia estar

mais próximo da tendência de Goianinha no que tange à concentração de escravizados: metade deles estava em posses de 11 a 50, isto é, entre médias e grandes posses. Contudo, esse último distrito revela um aspecto interessante não observado na comarca como um todo: a presença impactante de senhores com apenas 1 escravo (43,1%). A proporção dos senhores que possuíam de 1 a 5 escravos é de 80% do total.

No distrito vizinho de Timbaúba, o de Nossa Senhora do Ó, a pequena posse imperava de modo impactante. A proporção de proprietários com até 10 cativos chega a 91,2%, bem acima da média geral de Goiana. A proporção em Goianinha, distrito açucareiro com grandes posses, a título de comparação, era de apenas 59,7%. Nossa Senhora do Ó é o único distrito de nossa amostragem onde parte considerável da população de escravizados está distribuída em pequenas posses de até 10 cativos (63,9%). Esses números indicam que no distrito em questão, a economia escravista era mais diversificada e não dependia tanto do açúcar.²⁸³

A inferência acima encontra sustentação primeiramente no fato da incidência da pequena posse ser bem mais acentuada que nos outros distritos. Outro ponto: a pequena posse carrega em sua essência uma oposição à produção de açúcar por motivos óbvios: braços insuficientes. Os dados das listas, digamos, um tanto insipientes, indicam, a priori, um fato comprovado pelos inventários: trata-se mesmo de uma região em que o cultivo da mandioca era preponderante, cujo “uso da mão de obra escrava” se dava “numa escala muito pequena e com estabelecimentos rurais proporcionalmente pequenos”.²⁸⁴ Mas, que mesmo assim poderia produzir o excedente, da farinha de mandioca ou de outros produtos, responsável pelo abastecimento do mercado local.²⁸⁵

No geral, apesar da existência de médias e grades posses e do fato de parte relevante dos escravizados estarem distribuídos nesses tipos de plantéis, os pequenos proprietários formavam uma parcela não menos importante, assim como foi em Pernambuco e em várias regiões do Brasil. Na verdade, eles assumiram posição de destaque em Goiana e principalmente durante a década de 1860, momento de retomada da produção do açúcar pernambucano num contexto de redução de braços escravos em decorrência da alta taxa de mortalidade, do fim do tráfico atlântico e, posteriormente, do recrudescimento do tráfico interno, questões que, sem dúvidas, incidiram com veemência na configuração da população escravizada da província.

²⁸³ De acordo com Barickman, “o típico lavrador escravista de mandioca do sul do Recôncavo e de outras partes do litoral baiano possuía de dois a oito cativos”, BARICKMAN, B. J. op.cit., p. 248.

²⁸⁴ IDEM, p.249.

²⁸⁵ IDEM.

Reiteremos: diferentes tipos de posses sugerem diferentes tipos de experiências da escravidão e da liberdade no interior da grande comarca de Goiana. Cartas de liberdade e fugas eram mais recorrentes nas grandes ou nas pequenas posses? Era mais fácil fugir ou se alforriar em Goianinha, terra de grandes posses e de produção de açúcar? Sem contar das questões como, por exemplo, a família escrava, a convivência acentuada ou não com escravos de outros senhores, maiores ou menores possibilidades de construção de redes de solidariedade, cumplicidade e amizade entre escravizados ou entre estes e as pessoas livres e libertas. Na vida de um escravizado ou de uma escravizada, africano ou não, tudo isso poderia variar conforme a estrutura da posse que estivesse inserido.²⁸⁶

3.4 COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA E AS EXPERIÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO: AFRICANOS, CRIoulos E FAMÍLIAS.

No que diz respeito à composição da população escravizada da comarca de Goiana de meados da segunda metade do século XIX, tanto no censo de 1872 como na lista nominativa de 1860, temos, no geral, alguns pontos que se destacam: uma acentuada presença de crioulos, isto é, de nascidos no Brasil, de um equilíbrio entre homens e mulheres, de um número marcante de crianças, além de um percentual significativo de homens e mulheres em idade produtiva.

No que tange à presença acentuada de crioulos, é de se intuir que isso se dá sobretudo pelo fim definitivo do tráfico em 1850 que estancou, em definitivo, a chegada de novas levas de africanos escravizados no país. Antes, o principal meio de reprodução do escravismo era o comércio transatlântico de escravizados que atendia quase que inteiramente a demanda de mão de obra. No Brasil e, em Pernambuco, a maioria desses indivíduos que atravessaram o Atlântico eram homens em idades produtivas, apesar de que em Pernambuco mulheres e crianças chegaram às pincas entre 1831 e 1850.²⁸⁷ Essa lógica mantinha sempre alta a razão de africanidade e de masculinidade entre os escravizados.²⁸⁸

²⁸⁶ Segundo Barickman, “o contato diário nas roças e nas refeições partilhadas talvez tenha estimulado um sentimento de camaradagem entre os pequenos agricultores escravistas e seus cativos”. BARICMAN, B. J. op.cit., p. 252.

²⁸⁷ CARVALHO, Marcus J. M. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. IN: **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil.** / Organizadores: Helen Osório e Regina Célia Lila Xavier – São Leopoldo : Oikos, 2018, pp. 126-164.

²⁸⁸ Por razão de africanidade entende-se o número de africanos a cada 100 escravos nascidos no Brasil, ou crioulos. Sobre o tráfico alimentar inteiramente a demanda de mão de obra no Brasil a literatura é extremamente farta e extensa. Considere-se a título de informação geral: SCHATZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1855.** São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

Porém, apesar de aparecerem bastante reduzido, os números de africanos escravizados que aparecem nas listas nominativas de 1860 e, até mesmo no censo de 1872, poderiam ser bem maiores, uma vez que sonegar a procedência do cativo tornou-se a estratégia comum entre os senhores para não levantar suspeitas sobre algo adquirido na ilegalidade. Isso dificulta uma análise precisa da razão de africanidade, por exemplo. Não estamos caindo no mar da especulação ao supor que entre os escravizados de Goiana, por volta da década de 1860, o número de africanos era significativamente maior. Lembremos que, entre 1831 e 1850, período do tráfico ilegal, uma estimativa de 50.000 africanos escravizados desembarcaram em Pernambuco. E, sim, uma parte importante desembarcou justamente em Goiana.²⁸⁹

Tratando-se da população de africanos identificada a partir das listas nominativas de 1860, chama atenção a porcentagem de africanos no distrito policial de Tejucupapo, zona costeira: 50% de sua população escravizada era africana. É o único com essa expressão. Nas demais localidades, os africanos eram numericamente insignificantes. Esse dado fica ainda mais interessante quando pensado através do prisma do tráfico ilegal em Pernambuco. Essa região, que compreendia toda a barra de Goiana, além da de Catuama, foi utilizada de modo contumaz por contrabandistas para o desembarque ilegal de africanos escravizados durante 1831 e 1850. Talvez, isso explique essa alta concentração ainda em 1860.²⁹⁰

Após a lei de 1831, que, dentre outros pontos, tornou ilegal o desembarque de africanos, os portos das grandes cidades foram sendo trocados por ancoradouros distantes de holofotes, ficando assim mais fácil de despistar as autoridades que, aliás, cada vez mais ia estabelecendo maneiras de ignorar deliberadamente, para assim conviver com a ilegalidade.²⁹¹ Dentre os

²⁸⁹ Marcus Carvalho deixa claro que os dados para esse tipo de estimativa “são apenas indicações de possíveis tendências, e não estimativas precisas, com cinco por cento de margem de erro, como se costuma fazer em estudos mais exatos, baseados em fontes mais precisas”, ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., p.111 e 136.

²⁹⁰ O atual distrito de São Lourenço de Tejucupapo da cidade de Goiana, antiga sede do distrito policial de Tejucupapo em 1860, ano da lista nominativa, é auto reconhecido como remanescente de quilombola. O quilombo de Catucá, do “Rei Malunguinho”, grande frente de resistência negra do início do século XIX, enraizou-se de forma profunda em Tejucupapo. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. **O quilombo do Catucá em Pernambuco**. Caderno CRH, n. 15, p. 5-28, jul./dez., 1991; CARVALHO, Marcus J. M. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro enigma, 2012. Sobre os desembarques ilegais de africanos escravizados nas praias de Goiana, ver: CARVALHO, Marcus J. M. op.cit., 2018; CARVALHO, Marcus J. M. **O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831**. REVISTA DE HISTÓRIA SÃO PAULO, Nº 167, p. 223-260, JULHO / DEZEMBRO 2012.

²⁹¹ De acordo com a lei de 7 de novembro de 1831, em seu artigo segundo: “os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Código Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da Africa; reexportação, que o Governo fará efectiva com a maior possível brevidade, contrastando com as autoridades africanas para lhes darem um asylo. Os infractores responderão cada um por si, e por todos”. Ver: Lei de 7 de novembro de 1831, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-

ancoradouros naturais de Pernambuco utilizados pelos traficantes, os de Goiana assumiram posição de destaque.²⁹²

A formação rochosa litorânea, composta por linhas de arrecifes que cortam toda a costa da comarca, colocava a região numa posição estratégica no que tange a atividades portuárias desse tipo. A barra de Catuama, por exemplo, foi amplamente utilizada para esses fins entre 1831 e 1850. Era a praia dos traficantes no litoral norte de Pernambuco, oferecendo as condições ideais para a operação, tais como um mar raso o suficiente para fundear o navio sem grandes problemas, jangadeiros que iam até as embarcações não só para guiá-las na entrada da barra, mas para desembarcar a carga viva, além da existência de propriedades por perto em que os donos assumiam um papel de senhor-trafficante.²⁹³

Quem contou sobre um desembarque ilegal ocorrido na comarca de Goiana por volta da década de 1830 foi Camilo, um menino congolês que desembarcou junto com 90 companheiros de viagem e de embarcação. Mais de 30 anos depois de sua chegada, Camilo resolveu entrar com uma Ação de Liberdade afirmando que chegou ao Brasil depois da lei de 1831 e, por este motivo, não deveria continuar na condição de escravizado.²⁹⁴ Perguntado sobre a embarcação, disse não saber do nome, mas lembrava que tinha vindo da África ainda criança, e que desembarcou supostamente aos 7 anos, numa praia de nome Atapuz. Por volta da meia noite foi levado para o Engenho Itapirema do Major Paulino, “que o trancou na casa de purgar com seus companheiros em número talvez de noventa.”²⁹⁵

[1831.htm#:~:text=LIM%2D7%2D11%2D1831&text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,aos%20impo](#)
[rtadores%20dos%20mesmos%20escravos](#). Acesso em: 09 de set de 2023.

²⁹² “Vindo pela costa, do norte em direção ao sul”, conta-nos Marcus Carvalho, “poderiam receber desembarques as praias de Barra de Catuama, Itamaracá, Pau Amarelo [...]” CARVALHO, Marcus. op.cit.,2010, p.102.

²⁹³ Além da Barra de Catuama e do seu rio principal, o rio Goiana, a comarca de Goiana era formada por outros como o Megaó, Itapissuma, Capibaribe-mirim, Tracunhaém e Santo Elias. Possuía praias, bocas de rios e enseadas: tudo isso era utilizado pelos traficantes para o desembarque e distribuição da carga ilegal de escravos. Segundo Marcus Carvalho, “não era qualquer lugar que servia para ancoragem de um navio do qual seria desembarcada uma carga delicada, complexa e que exigia cuidados especiais. E vale ressaltar que descarregar um navio é diferente de carregá-lo”. Ainda segundo o autor, o ideal “era que o porto fosse perto das propriedades agrárias produtivas ou então das povoações mais importantes, onde havia compradores certos, ou onde estavam os consignatários da carga”, ver: CARVALHO, Marcus. J. M. de. **O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831**. Revista de História, São Paulo, n. 167, p. 223-260, julho/dezembro, 2012, p.231

²⁹⁴ Sobre a utilização do artigo 1º da lei de 7 de novembro de 1831 por escravizados nos últimos momentos da escravidão, levando em conta a importância da ação escrava no processo de abolição da escravatura, ver: SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Memórias do tráfico ilegal de escravos nas ações de liberdade: BAHIA, 1885-1888 Afro-Ásia**, 35 (2007), 37-82.

²⁹⁵ O caso de Camilo foi analisado por Marcus Carvalho num artigo intitulado: *O desembarque do menino congolês Camilo em Pernambuco, ou, o comércio transatlântico de crianças escravizadas depois de 1831*. O texto faz parte dos anais do 8º encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Tivemos acesso ao processo completo: Ação de Liberdade, 1874. Comarca de Itambé. MJPE. Mais recentemente, Marcus Carvalho abordou novamente o caso, dessa vez no artigo: CARVALHO, Marcus. **A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831**. IN: *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil / Organizadores: Helen Osório e*

Contou ainda que conforme os dias iam se passando, grupos de cinco ou dez africanos iam saindo. Camilo saiu logo depois que chegou, junto com quatro companheiros de viagem. Todos eles foram levados a um sobrado, em Goiana, de um português chamado Manoel Gonçalves. Lá, um padre de “estatura alta e branco” logo tratou de benzê-los, dando-lhes outros nomes para depois serem vendidos, segundo informou Camilo em 1874, quase quarenta anos depois do ocorrido.²⁹⁶

Lembrou ainda que um filho do comerciante português, “Augustinho de tal”, foi padrinho dele e de mais dois: Luiz e Justino. “Sérgio de Tal”, outro filho do português, já falecido no momento, foi o padrinho dos outros dois malungos: Abraham e Manoel. Estes últimos ficaram em Goiana enquanto Camilo, Luiz e Justino foram para o Engenho Perony, à época do relato, comarca de Itambé. Estes dois últimos, que viveram por muito tempo com Camilo no mesmo engenho, já eram falecidos em 1874.

Em suma, o que temos aqui é uma descrição realizada por um sobrevivente de uma viagem penosa que se fazia de portos africanos às Américas. Uma testemunha ocular que nos legou questões centrais desse período de ilegalidade: a) o desembarque em Atapuz, comarca de Goiana. Um local bem distante das autoridades da capital da província e que poderia ser utilizado para este fim sem grandes problemas com as autoridades fiscalizadoras, ainda mais quando feito a noite, tal como ocorreu no de Camilo; b) envolvimento da elite dirigente local na atividade criminosa, além do uso da propriedade agrária como centro de recepção e distribuição de mão de obra ilegal; c) os deslocamentos de pequenos grupos, para evitar alguma fuga etc., apesar de que todo mundo sabia que eram recém-chegados; d) a conivência de autoridades religiosas que ajudavam, com atos de batismos e afins, a criar o ar de legalidade àquilo que foi adquirido por contrabando.

Muitos outros desembarques aconteceram, como é de se imaginar. Abaixo temos uma tabela que demonstra a quantidade de africanos desembarcados no litoral da comarca de Goiana,

Regina Célia Lima Xavier - São Leopoldo: Oikos, 2018, pp.126-165. Provavelmente Camilo estava se referindo a Francisco de Paula Cavancanti, proprietário do Engenho Itapirema do Meio, engenho que, aliás, ficava a poucas léguas de Atapuz, e que foi o lugar onde ficou Camilo junto com outros companheiros de viagens. As relações comerciais do Major Paulino certamente ultrapassavam a jurisdição da comarca de Goiana. É de se imaginar possíveis contatos com grandes traficantes de escravos, como os Azeredo Coutinho que atuava em Pernambuco no período de tráfico e que cujas embarcações desembarcaram africanos em Catuama. É possível também que Major Paulino fosse um grande consignatário de cargas de navios negreiros que fizeram viagens durante 1831 e 1850. Um senhor-trafficante que comercializava escravizados no norte de Pernambuco. Sobre Azeredo Coutinho seus negócios com a escravidão em Pernambuco, ver: REIS, João José. **O Alufá Rufino**: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822 –c. 1853) / João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Marcus J.M. de Carvalho. – 2 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

²⁹⁶ Com a lei do ventre livre, em 1871, ocorreu uma maior incidência em ações de liberdade baseadas no desembarque após 1831. Ver: Conrad, 1978 e, tratando-se de Pernambuco, Lenira Costa, 2007.

Ver: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco – 1860 a 1864. IN: Silva & Rodrigues, 1970, p.120.

mais especificamente na praia de Catuama. Também constam o nome das embarcações e os principais lugares de embarques.

Tabela 13 Desembarques ilegais em Goiana de africanos escravizados entre 1837 e 1845.

Nome da embarcação	Principal lugar de embarque	Principal local de desembarque	Ano de chegada	Número de africanos desembarcados
Eugênia	Luanda	Ilha de Itamaracá*	1837	377
Maria Rita	Luanda	Catuama	1840	350
Formiga	Luanda	Catuama	1840	-
São José	Não especificado	Catuama	1840	-
Vinte e quatro de julho	Moçambique	Catuama	1840	468
Paqueta da Madeira	Moçambique	Ilha de Itamaracá	1840	268
Experiência	Benguela	Catuama	1840	387
São José	Luanda	Catuama	1840	260
União	Luanda	Catuama	1841	500
Flor do Tejo / Andorinha	Luanda	Catuama	1841	670
Temerário	Luanda	Catuama	1841	816
N. S. da Conceição	São Tomé	Catuama	1843	91
-	Luanda	Ilha de Itamaracá	1845	163
Total				4.350

Fonte: tabela feita pelo autor a partir dos dados retirados da plataforma Slave Voyage. Disponível em: www.slavevoyage.com, Acessado em: 9 de set. de 2023. *Dado as proximidades, também colocamos os desembarques da Ilha de Itamaracá na tabela.

Ao longo dos séculos, Goiana recebeu africanos oriundos das duas principais regiões reprodutoras de mão de obra escravizada: a Costa da Mina e Angola.²⁹⁷ Sobretudo durante o

²⁹⁷ Na literatura estadunidense sobre o tema, as regiões são chamadas, respectivamente, de África Ocidental e África Central.

XVIII, a partir de contatos diretos de comerciantes locais com os portos africanos da Costa da Mina²⁹⁸, muitos africanos oriundos do Benim chegaram ao vale do rio Goiana, embarcados em portos como o de Uidá ou Ajudá²⁹⁹, porto vultoso no comércio de escravizados do reino de Daomé, no Benin, e que drenava diversos grupos étnicos africanos, como *nagôs*, *jejes*, *minas*, *malês*, *hauçás*, *fulas*, *mandigas* etc., muitos desses falantes de línguas que participavam da grande família linguística *yourubá*.³⁰⁰

No entanto, assim como nas regiões da grande lavoura do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maioria esmagadora dos africanos que chegaram vivos a Goiana na larga noite da escravidão brasileira, contando, portanto, desde o final do século XVI, vieram da África Central Atlântica, que incluía, no geral, regiões como o Cabo Lopes e a Costa de Loango, ambos ao norte do rio Zaire (também conhecido por rio Congo), ou o Congo-Norte, no dizer de Mary Karasch, Luanda, na foz do rio Cuanza, além de Benguela e, do outro lado do continente, na parte mais oriental do tráfico de africanos escravizados, Moçambique.³⁰¹

Durante trezentos anos, Pernambuco recebeu pesadamente africanos vindos dessas regiões, com forte predominância das duas primeiras. Dos 470.081 africanos desembarcados nos três séculos de comércio de gente, 325.785 vieram da África Central, embarcados em portos como o de Cambinda, Mpinda, Luanda, Malimbo, Loango e Benguela, portos que, sobretudo durante o século XVIII e XIX drenaram principalmente povos como os *bakongo*, falantes do

²⁹⁸ A Costa da Mina é um nome genérico que designa uma grande área costeira da África Ocidental. Segundo Gustavo Acioli, “seus limites geográficos compreendiam desde o cabo do Monte até o de Lopo Gonçalves, na acepção mais ampla do termo, o que englobaria desde a Costa do Ouro até a costa de Biafra. Na prática, porém, os portugueses e brasílicos não traficavam por toda esta extensão. Quando se dirigiam à Costa da Mina, iam aos portos situados entre o rio Volta e o rio Lagos, compreendendo a região que os ingleses chamavam costa dos Escravos, ou à “sotavento da Mina”, como prefere Pierre Verger, e a baía do Benin”. Ver: LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico**: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos. Pernambuco (1654.1760). Tese (Doutorado em História) São Paulo: FFLCH/ USP, 2008, p.79

²⁹⁹ Uidá e Ajudá são dois nomes distintos que designam o mesmo lugar. Segundo Suely Creuza Cordeiro de Almeida, “as descrições feitas pela historiografia sobre a Praça do Ajudá e seu entorno apontam o porto como sendo o mais importante do Golfo do Benim. A estimativa fica em torno de 400 mil escravizados, que foram de lá embarcados em direção ao Brasil nas primeiras décadas do Setecentos”, ver: ALMEIDA, Suely Cordeiro de. **Rotas atlânticas**: o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (c.1724 - c.1752). História (São Paulo) v.37, 2018, p.16

³⁰⁰ SILVA JR, Carlos da. **Ardras, minas e jejes, ou escravos de “primeira reputação”**: políticas africanas, tráfico negreiro e identidade étnica na Bahia do século XVIII. Almanack. Guarulhos, n.12, p.6-33; THORTOM, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Trad. De Marisa Rocha Mota. – Rio de Janeiro : Elsevier,2004; LAW, Robin. **A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico**. Afro-Ásia, 27 (2002), 41-77. Sobre as ligações de negociantes goianenses com portos africanos no século XVIII, ver: LOPES, Gustavo Acioli. op.cit.

³⁰¹ SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da Festa de Coroação de Rei do Congo. – 2 ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Especialmente o capítulo III.

kikongo além dos *mbundu* e *ovimbundu* falantes, respectivamente, do *kimbundo* e *ovimbundo*.³⁰²

De acordo com Marcus Carvalho, dos centro-africanos que chegaram a Pernambuco no século XIX, poucos eram guerreiros. “Crianças, agricultores e pastores, formavam a maior parte da carga dos negreiros [...]”. Ainda segundo o autor, “os demais eram mulheres. A maior parte das pessoas que veio para a província nesse período não eram prisioneiros de guerra - e no caso soldados - mas vítimas de sistemas tributários nos quais as moedas eram pessoas”.³⁰³

Uma vez nas Américas, desde o período colonial, esses indivíduos que traziam de suas localidades experiências culturais específicas, passaram a ser categorizados genericamente com termos guarda-chuva, a exemplo de “angola”, “congo”, “benguela”, “moçambique”, entre outros. No entanto, esses termos não designavam especificamente grupos étnicos africanos. Quando, por exemplo, a palavra “congo” ou “angola” era atribuída a uma pessoa, não dizia respeito a uma etnia africana particular, mas a um “resultado da reunião de vários grupos étnicos que são embarcados num mesmo porto”.³⁰⁴

Em outras palavras, esses termos designavam a procedência desses indivíduos, isto é: os lugares onde eles foram embarcados para a travessia da calunga. Portanto, em vez de nações, é mais correto conceber os termos congo/angola como “grupos de procedência”.³⁰⁵ Essa estratégia nos ajuda a evitar o erro de considerar esses africanos como fazendo parte de um todo/grupo homogêneo. Nesse sentido, concordamos com Marcelo Mac Cord quando diz, referindo-se aos africanos em Recife, que “a preponderância deste grupo (congo/angola) não [homogeneiza] suas experiências”.³⁰⁶ Segundo esse historiador, “o próprio termo genérico cria uma absolutização étnica que não é salutar para os estudos sobre a escravidão no Brasil, como indicam as obras mais recentes sobre o tema”.³⁰⁷

³⁰² Sobre o número de africanos centrais escravizados vindos para o Brasil, ver: MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados de 1490 a 1850. IN: **Diáspora negra no Brasil** / Linda M. Heywood (organizadora); [tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito].- 1.ed., 1ª reimpressão.- São Paulo : Contexto, 2009 p.29-81

³⁰³ CARVALHO, Marcus. J. M. de. op.cit., 2010, p.179.

³⁰⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. **Identidade étnica, religiosa e escravidão: os “pretos minas” no Rio de Janeiro (século XVIII)**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 1997, p.82.

³⁰⁵ IDEM.

³⁰⁶ MAC CORD, Marcelo. **Identidades étnicas, irmandades do rosário e rei do congo: sociabilidades recifenses – século XIX**. Campos 4:51-66, 2003, p.53

³⁰⁷ IDEM.

Tabela 14 Grupos de procedências africanas encontrados nos inventários (1860-1875).

Procedência	Frequência	Percentual
Angola	54	77.1%
Africano	10	14.2%
Congo	2	2.8%
De nação	1	1.4%
Cassange	1	1.4%
Moçambique	1	1.4%
Fula	1	1.4%
Total	70	100%

Fonte: tabela elaborado pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. **MJPE**, caixas 179 a 189.

Apesar das ressalvas, assim como lembrou Mac Cord, “o local de saída podia servir, sim, como referência ao grupo na sua nova experiência em terras americanas, que na sua relação com os brancos, quer na sua relação com outros negros”.³⁰⁸ Ou seja, mesmo tratando-se de termos genéricos, que terminavam por homogeneizar arbitrariamente grupos culturalmente distintos, em determinadas conjunturas em terras americanas, poderiam vir a ser um ponto de interseção cultural de grande poder simbólico, responsável pela geração de sociabilidades diversas, além de marcadores de diferenciação em relação a outros grupos étnicos ou de procedência.³⁰⁹

Além disso, não podemos esquecer que os variados povos que viviam na África Central - e que, uma vez desembarcados como escravizados no Brasil foram, em sua grande maioria, nomeados pelo biônimo “congo/angola -, apesar de possuírem distinções marcantes, tinham também grandes afinidades. A primeira e, por que não, elementar, era a afinidade linguística. No final do século XIX, estudiosos europeus, percebendo tais correlações sintáticas e

³⁰⁸ IDEM.

³⁰⁹ Um bom trabalho sobre como em torno dessas percepções se formavam grupos culturais diversos que reivindicavam suas diferenças e similitudes, aproveitando-se de instituições cristãs, ver: REIS, João José. **Identidade e diversidade** nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*. Rio de Janeiro. Vol. 2 n. 3. 1996, p.7-33.

semânticas, afirmaram que as línguas faladas da região faziam parte de uma grande família que chamaram *bantu*.

É de suma importância, venhamos e convenhamos, o alerta de Marcelo Mac Cord, mas não podemos desconsiderar o fato de que esses povos, sim, diferentes entre si, também compartilhavam afinidades. Robert Slenes defende, por exemplo, que eles partilhavam noções relevantes “no que diz respeito a suas pressuposições básicas sobre parentesco e suas visões cosmológicas”.³¹⁰ Ainda segundo esse autor, “há razões para pensar que representantes desses povos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram muito em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos”.³¹¹

A título de exemplo, na demonstração da profundidade que carregava a palavra *malungo*, o autor trouxe a discussão de como esses sujeitos, uma vez tragados pelo tráfico, souberam identificar e aproveitar as afinidades e elos culturais para reinterpretarem velhos conceitos e significados na tentativa de nomear novas realidades. “A raiz que deu origem a palavra *malungo*”, assegura Robert Slenes, “é um exemplo de como os africanos podiam se encontrar não apenas num barco semântico, mas num mar ontológico.” Afinal, para os centro-africanos que fizeram a travessia do atlântico, *malungo* poderia significar muito mais que “meu barco” ou “camarada de embarcação”, mas antes, “companheiro da travessia da vida para morte branca”³¹²

Muita gente escravizada de procedência *bantu* chegou a Goiana na larga noite do comércio e depois tráfico de africanos. E é claro que não tardaram para empreender práticas, valores e concepções sobre a vida e sobre a liberdade na Mata Norte de Pernambuco. Apesar do número irrelevante encontrado nos inventários de 1860 a 1875, 77.1% dos africanos registrados carregavam consigo o termo “angola”, o que demonstra a presença marcante desse grupo *bantu* de procedência (ver tabela 14).

Diante disso, algumas perguntas emergem: como as sucessivas levas de africanos escravizados de procedências diversas que chegaram a Goiana influíram nesse processo contínuo de (re)criação cultural? É possível avaliarmos como seus descendentes, os crioulos, levaram adiante uma “gramática” ou “herança” cultural herdada de seus pais e avós? Quais elementos foram levados em consideração e quais foram descartados? Ainda mais: como foi o

³¹⁰ SLENES, Robert. “**Malungu, Ngoma Vem!**”: Africa Encoberta e Descoberta no Brasil”, *Revista USP*, 12 (1991-92): 48-67, p.58.

³¹¹ IDEM, p.49

³¹² IDEM, p.51.

processo de interação entre novos africanos de diferentes procedências e os crioulos goianos não apenas nas senzalas, mas também no espaço urbano, especificamente em instituições como, por exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Goiana?

E, tratando-se das últimas levas de africanos que chegaram a Goiana entre as décadas de 1840 e 1850, em especial os de origem *bantu*, uma vez tendo acesso à vida cidadina, ou até mesmo dentro das senzalas na extensa paisagem rural da comarca, puderam eles encontrar um ambiente político-cultural que os remetesse e/ou relembresse as suas tradições, valores e práticas oriundas dos seus lugares de origem?

Um bom começo para rastrear os passos desses sujeitos no intuito de revelar o processo de ressignificação de crenças, valores e princípios culturais, de adaptações e apropriações, talvez esteja na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, cujo ano de criação é 1692. Dois pontos podem nos nortear: o primeiro diz respeito ao Art. 1º de seu Compromisso, datado do final do século XVIII e que assegura a entrada de irmãos do “Brasil, Reino de Angola e dos gentios da Guiné, assim libertos como sujeitos, dos quais não haverá número certo, [...] aceitarão quantos quiserem entrar”³¹³. Diferentemente de algumas Irmandades baianas, na Irmandade dos Pretos de Goiana crioulos e africanos de procedências diversas compartilhavam o mesmo espaço de devoção.³¹⁴

Já o segundo ponto é com relação à Coroação dos Reis do Congo, uma manifestação cultural bastante comum na Goiana de meados do século XIX, empreendida tanto por africanos quanto por crioulos, livres, libertos ou escravizados, membros da Irmandade e que, em última instância, nos remete a aspectos culturais de origem *bantu*. Convém lembrar que em Goiana o rei e a rainha deveriam ser obrigatoriamente do “Reino de Angola”, livres ou cativos. Essa regra pode nos informar sobre a sobreposição e/ou preferência de referenciais culturais *bantu* em Goiana, uma vez que participavam da Irmandade diferentes grupos de procedência?

Ainda que não se trate especificamente da coroação, mas de outra manifestação cultural que também está ligada aos festejos de Nossa Senhora do Rosário, temos a transcrição feita por Pereira da Costa de um “Auto de Congo” (sic) realizado na freguesia de Tejucupapo, comarca de Goiana, em louvor a São Lourenço, padroeiro do lugar, aquele mesmo distrito em que na lista de 1860 os africanos correspondem a 50% da população. O fato desse Auto ter se dado

³¹³ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Apud **ANALECTO GOIANENSE - Geografia, História, Estatística, Literatura, etc.** Goiana, 1946-1950 9 tomos, V. I pp. 44-45.

³¹⁴ Sobre as irmandades baianas e suas restrições quanto à entrada de irmãos e irmãs, bem como as tensões étnicas, ver: PARÉS, Luís Nicolau. op. cit.; REIS, João José. **Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão.** Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

justamente em Tejucupapo torna-o ainda mais interessante, pois é aí onde se desenvolve, na primeira metade do século XIX, o Quilombo do Catucá, cujo líder foi e, de certa forma ainda o é, Malunguinho.

No Auto do Congo podemos identificar mais elementos que apontam para uma cultura *bantu* criada e recriada na Goiana do século XIX. De acordo com Pereira da Costa, quando o secretário do rei sai ou volta ao cenário, o mesmo pede e recebe a benção do rei nestes termos: “ – Benção de Deus, de Zambiapungo qui tirindundê, qui ti caia na cabeça bem dependurada” . Ora, estamos diante de uma variação de Zambiapungo que, segundo Nei Lopes, é um dos nomes de “Zâmbi, principalmente na tradição conguesa. Do quicongo Nzambi-ampungu, o Grande Nzambi, para o qual se exclama: “Deus é grande”.³¹⁵

Se, por um lado, é possível alertar, pelos motivos já expostos no início desse capítulo, sobre uma subestimação do número de africanos tanto na lista de 1860 quanto no censo de 1872, por outro não se pode negar a presença destacada dos crioulos, cujas concepções e expectativas da liberdade poderiam terem-se forjado através de referenciais africanos.

A concentração de crioulos é bastante relevante no estudo das experiências da escravidão e da liberdade na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Os crioulos dominavam melhor os códigos culturais locais do que os estrangeiros africanos, arrancados de seus lugares de origens, de suas famílias etc., e transportados de modo forçado até Goiana. “Criados falando português, ou pelo menos uma variante de português”, diz-nos Barickman “esses escravos (os crioulos) viviam e trabalhavam entre homens e mulheres que muitas vezes devia ser seus parentes”.³¹⁶

A pergunta que nos cabe, portanto, é sobre a distância que separa essa gente crioula, maioria em meados da segunda metade do século XIX, de seus ascendentes familiares africanos. Suas mães eram africanas, ou suas avós? Pensar essa distância pressupõe refletir sobre um ponto que poderíamos chamar de processo de criouliização da segunda metade do século XIX na Goiana escravista.³¹⁷

Nesse movimento, qual o papel do referencial africano na vida dos crioulos? Qual é a importância, por exemplo, da família escrava que se utilizava de referenciais culturais africanos que, como salientaram Manolo Florentino e Roberto Góes, “fornecia sólidos pilares para a

³¹⁵ Ver: LOPES, Nei. 1942 -. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Palhas, 2012, p.261.

³¹⁶ BARICKMAN, B. J. op.cit., p.265

³¹⁷ Ver: Sobre o conceito de criouliização, ver: PARÉS, Luís Nicolau. **O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800)**. Afro-Ásia, 33 (2005), p.87.

construção e reconstrução de padrões mentais de comportamento próprios de uma cultura afro-brasileira”?³¹⁸

Logo abaixo temos uma tabela com a razão de masculinidade e as proporções de casados e viúvos contabilizados a partir das informações da lista nominativa de 1860.

Tabela 15 Razão de masculinidade e proporção de casados e viúvos em pequenas e grandes posses.

Distritos	Razão de Masculinidade		Proporção de casados e viúvos	
	Pequenas posses	Grandes posses	Pequenas posses	Grandes posses
Goianinha	0.71	118	0	37.1%
Nossa Senhora do Ó	0.61	164	6.6%	17%
Timbaúba	118	0.93	10.9%	10.7%
Tejucupapo	0.53	164	6.25%	22.7%

Fonte: Delegacia de Goiana, abril de 1860. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856 a 1860.

É necessário considerar que os dados que indicam casamentos não incluem uniões consensuais, acordadas entre parceiros, mas não sancionada pela igreja. Estamos lidando, portanto, de casamentos formais, não abarcando, clarividente, todos os escravizados/as que formavam famílias. Noutras palavras, esses números não representam a totalidade do que poderíamos chamar de família escrava da grande comarca de Goiana.³¹⁹ Estamos observando, aí sim, os cônjuges que conseguiram acionar um instrumento institucional cujo acesso era maior nas grandes posses. Mas, por quê?

A resposta talvez esteja numa constatação elaborada por Robert Slenes em estudo sobre regiões escravistas cafeeiras da província de São Paulo de meados do século XIX: “os senhores de escravos em Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos

³¹⁸ FLORENTINO, Manolo. op. cit., p. 37.

³¹⁹ Assim “essas fontes, contudo, também deixam claro que o matrimônio sancionado pela igreja não estava aberto a todos os cativos que o requisitaram” SLENES, Robert. **Na Senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.p. 83.

diferentes ou entre cativos e pessoas libertas”.³²⁰ Sendo assim, em grandes posses com mais de 20 escravos as chances de se casar na igreja poderiam ser maiores do que em posses de até cinco ou dez escravos, pois nas primeiras era maior o *pool* de escolhas, sendo mais fácil encontrar uma parceira ou parceiro tendo em vista que “o escravo que queria casar-se pela Igreja quase sempre tinham que encontrar seu cônjuge dentro da mesma posse”.³²¹

Nos distritos onde a pequena posse imperou (Nossa Senhora do Ó, por exemplo) existiam mais mulheres escravas do que homens, mas, por outro lado, era pequeno o número de casamentos formais. Uniões consensuais eram as mais frequentes nesse tipo de posse? Mais uma pergunta, dentre tantas outras elaboradas neste trabalho, que precisará da atenção de outras pesquisas.

Em resumo, mesmo com o número de homens levemente acima ao de mulheres nas grandes posses, neste caso, os casamentos formais eram mais recorrentes. Diferente, por exemplo, no contexto das pequenas posses em que, apesar do número de mulheres ser um pouco maior do que o de homens, tais casamentos eram numericamente inferiores. Grandes posses, maiores chances de se casar na igreja?

Ao analisar as médias e grandes posses encontradas nos inventários, constata-se, em relação as pequenas posses, uma maior incidência não só de casados formando famílias nucleares, mas de mães solo formando famílias monoparentais, o que pode indicar também uma alta incidência de uniões consensuais que geravam filhos. Na verdade, o número de famílias monoparentais de mães solo se apresenta como bastante significativo, demonstrando que nas médias e grandes posses o número de crianças era um ponto marcante.

O recorte da tabela abaixo é composto por todos os plantéis de 10 ou mais escravizados, formados completamente por crioulos. Foram selecionados apenas os casos em que temos referências às relações de parentesco ou informações sobre a união, como os casados e as uniões consensuais, representadas pela expressão “mulher de”.

³²⁰ IDEM.

³²¹ IDEM, p.84 O autor ainda ressalta na mesma página que “esses fatos fornecem a chave para entender a variação nos padrões de casamento (religioso), por tamanho de fogo ou posse. Em unidades com um a nove escravos, a barreira contra casamentos religiosos entre escravos de proprietários diferentes, combinada com o pequeno *pool* de potenciais cônjuges dentro do mesmo fogo/posse para pessoas de ambos os sexos, fazia com que as proporções de homens e mulheres adultos alguma vez casados ficassem relativamente baixas e não muito diferentes entre si. Nos fogos/posse de tamanho médio ou grande, os mesmos fatores restringiam severamente as possibilidades de casamento religioso para pessoas do sexo masculino; nesse caso, era o enorme excedente de homens sobre mulheres que reduzia o *pool* de possíveis esposas. Contudo, essa alta razão de masculinidade, junto com o maior tamanho de fogo/posse, fazia com que as mulheres tivessem uma escolha bem maior de potenciais maridos, o que conduzia a maiores taxas de casamento (pela igreja)”. IDEM.

Tabela 16 Famílias escravas e seus filhos identificados nos inventários

Engenho ou localidade	Número total de escravos	Pai	Mãe	Tipo de união	Número de filhos	Média de anos de idade	Porcentagem ^a
Engenho Pau Amarelo	17	Trajano	Ana	“Mulher de”	4	4	35.2%
Engenho Pau Amarelo	17	-	Venerana	-	5	10,4	35.2%
Engenho Jasse	13	-	Bernarda	-	4	5	38.4%
Olho d’Água	10	Martinho	Marculina	-	2	6	40%
Engenho Miranda	35	-	Lucinha	-	3	8	11.4%
Engenho Matary	15	Benedito	Felicidade	Casados	5	5,3	46.6%
Engenho Matary	15	José	Gertudres	Casados	2	6,5	26.6%
Engenho Matary	15	-	Damiana	-	1	10	13.3%
Engenho Itapirema de Cima	33	-	Narcisa	-	1	7	6%
Engenho Itapirema de Cima	33	-	Maria	-	2	10	9%
Engenho Itapirema de Cima	33	-	Paula	-	1	3	6%
Goiana	10	Leandro	Benedicta	“Mulher de”	2	3	40%
Taboca de São Vicente	20		Luiza	-	5	17.7	30%
Taboca de São Vicente	20		Theodora	-	3	3	20%
Taboca de São Vicente	20		Antonia	-	3	8,3	20%
Engenho Tracunhaém	35	Geremias	Lauriana	“Mulher de”	4	7	17%

Engenho Tracunhaém	35	Joaquim	Maria	“Mulher de”	3	7	14.2%
Engenho Tracunhaém	35		Ignes	-	2	4	8.5%
Engenho Poço	16		Felicidade	-	2	3	18.7%
Engenho Poço	16	Vicente	-	-	1	4	12.5%
Engenho Pitu	16		Florencia	-	6	9,3	43.7%
Engenho Jucá	19	Romão	Delfina	Casados	-	-	-
Engenho Catú	36	-	Antônia	-	1	1	5.5%
Engenho Catú	36	-	Silvina	-	1	1	5.5%
Engenho Catú	36	-	Maria	-	1	1	5.5%
Engenho Massaranduba	15	-	Manoela	-	1	3	13.3%
Engenho Massaranduba	15	-	Maria	-	1	4	13.3%
Engenho Massaranduba	15	-	Eugenia	-	2	10	13.3%
Engenho Massaranduba	15	-	Juvia	-	1	4	6.6%
Engenho Retiro	43	Claudino	Simoa	Casados	8	8	23.2%
Engenho Retiro	43	-	França	-	1	0,5	4.6%
Engenho Mata Limpa	21	-	Mariana	-	4	6,5	23.8%
Engenho Mata Limpa	21	Pedro	Rita	Casados	2	13	19%
Engenho Mata Limpa	21		Maria	-	3	16	19%
Engenho Mata Limpa	21	Miguel	Joaquina	Casados	-	-	9.5%
Engenho Mata Limpa	21	-	Maria	-	1	18	9.5%

Engenho Mata Limpa	21	Margarida	-	1	11	9.5%	
Goiana	38	Miguel	França	Casados	4	8	15.7%
Goiana	38	Marcelino	Rita	Casados	4	17	15.7%
Goiana	38	Hilário	Barba	Casados	-	-	5.2%
Goiana	38	Tibério	Felismina	Casados	-	-	5.2%
Goiana	38	Felismino	Zefina	Casados	3	6,3	13%

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. **MJPE**, caixas 179 a 189.

^a A porcentagem é do número total de integrantes da família (Marido e Mulher sem filhos, mães solas e suas crianças, pai solo e a criança) em relação ao número total de escravos do plantel.

Através da análise da tabela acima, é possível constatar o peso que a família escrava tinha nas médias e grandes posses. A começar pelo peso demográfico. Em alguns casos, mães, pais e filhos correspondiam a mais da metade da escravaria. No engenho Pau Amarelo, por exemplo, dos 17 escravos pertencentes a uma moradora, 12 faziam parte de duas famílias, ou 70% do total, sendo 9 crianças, dois casados e uma mãe solo. No engenho Poço, só Florência e seus seis filhos, correspondia a 43.7% de todos os escravos. É necessário analisar, futuramente, levando em conta a taxa de mortalidade entre indivíduos de 0 a 1 ano, ou até 15 anos de idade, até que ponto podemos falar de uma reprodução endógena nas médias e grandes posses da comarca de Goiana entre 1850 e 1872. Não só isso: essa reprodução natural teve impacto no crescimento da população escravizada no mesmo período?

Finalizando, não sabemos se esses indivíduos manipulavam uma suposta herança africana de parentesco, ou se reproduziam em alguma medida uma herança cultural com fortes raízes nos lugares de origem de seus pais ou avós, ou, quem sabe, bisavós. No entanto, é ao menos curioso notar que os africanos que aparecem nos inventários, em sua maioria esmagadora, moravam em engenhos e lá trabalhavam. Muitas das manifestações culturais afro-brasileiras, inclusive, eram constantemente empreendidas em engenhos. Em muitos engenhos existiam um rei e uma rainha do congo, tal como na cidade. Dos cinco grupos de aruenda existentes no final do século XIX em Goiana, dois estavam em engenhos. “Dois de Ouro” no engenho Bujari e a “Cambinda Brilhante”, no engenho Boa Vista.³²²

³²² Segundo Bruno Dornelas, “grupo, formado em sua grande maioria pela comunidade afrodescendente do lugar, desfilava em forma de um cortejo, com rei, rainha, lanceiros e a figura de uma dama-da-corte, que segurava em

3.4 NO INTERIOR DA PLANTATION: A PRODUÇÃO DE FARINHA, O ESCRAVISMO FAMILIAR E A ROÇA DE ESCRAVIZADOS.

Para quem não está habituado a viver de farinha de mandioca e de carne seca, a vida não é barata.

Notas Dominicais, de L. F. de Tollenare

Fazia tempo que o escravo Mathias tinha fugido do seu senhor, um tal de Oliveira, negociante de ferragens na rua Nova da cidade de Recife. O destino foi Goiana, onde se achava há alguns anos “refugiado secretamente nos engenhos Paraguaçu [...] e São Sebastião do termo de Itambé, donde comerciava para o lugar Mata-limpa da subdelegacia de Goianinha”. Certa vez, ao se deslocar para o lugar acima citado, dois homens, de súbito, tentaram lhe prender. Apesar de “já velho”, resistiu. “Munido de uma faca de ponta, furiosamente arremessava-se sobre os indivíduos que tentavam sua prisão”, resultando-lhe em “algumas contusões e ferimentos”.³²³

Dessa suspeição generalizada que pessoas como Mathias carregavam ao se locomoverem, falarei com mais detalhe no último capítulo. O que devemos fazer agora é voltar a nossa atenção para o fato de um escravo fugido que vivia “refugiado secretamente” em dois engenhos da grande comarca de Goiana e que, sobretudo, “comerciava”. Mas, para quem? Para si próprio ou para o seu suposto novo senhor acoitador? Qualquer tentativa de responder tais indagações seria demasiado falho, pois a especulação ganharia o protagonismo indevido, ao invés da análise das evidências que dispomos.

Aliás, a pista que para nós mais importa, deixada quase que nas entrelinhas de um ofício policial de 19 de dezembro de 1868, é a existência de um comércio no interior da grande comarca canavieira, região que, por omissão ou descuido, pode ser compreendida erroneamente, mesmo no século XIX, como uma grande *plantation* de exportação sem vínculo algum com o mercado interno. A comarca de Goiana não era apenas uma enorme plantação de

uma das mãos uma calunga denominada “Dona Erundina”. Além desses personagens centrais, o desfile ainda contava com a participação de mulheres que dançavam, cantavam e tocavam maracás/ganzás de latão. Acompanhando o grupo, havia uma “batucada” formada por homens que tocavam bombos. À frente do cortejo, abrindo o desfile, vinha a figura de um leão esculpido em madeira, com juba de lã ou cordão grosso, sobre uma pequena carroça, que seguia empurrada pelos próprios integrantes. Muita gente acompanhava o desfile da aruenda durante o carnaval”, ver: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O Carnaval das Aruendas: memória, história e cultura popular em Goiana - Pernambuco**. XI Encontro Regional nordeste de História Oral, p. 1. Disponível em: <[https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494010336_ARQUIVO_AruendaBrunoCamara-\(paraoEventodeFortaleza\).pdf](https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494010336_ARQUIVO_AruendaBrunoCamara-(paraoEventodeFortaleza).pdf)>. Acesso em: 20 de nov. de 2024.

³²³ Delegacia de polícia do termo de Goiana 19 de dezembro de 1868 APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856 a 1888.

cana, ainda que essa fosse não só a principal atividade agrária, como também a paisagem dominante. No entanto, a realidade, de fato, era bem diversa do que se imagina usualmente.

O primeiro ponto a ser destacado é que estamos tratando de um lugar em que se encontrava uma das principais praças mercantis de toda a província, se não a mais importante depois de Recife.³²⁴ Ainda no início do século XIX, Tollenare não deixou de notar que “muitos dos moradores do interior não vem além de Goyanna para fazer as suas compras, de sorte que o comércio ali é bastante animado”.³²⁵ É certo que esse predomínio diminuiu nas últimas décadas da escravidão devido a retirada dos comerciantes portugueses abastados e das complicações decorrentes do assoreamento do rio Goiana e da consequente inutilização do porto contíguo a cidade.³²⁶ Contudo, isso não invalida o fato de que Goiana concentrou uma atividade mercantil bastante proeminente por boa parte dos oitocentos.

Isso não era algo novo. Como vimos no começo dessa dissertação, o destaque urbano e comercial de Goiana já existia pelo menos desde o século XVIII. Por boa parte do XIX isso se manteve, inclusive com uma atmosfera urbana em que escravizados eram utilizados em toda sorte de serviço que uma cidade escravista demandava. Na sede, lugar das igrejas seculares, em torno do porto em que era escoado a produção açucareira de boa parte da Zona da Mata Norte de Pernambuco, existiu em suas ruas adjacentes por um tempo significativo, um comércio sortido que abastecia toda a grande comarca, além das outras áreas circunvizinhas, com inúmeros cativos indo e vindo naquele burburinho citadino típico. A cidade de Goiana cheirava a escravidão.

O dinamismo urbano e comercial da cidade refletia-se nas suas ruas movimentadas, como as do Meio, do Rio, da Misericórdia e rua Direita, além do beco do Pavão, onde se encontravam lojas de diversos tipos. Armazéns como o de Manoel Gonçalves Nunes Machado; padarias como a de Moreira e Irmão na esquina do beco do Sal; lojas de fazendas como a de

³²⁴ Pelo menos é o que acharam os vereadores goianenses de meados do século XIX. Em sessão de 2 de março de não deixaram de enfatizar “a posição geográfica, fertilidade do município e outros tantos desenvolvimentos que fazem de Goiana a 2 praça depois do Recife” Ver: Goiana. Prefeitura. **Ofícios da Câmara de Goiana ao Presidente da Província . 1849-1857**. Goiana, Tipografia Violeta, 1949-50, V. I ,p.44.

³²⁵TOLLENARE,L.F. **Notas Dominicais**, tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816,1817 e 1818. Tradução : Alfredo de Carvalho. Salvador: Progresso Ed.,1956, p.148

³²⁶ Em 1840 José Bernardo Fernandes Gama enfatizava que Goiana “foi rica, e populosa, mas hoje tem alguma cousa decaído de sua opulência; contudo ela tem em si mesmo elementos de grandeza, e me persuado que para elevá-la ao seu brilhantismo antigo , nada é tão preciso , como abrir o rio , desembaraçando-o das grandes ramagens de mangue, que tem tornado o seu ótimo canal, n’uma estreita cam boa , tão cheia de voltas , e incomoda , que afugenta os comerciantes”. Ver: Memórias históricas da província de pernambuco : precedidas de um ensaio topographico-historico, dedicadas aos Illustrissimos, e Excellentissimos senhores Barão da Boa-Vista e barão de Suassuna. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844-1848, p.61 Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221727>> Acesso em: 3 de mar. 2022.

João Galvão com os seus inúmeros panos de chitas, cretones e madapolões; de miudezas, como a de Satyro Rodrigues Peixoto; relojarias como a de Manoel Evaristo de Oliveira Neves ou como a de José Rodrigues Peixoto Junior que contava com relojoeiros, ourives e douradores; tipografias onde se imprimiam mapas, carta patente, cartas de convite, cartões, circulares etc.; boticas e casas de drogas, como a de Leocadio José de Figueredo, de onde saiu os últimos remédios destinados ao enfermo Antônio Francisco Pereira, o Barão de Bujari.³²⁷

Figura 16 Recibo de compra de remédios anexado ao inventário de Antônio Francisco Pereira, Barão de Bujari. (1871).



Fonte: Inventário de Antônio Francisco Pereira, 1871. MJPE. Cx. 185, fl.28.

³²⁷ As informações sobre as lojas citadas foram retiradas do jornal A Gazeta de Goiana, ver: **A Gazeta de Goiana**. 23/06/1888 n.19. APEJE.

Figura 17 Recorte de anúncios publicados no jornal A Gazeta de Goiana, de 23 de junho de 1888.



Fonte: APEJE, A Gazeta de Goiana. 23/06/1888 n.1

Figura 18 Beco do Pavão, um dos principais redutos comerciais de Goiana no século XIX. (c.1900).



Fonte: Acervo Basílio Augusto.

Figura 19 Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Convento de Santo Alberto dos Carmelitas. Goiana (1859).



Fonte: Fotografia feita por Augusto Stahl, disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/1753/discover> Acesso em 19 de jul. de 2024

Tabela 17 Lista dos “gêneros de venda” avaliados no inventário de Anna do Espírito Santo Camello Pessoa, esposa que foi de Ludgero Estanislao Uchôa de Gusmão, comerciante goianense. 1862

Produtos	Quantidade	Valor
Vinho Tinto	4 camadas	15\$200
Vinagre	1 camada	2\$000
Pomada	21 dúzias	4\$200
Pimenta do reino	7 libras	2\$240
Rapé	3 libras e meia	3\$500
Café	3 @	22\$500
Palitos	5 dúzias	1\$000
Cominho	1 libra	\$400
Velas de carnauba	7 libras	2\$560
Velas de espermacete	6 libras	3\$840
Graxa	5 dúzias e meia	4\$400
Charuto da Bahia	50	\$740
Papel pardo	1 resma	1\$100
Papel branco	1 remas e meia	3\$000
Azeite doce	1 camada	5\$000
Azeite de carrapato	2 camadas	2\$400
Cigarros - avaliado o cento a \$120	400	\$480
Aguardente	6 camadas	4\$800
Açúcar Mascavo	1 @	2\$000
Manteiga	16 libras	8\$000
Bolacha	1/2 @	1\$920
Sabão	20 libras	4\$000
Ginebra	20 botijas	6\$400

Feijão	2 cuias	1\$280
Bacias e bules	15	9\$600
Tijelinhas	8 dúzias	7\$200
Pratos	8 dúzias	8\$800
Tigelas	14 dúzias	14\$000
Xicaras	2 dúzias	3\$000
Bacalhao	1 @	3\$500
Vasilhas de Barro	30	2\$400
Garrafas e Botijas vazias	90	2\$700
Garrafões vazios	6	3\$000

Fonte: Inventário de Anna Maria do Espírito Santo Camello Pessoa, 1864. **MJPE**. Cx. 184, fl.7.

O comércio não se restringia necessariamente à cidade de Goiana. Aliás, no interior da comarca, nos povoados e vilas, havia um comércio que não se limitava apenas a gêneros alimentícios de primeira necessidade. Em Nossa Senhora da Lapa³²⁸, sede da freguesia de Nossa Senhora do Ó, havia uma loja de fazendas que pertenceu a João Marinho de Pontes. Nela, vendiam-se chitas, madapolão, algodão, toalhas, lenços, xales, calças e coletes, batilhas, lã, meias, linhas, chapéus do Chile, além de cerveja, vinho tinto, vinho do porto, vinho branco, chá, doces, salitre, manteiga, sabão, conhaque, bacalhau, fósforo e vinagre. Produtos que certamente adentravam o continente pelo rio Goiana e, a partir do seu porto principal na cidade, eram distribuídos aos povoados e vilas de toda a comarca.³²⁹

Dentre essa diversidade de produtos comercializados na comarca, havia, porém, um outro de extrema importância para a vida dos brasileiros no século XIX e que era contundentemente comercializado em Goiana. Trata-se de um gênero alimentício elementar na dieta de muita gente. De muita gente mesmo, incluindo, é claro, os escravizados. Era a mandioca, planta típica da América, cultivada pelos povos tradicionais muito antes dos primeiros europeus terem colocado os pés aqui.³³⁰ Era o “pão do Brasil”, no dizer de Koster, o que demonstra a centralidade na dieta do período.³³¹ Dessa planta se fazia a farinha de mandioca, ou, a farinha de pau. Consumida sozinha ou misturada a carne seca, peixes ou feijões, a farinha de mandioca era a principal fonte de calorias dos brasileiros daquela época. Era, e até hoje em muitos lugares ainda o é, o componente inevitável de muitos regimes alimentares.³³²

A maior parte das calorias consumidas pela esmagadora maioria da população no Brasil Império provinha da mandioca que é rica em amido. O consumo era amplamente disseminado. “O alimento básico da escravaria”, sustentou Stuart Schwartz, “bem como para os homens

³²⁸ Atual povoado de Macujê, pertencente ao município de Aliança - PE.

³²⁹ Inventário de Anna Joaquina dos Prazeres, 1867. **MJPE**. Cx. 184.

³³⁰ “A mandioca – *Manihot esculenta* Cranz –, planta nativa da América, muito provavelmente do Brasil, era o principal produto agrícola das nações indígenas quando aqui aportaram os primeiros colonizadores. Padre Anchieta batizou-a de “pão da terra”, e Gabriel Soares de Souza, Manuel da Nóbrega, Hans Staden, Jean de Léry, Debret, Rugendas, entre outros, deixaram vívidas descrições e riquíssimas ilustrações de seus diferentes usos pelos nativos e povos adventícios, o que evidencia a importância do produto local já nos primórdios da vida colonial. Desde então a mandioca passou a ser essencial na vida das populações rurais e alimento básico do povo brasileiro. Sem esquecer a variedade de comidas e bebidas preparadas com seus derivados presente na alimentação cotidiana, nas festas, enfim, na formação e permanência dos sabores tão singulares do paladar brasileiro”. Ver: **Mandioca** : saberes e sabores da terra/ pesquisa e texto de Maria Dina Nogueira e Guacira Waldeck.– Rio de Janeiro : IPHAN, CNFCP, 2006, p.9

³³¹ “A estiagem desse ano causara a falta de farinha de mandioca, o **pão do Brasil**, e o preço se elevou tanto no Recife, Goiana, etc., que os negociantes do Rio Grande que possuíam esse produto, começaram a embarcá-lo, para mandar por mar, aos outros mercados”. KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942, p.113. (grifos nossos).

³³² **Mandioca** : saberes e sabores da terra. op.cit.

livres no Brasil, era a farinha de mandioca”.³³³ De acordo com Barickman, na Bahia da primeira metade do século XIX, “serviam a farinha seca e crua; faziam com ela bolinhos fritos e assados; fritavam-na no azeite ou na manteiga para preparar farofa; ou, o que era comum, misturavam-na com água ou com caldo de peixe ou carne para fazer pirão”.³³⁴ Não era diferente pelas bandas de Goiana e, por isso, não é de se espantar a grande quantidade de plantações desse gênero espalhadas em toda a comarca.³³⁵

Figura 20 Mandioca (Frei Christovão de Lisboa, 1624) *Manihot esculenta* Crazz, classificação que prevaleceu na moderna taxionomia, deve-se a Heinrich Johann Crazz, pesquisador do século 18.



Fonte: **Mandioca** : saberes e sabores da terra/ pesquisa e texto de Maria Dina Nogueira e Guacira Waldeck.– Rio de Janeiro : IPHAN, CNFCP, 2006, p.8

³³³ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.122

³³⁴ BARICKMAN, B.J. op.cit.,p.96.

³³⁵ Tollenare registrou que “a mandioca representa papel ainda mais importante, porquanto forma a base da alimentação de 7/8 dos habitantes da capitania de Pernambuco e ao que parece das adjacentes; exige, porém, mais cultura”, ver: TOLLENARE, L.F. op.cit., p.48.

Figura 21 Mandioca, de Albert Eckhout.



Fonte: MANDIOCA. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra14531/mandioca>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

Dado a importância da farinha de mandioca para a dieta dos brasileiros de modo geral, esse produto continuou sendo, por todo o século XIX, um atributo elementar da alimentação. Desse modo, a plantação de mandioca era algo extremamente recorrente no interior da grande *plantation* goianense. Poderia ser cultivada e produzida não só nos engenhos para alimentação de escravizados e senhores, mas em outros arranjos produtivos que incluíam empresas agrícolas de fato escravistas, voltadas para o abastecimento interno, e por pequenos produtores que se utilizavam do trabalho familiar não capitalista. Lembremos mais uma vez Koster quando registrou que, em Goiana, “sempre são encontrados numerosos matutos, camponeses que vêm vender seus produtos e comprar objetos manufaturados de que têm necessidade”.³³⁶ Não é exagerado propor que dentre tais produtos, a farinha era o mais importante.

³³⁶ KOSTER, Henry. op.cit., p.81.

Figura 22 Pátio da Igreja da Misericórdia em Goiana. Década de 1930.^a



Fonte: Acervo Basílio Augusto.

^a A imagem se assemelha com o que Koster disse mais de um século antes: “sempre são encontrados numerosos matutos, camponeses que vêm vender seus produtos”. Note-se a grande quantidade de mandioca (ou macaxeira) exposta ao chão para que a população pudesse comprá-la.

Quem andasse na extensa zona rural da comarca, não teria dificuldades de encontrar pequenas, médias ou até grandes plantações de mandioca, até bem próximas à cidade e com trabalhadores escravizados tocando o serviço. Koster, quando voltou a Goiana pela segunda vez, com o objetivo de arranjar indígenas de Alhandra para trabalharem no seu engenho, registrou que foi à “residência de uma pessoa a quem conhecia desde longo tempo. Habitava o amigo uma nova plantação de mandioca onde se estabelecera, ultimamente, nos arredores de Goiana”.³³⁷

Um bom caminho para vislumbrar o mercado local de farinha é pela análise da população local, tanto da cidade, quanto da comarca, no geral. No censo de 1872 encontramos a cifra de 14.134, contando com livres, libertos e escravizados. Porém, essa cifra é relacionada à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana que, conforme sua extensão, abrangia não só a área da Goiana sede, mas também rural, incluindo povoados, vilas e distritos policiais, como o de Goianinha e Areias.³³⁸ Tirando os escravizados, que somavam 1.560, e que estavam

³³⁷ IDEM, p.289

³³⁸ Respectivamente os municípios atuais de Condado e Itaquitinga.

majoritariamente nas áreas rurais, temos uma população de 12.574. Como estamos tratando de um centro comercial dinâmico, cuja importância estava logo abaixo de Recife, ouso dizer que mais ou menos 70% dessas pessoas moravam mesmo era na cidade.³³⁹

Noutras palavras, estamos diante de um mercado potencialmente grande, em que a farinha desempenhava um papel preponderante, com atravessadores atuando na cidade e alhures.³⁴⁰ Isso se torna ainda mais significativo se considerarmos a grande comarca como um todo, o que envolve, nesse caso, as paróquias de São Lourenço de Tejucupapo, de Nossa Senhora do Rosário de Goiana, de Nossa Senhora do Ó e do Desterro de Itambé. Aqui estamos lidando com uma população de 48.769 pessoas, entre livres, libertos e escravizados que faziam da farinha um gênero de alta demanda na região da grande comarca de Goiana.³⁴¹

Mas não só ao mercado local a farinha produzida em Goiana era destinada. Aliás, desde o século XVIII que temos notícias da plantação de mandioca e produção de farinha em Goiana numa escala maior que a de subsistência. Eram produções que serviam também a mercados regionais, chegando até a outras capitanias quando necessário, a metrópole e as naus metidas nas carreiras da Índia.³⁴² Em fevereiro de 1765, devido às chuvas intensas que assolaram o Recôncavo, a mandioca dessa região que estava destinada ao fabrico de farinha apodreceu. O então Marquês de Angeja enviou uma carta ao governador de Pernambuco, Félix José Machado,

³³⁹ D. Pedro II, em sua visita a Goiana em 1859, registrou que “a população de 8 a 10 mil almas”. Ver: AULER, Guilherme. Viagem a Pernambuco em 1859 – Diário do Imperador D. Pedro II. IN: SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA. Revista do Arquivo Público. 1 e 2 Semestres. Ano V e VI – Números VII e VIII. Recife, Pernambuco, 1950-1951, p.424.

³⁴⁰ No mês de julho de 1854, o Vereador Pinheiro chamou atenção da câmara de Goiana relatando o caso do fiscal da cidade, Francisco José de Freitas, “por deixar de multar quando deve, e a outros multar indevidamente, e maltratar as partes com palavras, e não viajar na limpeza, e esgotamento das águas, e escavações nas ruas desta cidade, limpeza do matadouro público, e no **atravessamento de farinha** e outros gêneros que se efetuam nas ruas, que ficam à entrada da cidade”. Já em 1856, o Juiz de Direito interino da comarca de Goiana, Doutor Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, requereu “seis sacos de farinha das que a Câmara mandara comprar, para serem distribuída com a pobreza, quando houvesse necessidade, a fim de e as mandar distribui as pessoas indigentes, visto **lhe constar pouco ou nenhuma haver na praça à venda** e estarem as pessoas pobres sofrendo falta de alimentos para suas famílias”, p.96 Ver: Goiana. Prefeitura. Op.cit., V. I ,p.5-96. (grifos nossos)

³⁴¹ Sobre a população de Goiana em meados da segunda metade do século XIX, ver o capítulo 2 dessa dissertação.

³⁴² De acordo com Gustavo Acioly, nos tabuleiros de Goiana plantava-se fumo e mandioca “aquele para o tráfico de escravos e está para o abastecimento interno e mesmo externo, uma vez que supria as naus da carreira da Índia e era exportado para o reino”. Ver: LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comercio atlântico**: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos. Pernambuco (1654.1760). Tese (Doutorado em História) São Paulo: FFLCH/ USP, 2008. p.97.

avisando-o que “para suprir as necessidades da população, havia mandado 2 sumacas à vila de Goiana para se carregar dela”.³⁴³

Essa produção que excedia a subsistência, e que abastecia tanto a um mercado interno quanto a um mercado regional, prosseguiu durante o século XIX. Josenildo Américo Paulino, ao realizar, a partir das “notícias marítimas” publicadas no Diário de Pernambuco, um *ranking* das cidades que abasteciam Recife com farinha entre 1825 e 1840, constatou que Goiana ficou em décimo lugar. Apesar da distância dos primeiros lugares, o décimo lugar de Goiana não era tão inferior como de pronto pensamos. Acima estavam cidades de peso com uma população de livres, libertos e escravizados significativamente maior e, por conseguinte, com uma capacidade de produção também maior. Eram capitais de província, como Rio de Janeiro, Santa Catarina, Salvador e Paraíba.³⁴⁴

A plantação de mandioca e a produção de farinha em Goiana são fatos indiscutíveis. Desde pelo menos o século XVIII que a produção excedia a subsistência e assim permaneceu durante o século XIX. Era distribuída não só aos mercados locais, com o município de Goiana sendo o epicentro devido a seu comércio preponderante, mas também aos mercados regionais, como Recife, e, como é de se esperar, entre outras localidades das províncias vizinhas, a exemplo da Paraíba, uma vez que a comarca estava numa linha de fronteira. É, sem dúvidas, bastante instigante procurar entender minuciosamente essa rede complexa de produção e comercialização, levando em conta quem produzia, a quantidade produzida, os atravessadores, as crises dos preços, os compradores, entre tantos outros aspectos interessantes.

No entanto, caso adentrasse nessa vereda me perderia num mar de tantos outros questionamentos que decerto me afastariam do objeto de estudo dessa pesquisa. Melhor será dar o foco devido ao problema: quem eram esses produtores? Melhor dizendo: quem eram esses produtores e, principalmente, quais eram os seus arranjos produtivos utilizados nesse tipo de atividade agrária?

³⁴³ DOCUMENTOS Históricos. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1928-1955 110 v. (I.F.C.H) Apud SILVA Genny da Costa & RODRIGUES, Maria do Carmo. **Bibliografia sobre Goiana**: aspectos históricos e geográficos. Comissão organizadora e executiva das comemorações do IV centenário do povoamento de Goiana. Recife, 1972, p. 271.

³⁴⁴ A província da Bahia, porém, aparece bem representada com três cidades além da capital Salvador, a saber: Caravelas, Alcobaça e Rio Leal. Ver: PAULINO, Josenildo Américo. **Pelas margens do atlântico**: a navegação de cabotagem e o abastecimento de gêneros de primeira necessidade no Recife (1825-1840). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2022, p. 101.

Dissemos na secção anterior, ao analisar as listas nominativas de 1860, que no distrito policial de Nossa Senhora do Ó a pequena posse incidia de forma veemente mais do que em qualquer outra parte da grande comarca. Partimos dessa evidência para sugerir que nessa localidade em específico a mão de obra escravizada estaria também aplicada noutras atividades que não necessariamente a lavoura da cana e produção de açúcar. Assim, a extensa lavoura da cana que pautava com veemência a paisagem de toda a comarca, conviveu com outras atividades agrárias, as quais se davam em arranjos em que a força de trabalho também era formada por pequenos plantéis escravistas.

Ao analisar os inventários de residentes da comarca de Goiana entre 1860 e 1875, constatei uma tendência já evidenciada noutras partes daquele Brasil escravista de meados do século XIX: a plantação de mandioca e a produção de farinha para os mercados local e regional estavam relacionadas, na grande maioria dos casos, às pequenas posses de até oito escravizados ou menos.³⁴⁵ Identifiquei - no total de 204 pessoas inventariadas listadas e analisadas -, 19 plantações de mandioca de diferentes tamanhos e valores em 17 inventários. Cinco dessas plantações pertenciam a proprietários de engenhos com grandes posses. As demais, pertenciam proprietários cuja maior posse era de oito escravizados, aliás, pertencentes à Joaquina Maria da Fonseca, uma moradora do engenho Rebelde, cuja lavoura principal era a da cana. Três inventariados não possuíam cativos.³⁴⁶

A relação entre pequena posse de escravizados e plantação de mandioca e produção de farinha se assenta em dois pontos principais: primeiro que a cultura não exigia grande contingente de pessoas. Aliás, em unidades com poucos braços escravos, o trabalho livre familiar poderia ser utilizado de modo sistemático. Segundo, comparada a cana de açúcar, o investimento requerido é bastante inferior, o que possibilitava pequenos proprietários escravistas tocarem o negócio produzindo a sua subsistência o excedente necessário para comercialização.

Sugere-se, inclusive, que em muitos casos a mão de obra escravizada se apresentava mesmo como auxiliar de um campesinato cuja essência era o trabalho familiar. É claro que existiam casos atípicos em que podemos até considerá-los como empresas agrícolas escravistas

³⁴⁵ Na Bahia, segundo Barickman, “vários censos e levantamentos sugerem que, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, o típico lavrador escravista de mandioca do sul do Recôncavo e de outras partes do litoral baiano possuía de dois a oito cativos”, ver: B. J. Barickman. op.cit., p.248.

³⁴⁶ Inventário de Joaquina Maria da Fonseca, 1869. **MJPE**, Cx.184.

e que chegavam a concentrar até 20 escravizados. Mas, no que tange à plantação de mandioca e produção de farinha, são casos excepcionais.³⁴⁷

Abaixo, temos uma tabela em que é possível identificar os pequenos e médios plantéis dedicados a produção de farinha e/ou a plantação de mandioca. Constam as suas localidades, números de escravizados e outras lavouras que estavam dedicados. Não se trata, porém, de todos os plantéis que possuíam lavouras de mandioca e que foram identificados nos inventários analisados. Os inventariados listados foram agrupados com base em dois critérios centrais: a) todos os nomes são de proprietários de casas de farinha, embora nem sempre possuam lavouras ou escravos; b) nenhum dos nomes constantes no quadro eram proprietários de engenhos. Assim, acredito que esse grupo representa aqueles e aquelas que tinham como principal atividade econômica, embora não a única, a produção de farinha e, por extensão, embora também não seja uma regra, a plantação da mandioca.

³⁴⁷ IDEM, capítulo 2.

Tabela 18 Proprietários de casas de farinha da comarca de Goiana, 1860-1875.

Inventariado (a)	Ano	Localidade^a	Morador(a) de engenho	Casa de farinha	Nº de escravos	Lavoura de cana	Mandioca e outras lavouras
Maria Francisca da Conceição	1860	Tambor	Não	Sim	0	Nada	Nada
Ana Valentina de Araujo	1860	Tambor	Não	Sim	3	Nada	Nada
Francisco Rogues de Lima	1860	Caricé	Não	Sim	2	Nada	Nada
Ignácia Francisca do Nascimento	1861	Goiana	Não	Não	0	Nada	1 pedaço de roça velha e outro de roça nova
Maria da Conceição de Sá	1862	Guararema	Não	Não	3	Umhas canas de planta e soca.	4 mil covas de roças
Alexandre de Freitas Gil	1863	Bamba	Não	Não	1	Nada	5 mil covas de roça madura; 10 mil covas de roça nova; Vários rolos de fumo
Sr. João Gomes Bezerra	1863	Engenho Pau Amarelo, Caricé	Sim	Não	5	Nada	1 porção de roça nova e outra de roça velha.
Dona Maria Francisca da Silva Leite	1863	Olho d'Água	Não	Sim	10	1 pequeno partido de cana	Não
Manoel Barbosa Cordeiro	1863	Cruz do Borges / Goianinha	Não	Sim	4	1 partido de cana	Nada
Manoel Antônio Ribeiro de Vasconcellos	1863	Itambé	Não	Sim	6	Nada	Várias roças de algodão

Victorina Maria de Jesus	1863	Taboca de São Vicente	Não	Sim	20	Nada	1 mil covas de roça comedeira; 3 mil covas de roça nova; 1 roçado de milho
João Tavares de Mello	1863	Jararaca	Não	Sim	11	1 porção de cana	2 mil covas de roças comedeiras.
Matheus de Mattos Barbosa	1864	Povoado da Lapa. Nossa Senhora do Ó.	Não	Sim	7	1 pequeno partido de cana	Nada
Maria do Espírito Santos	1864	Nossa Senhora do Ó	Não	Sim	0	Nada	7 @ de algodão; 5 quartas de milho; ½ @ de fumo; 1 roçado de roça
Ana Maria do Divino Espírito Santo	1865	Goiana	Não	Não	2	Nada	1 mil covas de roça.
João Barbosa Cordeiro	1865	Esconso, Nossa Senhora do Ó	Não	Sim	5	Nada	1 partido de roça; 2 alqueires de café; 1 roçado de algodão
Ignácio Maria de Jesus	1865	Tanques	Não	Sim	5	Nada	Nada
Manuel Dias D'Araujo	1866	Itambé	Não	Sim	10	1 roçado de cana	1 roçado de algodão; 2 roçados de roça.
Ignácia Maria de Jesus	1866	Água Parda	Não	Sim	1	Nada	Nada
Joaquim Rodrigues Ventura	1868	Sítio Changôa	Não	Sim	3	Nada	Nada
Isabel Joaquina de Albuquerque	1868	Sítio Lageiro	Não	Sim	3	Nada	Nada
Anna Maria da Conceição	1869	Nossa Senhora do Ó	Não	Sim	1	Nada	Cafeeiro
Ignéz Luis Cavalcante	1869	Jaboticaba, Nossa Senhora do Ó	Não	Não	2	Nada	1 roçado de mandioca

Joaquina Maria da Conceição	1869	Chã de Esconso, Nossa Senhora do Ó	Não	Sim	4	1 plantação de cana	1 roçado de mandioca; 1 alqueires de café.
Bento Alves de Souza	1870	Goiana	Não	Sim	7	1 planta de cana	Nada
Manoel Bezerra Maciel	1871	Sítio Batatau	Não	Sim	2	Nada	Nada
Evaristo Theodoro do Espírito Santos	1872	Sítio Cumbe, Nossa Senhora do Ó	Não	Sim	0	1 partido de cana	1 porção de roça nova e velhas; 1 roçado de algodão velho
Ursula de Tal	1873	Goiana	Não	Sim	1	1 partido de cana	Nada
Antônio Pasquim dos Santos	1874	Jardim do Borges, Nossa Senhora do Ó	Não	Sim	2	Nada	Nada

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. **MJPE**, caixas 179 a 189.

^a Existem lugares em que não foi possível identificar a qual freguesia pertenciam, como por exemplo, Jararaca, Tanques, Água Parda e os sítios Changôa, Lajeiro e Batatau.

Segundo Henry Koster, naquele Pernambuco do início do século XIX, a palavra “roça” era aplicada “para a plantação exclusiva da mandioca”. Dessa forma, “qualquer agricultor dirá: ‘um bom roçado de roça’, por ‘um bom campo de mandiocas’”.³⁴⁸ No inventário de Manuel Dias D’Araujo, encontramos a expressão “roçado de roça”, tal como escreveu o viajante. Outros termos, porém, são mais explícitos, indicando o produto agrícola logo em seguida, como “roçado de mandioca”. Identifica-se também a expressão “roça comedeira”. Como o termo *roça* indicava a mandioca, acreditamos se tratar da espécie que não possui cianeto, substância venenosa dessa raiz, podendo ser consumida logo após de colhida. Esse tipo em específico chamamos macaxeira.³⁴⁹

No quadro acima, identifica-se que 63,7% dos proprietários escravistas possuíam de 1 a 7 escravizados. Eram os pequenos lavradores escravistas ligados à plantação de mandioca e/ou produção de farinha. Note-se que esses pequenos plantéis não se privavam de plantar outros gêneros, como algodão, café e milho. Além do mais, também plantavam pequenas quantidades de cana. Dos 13 pequenos proprietários escravistas listados, quatro tinham alguma cana plantada, sem contar com Evaristo Theodoro que não possuía escravizados e, por isso não foi considerado como um pequeno escravista, mas tinha um partido de cana. No geral, oito do total de proprietários listados acima, ou 36,6%, possuíam alguma quantidade de cana plantada, o que inclui proprietários com dez ou mais escravizados.

Essas plantações de cana eram de tamanhos diversos. As variações ficam aparentes quando nos deparamos com os termos utilizados e seus respectivos valores: “roçado”, “planta”, “plantação” e “partido”, ao contrário de “safra”, tal como encontramos em inventários de proprietários de engenhos com médias e grandes posses. Para termos uma ideia, a safra mais valiosa que encontramos entre os inventários pesquisados custava 3:840\$000 (três contos oitocentos e quarenta mil réis). Já a “plantação” de cana mais valiosa custava 720\$000, a “planta” 300\$000 e o “roçado” 183\$000.³⁵⁰

³⁴⁸ KOSTER, Henry. *op.cit.*, p.383.

³⁴⁹ O termo *roça* significando mandioca ganha ainda mais força quando aparece ligado ao termo *cova*. No vocabulário pernambucano de Pereira da Costa, consta que a palavra “cova” significava também: “pequenos montículos de terra dispostos em campo limpo sobre os quais se faz a plantação da mandioca, macaxeira; é o mesmo que matombo” Ver: COSTA, F. A. Pereira da. **Vocabulário pernambucano**. 2 ed. Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1972, p.274.

³⁵⁰ Ver: Inventários da comarca de Goiana. MJPE, caixas 179 a 189.

É necessário dar atenção a um ponto relevante quanto ao uso dos inventários nesse tipo de abordagem histórica. Ocorre que o inventário é como uma fotografia que recorta um momento de modo sincrônico. Tirando casos excepcionais, não revela de modo algum o que a pessoa possuiu antes de sua morte - ou antes daquele momento de inventariação dos bens -, e que por algum motivo se desfez por venda, doação, alienação etc. Sendo assim, nada nos impede de sugerir, ou até mesmo especular, dentro das devidas circunstâncias, clarividente, que tais pessoas pudessem ter tido, no decorrer das suas vidas ou até mesmo perto da sua morte, escravizados e lavouras, apesar de no ato do inventário não possuísem nenhum, nem outro.

Ora, oito dos 13 pequenos proprietários escravistas listados não possuíam lavouras quando seus bens foram inventariados, mas, como poderemos afirmar com a veemência sugerida à primeira vista pela fonte que eles não tiveram antes? Da mesma forma, consideramos aqueles e aquelas que só possuíam lavoura de cana, apesar de não serem senhores de engenho ou engenhocas e não serem moradores dos mesmos. Pelo contrário, moravam em seus sítios e neles tinham casas de farinha. O que nos impede de imaginar, portanto, que durante as suas vidas tivessem plantado mandioca ou qualquer outro gênero agrícola que não necessariamente a cana? É por isso que precisamos de cuidado ao realizar certas inferências e constatações quando se está analisando as informações recolhidas em inventários.

Contudo, no que diz respeito ao fato de pequenos proprietários escravistas estarem dedicados exclusivamente, ao menos num dado período específico, ao plantio da cana, ao invés da mandioca ou outros gêneros agrícolas, talvez tenhamos uma explicação que vai além das elucidações acima proferidas. Como já mencionado, a década de 1850 foi um período em que o preço do açúcar no mercado internacional animou bastante os produtores pernambucanos. Em Goiana, impulsionou o plantio da cana por pequenos proprietários escravistas em detrimento da plantação de outros gêneros.

Num dado período, quem pôde plantar cana, plantou. Em fevereiro de 1859, em relatório escrito ao então presidente da província, o baiano José Antônio Saraiva, o conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello nos legou algumas informações interessantes. Ao comentar sobre as safras de cana da comarca de Goiana em 1858, não deixou de lembrar “que a tendência, quase exclusiva para esse gênero de agricultura (cana de açúcar) tem feito escassear a produção

de cereais e do algodão”.³⁵¹ Tendência, como veremos mais à frente na próxima seção, impulsionada pelo fato de que os senhores estavam animados com o preço.

No lado oposto dos pequenos proprietários, porém, encontram-se alguns casos atípicos, como, por exemplo, Maria Francisca da Silva Leite, João Tavares de Mello, Manuel Dias D’Araujo e Victorina Maria de Jesus. Todos esses possuíam 10 ou mais escravizados, com destaque para Victorina que possuía 20. Isso demonstra que as médias posses, ou posses de 11 a 20 escravizados, não eram privilégio daquelas unidades produtivas ligadas à plantação de cana e produção de açúcar para o mercado externo.

Pelo contrário. Vejamos, por exemplo, Victorina, com 20 escravizados³⁵² – diga-se de passagem uma grande senhora escravista, aos moldes do território que analisamos -, que tinha um mil covas de roça comedeira, três mil covas de roça nova, além de um roçado de milho. Possa ser que tenha plantado alguma quantidade de cana em algum momento, mas em 1863 não tinha nada desse gênero em seus bens. Contudo, a quantidade de escravizados possuídos nos possibilita constatar que certamente estamos diante de uma empresa agrícola escravista dedicada a um gênero que não estava ligado ao mercado externo.

Já João Tavares de Mello, tinha 11 escravizados, uma porção de cana e dois mil covas de roça. Essa quantidade de “roça”, aliada ao número de escravizados acima da média, demonstram que não se tratava apenas de subsistência. Mais uma vez, podemos falar numa empresa agrícola de fato escravista em que o “o predomínio do trabalho escravo sobre o familiar nos indica a capacidade de acumulação de tal setor”.³⁵³

Ainda que levando em conta as considerações feitas a respeito do uso dos inventários para estudar os bens deixados por goianenses de meados da segunda metade do século XIX, não se pode deixar de lado os casos em que não aparecem escravizados, mas aparecem lavouras

³⁵¹ **Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello entregou a administração da província ao Exm. Sr. conselheiro José Antônio Saraiva.** 27 de Janeiro de 1859, p.3. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=30&s=0&cv=0&r=0&xywh=101%2C130%2C1572%2C1109>> Acesso em 02 de fev. de 2023.

³⁵² Interessante pontuar que havia três mães que viviam com os seus filhos na propriedade de Victornia: Luisa, que tinha cinco filhos, sendo o mais velho de 21 anos e o mais novo de 15; Theodora, com 2 filhos, um de cinco e outro de dois, e Antônia, com três filhos, o mais velho de dez anos e o mais novo de sete. Ou seja, nove dos escravizados de Victorina eram provenientes de uma reprodução endógena. Não eram, portanto, fruto de compra ou qualquer outro tipo de obtenção. Além do mais, nove, do total de escravizados, tinham até dez anos. É necessário pensar mais detalhadamente essas composições nas posses de escravizados da comarca de Goiana da segunda metade do século XIX.

³⁵³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** 2 ed. rev. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.122.

e casa de farinha, a exemplo de Evaristo Theodoro do Espírito Santos. Já Maria Francisca da Conceição não tinham nenhum, nenhum outro. Só era dona de casa de farinha. Sim, insistamos: é possível que essas pessoas tivessem tido escravizados e/ou lavouras e, que por algum motivo que desconhecemos, se desfizeram. Entretanto, esses exemplos talvez revelem um aspecto importante da vida rural na comarca de Goiana da segunda metade do século XIX.

Voltemos a nossa atenção ao caso de Joaquina Maria da Conceição, moradora que foi na Chã de Esconso, localizada na freguesia de Nossa Senhora do Ó. Ao morrer em 1869, deixou a escrava Josefa, de 18 anos, e que, no ato do inventário, acabara de ter um filho (8 dias de nascido). Aurora, mulata de 12 anos e Silvana, mulata de 15, também pertenciam a Joaquina. Além de escravizadas, tinha um roçado de mandioca avaliado em 80\$000 réis, um alqueire de café com 13 mil pés avaliado em 75\$000 e uma plantação de cana avaliada em 100\$000. As lavouras não eram tão valiosas quanto as três escravizadas mais o recém-nascido filho de Josefa, mas eram grandes o suficiente para considerar que Joaquina dispunha de outros braços que não necessariamente o escravizado.

A questão é a seguinte: como três escravizadas, uma de 18, 15 e outra de 12 anos dariam conta de tanto serviço? Afinal, 13 mil pés de café, uma plantação de cana e um roçado de mandioca não era algo tão fácil de lidar. Devido aos custos que representariam uma ameaça ao negócio de Joaquina, certamente ela não pagava salários. Em seu inventário não consta qualquer menção sobre isso, pelo menos de forma explícita, uma vez que nas dívidas passivas não se detalha, nem há qualquer planilha nesse sentido. Se não eram escravizados, nem assalariados, como imaginamos, quem dava conta dos afazeres que demandavam as lavouras de Joaquina?

Podemos realizar as mesmas indagações ao caso de Maria do Espírito Santos, também moradora da freguesia de Nossa Senhora do Ó. Não possuía escravizados, embora tivesse um sítio de terras com uma casa de farinha, casa de vivenda e estribaria, além de algodão, milho, fumo e “um roçado de roça”. Será que a quantidade de produtos agrícolas e a ausência completa de escravizados sugerem a existência de um campesinato, no interior da *plantation*, responsável por abastecer o mercado interno?

Mais do que isso: é muito possível estarmos diante de unidades produtivas que faziam o uso do trabalho familiar onde o braço escravizado poderia funcionar antes como auxiliar do que como condição *sine qua non* de produção? Atente-se que quando falamos em “trabalho

familiar”, não estamos tratando necessariamente de membros consanguíneos, ainda que estes pudessem desempenhar importante papel. Trata-se de uma noção de trabalho familiar em que os membros poderiam ser agregados de todo tipo.

Barickman notou que na Bahia da primeira metade do século XIX, “as desigualdades na distribuição de riqueza haviam criado uma considerável população de homens e mulheres livres que, para sobreviver, se agregavam a um ‘fogo’ (unidade doméstica)”.³⁵⁴ Levando isso em consideração, presumiu que “muitos homens e mulheres que se achavam nessa situação tinham de trabalhar em troca da comida e teto que recebiam e que seu trabalho incluía, muitas vezes, ajudar nos serviços da lavoura”.³⁵⁵ Infelizmente, essas relações de dependência dificilmente apareceriam nos inventários, salvo em casos específicos de dívidas passivas e ativas. Não tivemos, portanto, a sorte de encontrar tais referências.

Para Teodor Shanin, “quando se fala em abastecimento rural familiar, está-se sublinhando não o parentesco, ou melhor, a unidade reside não no parentesco, mas na produção”.³⁵⁶ Ou seja, certamente Joaquina, além dos outros pequenos proprietários escravistas que possuíam lavouras e casas de farinha, deveriam contar com um trabalho familiar que extrapolava a relação de consaguinidade, podendo estar assentado, ai sim, nas relações de dependência e quem sabe até de compadrio. Isso vale dizer que no interior da *plantation* goianense de meados da segunda metade do século XIX havia uma produção não capitalista que deveria ser uma das, se não principal base do mercado local e regional.

Ao estudar a região sudeste-sul do Brasil de início do século XIX, João Luís Ribeiro Fragoso atestou que “em unidades econômicas com menos de cinco escravos, mesmo considerando que todos estariam em atividades produtivas, não seria de estranhar que, ao lado do trabalho cativo, surgisse o trabalho familiar dos detentores da unidade”.³⁵⁷ Fragoso parte dessa premissa para afirmar, apesar de reconhecer que não tem “base empírica para isso”, que havia “uma situação próxima à de unidades camponesas que complementam o trabalho familiar com o de outras categorias sociais, no caso o escravo”.³⁵⁸ Recorrendo a Ciro Cardoso, em seu

³⁵⁴ BARICKMAN, B. J. op.cit., p.219.

³⁵⁵ IDEM.

³⁵⁶ SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista”. IN: **Trabalho e dominação**. Estudos CEBRAP (26). Petrópolis, Vozes, 1980, p.52

³⁵⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2 ed. rev. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.131

³⁵⁸ IDEM.

clássico texto sobre a “brecha camponesa”³⁵⁹, apresenta os quatro traços básicos da estrutura econômica do campesinato:

- 1°) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto.
- 2°) Trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar).
- 3°) Economia fundamental de subsistência, sem excluir por isso a vinculação eventual com o mercado.
- 4°) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar, e de que maneira, como dispor do excedente etc.³⁶⁰

Ao analisar outros bens deixados pelos pequenos proprietários escravistas (ver tabela 18) – não esquecendo, clarividente, os médios proprietários -, identifiquei que praticamente todos tinham, cada um ao seu modo, acesso à terra. Como já sugerimos, certamente utilizavam o trabalho familiar – é o caso, por exemplo, de Maria do Espírito do Santo -, aliando-o a uma força de trabalho adicional: o escravizado. Seguramente, em suas propriedades, praticavam uma economia de subsistência, mas não estavam desvinculados ao mercado local e regional: as quantidades de mandioca plantadas é um bom sinal disso. E, além do mais, tinham certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, decidindo o que era melhor plantar: haja vista a plantação de algodão, café e milho, fumo além da, e sobretudo, inclinação ao plantio da cana num dado momento oportuno (década de 1850), em detrimento da produção de outros gêneros agrícolas, como apontado pelo conselheiro Manuel Felizardo.

Logo abaixo apresentamos mais uma tabela. Estão incluídos os mesmos proprietários que expomos logo acima. Dessa vez, no entanto, exibimos outros bens que os mesmos possuíam, a exemplo de dinheiro, ouro, prata, cobre, gado vacum, gado cavalariço e, não esquecendo, os bens de raiz. Repeti a quantidade de escravizados que cada inventariado possuía. Servirá para relacionar com os demais bens, pois os escravizados geralmente são os indicativos mais evidentes de acumulação, já que eram os mais valiosos.

³⁵⁹ Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

³⁶⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op.cit., p.132. Ver Também: CARDOSO, Ciro Flamarion S. op.cit., p.56

Tabela 19 Outros bens de proprietários de casas de farinha da comarca de Goiana.

Inventariado (a)	Localidade	Nº de escravos e o valor total em réis.	Dinheiro, Ouro, Prata e Cobre.^a	Gado Vacum	Gado Cavalari	Raiz
Maria Francisca da Conceição	Tambor	0	2 colheres de prata de sopa; 1 tacho pequeno de cobre.	2 vacas; 4 garrotes. 1 boi manso (1:005\$000)	4 quartões (320\$000)	1 casa de taipa; 2 sítios de terras; 2 telheiros para aviamentos de farinha. (1:900\$000)
Ana Valentina de Araujo	Tambor	3 (1:750\$000)	1 tacho de cobre. (12\$000)	Nada	1 cavalo russo (80\$000)	1 casa de taipa (150\$000); 1 casa de farinha (50\$000); 1 sítio de terras (900\$000)
Francisco Rogues de Lima	Caricé	2 (1:150\$000)	Vários objetos em ouro (167\$000); Vários objetos em prata (67\$560); 1 tacho de cobre (11\$000)	Nada	1 quartão russo belho (30\$000)	1 casa de taipa; 1 casa de farinha (71\$600)
Ignácia Francisca do Nascimento	Goiana	0	1 tacho de cobre (10\$000)	Nada	Nada	Posse de 1 pequeno sítio com casa de taipa coberta de palha (150\$000)
Maria da Conceição de Sá	Guararema	3 (2:200\$000)	Nada	Nada	1 cavalo alazão (20\$000)	Nada

Alexandre de Freitas Gil	Bamba	1 (600\$000)	Vários objetos em ouro (25\$000) 3 tachos de cobre (29\$200)	5 vacas (235\$000) 1 novilhota e 4 garrotes (131\$000)	1 cavalo melado (40\$000)	1 casa de taipa (40\$000); 2 casinhas de taipa e 1 telheiro (20\$000); 1 sítio de terras (600\$000); 1 sítio de terras (300\$000; 1 sítio pequeno (100\$000); 1 parte de terras (400\$000)
Sr. João Gomes Bezerra	Guararema, Engenho Pau Amarelo	5 (1:750\$000)	Nada	Nada	1 cavalo (70\$000)	1 casa de taipa coberta de telha (80\$000)
Dona Maria Francisca da Silva Leite.	Olho d'Água	10 (6:450\$000)	1 tacho de cobre velho (7\$680)	1 vaca mestiça parteira e velha (20\$000)	2 quartões magros e velhos (46\$000)	1 morada de taipa; 1 telheiro que serve para casa de farinha (350\$000)
Manoel Barbosa Cordeiro	Cruz do Borges / Goianinha	4 (2:900\$000)	Alfinete com pequeno diamante; par de rosetas; brincos de três oitava; argolas; anéis, entre outros adereços em ouro. (62\$500) 1 tacho grande e 1 pequeno tacho de cobre;(16\$640)	2 vacas; 1 novilhota (sic); 3 garrotes (175\$000)	1 cavalo russo; 2 cavalos castanhos; 1 cavalo melado; 1 cavalo alazão (310\$000)	1 sítio de terras com casa de vivenda, estribaria, casa de fazer farinha e diversos arvoredos de fruto; (1:500\$000)

Manoel Antônio Ribeiro de Vasconcellos	Tambor	6 (3:100\$000)	Vários objetos em ouro (87\$000) 2 colheres de prata; 2 garfos de prata (4\$800) 1 tacho velho de cobre (3\$200)	Nada	1 quartão russo velho (40\$000)	Posse de 1 sítio de terras com casa de vivenda, casa de farinha e estribaria. Todas de taipa e cobertas de telha. (1:000\$000)
Victorina Maria de Jesus	Taboca de São Vicente	20 (11:200\$000)	1 tacho de cobre usado (6\$4000)	5 vacas (145\$000).	2 cavalos (65\$000)	1 sítio de terras com casa de taipa coberta de telha e 1 telheiro que serve como casa farinha. (60\$000) 1 sítio de terras. (1:400\$000)
João Tavares de Mello	Jararaca	11 (5:220\$000)	Nada	1 vaca e 1 garrote (50\$000)	1 cavalo velho; 1 cavalo castanho magro, velho e ferido; 1 cavalo velho e ferido. (32\$000)	1 sítio de terras. (2:000\$000); 1 casa de farinha em aberto. (50\$000). 1 casebre em ruínas. (25\$000)

Matheus de Mattos Barbosa	Povoado da Lapa, Nossa Senhora do Ó	7 (5:330\$000)	1 par de estribos de prata; 1 colher de prata. (30\$000); 2 tachos de cobre. (12\$000)	5 vacas paridas. (200\$000); 7 vacas solteiras. (210\$000); 4 novilhas. (100\$000); 4 garrotinhos. (60\$000).	1 besta alazã bastante velha. (20\$000); 1 besta castanha (25\$000); 1 besta preta. (40\$000). 1 potra, 1 besta e 1 cavalo russo velho. (70\$000)	1 propriedade de terras com uma pequena casa de taipa e um telheiro de casa de farinha em aberto, com 1 casa para escravos. (3:000\$000) 1 sítio de terras com casa de telha de torrão em mau estado. (1:000\$000); 1 parte de terra (150\$000); 1 parte de terra. (100\$000); 1 parte de terra (125\$000)
Maria do Espírito Santos	Esconso, Nossa Senhora do Ó	0	20\$000 em moeda.	Nada	Nada	1 sítio de terras com casa de farinha de telha e casa de morada de palha.(300\$000)
Ana Maria do Divino Espírito Santo	Goiana	2 (319\$400)	1 tacho de cobre (6\$000);	Nada	1 alazão velho (35\$000)	1 casinha de taipa (25\$000)
João Barbosa Cordeiro	Tanques	5 (3:600\$000)	32\$000 em moeda; 7 colheres de sopa de prata; 1 faca de prata. (30\$000); 2 tachos de cobre (10\$000)	Nada	1 cavalo novo. (80\$000)	1 sítio de terras com casa de vivenda de taipa em preto e casa de farinha bolandeira e os necessários utensílios com estribaria anexa. (4:000\$000)

Ignácio Maria de Jesus	Tanques	5 (5:250\$000)	1 tacho de cobre. (6\$000)	1 vaca parida. (50\$000); 1 garrote. (16\$000)	1 cavalo castanho escuro. (150\$000)	1 pequena casa de taipa coberta de telha. (30\$000); 1 telheiro que serve de casa de farinha. (15\$000).
Manuel Dias D'Araujo	Itambé	13 (11:650\$000)	1:070\$000 em dinheiro; 43\$500 em objetos de ouro; 94\$540 em objetos de prata; 2 tachos de cobre (17\$,000). 1 caldeirão estanhado (4\$000); 1 braço de balança. (12\$000); 1 machado velho(\$500). 4 foices de roçar (4\$000). 3 foices de cortar canas. (1\$500). 8 enxadas (3\$200).	2:197\$000 em gado vacum.	300\$000 em cavalari.	1 casa de taipa sita nas terras do engenho Gameleira com 1 armazém anexo, 1 telheiro que serve de casa de farinha, 1 telheiro que serve como estribaria. (500\$000); 6 casas de taipa (2:400\$000); Direito de posse do sítio Itambé. (200\$000); 1 parte de terras (269\$491); 1 parte de terras. (100\$000)
Ignácia Maria de Jesus	Sítio Changôa, Água Parda.	1 (800\$000)	2 colheres de sopa de prata. (2\$600); 1 tacho pequeno e furado de cobre (6\$000)	Nada	Nada	1 casa de taipa coberta de telha (40\$000); 1 telheiro em aberto que serve como casa de farinha. (50\$000).
Joaquim Rodrigues Ventura	Sítio Lageiro	3 (1:510\$000)	Nada	Nada	1 cavalo russo. (50\$000)	1 sítio de terra com casa de vivenda, casa de farinha em mau estado e 1 estribaria velha. (382\$000)

Isabel Joaquina de Albuquerque	Nossa Senhora do Ó	3 (2:700\$00)	36\$000 em objetos de ouro; 1tacho de cobre em bom uso (46\$000)	Nada	Nada	1 sítio de terras com casa de vivenda de taipa, estribaria, e casa de farinha. (1:000\$000)
Anna Maria da Conceição	Nossa Senhora do Ó	1 (200\$000)	1 colher de sopa de prata (1\$000); 1 tacho grande de cobre em mau estado (6\$000); 1 outro pequeno (4\$000)	Nada	Nada	1 sítio de terras com casa de vivenda em mau estado (2:000\$000) 1 sítio casa de vivenda e com engenhoca de destilação
Ignez Luis Cavalcante	Jaboticaba, Nossa Senhora do Ó	2 (2:300\$000)	Vários objetos em ouro (80\$000); Vários objetos em prata (51\$680); 1 tacho de cobre (4\$000)	2 cabras de leite (4\$000)	1 cavalo alazão (100\$000)	Nada
Joaquina Maria da Conceição	Chã de Esconso, Nossa Senhora do Ó	4 (3:400\$000)	40\$000 em objetos de ouro; 1 tacho de cobre. (9\$600).	Nada	1 quartão. (120\$000)	1 posse de terras na propriedade Esconso com casa de taipa, casa de farinha e estribaria. Tudo coberto de telha. (1:500\$000).
Bento Alves de Souza	Goiana	7 (5:100\$000)	Nada	1 cabra preta com dois cabritos. (6\$000).	1 quartão (70\$000);	1 sítio de terras com casa de taipa coberta de telha (2:000\$000); 1 casa de farinha em bom estado. (50\$000);
Manoel Bezerra Maciel	Sítio Batatau	2 (1:400\$000)	6 colheres para sopa de prata. (6\$000).	1 vaca, 1 garrota e 1 garrote. (90\$000).	1 quartão novo.(70\$000).	Nada

Theodoro do Espírito Santos	Sítio Cumbe, Nossa Senhora do Ó	0	16\$000 em objetos de ouro; 28\$000 em objetos de prata.	Nada	Nada	1 sítios de terras com casa de taipa com estribaria e casa de farinha (1:200\$000
Ursula de Tal	Goiana	1 (800\$000)	12\$000 em cobre.	Nada	1 potro caxito (sic) (60\$000)	Posse de um sítio de terras com casa de taipa coberta de telha. 1.000\$000; 1 casa de taipa (60\$000); 1 casa de fazer farinha com todos os seus pertence80\$000s
Antônio Pasquim dos Santos	Jardim do Borges, Nossa Senhora do Ó	2 (400\$000)	Nada	Nada	Nada	1 sítio de terras com casa de vivenda de taipa, casa de farinha e estribaria. (2:000\$000)

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. MJPE, caixas 179 a 189.

^a Em alguns casos descrevi cada objeto, noutros, devido a grande quantidade, preferi por colocar apenas os valores totais em mil réis, tal como se escrevia à época. Isso funciona também para as demais colunas.

Basta uma olhadela para perceber que muitos pequenos proprietários escravistas conseguiram acumular, além de escravizados, dinheiro, ouro, prata, cobre, cavalos, bois, casas e terras. Contudo, é extremamente impactante os valores dos escravizados. Eles escancaram com nitidez a discrepância em relação aos outros tipos de bens. O que comprova a informação de que o maior investimento de uma unidade escravista, sobretudo nessas pequenas que estamos analisando era, de fato, o escravizado. Investimento que poderia ir de água abaixo muito facilmente, pois, bastava um contratempo na colheita, um ano ruim na safra, entre outras situações imprevisíveis, como a morte, que imperava a perda ou a necessidade de se desfazer dos poucos cativos que tinham. Isso talvez também explique os inventariados com lavouras, mas sem escravos.

Ainda assim, a acumulação desses pequenos escravistas dedicados a plantação de mandioca e/ou produção de farinha distancia-os de uma visão degradada desse setor, muitas vezes relegado a uma mesquinhas sem nenhuma importância econômica. Pelo contrário. Essas unidades escravistas que utilizavam a mão de obra escravizada em pequena escala, não só de modo integral, mas também complementar ao trabalho livre e/ou familiar, não consistia “necessariamente em um simples apêndice das atividades exportadoras, podendo ter uma certa autonomia”.³⁶¹

Insistamos: apesar das inúmeras adversidades que rondavam a vida desses pequenos escravistas, não se pode considerar - ao menos os que analisamos na tabela acima -, que essas unidades eram formadas por lavradores que viviam uma vida contundentemente paupérrima, sob a margem da deferência senhorial e sem nenhum estímulo econômico. É claro que existiam moradores/lavradores assim, mas não se pode cair numa unanimidade silenciadora, inerte, incapaz de ir além e enxergar as nuances e contradições encobertas numa vasta região como a comarca de Goiana, escravista por essência, rural por necessidade. Ora, nossos exemplos, dado ao acúmulo de bens, não se referem a uma “mesquinha agricultura de subsistência”, e, por outro lado, se olharmos com mais cuidado, não assumiam um papel secundário em relação a agricultura de exportação.³⁶²

³⁶¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op.cit., p.125

³⁶² PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6 ed. São Paulo. Editora Brasiliense. 1981, p.155

Vejamos agora a questão do abastecimento de farinha aos engenhos da comarca de Goiana. Diante da dinamicidade do setor averiguada a partir da sua capacidade de acumulação, surge uma dúvida: será que esses pequenos escravistas, esses dedicados a plantação de mandioca e produção de farinha, abasteciam os engenhos da comarca de Goiana, sobretudo aqueles que concentravam muitos escravizados?

Na Bahia da primeira metade do século XIX, os senhores de engenho alternavam entre a compra de farinha no mercado local e a produção dentro das dependências do engenho.³⁶³ A compra da farinha por senhores de engenho no mercado local, ou diretamente a produtores locais, dinamizava ainda mais a demanda do produto, sustentando o fato de que esses pequenos lavradores escravistas dedicados a cultura da mandioca não eram mero apêndices, mas parte integrantes de uma *plantation* que não era autossuficiente.³⁶⁴ Mariza de Carvalho Soares, analisando a produção de farinha no século XVII, foi enfática: “a produção do açúcar dependeu da produção de farinha para alimentar escravos e toda a população dos engenhos”.³⁶⁵

De fato, a produção de farinha foi algo elementar para que o sistema engenho funcionasse. Mas, em Goiana, os senhores compravam a farinha ou a produziam dentro das suas dependências? Pensando nesse ponto, resolvi analisar os proprietários de engenhos que apareceram nos inventários entre 1860 e 1875 sob a ótica do pão da terra. Ou seja, a ideia foi identificar lavouras de mandioca e casas de farinha como pertencentes aos bens inventariados. Além disso, analisei também as dívidas passivas desses senhores e os recibos que em muitos inventários aparecem, com o intuito de averiguar compras de farinha.

³⁶³ BARICKMAN, B.J. op.cit., p.103

³⁶⁴ De acordo com João Fragoso, “ao contrário do que ocorria com as plantations do Caribe, abastecidas em grande medida via importações e talvez mais próximas das plantations do Velho Sul norte americano supridas de alimentos pelo Oeste americano até pelo menos 1830, **as grandes fazendas brasileiras se alimentavam de produções do próprio espaço colonial**. Estamos, portanto, em frente de uma realidade em que a própria reiteração da agroexportação gera complexos mercantis ligados ao abastecimento. Desse modo, incrementa-se o desenvolvimento do mercado interno, e isto considerando-se apenas a demanda gerada pelas áreas agroexportadoras.” FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op.cit, p.109. (grifos nossos)

³⁶⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não**: o engenho de farinha de Frans Post. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.61-83, jan/jun 2009, p.81

Tabela 20 Proprietários(as) de engenhos, casas de farinha e outras lavouras constantes nos inventários entre 1860 e 1875.

Inventariado (a)	Ano	Engenho	Casa de farinha	Outras lavouras
Francisca das Neves Correa	1863	Acaú	Não	Não
Feliciano Gomes Pereira de Oliveira	1863	Paraíso	Não	Não
		Miranda	Não	Não
José Camello Pessoa de Albuquerque	1863	Matary	Não	Não
		Republicano	Sim	Não
		Rebelde	Não	Não
Manoel Bento Machado	1863	Itapirema de Cima	Sim	Não
José Ignácio da Cunha Rabello	1865	Tracunhaém	Não	10 mil covas de roças
Margarida Emília da Cunha Gouveia	1866	Natal	Não	Não
Manoel de Araujo Barros	1868	Poço	Sim	Não
Beato José Tavares	1869	Pitu		8 mil covas de mandioca

Francisco Pereira de Souza Lima	1869	Jucá	Não	Roçado de mandioca
Maria de Araujo Sá e Albuquerque	1869	Gutiuba	Sim	Não
Coronel Bento José das Neves Wanderley	1870	Catú	Sim	Não
		Panguá	Não	Não
Felipe Francisco Cavalcante	1870	Retiro	Sim	Não
Francisco Xavier de Araújo	1870	Aninga	Não	Sim
Antônio Francisco Pereira	1870	Bujary	Sim	10 mil covas roças
Maria José do Sacramento	1872	Mussumbu	Não	Não
João Peixoto Texeira	1872	Mata Limpa	Não	4 mil covas de roça / 30@ de café
Vicente Ferreira Coelho	1873	Caeté	Sim	Não
João Francisco Cavalcanti de Albuquerque	1875	Goiana Grande	Sim	Não

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. MJPE, caixas 179 a 189.

Dentre os engenhos acima listados, apenas 28% possuíam plantação de mandioca. Por outro lado, 40%, ou nove de 22, tinham em suas terras casas de farinha. Ou seja, apesar da lavoura da mandioca ser um tanto irrelevante, a produção de farinha dentro das dependências do engenho não aparenta ser algo inabitual, ao menos se alguém fornecesse a mandioca necessária.³⁶⁶ Prosseguindo, apenas em um inventário de proprietários de engenhos aparece o termo “farinha” como fazendo parte dos bens inventariados. Foi o do Coronel Bento José das Neves Wanderley, proprietário dos engenhos Catú e Panguá: “declarou o inventariante possuir o casal inventariado cinco alqueires de farinha”, avaliados em 30 mil réis o alqueire. Uma boa quantidade, diga-se de passagem.³⁶⁷

Ora, aí vai mais uma vez a pergunta: quem fornecia a mandioca para esses engenhos que dispunham de casas de farinha, mas não tinham lavouras? Para que a farinha fosse eventualmente fabricada no engenho, outros segmentos – como os pequenos lavradores escravistas apresentados acima - forneciam a mandioca? Em outras palavras, os senhores compravam a mandioca para produzir farinha em suas instalações, ou comprava a mesma já pronta de outros fornecedores para servir de provimento aos seus familiares e aos seus escravizados? Em muitas ocasiões é possível que sim.

Uma boa maneira de validar essa hipótese é encontrando evidências dessas compras. Para nossa infelicidade, não foi possível encontrá-las a partir das dívidas passivas ou dos recibos constantes em alguns inventários de Goiana.³⁶⁸ Nas dívidas passivas, aquelas que o inventariado possuía com terceiros, na esmagadora maioria dos casos, aparecem apenas as quantias e os indivíduos aos quais se devia, sem muitos detalhes da natureza da dívida, o que impossibilita saber se eram de compra de farinha. Já nos recibos, que as vezes constam nos inventários, também não aparece qualquer menção a esse tipo de compra. Seria necessário um esforço nominalista³⁶⁹: realizar um cruzamento de nomes encontrados nos inventários de senhores de engenho como sendo os credores, com alguma lista contendo atravessadores de farinha,

³⁶⁶ Só o engenho Bujari possuía tanto roças de mandioca quanto casa de farinha.

³⁶⁷ Dos engenhos que tinham outras lavouras que não fossem cana e mandioca, apenas o Mata Limpa aparece como possuindo café.

³⁶⁸ Barickman constatou, através das dívidas passivas e dos recibos constantes nos inventários, que os senhores de engenho do recôncavo compravam a farinha. Ver: BARICKMAN, B.J. op.cit., pp.118-119.

³⁶⁹ Refiro-me, em alegoria, ao método elaborado por Robert Slenes que parte dos nomes próprios e informações pessoais contidas em diversos documentos para desvendar redes diversas de amizade, familiares, econômicas etc. Ver: SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, Século XIX Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Quem muito bem utilizou o método foi Walter Fraga, ver: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp: 2006.

lavradores escravistas, pequenos e médios, dedicados ao cultivo da mandioca e produção de farinha. Infelizmente, o tempo curto dessa pesquisa, ceifou-me a oportunidade de fazê-lo.

Mesmo com a falta dessas informações, que poderíamos encontrar via dívidas e recibos, é possível inferir, mesmo susceptível a equívocos, que tais compras não eram algo trivial, haja vista o alto custo para o senhor em manter compras regulares para o provimento dos escravizados. A hipótese que propomos é que as provisões de farinha necessárias a alimentação sobretudo dos escravizados, eram da reponsabilidade deles mesmos que cultivavam a mandioca em roças cedidas por senhores.

Um caso que chegou até aos dias atuais envolvendo alimentação de escravizados da comarca de Goiana parece sintetizar a incapacidade dos senhores de manterem gastos com alimentação:

[...] fato curioso se deu no engenho Goiana Grande: - o senhor daquele engenho **a título de diminuir as despesas com a alimentação dos escravos** mandava pegar caranguejos nos mangues e depois de cozidos, enviava para o campo na hora da boia. Um dia os escravos se revoltaram contra aquela comida e amarraram as cordas de caranguejo na cintura. Interrogados pelo feitor responderam: - tanto sustenta por dentro como por fora.³⁷⁰

Ao que tudo parece, diferentemente da Bahia, os senhores pernambucanos não compravam farinha. O viajante Koster, que possuiu um engenho no início do século XIX em Pernambuco, afirmou que as terras do complexo eram divididas em cinco grandes áreas: “as matas, as terras do plantio de cana, as que são limpas para pastagens, **as plantações para alimentação dos negros** e as terras ocupadas pelos homens livres.”³⁷¹ Não são só essas evidências da existência de plantações destinadas à alimentação dos escravizados dentro das fazendas de cana:

Como os proprietários sustentam comumente seus escravos em vez de dar-lhes alguns dias na semana para que eles próprios se mantenham, **os terrenos destinados ao plantio das provisões são de alta importância** por não poder o senhor nem sempre comprar os vegetais que fazem parte da alimentação negra.³⁷²

³⁷⁰ A citação é feita indiretamente por Antônio Corrêa de Oliveira do livro *Insurreição Negras no Brasil*, de Aderbal Jurema. Ver: OLIVEIRA, Antônio Corrêa. **Escravos, abolição, Goiana**. CEPE. Recife, 1978, p.17. (grifos nossos)

³⁷¹ IDEM, p.439 (grifos nosso).

³⁷² KOSTER, Henry. op.cit., p. 440 (grifos nossos).

Aqui, Koster indica que as compras de provisões não era algo comum, assim como suspeitamos acima. Havia essa possibilidade, clarividente, mas, apenas em última instância. Por isso a alta importância do terreno em que se fazia o plantio das provisões. A regra era o senhor ter um espaço dedicado a esse tipo de atividade. Na lógica apresentada, os escravizados plantavam a mandioca, colhiam-na, produziam a farinha para que, por último, os senhores distribuíssem-na em rações medidas, decerto, cuidadosamente.

Atente-se para um fato importante: “como os proprietários sustentam seus escravos **em vez de dar-lhes dias na semana** para que eles próprios se mantenham”.³⁷³ A sentença aponta para a inexistência de uma “brecha camponesa” em Pernambuco no início do século XIX. O sistema do Brasil ou, para outros autores, a “brecha camponesa”, possibilitava que o escravizado se “apossasse” de um lote de terra cedido pelo senhor, de modo a trabalhá-la para que assim tirasse, em muitos casos, não só o sustento, mas o excedente necessário que gerasse pecúlio para comprar a alforria, se possível. O costume era bem difundido no país e alhures e são inúmeros os exemplos de casos que provam essas relações no Brasil escravista em diferentes contextos agrários.³⁷⁴

É necessário repensar os escritos de Koster a partir das informações e fontes que dispomos. Primeiro, se nos engenhos de Pernambuco, tal como asseverou o viajante, era comum a existência de roças destinadas ao provimento de escravizados, por que elas não aparecem nos inventários? É preciso parcimônia, convenhamos. O fato de não aparecerem “roças” nos inventários de proprietários de engenhos, não quer dizer necessariamente que os mesmos não tivessem plantado uma vez na vida. É bem possível que no momento da avaliação dos bens no período que escolhemos investigar, o senhor de engenho inventariado estava sem a plantação, seja porque tinha parado com a mesma por motivos que desconhecemos, seja porque já tivesse colhido.

³⁷³ IDEM. (grifos nossos)

³⁷⁴ A literatura é extensa. Ver, por exemplo, a obra fundamental desse debate: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

Segundo, geralmente a farinha era preparada nos engenhos em “quantidade necessária a subsistência dos escravos”.³⁷⁵ Além do mais: “em nenhuma das principais propriedades há o uso de vender farinha”.³⁷⁶ Portanto, uma produção em pequenas quantidades, sem nenhum vínculo com o mercado interno, inteiramente destinada a subsistência dos escravizados, dificilmente seria inventariada, salvo nos casos acima já citados.³⁷⁷ Por esse motivo não aparecem nos inventários acima listados?

Outro ponto, se existiam e eram os escravizados que trabalhavam nela, qual era o sentimento que os escravizados possuíam em relação a estas roças produzidas pelos mesmos para a sua alimentação? Nada nos impede em pensar, por exemplo, que, durante o século XIX, quiçá até antes, a reponsabilidade em tocar a roça responsável pela sua própria subsistência tenha imprimido ou despertado nos escravizados certos sentimentos de pertencimento. Quem sabe esse não foi o ponta pé inicial para que senhores pernambucanos cedessem parcelas de terras aos escravizados para plantarem não só o necessário a sua subsistência, mas também um excedente responsável, muitas vezes, pela compra de sua alforria?³⁷⁸

Suponho que o que disse Koster no início do século XIX, quanto ao fato de que os senhores não cediam terras aos escravos, não pode ser generalizada para a província, tampouco para todo o século. Pois, se na grande maioria dos engenhos de Goiana não tinham roças fazendo parte dos bens inventariados, é porque elas não pertenciam aos senhores. Pertenciam, aí sim, àqueles que as produziam: os escravizados. Poderia parar por aqui. Contudo me ocorreu de pensar que os moradores dos engenhos poderiam muito bem plantar a mandioca e suprir a farinha necessária como condição pela proteção e moradia. Inquieto em saber da participação desses últimos no abastecimento de farinha para os engenhos, fui atrás deles nos inventários. O resultado está na tabela logo abaixo

³⁷⁵ KOSTER, Henry. op.cit., p. 516.

³⁷⁶ IDEM.

³⁷⁷

³⁷⁸ Ao contrário do que os relatos de Koster fazem transparecer, a brecha camponesa existiu em Pernambuco. Aliás, Goiana não esteve indiferente a este aspecto de tamanha importância na experiência de vida de pessoas escravizadas. “Alguns exemplos [...] de roças de escravos aparecem nas freguesias dos municípios de Nazaré da Mata e Goyana, que se situam na Mata Norte, região açucareira da província ao norte do Recife”. Ver: OLIVEIRA, Emanuel Lopes de Souza. **Múltiplas faces dos conflitos de terra**: escravos, lavradores de roça e senhores no final da escravidão na Mata Norte de Pernambuco. ANPUH-XXV SMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Fortaleza, 2009, p.2.

Tabela 21 Moradores(as) de engenho, seus escravizados, casas de farinha e lavouras.

Inventariado (a)	Ano	Engenho	N. de escravos	Casa de farinha	Lavoura de cana	Outras lavouras
Dona Maria Cândida Pessoa Guedes	1860	Pau Amarelo	17	Não	1 partido de cana	Não
Joaquina de Mello Wanderley	1860	Pitu	0	Não	1 safra de cana	Não
Manoel Carneiro de Mesquita	1862	Jassé	13	Não	Não	Não
Justino Bezerra Cavalcante	1863	Várzea Grande	7	Não	1 partido de cana	Não
Ana Francisca de Jesus	1863	Taboca	2	Não	Não	Não
João Gomes Bezerra	1863	Pau Amarelo	5	Não	Não	1 porção de roça nova e 1 de roça velha
Marcolina Maria da Conceição	1863	Itapirema do Meio	1	Não	Não	Não
Ignacia Maria das Mercês	1863	Cana Brava	8	Sim	1 partido de cana	Não
Viriato Aurélio da Cunha Gouveia	1865	Pau Amarelo	8	Não	1 safra de cana	Não
Maria Joaquina da Silva	1866	Siriji	4	Não	1 Planta de cana	Não
Clemente Ferreira de Andrade	1867	Pangoá	2	Não	1 roçado de algodão	Não
Natália de Araujo Campos	1867	Poço Redondo	5	Não	Não	Não
Adelina Maria da Cunha Coutinho	1867	Massaranduba	4	Não	Não	Não
Joaquina Maria da Fonseca	1869	Rebelde	8	Não	2 plantações de cana	1 roçado de mandioca
Ernesto Brasileiro da Cunha Uchoa	1870	Massaranduba	15	Não	Não	Não

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir dos inventários encontrados no período de 1860 a 1875. Ver: Inventários da comarca de Goiana. MJPE, caixas 179 a 189.

Os critérios para esta tabela foram os seguintes: juntei aqueles e aquelas em que pude verificar que eram moradores de engenho, mas não eram proprietários e, portanto, também não possuíam qualquer maquinário necessário a produção de açúcar, apesar de possuírem lavouras

de cana. Aliás, nesse quesito, é manifesta a inclinação desses moradores à esse tipo de cultura. Basta passar a vista ligeiro para ficar claro que não estamos lidando com qualquer lavrador, ou com aquele morador típico dependente, cuja descrição já fizemos tanto aqui. São pequenos lavradores escravistas - salvo Dona Maria Cândida Pessoa Guedes, Manoel Carneiro de Mesquita, Ernesto Brasiliano da Cunha Uchoa que possuíam mais de 10 escravizados -, dedicados a cultura da cana, geralmente destinada ao engenho em que moravam por regime de meação.

Agora no que tange a nossa inquietude, nota-se: apenas dois inventariados possuíam lavoura de mandioca e só um tinha casa de farinha em suas dependências. Portanto, não eram os moradores de engenho os responsáveis pelo abastecimento da farinha.³⁷⁹ Se não eram nem os senhores de engenho – pelo menos a grande maioria analisada -, nem os moradores do mesmo, então, portanto, possivelmente eram os próprios escravizados que plantavam sua subsistência. Pesquisas futuras poderão validar ainda mais isso e, por outro lado, quem sabe, poderão também descobrir que muitas das dívidas de senhores de engenho eram devido a compra de farinha, redesenhando o debate que aqui me propus a fazer. Nada mais justo.

Trago agora, como desfecho, um último caso. O ano era 1877 e, a região: Nossa Senhora do Ó, freguesia em que a pequena posse se dava de modo mais contundente. Nesse ano foi preso o agricultor José Antônio Pereira, 40 anos, morador de Pedras de Fogo, província da Paraíba. Apesar do nome luso-brasileiro, José na verdade era africano, “natural da Costa da África”, de onde chegou como escravizado, uma vez que consta que ficou sob esta condição sob os poderes do Ten. Cel. Joaquim Gomes, senhor do engenho Canabrava. Pelos fins da década de 1870, já era livre. Foi preso sobre acusação de homicídio. A prisão, pasmem, foi feita “no roçado” do escravo Luiz, pertencente a Joaquim Gomes, “para onde foi em um ‘domingo, receber o salário de dois dias de serviço’ que prestou na roça desse escravo”.³⁸⁰

³⁷⁹ Contudo, a inclinação geral à cultura da cana pode mais uma vez ser explicada através da fala do conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello: a alta do preço do açúcar “que a tendência, quase exclusiva para esse gênero de agricultura (cana de açúcar) tem feito escassear a produção de cereais e do algodão” **Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello entregou a administração da província ao Exm. Sr. conselheiro José Antônio Saraiva.** 27 de Janeiro de 1859, p.3. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=30&s=0&cv=0&r=0&xywh=101%2C130%2C1572%2C1109>> Acesso em 02 de fev. de 2023.

³⁸⁰ O caso foi encontrado por Emanuel Oliveira num *Habeas Corpus* de José Antônio Pereira. Este último parágrafo foi inteiramente inspirado nas informações publicadas pelo autor em artigo. Ver: OLIVEIRA, Emanuel Lopes de Souza. op.cit., p.2

3.5 NOVOS ARRANJOS PRODUTIVOS: A PEQUENA POSSE E O TRABALHO LIVRE

A pequena posse também dialoga com uma das características mais marcantes das últimas décadas da escravidão em Pernambuco: o uso intensivo da mão de obra livre aliado a queda, cada vez maior depois de 1870, do número de escravizados. Os senhores pernambucanos, comparados aos de outras províncias produtoras de açúcar, souberam utilizar melhor a disponibilidade da mão de obra livre e barata.³⁸¹ Mas como eles conseguiram e, por quê?

Acredito que nesse processo de utilização da mão de obra livre no contexto de queda do número de escravizados, a epidemia *cólera morbus* tenha sido um dos pontapés iniciais mais impactantes, obrigando os senhores a mudarem as estratégias produtivas mais tradicionais no que tange principalmente à mão de obra, caso quisessem plantar cana e produzir açúcar numa conjuntura de grandes perdas de braço escravo em decorrência da doença.³⁸² Não foi a única causa, é certo, nem pode ser uma espécie de equação que explique todo o fenômeno, uma vez que na Bahia, tanto a moléstia³⁸³, quanto a cólera, não despertaram algo semelhante nos senhores. Por lá “a produção de açúcar continuou a se basear principalmente no trabalho escravo até as vésperas da abolição”.³⁸⁴

No diário de Pernambuco, uma carta vinda de Goiana e publicada em março de 1856, de um autor com pseudônimo Íris, descreveu como se tinha desenvolvido a doença na região a partir do início de fevereiro do mesmo ano:

Na cidade entrou o monstro dos monstros benignamente, e por muitos dias apenas se contavam alguns casos de colerina (sic) branda; mas depois foi fazendo em um dia uma vítima, no outro duas, no terceiro três, e foi assim progredindo e há muitos dias a mortalidade é de 6, 7, 8 e foi o maior número até hoje, mas o número de atacados já exerce só na cidade mais de 300.³⁸⁵

³⁸¹ Para um balanço sobre a questão, ver: BARICKMAN, B. J. **Até a véspera**: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, 1998. DOI: 10.9771/aa.v0i21-22.20967. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20967>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

³⁸² No mais, do uso intensivo da mão de obra escravizada.

³⁸³ “praga conhecida como a “moléstia” atacou (o Recôncavo) em fins dos anos 1860, mais de uma década antes de alcançar os canaviais da Zona da Mata pernambucana” BARICKMAN, B. J. op. cit., 1998, p.189.

³⁸⁴ IDEM, p.209.

³⁸⁵ **Diário de Pernambuco**, março de 1856. HDBN

E não parou por aí: “a povoação de Nossa Senhora do Ó, Goianinha e Lapa representam o triste quadro de Santo Antônio e Limoeiro: a mortalidade nesses lugares é de 30, 40, 50, 60 por dia, e vão ficando inteiramente despovoadas”.³⁸⁶ Dizia ainda o mesmo artigo que nesses lugares, “as igrejas não comportavam mais cadáveres e já se enterravam por fora, e agora não tinha mais quem quisesse fazer semelhante serviço”.³⁸⁷

Nos engenhos a situação era penosa. Muitos senhores pararam todas as atividades por não terem mais condições de funcionamento por falta de trabalhadores livres e escravizados que iam morrendo a dezenas todos os dias. Na mesma carta escrita pelo Iris, dizia que havia “proprietários de 40 e 50 escravos que só contam um terço e outros menos, e se continuar por mais tempo a epidemia muitos ficarão sem ter quem lhes carregue água para as casas”.³⁸⁸ Em Pau d’alho, uma das comarcas da Mata Norte, um engenho rendeu em 1855 8:000\$000 (oito contos de réis). No ano seguinte, rendeu só a metade “por causa da epidemia da cólera que roubou à fábrica 14 escravos”.³⁸⁹

A realidade horrenda da epidemia do *cólera* impôs um sério obstáculo aos senhores de engenhos goianenses: a perda de escravizados pela doença impossibilitou, por um momento, o plantio da cana e a produção de açúcar. Era necessário contornar o problema. Em muitas localidades, principalmente em Pernambuco, a saída foi utilizar a mão de obra livre disponível a baixo custo.³⁹⁰ E o seu uso cresceu significativamente durante a segunda metade do século XIX fazendo com que os senhores pernambucanos não dependessem exclusivamente de escravizados, inclusive para os serviços do eito.

³⁸⁶ IDEM.

³⁸⁷ IDEM.

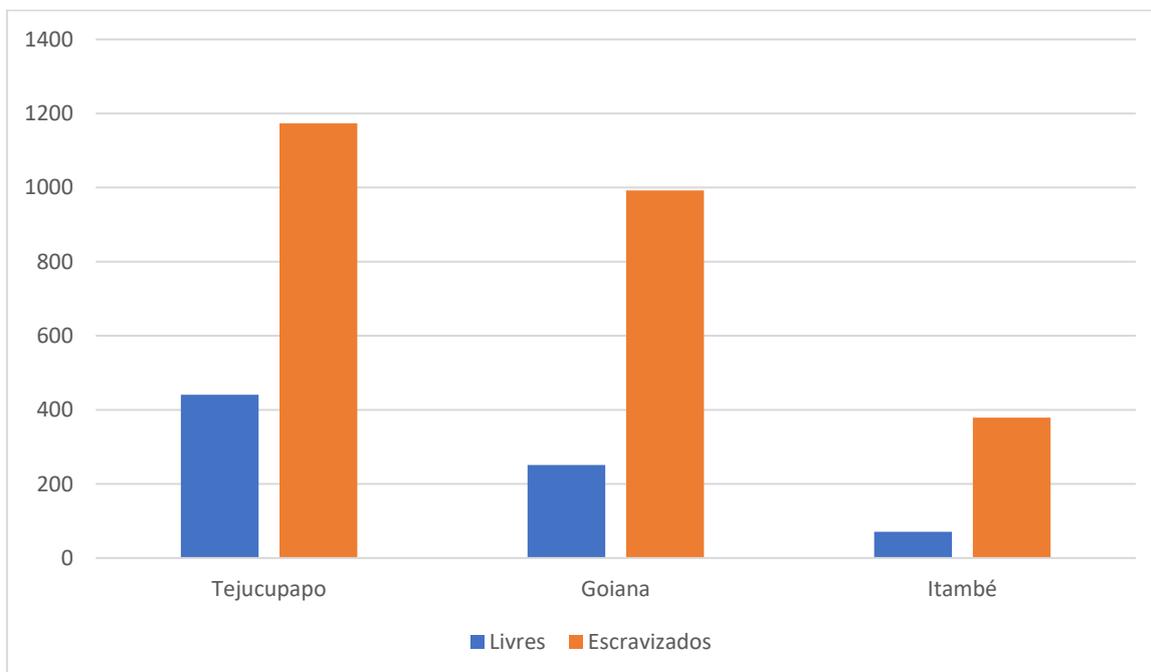
³⁸⁸ “Sem ter quem lhes carregue água para as casas”, a frase resume bem a dependência gritante que aquela sociedade tinha da escravidão. Diário de Pernambuco, março de 1856. HDBN

³⁸⁹ Ver: **Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello entregou a administração da província ao Exm. Sr. conselheiro José Antônio Saraiva.** 27 de Janeiro de 1859, p.3. Disponível em <<<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=30&s=0&cv=8&r=0&xywh=-135%2C-95%2C1949%2C1374>>> Acesso em: 07 de mar. de 2023. <http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=30&s=0&cv=0&r=0&xywh=101%2C130%2C1572%2C1109>> Acesso em 02 de fev. de 2023.

³⁹⁰ Segundo Beatriz Brusantin, “em Igarassu, pertencente à comarca de Recife, segundo o delegado do Termo devido ao surto epidêmico de cólera que ocorrera na região, reduziu “extraordinariamente” o número de escravos que trabalhavam na cultura da cana, e por essa razão, os agricultores estavam “na dura necessidade” de servirem-se para o trabalho dos homens livres, que “infelizmente não são constantes no trabalho””, ver: BRUSANTIN, Beatriz. op. Cit., p.76.

Antes da cólera, a concentração de escravizados trabalhando nos engenhos da comarca é significativamente maior em relação aos trabalhadores livres, é o que demonstra um relatório de 1854 representado pelo gráfico abaixo:

Gráfico 6 Trabalhadores livres e escravizados dos engenhos da comarca de Goiana (1854).*



Fonte: **Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1854. O Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo. Presidente da mesma Província.** Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria 1854, p.54. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=20&s=0&cv=1&r=0&xywh=-249%2C1241%2C2331%2C1644>.

* A distribuição dos engenhos por freguesias segue o mesmo problema das indefinições dos territórios. Ao comparar com outras documentações, como os inventários e a lista nominativa de 1860, muitos engenhos que aparecem como sendo da freguesia de Goiana num determinado período, podem aparecer como fazendo parte da freguesia de Tejucupapo, por exemplo. E vice-versa. Contudo, as proporções entre livres e escravizados nos dão uma margem interessante para pensar o peso do trabalho escravizado na região em meados do século XIX.

Ao decorrer do século XIX, sobretudo a partir de 1870, essa proporção vai diminuindo de modo que os trabalhadores livres vão ganhando espaço nos serviços que demandavam a lavoura da cana e nos que demandavam a produção de açúcar. Não esquecendo, trabalhadores livres sempre existiram nos engenhos. Em menor número, é verdade, mas sempre existiram.

Para que funcionasse, o engenho necessitava de trabalhos especializados que iam desde o feitor até o administrador da unidade, passando pelo mestre de açúcar, banqueiro (assistente do mestre de açúcar), mestre de purgar, caldeireiro, alambiqueiro, carreiro, caixeiro, até pedreiro e carpinteiro, esses últimos, utilizados, sobretudo no começo da moagem para resolverem problemas estruturais do maquinário. Mas, de acordo com Barickman, analisando a zona de produção de açúcar baiana, “[...] quando os senhores de engenho se queixavam da “falta de braços”, sua principal preocupação não era com uma escassez de supervisores e trabalhadores especializados”.³⁹¹

Ou seja, esses trabalhadores livres tão comuns nos engenhos não estavam dentro do grande problema da “falta de braços”, e sim os escravizados, ocupados com os serviços mais exaustivos. A preocupação residia mesmo na “escassez de trabalhadores para as tarefas diárias, desgastantes e, às vezes, perigosas do serviço da lavoura: a roçagem, o plantio, a limpeza dos canaviais e o corte da cana”.³⁹² Tanto na Bahia quanto em Pernambuco, as duas maiores províncias açucareiras do norte do Império, utilizavam-se os escravizados para esses tipos de serviço, praticamente não empregando mão de obra livre. No entanto, durante a segunda metade do século XIX, a região canavieira da Zona da Mata pernambucana, passou a presenciar o uso intensivo e disseminado do trabalho livre, muitas vezes assalariado (ou sub-assalariado), em várias etapas da produção.³⁹³

Diferentemente do que aconteceu na Bahia, que viu no período imperar uma estagnação na produção açucareira, a utilização desse tipo de força de trabalho fez com que os senhores pernambucanos continuassem com suas safras, chegando a aumentá-las significativamente entre as décadas de 1850 e 1890. Segundo B. J. Barickman, “a média anual das exportações pernambucanas aumentou de menos de 57.000 toneladas em 1851-55 para quase 120.000 no quinquênio de 1886 a 1890. Igualmente, a produção de açúcar mais do que duplicou entre 1850 e 1890”.³⁹⁴

De acordo com Peter Eisenberg, o emprego do trabalho livre na indústria açucareira pernambucana da segunda metade do século XIX se deu de diversos modos, mas sempre mantendo a dependência ao senhor de engenho. Eram os agregados de quem falamos no

³⁹¹ BARICKMAN, B. J. op. cit., 1998, p.201.

³⁹² IDEM, p.202.

³⁹³ Peter Eisenberg notou que já “em 1872 os trabalhadores livres eram mais numerosos do que os escravos em todas as categorias ocupacionais [...]. Muitos destes trabalhadores livres eram antigos escravos que ficaram nas zonas açucareiras, apesar de certas evidências em contrário.” EISENBERG, Peter L. op. cit., p.201.

³⁹⁴ BARICKMAN, B. J. op. cit., 1998, p.186.

primeiro capítulo, os assalariados: diaristas e fixos; além dos rendeiros: lavradores e parceiros que, de modo geral, arrendavam as terras. Estes últimos, segundo Eisenberg, eram os mais cômodos, materialmente falando. Dos agregados já falamos antes. Dos assalariados fixos também tratamos mais acima, isto é, aqueles que “desempenhavam encargos que exigiam qualificações administrativas e técnicas”. Não citamos, porém, os diaristas: “os trabalhadores não qualificados e sazonais, vencendo paga diária” e que “eram os mais numerosos”.³⁹⁵

Os diaristas passaram a formar a grande maioria dos trabalhadores assalariados no decorrer da segunda metade do século XIX. A seca de 1870, por exemplo, contribuiu ainda mais nesse processo, forçando “milhares de sertanejos a buscar trabalhos nos canaviais”.³⁹⁶ Trabalhos que aconteciam principalmente no período de safra, entre setembro e março: “o resto do ano”, afirma Barickman, “a menos que conseguissem emprego para plantar e cultivar cana ou manter o equipamento de engenho, saíam da folha de pagamento”.³⁹⁷ Poderiam ser dispensados, portanto, em qualquer situação ou circunstância sem que o senhor honrasse obrigações contratuais, mínimas que fossem acordadas.

Outro ponto é que parte considerável do conjunto desses trabalhadores livres que passaram a se dedicar ao cultivo da cana e/ou produção de açúcar possuía vida precária do ponto de vista material. Como já dito aqui: muitos viraram moradores de condição, dependentes, que em inúmeras vezes levantavam pequenas cabanas nas terras do senhor. “Os senhores pernambucanos”, frente a grande massa de trabalhadores flagelados pela seca, de acordo com Barickman, durante a segunda metade do século XIX, “foram se valendo de seu ‘virtual monopólio’ sobre a propriedade da terra e de sua ‘hegemonia’ na política local para transformar a população livre e pobre da Zona da Mata em uma força de trabalho abundante e barata”.³⁹⁸

Desses trabalhadores, o que mais nos interessa no momento, todavia, é “o mais cômodo materialmente”: o lavrador, figura imprescindível no processo de crescimento da produção açucareira em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX. Esses lavradores as vezes “recebiam um lote de terra para cultivar a cana: às vezes o latifundiário fornecia as mudas a

³⁹⁵ Todas as informações desse parágrafo se encontram em: EISENBERG, Peter L. op. cit., pp.201-205. Citação: IDEM, p. 204.

³⁹⁶ IDEM, p.205.

³⁹⁷ BARICKMAN, B. J. op. cit., 1998, p.186.

³⁹⁸ BARICKMAN, B. J. op. cit., 1998, p.212.

plantar na primeira safra e permitindo que o parceiro cultivasse produtos alimentícios [...]”.³⁹⁹ Muitos eram, inclusive, senhorzinhos que plantavam cana e/ou produziam açúcar.

Embora senhorzinho também lavrasse, foram vários os tipos de lavradores que se dedicaram a agricultura em Goiana no período em questão. Estamos falando não só dos moradores de engenho que deixaram inventários (ver tabela 20), grande parte, inclusive, com escravizados, mas também daqueles pequenos proprietários escravistas que tinham posse de algum sítio ou algo parecido e que, entre 1860 e 1875, dado a conjuntura favorável do preço do açúcar no mercado internacional, dedicaram-se quase que exclusivamente ao cultivo da cana (ver tabela 18).⁴⁰⁰

É fato que muitos desses lavradores viviam numa dependência extrema do senhor que, a qualquer momento, colocava-os para fora de suas terras, sem mais, nem menos. Porém, insistamos, é preciso ter em mente que não se tratava apenas de pobres miseráveis, subjugados ao senhor de modo totalizante. Como vimos acima, existiam, no interior da *plantation* goianense, escravistas de pequenas posses, que não possuíam, portanto, mais de 5 escravos, ou quem sabe até 10, e que se dedicaram não só a cultura da cana, mas a da mandioca, do algodão, café, fumo etc.

Ainda não é possível mensurar o impacto real desses pequenos lavradores não só no aumento da plantação de cana e produção de açúcar, mas, como consequência dessa expansão, do crescimento da população escravizada entre 1850 e 1870. No entanto, há de se ter em mente que esse setor não pode ser entendido como mero apêndice dessas expansões. Com a demanda no mercado internacional durante as décadas de 1850 e 1860, o que impulsionou a construção de novos engenhos, os pequenos proprietários escravistas inclinaram-se a plantação de cana de toda ordem e tamanho, dentro de arranjos agrários diversos, e relações de trabalho variadas, o que incluía, clarividente, o trabalho livre assalariado ou não.

A concessão de pequenos lotes de terras a diferentes tipos de lavradores foi uma estratégia relevante no avanço da lavoura da cana em Pernambuco, sobretudo na década de

³⁹⁹ EISENBERG, Peter L. op. cit., p.205

⁴⁰⁰ Sem contar dos lavradores “que apenas plantavam cana sem possuir engenhos, nem serem donos da terra que cultivavam” como lembrado por Versiani e Vergolino. Vimos no capítulo anterior o peso deles na população livre da grande comarca de Goiana. Ver: **Muitos escravos, muitos senhores**. Op.cit., p.147.

1850.⁴⁰¹ O relatório do conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello sobre as plantações de Goiana não nos deixa mentir:

Obrigados pela falta de braços, e, além disto, animados pela elevação do preço de açúcar, que permitiu a alça dos salários, os proprietários chamaram em seu auxílio os foreiros ou rendeiros de suas terras, e estes atraídos pelo interesse, e outros motivos aplicaram-se com decidida preferência a cultura da cana. Querendo verem-se livres da dependência dos grandes proprietários, os de segunda ordem, a quem também animou o preço elevado do açúcar, trataram de adquirir terrenos e levantar engenhos.⁴⁰²

Acima temos quase que um esquema explicativo da produção de açúcar na comarca de Goiana que em 1859, apesar da cólera, ia “no mesmo pé, se não com mais desenvolvimento”. Podemos descrevê-lo da seguinte forma: a) a falta de braços, leia-se de escravos, conduziu os senhores, animados pela elevação do preço do açúcar, a pagarem maiores salários a pessoas livres ou libertas que na lógica desempenhassem trabalhos menos especializados; b) os senhores delegaram o plantio da cana aos “foreiros ou rendeiros de suas terras”, e estes, “movidors por interesse e outros motivos”, drenaram todos os seus esforços para essa atividade; c) a conjuntura favorável fez com que as pessoas com maiores capitais tratassem logo de “adquirir terrenos e levantar engenhos”.

Num relatório de 1854 consta que nas três freguesias que compunham, à época, a comarca de Goiana, existiam 99 engenhos.⁴⁰³ Com a construção de mais 20 engenhos, tal como consta no relatório do conselheiro Manoel Felizardo de 1859 apresentado acima, consideramos um crescimento de 20% no parque agroaçucareiro da Goiana de meados do século XIX.⁴⁰⁴

Sobre o possível aumento do salário, não se pode dizer que se estendeu para o restante do século. Trata-se de uma conjuntura específica de finais da década de 1850 e do decênio de

⁴⁰¹ “não obstante a grande perda de braços que sofreu a comarca (a de Goiana) com a epidemia da cólera morbus, as safras continuam no mesmo pé, se não com maior desenvolvimento, e de 1857 a 1858 achavam-se em construção mais de vinte engenhos novos”, revelou o conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello em 1859., ver: **Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello entregou a administração da província ao Exm. Sr. conselheiro José Antônio Saraiva.** 27 de Janeiro de 1859, p.3. Disponível em <<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=30&s=0&cv=0&r=0&xywh=101%2C130%2C1572%2C1109>> Acesso em 02 de fev. de 2023.

⁴⁰²IDEM.

⁴⁰³ **Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1854. O Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo. Presidente da mesma Província. Pernambuco:** Typographia de M. F. de Faria 1854. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=20&s=0&cv=1&r=0&xywh=-249%2C1241%2C2331%2C1644>. Acesso: 26 de nov. de 2024.

⁴⁰⁴ Aliás, a safra de 1854 é bem significativa, chegando a 3.000 toneladas, uma das maiores da província. Ver: IDEM.

1860. Durante o restante do século, os diaristas, aqueles mais pobres, tiveram quedas nos índices reais de seus salários. Para Eisenberg, os aumentos do fim do decênio de 1860 estão relacionados com a “crescente demanda dos construtores de ferrovias e dos cultivadores de algodão”. No entanto, “pelo último quarto do século o crescente número de homens livres e a deterioração das condições de exportação exerceram forte pressão depressora sobre os salários”.

405

Já a presença de “foreiros ou rendeiros”, por sua vez, é uma informação bem relevante. Esse é, decerto, um dos pontos mais significativos no que estamos discutindo. A saber: a retomada da produção em Goiana em meados do século XIX pressupôs o auxílio não só da força abundante do trabalho livre - cujo momento específico até previu a alça dos salários para atividades diversas -, mas também, e quem sabe acima de tudo, de lavradores de toda a ordem. Dos mais abastados, proprietários de terras, muitas vezes filhos de grandes senhores, passando pelos medianos que possuíam de 1 a 10 escravos e tinham acesso à terra, aos mais pobres, sem terras, mas com pouquíssimos escravos ou até mesmo apenas um e que contavam com o trabalho familiar adicional.⁴⁰⁶

Aliás, na seção anterior, constatou-se, através dos inventários, que muitos pequenos escravistas, parte considerável, para falar a verdade, até mesmo aqueles que eram mais ligados a cultura da mandioca, estavam imbuídos na lavoura da cana justamente nesse período. Muitos senhores de engenhos, à época, passaram a defender um regime de colaboração, impulsionando a plantação de cana pelos pequenos lavradores escravistas.⁴⁰⁷ “Ignácio de Barros Barreto”, embora apontasse a necessidade de melhorar as vantagens aos lavradores, diz-nos Eisenberg, via “na parceria um corretivo eficaz para a deficiência de braço de escravo”.⁴⁰⁸

As informações legadas por Manoel Felizardo de Souza e Mello em seu relatório de 1859, correlacionadas aos números extraídos da lista nominativa de 1860, além dos dados que

⁴⁰⁵ EISENBERG, Peter. op. cit., p. 247.

⁴⁰⁶ De acordo com Peter Eisenberg, “esta modalidade de relacionamento entre dono de terra e lavrador existia desde o século XVI e, pelo século XIX, os lavradores constituíam uma pequena, mas crescente classe média rural”. IDEM, p. 209.

⁴⁰⁷ Segundo Peter Eisenberg, “diversos agricultores recomendavam o aprimoramento do sistema da parceria tanto para estabilizar a mão de obra e assegurar o fornecimento de cana quanto para melhorar a vida dos lavradores” IDEM, p. 211.

⁴⁰⁸ Nas relações entre senhores e lavradores a balança sempre pesava para os primeiros. 50% da produção de açúcar ou da cana plantada pertenciam ao senhor como contrapartida do acesso à terra. Além do mais, não podiam fazer maiores contestações, sobre o risco de o senhor recusar-se a moer as canas, causando-lhes prejuízos fatais, sobretudo quando cortadas as canas, pois deveriam ser moídas dentro de 48 horas, caso se quisesse produzir mais caldo. Como atesta Eisenberg, “se mantivesse posição de resistência o senhor de engenho poderia expulsá-lo da terra e encontrar, facilmente, outro sem-terra para cortar e entregar-se a cana” IDEM, p.211.

recolhemos nos inventários no período de 1860 e 1875, apontam para o crescimento relevante da participação dos pequenos proprietários escravistas lavradores, sobretudo no processo de plantação da cana. Aliás, essa foi a estratégia de retomada da produção mais recorrente não só entre os senhores da grande comarca de Goiana, mas entre os do parque agroaçucareiro de Pernambuco inteiro, cada qual, obviamente, experimentando o modelo de acordo com suas reais necessidades.

A lucratividade declinante do escravismo, do ponto de vista do custo enquanto força de trabalho, mais a flutuação constante do preço do açúcar, defende ainda Eisenberg, fez com que os senhores minimizassem os riscos na produção, delegando, por exemplo, o cultivo da cana aos pequenos e médios lavradores por meio de regime de concessões de lotes de terras, ou até mesmo de meação, onde os lavradores, com acesso a terras ou não entregavam-na aos senhores para moê-las.⁴⁰⁹ Isso poderia explicar, portanto, o número significativo desses proprietários em Goiana, com até 10 escravos entre 1860 e 1875, número suficiente para se dedicar a uma pequena ou média lavoura da cana.

As condições para que pequenos e médios proprietários se concentrassem na produção de cana ao invés de outros produtos no decênio de 1850 e parte de 1860 estavam dadas: a alta dos preços (basicamente na década de 1850), como informa Souza e Mello, a possibilidade de uso da terra por meio da parceria, mais a relativa não dependência de muitos braços escravos, empurraram esses lavradores à produção “quase que exclusiva” da cana.

Por um motivo simples: “se a operação de um engenho pressupunha na prática a posse de escravos, a lavoura da cana podia dispensá-la. Era praticamente possível para um lavrador empobrecido, trabalhando sozinho, plantar e colher cana”. Em suma, “a lavoura de cana pode ser identificada, portanto, como uma atividade caracterizada por plantéis de tamanho pequeno e médio”.⁴¹⁰

A pergunta que nos cabe é se podemos relacionar esta tendência da agricultura durante o decênio de 1850 e parte de 1860, ao crescimento da população escravizada no mesmo período. O crescimento da população escravizada de Goiana nesse momento esteve associado a expansão dos pequenos proprietários escravistas? Será que as novas levas de escravizados que chegaram a Goiana entre 1859 e 1872, não abasteceram exclusivamente os grandes

⁴⁰⁹ EISENBERG, op.cit., p.209.

⁴¹⁰ BARICKMAN, B. J. op.cit., p243.

escravistas que em Goiana tinham mais de 30 escravos, mas na verdade foram distribuídos entre os pequenos e médios proprietários? ⁴¹¹

Possivelmente, muitos dos escravizados comprados entre 1850 e 1870 foram adquiridos por lavradores com acesso à terra, com vidas marcadas pela insegurança, mas que conseguiram cultivar cana e assim investiram seus excedentes monetários em ativos móveis: como escravos e gado, que poderiam ser transportados mais facilmente diante de uma necessidade eminente.

Pequenos proprietários que não deixaram de empregar mão de obra livre, ou melhor: familiar, no processo de plantio de cana ou quem sabe também, a depender da situação, no de produção de açúcar em pequenos engenhocas, muitas vezes para abastecer o mercado interno de açúcar.⁴¹² Ignácia Maria das Mercês, moradora do engenho Cana Brava, ao morrer, deixou 8 escravizados e uma “casa de engenho sobre esteios coberta de palha” que ficava dentro das terras do dito engenho. Deixou também um pequeno partido de cana, avaliado em 60\$000 rs. “que ela plantou como lavradora, por ter arrendado este engenho, cujo partido de cana tirada a meação do mesmo engenho foi avaliada [...] em sessenta mil réis”.⁴¹³

Vimos neste capítulo, dentre outros pontos, que a pequena posse assumiu um papel importantíssimo na comarca de Goiana durante a segunda metade do século XIX. Considerá-la como algo recorrente nos convida também a ajustar nossa lente de análise em torno da noção clássica de *plantation*, repleta de grandes posses de escravizados. Nos convoca a pensar também sobre as experiências da escravidão nessa região.

Afinal, como já mencionado, uma coisa era morar numa senzala com trinta ou mais pessoas de mesma condição, quem sabe até da mesma origem étnica. Outra bem diferente era compartilhar um cômodo com um ou cinco escravos chegando a ser, em muitas das vezes, com o próprio senhor. Posses diferentes pressupõem, portanto, atividades agrárias diferentes e experiências do trabalho – escravizada ou livre - distintas. Além do mais, a utilização cada vez maior de trabalhadores livres/libertos nos serviços da lavoura e da produção de açúcar, devem ter impactado veementemente as expectativas dos escravizados em torno da liberdade

⁴¹¹ Reproduzindo, portanto, o seu lugar social; reiterando a distância a todos os outros homens livres. Ver: FLORENTINO, op. cit., p. 48.

⁴¹² Sobre a produção de açúcar que abastecia o mercado interno pernambucano, ver: EISENBERG, op.cit., p.209.

⁴¹³ A engenhoca de Ignácia também tinha moenda de ferro, casa de caldeira coberta de telha, casa de purgar de taipa coberta de telha em preto, casa de farinha em aberto coberta de telha, duas casas de vivenda em branco de taipa cobertas de telha, mais uma casa de morada em preto coberta de telha, e uma senzala com cinco quartos de taipa em preto cobertos de telha, o que digo de telha, um tanque de pedra e cal para mel, dois paróis de amarelo, sessenta formas, ferros, correntes e um carro velho”, ver: Inventário de Ignácia Maria das Mercês. **MJPE**, Cx.180.

Se, por um acaso, durante a leitura desta pesquisa até presente ponto, tenha emergido a sensação de fuga do tema geral proposto, que fique claro: todos os pontos elencados são imprescindíveis na análise de espaços de negociações, de autonomia, de contratos ainda que instáveis e tácitos, da formação de redes de amizade, cumplicidade e solidariedades, do empreendimento de projetos mais sólidos de liberdade, além da existência de margens de atuação dos escravizados que poderiam onerar o alcance do exercício do poder senhorial. É o que veremos mais a partir de agora, na segunda parte da dissertação que já está se descortinando.

No próximo capítulo, porém, analisaremos os caminhos que entrecruzavam a comarca de Goiana na segunda metade do século XIX, as experiências da escravidão desenvolvidas e ampliadas nessas veredas, bem como os limites do poder senhorial, através da forma mais comum de resistência naquela sociedade escravista: a fuga.

4 GOIANA NA ROTA DA FUGA: CAMINHOS, EXPERIÊNCIAS E LIBERDADES NA ZONA DA MATA NORTE PERNAMBUCANA.

A crioula Ignácia, de trinta anos, até início de 1860, passou a metade de sua vida morando pelas praias de Goiana. Tinha cor avermelhada, era bastante alta e seca do corpo. Mulher de fala branda, de andar moderado e dengoso. Ela era uma sertaneja natural da província da Paraíba, mais especificamente da vila de Pombal. Aos quinze anos de idade deixou o sertão paraibano porque foi vendida a Joaquim José da Costa, morador que foi de Carne de Vaca, Tejucupapo e Itamaracá, na comarca de Goiana. Foi sua escrava por longos 15 anos, tempo em que teve a oportunidade de construir amizades. Quem sabe até uma família, uma vez que era público e notório que “outros lugares há que ela tem parentes e conhecidos”⁴¹⁴. Não sabemos por quais motivos, se por falta de dinheiro ou por não gostar mais da presença da crioula, mas o seu senhor Joaquim a vendeu no início do ano de 1860.

Quem comprou foi José Gomes Ferreira da Silva, dono de uma taberna na rua do Meio, n°.64, centro comercial de Goiana. Movimentadíssima, a rua do Meio, próxima ao porto, era o reduto do comércio a grosso e a varejo e a morada das tipografias, dos jovens bacharéis que discutiam a vida política bebendo nas muitas tabernas, como a de José. Pelo que tudo indica, Ignácia, porém, não gostou. A mudança de senhor, e, conseqüentemente, a de lugar, deve ter afetado as expectativas da crioula da cor avermelhada, de “semblante sisudo” e que tinha mania de andar calçada e de dizer, quando lhe indagavam sobre sua condição, que era forra “ou que [tinha] dinheiro para sua liberdade”, ainda que nunca tivessem visto a quantia. Fugiu logo depois da compra levando consigo “toda a roupa que possuía”, aliás “bons vestidos e com babados, pano fino, algum curo, vestidos velhos e pano da costa”.⁴¹⁵

O novo senhor, no prejuízo, e tendo ideia do valor da escrava, anunciou a sua fuga no Diário prometendo para quem a capturasse uma recompensa gorda: 100\$000. Diga-se de passagem, uma das maiores encontradas entre os anúncios de escravos fugidos de Goiana. Todavia, José Gomes parece ter publicado a fuga de Ignácia mais como uma “rendição” do que por uma tentativa eficaz de recuperá-la. Aliás, o que se apreende é que muito pouco interessava

⁴¹⁴ As informações sobre Ignácia que estão diluídas nesse e nos próximos parágrafos encontram-se no seu anúncio de fuga, ver: **Diário de Pernambuco**, 16 de março de 1860. HDBN

⁴¹⁵ IDEM.

se ficasse ou não com ela. O importante era não sair no prejuízo, pelo menos é o que se percebe do anúncio publicado. Que fale a fonte:

Se alguém tiver dela notícia, mesmo estando em lugar que a não possam pegar por temerem o patronato, basta que seja vista por três pessoas que em juízo provem este fato, que receberão a gratificação. Desde já protesto com todo o rigor da lei haver percas e danos, e punir o crime contra quem quer que tenha tal procedimento: também se vende a dita escrava mesmo ausente, pela quantia de 1:200\$000. dentro do prazo de 15 dias, contados da data desde meu anúncio. Goiana 10 de março de 1861 (gratifica-se com 100\$000)⁴¹⁶

O caso de Ignácia que encontramos no meio de tantos outros publicados no Diário de Pernambuco, consegue condensar um feixe de questões relativas as fugas no Brasil escravista do século XIX. Não foi à toa que começamos por este anúncio em específico. Devemos, porém, destrinchá-lo por parte, desatando os nós e seguindo os rastros da vida de uma escrava em fuga, que foram deixados num jornal de 1860.

O primeiro ponto que fica evidente é a vontade de Ignácia sendo colocada em prática. Ela não se submeteu a nova realidade, tampouco ao novo senhor. Os quinze anos vivendo pelas praias goianenses talvez tenham sido suficientes para cultivar raízes diversas. Por que haveria de arrancá-las da terra? Foi tempo suficiente para construir inúmeros espaços de autonomia, para negociar limites da exploração do seu trabalho por meio de contratos tácitos, ponto elementar no exercício do poder senhorial sobre a sua pessoa. Ainda que fosse a um dono de taberna do seio do comércio local de Goiana, a venda pode ter abalado todos esses pontos elencados. Afinal, “trocar de senhor poderia representar uma significativa transição nas condições de vida do indivíduo para melhor ou para pior”.⁴¹⁷ Ao pesar na balança da liberdade, preferiu fugir.

O relato do senhor sobre sua conduta e sobre suas estratégias em permanecer em fuga é instigante. Foi dito que costumava andar calçada, item que naquela sociedade era sinal de liberdade. Escravos andavam descalços. Fugiu e mesmo assim procurou se vestir bem. Tinha alguns velhos, é verdade, mas também tinha “bons vestidos e com babados”, e até pano fino. Ora, Ignácia sabia que para não ser notada como escrava era preciso se comportar como uma

⁴¹⁶ IDEM.

⁴¹⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no recife, 1822 – 1850. – 2 ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p.272.

livre. Por isso esse conjunto de elementos que tinham peso grandioso na construção da sua imagem enquanto tal. Eram artefatos simbólicos ligados a ideia de não escravidão.

Ainda assim, Ignácia sabia que isso não era o suficiente para lhe assegurar a experiência em liberdade. Havia sempre a possibilidade manifesta de ser capturada por alguém por suspeita de ser escrava. Talvez por isso o seu “semblante sisudo”, marca impressa no corpo devido a uma vida repleta de suspeição. Permanecer em liberdade significava dispor de várias estratégias. O primeiro passo, é claro, era dizer-se livre, ou intitular-se como forra. Essa era, aliás, a estratégia mais utilizada em todo o Brasil escravista. Andar calçada e bem-vestida ajudava no “disfarce”, mas, como mulher preta, restava-lhe sempre a dúvida de sua condição. Caso a dúvida se materializasse numa captura, restava-lhe dizer, como disse, segundo o anúncio, que tinha dinheiro para comprar a sua carta de alforria, ainda que nunca tivessem visto a quantia. Por fim, a última alternativa: dizer que ainda era escrava do seu antigo senhor Joaquim José da Costa.

Já no último parágrafo do anúncio citado de forma direta logo acima, descortinam-se aspectos importantes do exercício do poder senhorial no início da década de 1860. As queixas do novo senhor de Ignácia recaíam sobre uma prática comum daquela época: “se alguém tiver dela notícia, mesmo estando em lugar que a não possam pegar **por temerem o patronato** basta que seja vista por três pessoas que em juízo provem este fato, que receberão a gratificação”.⁴¹⁸ Temer o patronato, na verdade, era temer algum senhor que possivelmente, por motivos que desconhecemos, teria acoitado ou protegido a crioula. Esse tipo de informação num anúncio de fuga indica a existência de uma prática recorrente entre senhores que disputavam, a partir da amplitude de sua influência política e econômica, o escravizado ou a escravizada que optava por fugir.⁴¹⁹

A queixa era tanta e, a suspeita, demasiada, que o senhor não deixou de protestar: “com todo o rigor da lei haver percas e danos, e punir o crime quem quer que tenha procedimento”. Apesar dos apelos, a falta de esperança em reaver Ignácia era visível. A última saída foi a renúncia desonerada: “também se vende a dita escrava mesmo ausente, pela quantia de 1:200\$000 dentro do prazo de 15 dias, contados da data desde meu anúncio”. Isto é, ainda abria

⁴¹⁸ Grifos nossos.

⁴¹⁹ Sobre acoitamentos em Pernambuco, ver o capítulo 4 da dissertação de Arthur Souza. SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco de. **Carapuça a quem servir** : fugas, roubos e tráfico de escravos no Pernambuco Imperial (1850-1873) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

mão caso estivesse a escrava acoitada por algum senhor que porventura quisesse-lhe comprar. Inclusive, em sendo verdade quando dizia que tinha o dinheiro para sua liberdade, quem sabe a própria Ignácia tivesse comprado a sua carta de alforria?

O caso exposto acima nos convida a refletir sobre uma série de questões, como por exemplo: a agência escrava, seus projetos de resistências e os limites do poder senhorial na comarca de Goiana durante a segunda metade do século XIX. Depois de destrinchado, o anúncio evidencia a resistência enquanto fenômeno mais amplo e complexo. Não dizia respeito apenas a ruptura do sistema, mas a uma série de ações que tinham por objetivo assegurar direitos costumeiros, espaços de autonomia e contratos tácitos variados que punham em xeque o exercício do poder senhorial.

Ficou evidente não só a prevalência da vontade de Ignácia em recusar o novo senhor, mas também seus gestos e formas específicas de agir em prol da liberdade. Da mesma forma, é manifesto o limite do poder senhorial, bem como as inconveniências que precisaria lidar, como por exemplo, a existência de senhores que faziam “temer o patronato”, em outras palavras, que acoitavam escravos fazendo valer seu poder político e econômico.

Lembremos que a fuga não se constituía apenas enquanto uma rejeição à escravidão, mas também uma estratégia que poderia resultar em limites no exercício do poder senhorial.⁴²⁰ Aliás, muitas vezes quando a negociação falhava, abriam-se caminhos de contestação e a fuga era uma opção patente.⁴²¹ Levando esses pontos em consideração, neste capítulo proponho estudar a resistência escrava e o exercício do poder senhorial na comarca de Goiana através de anúncios de fuga publicados no Diário de Pernambuco entre 1850 e 1888.

O objetivo é identificar e analisar as nuances das resistências e dos limites do exercício do poder senhorial com intuito de explorar as relações entre senhores e escravos, elucidando como elas refletiam na existência de espaços de atuação dos escravizados, responsáveis pelo tecimento de redes de amizade, cumplicidade e solidariedade, e também pela criação e manutenção de laços familiares, aspectos importantíssimos na construção de projetos de liberdade empreendidos num momentos de grandes transformações da legitimidade do regime escravista.

⁴²⁰ SOARES, Geraldo Antônio. **Quando os escravos fugiam:** província do Espírito Santos, últimas décadas da escravidão. Estudos ibero-Americanos. PUCRS, .v.XXIX, n.1, p.53-72, junho 2003.

⁴²¹ SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** resistência negra no Brasil escravista / Eduardo Silva, João José Reis. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

É certo que os anúncios, em relação aos processos judiciais, por exemplo, extensivamente utilizados desde os anos de 1980 para analisar questões como as que estamos propondo, não possuem tamanha riqueza de detalhes tão úteis na investigação de sujeitos “esquecidos e sufocados pelo silêncio que lhes foram impostos ao longo dos séculos”.⁴²² Contudo, embora existam certas restrições, elas não são sinônimas de inutilidade. Pelo contrário, os anúncios de fugas fornecem dados preciosos sobre os inúmeros aspectos da vida em cativeiro que podem e devem ser usados na empreitada de estudar as experiências da escravidão e da liberdade numa comarca canavieira da mata norte pernambucana.⁴²³

O objetivo central do anúncio, enquanto gênero textual, é o que possibilitou postergar informações valiosíssimas: o de encontrar o fugitivo por meio de uma descrição detalhada do sujeito. O fato de os senhores optarem por anunciar seus escravos fugidos descrevendo-lhes em detalhes a partir de um suporte textual – o anúncio –, terminou, à revelia de seus objetivos, por nos legar registros muitas vezes concisos da agência escrava, de seus espaços de autonomia e de ação, além dos limites do exercício do poder senhorial.

É no desenrolar do novelo das fugas e no tecimento dos detalhes das inúmeras histórias apreendidas através desses anúncios que discutiremos elementos importantes da vida dos escravizados, como as mobilidades, as manutenções de laços familiares, de cumplicidade e amizade, as experiências diversas de projetos de liberdade, além das dinâmicas gerais e específicas que permeavam o mundo senhorial. O pano de fundo para essas histórias não é só a comarca de Goiana como um todo, mas também a cidade em si, ambas entrecruzadas por diversos caminhos por terra e água que, clarividente, foram aproveitados por homens e mulheres na condição de escravizados para a execução de seus projetos de liberdades possíveis.

Nosso corpus documental se constitui de 82 anúncios que juntos somam 104 escravos fugidos. Desses, apenas 18 eram mulheres. Portanto, a maioria esmagadora, ou 82% das fugas, se referiam a homens e com idade média produtiva de 27,9 anos. Condizente com outras localidades do Brasil escravista, mulheres fugiam bem pouco e os motivos são diversos. Porém, o mais comum se refere a questão da maternidade: os laços maternos, as restrições – no que tange a mobilidade – impostas pelos filhos pequenos, além das estratégias se voltarem mais para

⁴²² LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência, escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro; 1750 – 1808**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p.342, p. 23.

⁴²³ CARVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., p. 258.

a conquista da alforria de si ou das crias, parecem ter pesado mais do que a experiência da fuga.⁴²⁴

A seleção dos anúncios se deu primeiro pelo fato do escravo ter fugido de Goiana para algum lugar, evadindo-se, portanto, da comarca. Também optamos por recolher os anúncios de escravos fugidos de outras cidades e vilas, mas que tinham como direção Goiana, sua zona rural ou urbana, além daqueles que a colocavam como parte do seu percurso de fuga, evidenciando, portanto, Goiana enquanto epicentro de entrecruzamento de caminhos e rotas de fuga em que escravizados se utilizavam para experienciarem suas liberdades. Analisamos as fugas publicadas nos anúncios através de uma planilha de Excel. A partir daí foi possível separar por temas de interesse.

Apesar da planilha, não objetivamos empreender uma análise quantitativa. Não nos importa, por exemplo, quantos realmente fugiram no período proposto. Seria demasiado o esforço de quantificar todas as fugas que envolviam Goiana de alguma forma. Decidimos por uma análise qualitativa, evidenciando casos que nos apontem para os elementos já demonstrados acima. Por isso, nem todos os anúncios serão utilizados. No entanto, o conjunto de casos arrolados fornecem um quadro bastante sugestivo sobre a resistência escrava e o exercício do poder senhorial numa comarca da Mata Norte de Pernambuco, região canavieira agroexportadora, e durante um período específico da escravidão no Brasil: suas últimas décadas.

Nesse contexto de desarticulação da instituição escravidão, convém indagarmos, através da análise das fugas, como se davam as relações entre senhores e escravizados. As perguntas centrais são: o que estes últimos consideravam como prioridades numa vida em cativeiro? E o que os primeiros enfrentavam de resistência no exercício de seu poder? Contudo, é claro que no percorrer do caminho não nos furtaremos de enveredar em descrições sobre a comarca, sobretudo no que tange aos caminhos que ligavam ela a diversos pontos: Recife, Paraíba, Ceará etc. E isso vem antes pela necessidade de reconstruir nosso palco social, do que por estar embebido de suposto bairrismo. Afinal de contas, Goiana era também um destino certo para muitos fugitivos, mas por quê?

⁴²⁴ IDEM.

4.1 “FOI SE REFUGIAR NAQUELA CIDADE [...] A TÍTULO DE FORRO”: GOIANA NA ROTA DA FUGA.

No final do mês de agosto de 1850, José Lopes Rosa, morador da freguesia de São José, sobrado n.º. 10 da rua da Calçada-Alta, cidade do Recife, foi ao Jornal Diário de Pernambuco para realizar um serviço bem corriqueiro daquela época: publicar um anúncio de fuga de um escravo seu Luiz, “natural da freguesia da Várzea, de 28 anos completos, cor preta, estatura alguma coisa pequena, olhos vesgos, pés apalhetados”⁴²⁵, que estava fugido desde 1849. No dia 29 de agosto de 1850, uma quarta-feira, quem pegou o jornal e passou a vista na seção de escravos fugidos poderia ter visto facilmente a coluna mais extensa daquela folha estampando o caso:

“tendo há anos fugido da cidade do Recife [...] foi se refugiar naquela cidade de Goiana a título de forro, habitando em um dos mucambos próximos ao engenho Goiana-grande, onde até setembro de 1849 esteve no tráfico de cortar lenha, que conduzia em canoas para os portos daquele lugar”.⁴²⁶

O fato de Lopes Rosa afirmar que ele habitava “um dos” mocambos, sugere a existência de outros.⁴²⁷ E certamente existiam, com escravos e libertos, quem sabe, desempenhando atividades semelhantes. O engenho Goiana-grande margeava o rio Capibaribe-mirim quase na altura onde ele se junta com o rio Tracunhaém para formar o rio Goiana, relevante hidrovía da Mata Norte de Pernambuco. Região de intenso vai e vem de barcaças abarrotadas de açúcar e de outros produtos manufaturados, além de estratégica no serviço de corte e distribuição e/ou venda de madeiras, haja vista as matas próximas e os rios que serviam como escoadouros.

Naquela sociedade do século XIX, havia demanda permanente de madeiras que serviam ora como combustíveis, ora como matéria prima de extrema importância na carpintaria, marcenaria, entre outros setores, sem contar dos engenhos: grandes devastadores de matas inteiras. Por isso talvez não assuste o fato de que Luiz servia a “diversas pessoas que desse trabalho o encarregavam”.⁴²⁸ Daí certamente resultou uma rede de cumplicidades e amizade

⁴²⁵ **Diário de Pernambuco**, 29 de agosto de 1850. HDBN

⁴²⁶ IDEM.

⁴²⁷ Segundo Pereira da Costa, no seu **Vocabulário Pernambucano**, a palavra mocambo significa uma “humilde cabana, muito baixa, de armação de varas e toda coberta de palha de coqueiro ou de sapé, ou tendo algumas vezes as paredes toscamente feitas de taipa. Em geral não tem ladrilho, e são de duas águas, que correm para os lados, e ficando em muitos as extremidades da cobertura tão baixas, que chegam quase ao rés do chão”, Ver: COSTA, F. A. Pereira da. **Vocabulário pernambucano**. 2 ed. Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1972, p.520.

⁴²⁸ IDEM.

tecida por Luiz e colocada em prática em Goiana, ou noutros lugares em que esteve. Quando as autoridades locais fizeram as diligências necessárias para a sua captura, ele “tomou a deliberação de retirar-se para alguns outros lugares de embarques de lenhas e madeiras”, talvez no município de Goiana ou nos “de Igarassu, Itamaracá, ou da cidade de Olinda”.⁴²⁹

Figura 23 Anúncio de fuga do escravo Luiz, natural da freguesia da Várzea no Recife, refugiado em Goiana, Mata Norte de Pernambuco.

-- Tendo ha annos fugido da cidade do Recife para a de Goianna, o escravo crioulo de nome Luiz, natural da freguezia da Varzea, de 28 annos completos, cor preta, estatura alguma cousa pequena, olhos vesgos, pés apalhados; foi se refugir naquellea cidade de Goianna a titulo de forro, habitando em um dos mucambos proximos ao engenho Goianna-Grande, onde até setembro de 1849 esteve no trafico de cortar lenha, que conduzia em canoas para os portos daquelle lugar, a entregar a diversas pessoas, que desse trabalho o encarregavam; e como o dito escravo Luiz soubesse que as autoridades policieas de dito lugar haviam dado ordem para ser elle pegado, tomou a deliberação de retirar-se para alguns outros lugares de embarques de lenhas e madeiras, talvez dos municipios da mesma cidade de Goianna, dos de Igarassú, Itamaracá, ou da cidade de Olinda, que mais proximos ficam áquelles municipios, onde em alguns delles deve estar no referido trafico de cortar e conduzir lenha e madeiras. Roga-se, pois, as autoridades policieas daquelle municipio e mesmo de outros para onde quer que dito escravo Luiz se tenha ido acoirar, que hajam por bem expedirem as suas ordens, afim de ser elle pegado e remettido para esta cidade do Recife a entregar a seu senhor, José Lopes Rosa, morador na freguezia de S.-José, sobrado n. 10, da rua da Calçada-Alta, que generosamente gratificara o trabalho de quem o pegar e conduzir.

Fonte: Diario de Pernambuco, 29 de agosto de 1850.
HDBN

Segundo o que José Rosa Lopes anunciou, Luiz se ausentara de Goiana em setembro de 1849 para um dos lugares acima citados. Não sabia qual exatamente, mas era nessa região. O ano em questão não fora lá um dos mais apaziguados da província de Pernambuco.⁴³⁰ Os

⁴²⁹ IDEM.

⁴³⁰ Em fevereiro de 1849, por exemplo, o delegado da cidade de Goiana, Antônio Francisco Pereira, futuro Barão de Bujary, informou ao chefe de polícia da província que “pelos três horas da tarde, fora esta cidade acometida pelos rebeldes, os quais não encontrando resistência alguma, puderam a seu saldo introduzir um barril de pólvora em o convento do Carmo”, onde aliás estava o comandante das forças da comarca, Cyspriano José de Almeida, explodindo o assoalho do convento. “Continuando os rebeldes em seus devaneios foram até a cadeia, soltaram os presos, quebraram toda a mobília da sala onde se fazem as sessões da Câmara Municipal e queimaram todos os

desdobramentos da Revolução Praieira ainda eram bem visíveis e o perigo de invasões a cidade por rebeldes ainda se fazia presente. Além do mais, o ano inteiro foi de uma busca implacável das autoridades locais de não só proteger a cidade contra estes últimos, mas sobretudo de prendê-los. O clima hostil certamente deve ter ajudado a Luiz a perceber que era hora de se evadir novamente caso quisesse permanecer vivendo seus “fragmentos de liberdade”.⁴³¹ Foi o que fez.

Fragmentos que foram vividos por mais dois anos, pelo menos. Em 1852, Antônio Francisco Pereira, futuro Barão de Bujary, respondia a Figueira de Mello, à época chefe de polícia de Pernambuco, sobre o “crioulo Luiz, escravo de José Lopes Rosa, que constava-lhe viver de cortar madeira na beira da costa e no centro deste Termo”. O delegado não teve outra coisa a dizer ao seu superior, a não ser o fato de que fez “todo o esforço afim de ver se descobria tal escravo, e por maneira alguma me foi possível achar quem dele desse a menor notícia. É o que tenho a responder.”⁴³²

Eis aí um sinal fortíssimo de como Luiz soube usufruir efetivamente de redes de cumplicidade e amizade, construídas no dia a dia através do trabalho de cortar madeira. Não fosse isso decerto não permaneceria em fuga por tanto tempo exercendo essa atividade, tampouco se movendo para lá e para cá, entre a costa e a cidade. Não sabemos se nesses dois anos ficou por Goiana ou em qualquer outro lugar, mas é notório que nesse período Luiz pôde de alguma forma experimentar uma liberdade possível.

Dez anos depois, em meados de julho de 1862, dessa vez quem se dirigiu ao Diário foi Joaquim Ribeiro Jr. Sim, o motivo era o mesmo: anunciar um escravo seu fugido de nome Francisco. No dia 19 estava lá mais um caso estampado no meio de tantos outros. Ao lê-lo fica evidente que Ribeiro Jr conhecia bem seu escravo Francisco. Não fosse assim não o teria descrito com tantos detalhes: “altura regular, corpo reforçado, rosto redondo, olhos acastanhados, nariz chato, orelhas pequenas, sem barba, boca pequena, cabelos carapinhos”.⁴³³ Os detalhes se davam antes pela necessidade de ser assertivo nas informações para assim reavê-

livros e papéis que se achavam arquivados [...]”. **Delegacia de Polícia de Goiana**, 24 de fevereiro de 1852. Setor de manuscritos. SSP 176 – 1852 a 1860 - Volume único.

⁴³¹ Assim interpreta Marcus Carvalho o fenômeno do escravo fugido intitular-se forro, ou mudar o seu nome no decorrer da fuga: “a mudança de nome, portanto, servia para reforçar a sua posição, viver seu fragmento de liberdade, mesmo que temporariamente”. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., p. 264.

⁴³² **Delegacia de Polícia de Goiana**, 24 de fevereiro de 1852. Setor de manuscritos. SSP 176 – 1852 a 1860 - Volume único.

⁴³³ Diário de Pernambuco, 18 de julho de 1862. Biblioteca Nacional.

lo, do que quem sabe por uma proximidade afetiva. Quase que um retrato falado: o objetivo fundamental do anúncio era capturar o escravo.

Não se sabe por quanto tempo Francisco estava em Recife, mas ele não era natural dali. Era de Goiana e ao fugir, “julga-se ou presume-se”, relata o seu senhor Ribeiro Jr., “refugiou-se dentro desta [...] cidade (Goiana), ou em algum dos arrabaldes da mesma”.⁴³⁴ No caminho, não se sabe se “por terra ou em alguma barça”, intitulou-se por forro ou liberto. A astúcia de Francisco de sair do poder de seu dono e lançar-se no mundo afirmando ser um liberto, e ainda mais com destino a sua cidade natal, talvez tenha contribuído para a constatação de seu senhor impressa nas últimas linhas do anúncio: “esse escravo é assaz ladino”. Esta última palavra, utilizada na época para designar os africanos aculturados no Brasil, serve também para reconhecer um espírito vívido de Francisco, um homem de expertise, de manhas e artimanhas, de truques e perspicácias: um homem assaz sagaz.

Já em maio de 1872, Damião, conhecido por Matheus, “bem feito, muito cortês, olhos pequenos, pouca barba”⁴³⁵ fugiu de Alagoa de Baixo, freguesia do sertão de Pernambuco.⁴³⁶ No anúncio, publicado quase um ano depois de sua fuga, afirmava-se que Matheus, ou Damião, dependendo quem sabe do dia ou da hora e lugar, estava “pelas bandas de Goiana, negociando com miudezas”. Além de ousado e habilidoso em trocar de nome e de efetuar incrível mobilidade sem ser pego, era também um “bom cozinheiro e bem conhecedor porque foi correio do Vigário Bacalhau”, dizia ainda o anúncio. No burburinho de Goiana, o agora então Matheus, poderia, quem sabe, cozinhar e servir nos sobrados mais abastados como um “bom cortês” que era, ou negociar as suas miudezas nas ruas adjacentes ao cais, onde se dava o comércio na Goiana de meados do século XIX e onde estavam as tavernas sempre visitadas por livres, libertos e fugidos.

Os três casos acima não são casos de fugas independentes entre si, sem nenhuma ligação aparente. É de se confessar que numa olhadela ligeira a impressão que dá é esta. Mas, para um observador astuto fica evidente alguns aspectos importantes como, por exemplos, os de fragmentos de liberdade, as diferentes estratégias que serviam não só para experimentar momentos em que a condição de cativo era suprimida, mas em que era (re)afirmada a sua condição humana. São também casos repletos de gestos modestos, embora de significados

⁴³⁴ IDEM.

⁴³⁵ **Diário de Pernambuco**, 13 de março de 1873. Biblioteca Nacional.

⁴³⁶ Atual cidade de Sertânia, estado de Pernambuco, 312 km de Recife.

profundos que serviam de alicerce para a (re)construção de identidades, processo que, segundo Marcus Carvalho, “fruía mais amplamente vários aspectos da liberdade possível”.⁴³⁷ Liberdade possível, pois, quando escravo, a liberdade poderia ser apenas uma expectativa e nada mais.

No entanto, sem desconsiderar que os pontos acima ressaltados sejam de grande valia para o estudo das fugas no Brasil escravista, convém primeiro dissertar a respeito de um ponto que interessa bastante essa pesquisa. Ora, os três fugitivos escolheram Goiana como destino e, exceto Francisco que era natural da região, Luiz e Matheus eram de outras localidades. Isso por si só poderia não significar nada de mais caso Goiana não fosse um entrecruzamento de variados caminhos, seja por terra ou por água. Um ponto de interseção de pessoas, mercadorias e serviços situado na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Essa posição serviu de ponto de convergência de inúmeras fugas, tanto para fora, como para o interior da própria comarca.

Aliás, na extensa e rural comarca de Goiana, escravos de outras localidades tentaram ser comprados por outros senhores com o objetivo de mudar, quem sabe, a escravidão. No engenho Carau, em maio de 1850, apareceu um escravo do Sr. Manoel Berreiros Rangel, morador de Afogados, no Recife, que queria ser comprado. O senhor do engenho interessou-se, dirigindo-se ao “senhor do mesmo escravo por intermédio de um terceiro, a fim de o comprar”. No entanto, devido à demora da negociação, o escravo, depois de analisada a conjuntura desconfortável, e como era mesmo “naturalmente dado a fugidas”, fugiu novamente, sendo encontrado “entre os engenhos Mamulengo e Juana, na comarca de Nazareth e munido de um clavinote”.⁴³⁸

O universo citadino goianense de meados do século XIX atraía fugitivos de todos os cantos.⁴³⁹ Por algum tempo foi uma cidade expoente na Mata Norte. Comparando com as grandes cidades do Brasil Império, tratava-se de uma média cidade, onde um porto fluvial a colocou tanto nas rotas de cabotagem, caminhos para outras províncias como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, quanto nas conexões atlânticas, podendo os negociantes locais, na primeira metade do século XVIII, comercializar nos portos africanos sem passar pelo crivo de Recife.⁴⁴⁰ Nesse universo citadino repleto de armazéns, casas e igrejas, estava entranhada a

⁴³⁷CARVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., p.266.

⁴³⁸ **Diário de Pernambuco**, 6 de maio de 1850. Biblioteca Nacional.

⁴³⁹ JORDÃO FILHO, Ângelo. **Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978, p.188.

⁴⁴⁰ Sobre Goiana enquanto principal cidade depois de Recife, além dos problemas com o porto, ver: IDEM. Sobre as conexões de negociantes locais com portos africanos, ver: LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina**

escravidão com suas finalidades suntuárias, com suas condutas, sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência.

Como já dito mais de uma vez, é difícil saber ao certo qual era a população da cidade de Goiana no percorrer da segunda metade do século XIX. E, por cidade, me refiro a um espaço bem diferente e menor daquele que chamamos de comarca. Trata-se, na verdade, do território onde até hoje se encontram as igrejas seculares e o que sobrou do antigo porto.⁴⁴¹ Em termos atuais, chamamos de Goiana sede. Como já vimos nos capítulos anteriores, no censo de 1872, registrou-se que a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana possuía 14.134 pessoas, sendo 1.560 escravos.

Todavia, considerando que as localidades que circundavam a Goiana sede formavam um território extenso de vegetação nativa e principalmente de plantação de cana e produção de açúcar, sem grandes aglomerados urbanos, é bastante provável que parte expressiva dessa população de livres e libertos da paróquia – não sabemos quanto exatamente - morasse mesmo na cidade que, não esqueçamos, cheirava a escravidão.

Sebastião de Vasconcellos Galvão, em seu *Dicionário Corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*, publicado no início do século XX, a despeito da população urbana goianense, informou que a sede do município, “em parte de boa casaria térrea e diversos sobrados”, possuía “umas 70 ruas e muitas travessas, compreendendo umas 2.000 casas, e uns 16.000 habitantes”.⁴⁴² Não cremos que essa realidade fosse essencialmente diferente da apontada pelo censo de 1872 e mencionada acima.

Como vimos no primeiro capítulo, ponto marcante da população de livres e libertos era o número de pessoas consideradas como “pardos” no censo de 1872 que, em conjunto com os “pretos” e “caboclos”, formavam o grande mosaico de cores do Brasil Império. Relembrando

e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos. Pernambuco (1654.1760). Tese (Doutorado em História) São Paulo: FFLCH/ USP, 2008.

⁴⁴¹ No início do século XX, assim descreveu Sebastião Galvão as igrejas existentes na Goiana sede, não incluindo, portanto, a de São Lourenço de Tejucupapo: “possui nove templos, que são: a matriz, da invocação de Nossa Senhora do Rosário, que foi reconstruída em 1705 pelo vigário João Batista Pereira, tendo iniciado o serviço o anterior vigário Estevão Ribeiro da Silveira [...]; a da Soledade, a qual é anexo um recolhimento de não professoras, e em 1850 Frei Caetano de Messina reconstruiu-a, adornando-a com um elegante frontispício e erguendo em frente dela um importante cruzeiro de pedra; a da Misericórdia, que possui um hospital, acerca do qual a Câmara de Goiana, em ofício de 20 de agosto de 1735, representou ao rei de Portugal pedindo um auxílio para concluí-la, tendo sido dado por provisão de 21 de janeiro de 1744; a do Carmo com um convento, atualmente muito arruinado, cuja fundação data de 1666; as do Amparo, Conceição, Rosário dos Pretos, Santa Tereza e Martírios”. Ver: GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. – 2. ed. – Recife: CEPE, 2006, p.286

⁴⁴² IDEM.

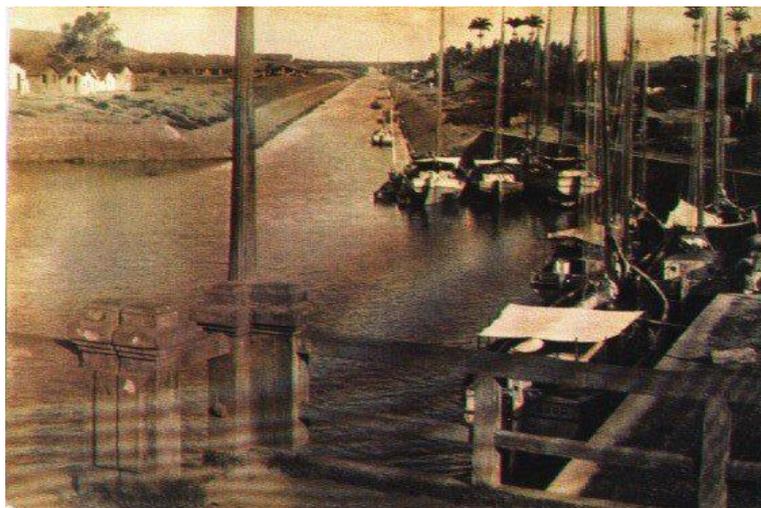
Adriana Campos, essa elevada taxa de mestiçagem “dificultava ainda mais quaisquer distinções entre negro escravo e negro livre ou entre mestiço escravo e mestiço livre”.⁴⁴³ Isso possibilitou que pessoas como Luiz, Francisco e Matheus, entre tantas outras cujas fugas não foram impressas no jornal, experimentassem com eficiência os seus momentos de liberdade, confundindo-se facilmente com uma população de cor em que não se sabia quem era escravo, livre ou liberto.

Figura 24 Rua Direita com a Igreja Matriz ao fundo. ca.1900



Fonte: Acervo Basílio Augusto

Figura 25 Antigo porto fluvial de Goiana com o canal construído no final do século XIX ao fundo. ca. 1930



Fonte: Acervo Basílio Augusto

⁴⁴³ CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX.** Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS – Departamento de História. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

A importância econômica de Goiana, não apenas no que se refere à plantação de cana e produção de açúcar, mas também a existência de uma camada média urbana e mercantil bastante proeminente, tem no porto fluvial seu grande alicerce. Este foi o responsável por escoar parte significativa do açúcar produzido na Mata Norte de Pernambuco, além de outros produtos, tanto alimentícios quanto manufaturados até a década de 1890. Muitas mercadorias também chegavam a Goiana por via fluvial, tornando o comércio local bastante sortido de produtos diversos. Embora as barcaças fossem um aspecto central na paisagem devido ao seu transitar constante, em 1867 a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira por Vapor oferecia passagens para Goiana saindo de Recife por 8\$000, a primeira classe, no vapor Paraíba.⁴⁴⁴

Segundo Manuel da Costa Honorato, no seu *Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico (1863)*, o rio Goiana era “o maior rio ao norte da província formado pela reunião dos ribeiros Tracunhaém e o Capibaribe-mirim ou Jacaré, às abas da cidade de Goiana, d’onde corre de rumo leste quase sete léguas de extensão pelas grandes voltas que encontra”.⁴⁴⁵ No *Roteiro da Costa do Brasil*, escrito por Vital de Oliveira em 1864, temos uma descrição dessa rota fluvial que ligava Goiana ao mundo atlântico. Antes de tudo, caso haja uma imagem desse transporte por água como sendo sempre de vento em popa e sem grande atrapalho, que se desconsidere a partir de agora. Pois, no percurso mais adentro do continente, “com mais de meia légua de Barreiras Grandes”, ficava a “volta mofina⁴⁴⁶ pela dificuldade que tem as pequenas embarcações de vencê-la. [...] com a correnteza do rio é difícil bordejar; não se podendo mesmo vrear porque há muito fundo”.⁴⁴⁷

Subindo mais o rio, numa distância de 4 léguas de Barreira Grande estava “o lugar denominado Barreirinhas”, com margem “muito alterosa, vindo o oiteiro até ao rio, que começa

⁴⁴⁴ **Diário de Pernambuco**, 10 de setembro de 1867. HDBN

⁴⁴⁵ Dicionário topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco – por Manuel da Costa Honorato (Recife – 1863) *Apud* SANTIAGO, Mário. **Analecto Goianense** - Geografia, História, Estatística, Literatura, etc. Goiana, 1946-1950 9 tomos, V. I, p. 27.

⁴⁴⁶ Segundo o Dicionário de Raphael Bluteau, a palavra mofina significa “desdita, desgraça, infelicidade”, ver: **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**, p.159 Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412> Acesso em: 13 Abr. 2022, p. 90 v.II

⁴⁴⁷ Roteiro da Costa do Brasil, por M. A. Vital de Oliveira (Rio de Janeiro – 1864) *Apud* SANTIAGO, Mário. op.cit., V. I, p.29

a estreitar mais, conservando, porém, o fundo de 27, 32 e 36 palmos”.⁴⁴⁸ Depois daí chegava-se à foz do rio Tracunhaém que estreitava logo de início, não possuindo grande serventia, rio adentro, para embarcações de médio e grande porte. Bem à frente, porém, havia uma bifurcação, sendo um lado o rio Capibaribe-mirim e o outro um braço do mesmo rio que passava pela cidade formando o porto de Goiana, justamente onde durante três séculos houve um transitar constante de pessoas, inclusive escravizadas, mercadorias e serviços.⁴⁴⁹

É claro que toda essa rede fluvial foi utilizada por escravos em fuga, pois identificaram em Goiana uma possibilidade de experienciar a liberdade longe de seus donos, seja no comércio, como Matheus que vendia suas miudezas, seja no corte de lenha como fazia Luiz, seja em qualquer engenho ou mucambo onde pudessem ser acoitados. Ribeiro Jr., senhor do escravo Francisco cujo anúncio mostramos acima, certamente tendo conhecimento de toda essa rede, não deixou de cogitar que seu escravo poderia ter fugido para Goiana justamente numa barça.

Antônio, cabra claro de 50 anos, natural do engenho Sipó, Rio Formoso-PE, fugiu no primeiro dia do ano de 1850. No anúncio, informava-se que ele teria sido visto “em terras do engenho Goiana [...] comprando aguardente em uma venda”. Foi dito também que Antônio tinha o ofício de barqueiro. Presume-se que tal engenho Goiana seja o mesmo Goiana Grande, onde Luiz, da Várzea, Recife-PE, estava num mocambo cortando lenha e distribuindo a quem quisesse comprar em 1849. Considerando o ofício de Antônio, exposto no jornal, por que não pensar que ele teria ficado por ali, às margens do rio Goiana trabalhando como barqueiro? Afinal, serviço tinha de sobra para numa hidrovia como aquela do rio Goiana em meados do século XIX.

Ressaltando ainda a importância dos caminhos d’águas como rotas de fuga, temos mais um caso. Quando José Joaquim Tavares anunciou a fuga de sua escrava crioula Rita, de 18 anos, “cor fula, altura e corpo regular, cara cumprida, nariz afilado, olhos rasos, boca grande, peitos em pé um tanto apalhetados e grandes”, ele não deixou de rogar às autoridades policiais, “especialmente as pessoas encarregadas do registro da barra”, que inspecionassem “as barças, canoas, etc., vindas daquele porto (Goiana), porquanto há bem fundadas suspeitas de que ela

⁴⁴⁸ IDEM.

⁴⁴⁹ Os problemas relacionados ao porto de Goiana perduraram por boa parte do século XIX. Até o imperador, quando da visita a Goiana em 1859, deu sua opinião a respeito do que era melhor a ser feito. Esse é um tema a parte e merece uma pesquisa dedicada. São inúmeros os agentes envolvidos e inúmeras as documentações a serem acessadas. Para uma introdução, ver: JORDÃO FILHO, Ângelo. op.cit., p.188

vem para esta capital (Recife) embarcada, talvez intitulado-se forra ou conduzida por alguém para ser vendida aqui”.⁴⁵⁰

Francisco, “altura regular, corpo reforçado, rosto redondo, olhos acastanhados, nariz chato, orelhas pequenas, sem barba, boca pequena, cabelos carapinhos”, fugiu em julho de 1862. Era natural de Goiana, mas morava em Recife na casa de seu senhor Joaquim Inácio Ribeiro Jr. Joaquim que suspeitava, a princípio, que Francisco estava pelas ruas de Recife, “ou em alguns arrabaldes da mesma”. Caso contrário, teria seguido pelo caminho de Goiana, “intitulando-se por forro ou liberto, seguindo para ali por terra ou em alguma barça”.⁴⁵¹

Diante dos casos expostos, fica evidente que as rotas fluviais que ligavam Goiana não só a outras províncias, mas ao mundo atlântico, também eram utilizados por homens e mulheres em fuga, com o objetivo, quem sabe, de empreenderem seus projetos de liberdade.

Embora a principal forma de contato entre Recife e Goiana, durante todo o século XIX, fosse por mar, com barças que iam e viam constantemente, também existiam caminhos por terra e é claro que os escravos fugidos os utilizaram. Percorria-se uma distância de quinze léguas até a capital da província. Viagem cansativa, quiçá perigosa. Só no final do século XIX é que o caminho em questão passa a ser explorado com maior ênfase. Em 1887, por exemplo, foi aberta a empresa Cocheira Norte-Pernambucana, “um grande estabelecimento de carros de aluguel”.⁴⁵² Partia-se de Goiana todas as quintas-feiras, sempre às 6 horas da manhã. E para voltar, o carro partia de Olinda aos sábados e domingos, às 6 da tarde e às 7 da manhã respectivamente. Ida e volta custava 12\$000 reis.

Quem fez esse caminho, só que no início do século XIX, e nos legou descrições interessantes, foi Henry Koster. Na madrugada de 20 de outubro de 1810, sob a luz da lua cheia, ele zarpou de Cruz das Almas chegando a Goiana na boca da noite do mesmo dia 20. O trajeto passava por Beberibe, de lindas e transparentes águas, subindo o morro do Quebracu, de acesso áspero e custoso, contendo até precipício que depois de ultrapassado descia-se até chegar ao Vale de Merueira, estreito e longo, cortado por um riacho que nunca secava. No percurso, antes

⁴⁵⁰ **Diário de Pernambuco**, 10 de janeiro de 1855. HDBN

⁴⁵¹ **Diário de Pernambuco**, 19 de julho de 1862. HDBN

⁴⁵² **Diário de Pernambuco**, setembro de 1887. HDBN

de chegar em Igarassu, ainda tinha a solitária povoação de Paratibe, com inúmeras plantações de mandioca e fumo que se entremeavam entre as casas.⁴⁵³

A única parada geralmente se dava em Igarassu que das localidades existentes no caminho, era a única que continha albergue de boa acomodação. Cerca de 2 léguas depois daí, em estrada sempre arenosa e reta, havia o povoado de Pasmado, hoje inexistente, restando atualmente apenas uma igreja às margens da BR-101. Seguindo, passando pelos povoados de Bú e Fontanhas e, percorrendo um caminho de terreno saibroso, quase sem árvores, chegava-se ao engenho Bujari. Contudo, para chegar definitivamente em Goiana, ainda tinha que atravessar o rio Tracunhaém logo à frente. Se a ponte não estivesse em condições adequadas atravessavam-se os cavalos na água, caso houvesse, enquanto andava-se pelas estacas de madeira enfiadas no rio, como precisou fazer o viajante, no início daquele século.

Ao referir-se a esse caminho, Koster o denominou de “estrada para o sertão, por onde o gado desce das fazendas no rio Assú e dos campos nessa região do interior, para os mercados do Recife”.⁴⁵⁴ Sertão de fora, melhor dizendo, que fazia um contraponto ao sertão de dentro. Sertão de fora correspondia o semiárido paraibano e cearense à época. Goiana, em todo o século XIX, era conhecida como a porta do sertão de fora, pois, a partir daí chegava-se a povoados e vilas interioranas das províncias supracitadas. Essa conexão era efetivada sobretudo pela feira de gado que Goiana ainda sediou por boa parte do XIX.

De localidades como Crato, Icó e Jaguaribe, todas estas do sertão do Ceará, descia o gado que era vendido na Mata Norte, sendo Goiana o epicentro desse comércio. E é claro: escravos utilizavam dessa rota para empreenderem seus projetos de liberdade. Em outras palavras: suas fugas. Outro crioulo Luiz, coincidentemente também de 28 anos, “de estativa e corpo regulares, um pouco fula, olhos um pouco encovados, [...] falta de 2 dentes do lado superior, pouca barba, com algumas cicatrizes pelas costas”⁴⁵⁵, fugiu de Recife no mês de outubro de 1850. Seu caminho, foi justamente o caminho da boiada.

Não era um escravo qualquer, pois tinha, como poucos, os ofícios de cocheiro e sapateiro. No Diário de Pernambuco anunciava-se que havia “notícias que há pouco dias passou

⁴⁵³ As informações deste e do próximo parágrafo foram retiradas do livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, de Henry Koster. Ver: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1954. p.82.

⁴⁵⁴ KOSTER, Henry. op.cit., p. 81

⁴⁵⁵ **Diário de Pernambuco**, 31 de outubro de 1850. HDBN

em Goiana, intitulado-se tangedor de boiada e levava a guiada na mão”.⁴⁵⁶ Mas não só isso, o anunciante, que não se identificou, informava também que “desconfia-se que ele siga pra o centro, onde ele tem conhecimentos [sendo] o mesmo [...] natural do sertão”.⁴⁵⁷ A imagem de Luiz com a guiada na mão é instigante. Era uma estratégia de ocultar suspeitas de autoridades e capitães de campo? A guiada, pelo que parece, não guiava apenas os bois, mas também um projeto possível de liberdade.

Outro escravo, o crioulo Leandro, de 22 anos, “baixo, rosto bem redondo, dentes limados”, fugiu também de Recife e segundo seu senhor José Herculano de Carvalho, andava ele vendendo leite e “consta que seguiu a estrada de Goiana e dirigia-se para Itabaiana”.⁴⁵⁸ Não por acaso. Itabaiana, fazia parte, junto com Mogeiro, Ingá e Campina Grande, todas vilas e/ou cidades paraibanas, da Estrada das Boiadas, grande artéria que conectou, tanto na colônia quanto no império, os sertões nordestinos com as cidades litorâneas.⁴⁵⁹ Era por essa estrada que descia o gado do sertão do Ceará e da Paraíba até Goiana. Que vinha de Icó-CE, ao chegar em Itabaiana-PB, deparava-se com uma bifurcação: “dirigindo-se também para Itambé ou Desterro, Goiana e Recife, onde findava”.⁴⁶⁰

O “velho Simão”, escravo de Antônio Marques Ferreira, “bem ladino, conversador, tabaquista e cachimbeiro (sic)”⁴⁶¹, fugiu do engenho Jardim, comarca de Goiana, em abril de 1855. Tinha sido escravo de André Pinheiro, do Riacho do Sangue, no Ceará, de onde era natural. No anúncio constava que o antigo senhor de Simão “negociava com gado para o Recife, Goiana, Pedras de Fogo, [...] Aracati”⁴⁶² e que o mesmo Simão “era muito conhecido dos Srs. Mendes, Dr. Theophilo, Joaquim Liberarto, João Crisóstomo, José Matuto, Antônio Carriço e Manoel Dias, (que o vendeu no Recife por ordem do dito Sr. Pinheiro), e de outras pessoas do

⁴⁵⁶ IDEM.

⁴⁵⁷ IDEM.

⁴⁵⁸ **Diário de Pernambuco**, 5 de dezembro de 1850. HDBN

⁴⁵⁹ Segundo Carlos Studart Filho, “ligando diretamente ou por meio de caminhos subsidiários os centros pastoris do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte e Paraíba aos mais importantes mercados do litoral, essa grande artéria serviu durante todo o período colonial ao intercâmbio comercial entre grande parte do sertão nordestino a zona marítima. Por ela transitavam rumo ao interior comboios de mercadorias estrangeiras, de lá descendo o gado de corte para os matadouros de Paraíba, Recife e Olinda. Adquirido nas feiras de S. Antônio de Surubim, Vila de Mocha, Manga e Jatobá ou nas fazendas dispersas pelas cercanias desses velhos núcleos de povoamento, era a gadaria piauiense reunida em grandes boiadas, que se encaminhavam a Crateús, pelo boqueirão do Potí, única passagem fácil talhada na imensa muralha calcárea que circunda o Ceará ao ocidente. De Crateús rumava para as grandes feiras de Igarassu, Goiana, Timbé, Pedra de Fogo, Itabaiana e Campina Grande pelo caminho do Tauá”. Ver: STUDART FILHO, Carlos. **Vias de comunicação do Ceará colonial**. Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza, v. LI, 1937, p.34.

⁴⁶⁰ IDEM.

⁴⁶¹ **Diário de Pernambuco**, 25 de junho de 1855. HDBN

⁴⁶² IDEM.

Icó e Sobral”.⁴⁶³ A suspeita, ainda que implícita, era a de que Simão estaria numa dessas localidades por onde passava a Estrada das Boiadas. Ou seja, a mesma rota em que descia a “gadaria” do sertão nordestino, no dizer de Carlos Filho, e subia produtos manufaturados diversos advindos dos centros urbanos litorâneos, também era utilizada por escravos em fugas, ávidos por concretizarem seus projetos de liberdade.

Como foi possível identificar, Goiana, por ser uma cidade epicentro da Zona da Mata Norte, por onde mercadorias e pessoas transitavam constantemente, seja por terra ou por água, era um destino para homens e mulheres em fugas. A partir dela, poderia alcançar os interiores das províncias da Paraíba e do Ceará, usando-se dos mesmos caminhos que desciam as boiadas. Além do mais, Goiana também poderia ser o lugar escolhido para experimentar fragmentos de liberdade ou projetos mais sólidos como, por exemplo, a conquista da carta de alforria, seja em algum engenho da extensa comarca, seja no universo citadino da sede do município. No entanto, havia outros aspectos que não só atraíam escravos fugidos de outras localidades, mas também faziam com que escravizados moradores em Goiana optassem por se evadir: a família.

4.2 “É FILHA DE GOIANA E LÁ TEM ALGUNS PARENTES”: AS FUGAS E OS LAÇOS.

Bernardina, escrava de “cor alva avermelhada”, morava em Recife no início da década de 1850. Como muitas de mesma condição, não tinha nascido nessa cidade. No dia 12 de novembro de 1852, com 35 a 40 anos de idade, resolveu fugir. Tinha “rosto comprido, nariz grande, olhos um tanto pequenos” e “cabelos crespos”. Dois pontos bem distintivos marcavam a mulata Bernardina: “bastante manchas de pano pelo corpo” e as “mãos trêmulas quando pega em qualquer coisa”. Levando em consideração a atmosfera urbana recifense de meados do século XIX, repleta de cativos e de fugidos que mudavam de nome ou se diziam forros, poderia até ser só mais um caso de fuga. Mas, uma última informação no anúncio conecta Bernardina a essa pesquisa: “a dita escrava é filha de Goiana, e lá tem alguns parentes, e já por 3 vezes se tem visto andar por lá, e em Cruangy onde também tem parentes”.⁴⁶⁴

⁴⁶³ IDEM.

⁴⁶⁴ Diário de Pernambuco, 8 de outubro de 1853. HDBN

Por se tratar de uma cidade grande à época, com significativo contingente populacional e inúmeras alternativas de fugas para dentro⁴⁶⁵, seria plausível se Bernardina optasse por ficar fugida entre as ruas, becos e vielas de Recife. Talvez alugada a alguém ou à frente de um tabuleiro. Talvez virasse até uma boceteira.⁴⁶⁶ Mas não. Ao invés de aproveitar as brechas das ruas recifenses, passando-se por forra, usufruindo de mobilidades variadas, ainda que com todos os riscos patentes de ser capturada, fugiu para Goiana.⁴⁶⁷ É que na Mata Norte havia algo tão, se não mais, importante quanto às ruas da capital da província: seus parentes. Bernardina era filha de Goiana, onde certamente estavam muitos amigos, conhecidos, quem sabe amores. Esses pontos eram ingredientes indispensáveis numa vida em cativo, pois davam liga e sentido a liberdade almejada.

Sentir-se parte de uma comunidade era imprescindível, mesmo em experiências momentâneas de fragmentos de liberdade. Aí estava o suporte da luta; a inspiração para encontrar brechas no sistema e utilizá-las a seu favor no processo de construir caminhos para se livrar do cativo. Trata-se da “liberdade social” e não apenas aquela do ponto de vista jurídico. Ou seja, a vida em liberdade pressupunha, portanto, o tecimento e a manutenção constante de relações de amizade, cumplicidade e solidariedade em que o pretendente deveria participar.⁴⁶⁸ Nada melhor para exemplificar isso do que os laços familiares. Nos momentos em que eles eram desfeitos, geralmente por vendas e, por conseguinte, por troca de cidade e de senhor, uma série de relações eram desfeitas, um feixe importante de “direitos” costumeiros adquiridos ao longo da vida eram perdidos, colocando em xeque, muitas vezes definitivo, uma liberdade possível.

⁴⁶⁵ SILVA, Eduardo; REIS, João José. op.cit., pp.71-72.

⁴⁶⁶ Segundo Pereira da Costa, no seu *Vocabulário Pernambucano*, boceteira era uma “mulher que se empregava no pequeno comércio, ambulante, de miudezas e rendas, acomodadas em caixas ovais ou cilíndricas, de madeira fina, com tampa, e vistosamente pintadas, e que tinham o nome vulgar de bocetas. As boceteiras pagavam um imposto municipal, que tinha da lei orçamentaria de 1837-38, e ainda figurava, nomeadamente na de 1855, sob esta rubrica: Taxa de 2\$000 paga anualmente pelas licenças que obtiverem os mascates e boceteiras, que venderem no município. “Vende-se uma negra boceteira, moça, boa figura, no beco da Lingueta casa n. 1.” (O Cruzeiro n.º 24 de 1829). “Enquanto houver boceteiras vendedoras de bicos e rendas, o deus frecheiro não há de padecer falta de bons procuradores”. (O Carapuceiro n.º 69 de 1837). Ver: COSTA, F. A. Pereira da. op.cit., p. 114. Ainda sobre as mulheres pretas no comércio do Recife colonial, ver: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII IN: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. **História da escravidão em Pernambuco** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p.37-41.

⁴⁶⁷ Segundo Wellington Barbosa, “o Recife acabava se tornando uma cidade-esconderijo, um valhacouto de proteção incerta e quase sempre temporâneo, mesmo assim um refúgio muito utilizado por um sem número de negros fugidos – que, assim, construía uma cidade negra dentro da cidade ordenada pelos brancos. Ver: SILVA, Wellington Barbosa da. Entre sobrados e mocambos: fuga de escravos e ação policial no Recife oitocentista (1840-1850). IN: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. op.cit., p.145.

⁴⁶⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., p. 219

Para uma pessoa escravizada que nascesse em Recife, que cresceu, portanto, tendo esse espaço urbano como seu ambiente íntimo da vida cotidiana, as chances de construir um projeto sólido de liberdade, o que vale pensar em pecúlio e compra de alforria, eram bem maiores do que para os recém-chegados, africanos ou não. É certo que africanos e africanas conseguiram o mesmo feito. Contudo, ou encaravam essa nova realidade, ou muito dificilmente conseguiriam alcançar uma carta de liberdade. Em outras palavras, a “ladinização” era questão elementar no processo de superação do cativo e (re)afirmação da condição humana. Muito diferente era para a pessoa que era vendida e/ou levada a outra cidade, mas que permanecia com parentes próximos, feito Bernardina. Nesse caso, a fuga poderia ser uma opção bem mais evidente do que imaginamos, pois incluía uma chance de se reatar os laços que davam sentido à vida numa sociedade escravocrata do século XIX.

Não há como saber de todos os motivos que levaram os escravos a fugirem. Sabemos que foram diversos e essa constatação não quer dizer que enveredamos num relativismo contraproducente. Há, porém, um motivo que reluz em meio a tantos outros identificados nos anúncios: a família. Ou melhor: os laços familiares construídos por escravizados, ponto de extrema importância na vida em cativo. A família, entendida na sua amplitude, envolvendo parentes consanguíneos ou não, incluindo as relações de compadrio, era o sustentáculo de onde poderia se erguer toda uma estrutura responsável pela existência redes de amizade e cumplicidade, de proteção e ajuda mútua, ou seja: de espaços emancipatórios. Não à toa muitos dos que fugiam procuravam justamente reatar esses laços, num movimento que parecia uma reconexão com o sentido da vida.⁴⁶⁹

O sapateiro e alfaiate João Fula foi mais um dentre tantos. Fugiu de Recife no dia 17 de março de 1867. Quatro dias depois estava o anúncio no Diário de Pernambuco: “é bem falante se bem que muito nervoso, parecendo estar assustado a ponto de lhe tremer as mãos; costuma andar calçado e intitular-se forro; tem ofício de sapateiro e entende alguma coisa de alfaiate”.⁴⁷⁰ Para um escravo como João, de dois ofícios, a fuga poderia dar mais certo. A suspeita do anunciante é que teria fugido para Goiana, de onde era natural. Suspeição que encontrava

⁴⁶⁹ Sobre família escrava no Brasil império, nos baseamos nas duas obras centrais sobre esse assunto: SLENES, Robert. **Na Senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999; FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c 1850 / Manolo Florentino e José Roberto Góes. - São Paulo: Editora Unespe, 2017

⁴⁷⁰ **Diário de Pernambuco**, 17 de março de 1867. HDBN

terreno firme no fato de que era aí onde residia “a mãe de nome Florencia Maria da Conceição”.⁴⁷¹

Raymundo também. Fugiu de Recife em dezembro de 1861, aos 30 anos de idade. “Consta que fora para banda do engenho Prejuky (sic), onde tem mulher e filhos, e Goiana, onde tem Parentes”.⁴⁷² Manoel, de 20 anos, ao viajar de Goiana para Recife no palhabote Alberto, também fugiu. Natural de Goiana, de onde tinha saído por mando do seu senhor Miguel Joaquim Cesar, do engenho Siriji. No anúncio julgava-se que estava “acoitado nos Apipucos, onde tem parentes”.⁴⁷³ Damião, de 26 anos, “muito falante e ladino”⁴⁷⁴, ao fugir do engenho Bu, comarca de Goiana, teria seguido para “os lados de Santo Antão ou Escada por ter sido vendido um irmão”. Damião, de acordo com o anúncio, “dizia que ia ver o irmão” para “evadirem-se para os sertões juntos”.⁴⁷⁵

João fugiu de Recife em março de 1863. Costumava “andar calçado e intitular-se forro”.⁴⁷⁶ Com 24 anos de idade, “magro, cor fula, olhos grandes, rosto comprido, e de bigode”, era um sujeito “bem falante, se bem que muito nervoso, parecendo estar assustado a ponto de lhe tremer as mãos”.⁴⁷⁷ Em Goiana, de onde era natural, era conhecido por João Carreiro, um de seus ofícios, pois também era “sapateiro e [entendia] alguma coisa de alfaiate”.⁴⁷⁸ Pelo que consta no anúncio, suspeitava-se que teria ido a Goiana, “onde ainda reside a mãe de nome Florencia Maria da Conceição”.⁴⁷⁹

Luiz fugiu do engenho Megaó de Baixo em agosto de 1873. Numa quinta-feira, dia 28 do mesmo mês, publicou-se o anúncio de sua fuga: “cujo mulato tem mãe e um irmão no Recife”.⁴⁸⁰ Dentre os muitos escravos Luiz fugidos na província de Pernambuco, o de Megaó tinha um sinal bem visível: “o dedo polegar da mão esquerda cortado quase ao meio, proveniente de um golpe de foice descascando um coco”.⁴⁸¹ Além dessa pista quase que infalível numa suposta captura, Luiz se distinguia quase que da totalidade dos escravos do Brasil. Não por ter mãe e irmão, uma família, portanto. Longe disso. Mas porque sabia “ler

⁴⁷¹ IDEM.

⁴⁷² **Diário de Pernambuco**, 31 de dezembro de 1862. HDBN

⁴⁷³ **Diário de Pernambuco**, 2 de janeiro de 1863. HDBN

⁴⁷⁴ **Diário de Pernambuco**, 30 de novembro de 1869. HDBN

⁴⁷⁵ IDEM.

⁴⁷⁶ **Diário de Pernambuco**, 21 de março de 1867. HDBN.

⁴⁷⁷ IDEM.

⁴⁷⁸ IDEM.

⁴⁷⁹ IDEM.

⁴⁸⁰ **Diário de Pernambuco**, 28 de agosto de 1873. HDBN.

⁴⁸¹ IDEM.

alguma coisa”.⁴⁸² E ainda mais: em janeiro de 1874, um novo anúncio afirmava que o mesmo estava nas imediações da via férrea de São Francisco, “vivendo como forro, sendo que para melhor escapar lê e escreve pouco”.⁴⁸³ No fim, ainda se ressaltava que toda semana ele visitava a mãe e o irmão em Recife, “no lugar onde ela reside”.

O fato de os senhores mencionarem nos anúncios a existência de parentes/familiares que residiam em determinados lugares, presumindo que podiam ser destinos possíveis de seus escravos em fuga, indica a força dos laços familiares. A busca pela família era uma das tantas faces da resistência e muitas vezes, como podemos identificar nos casos expostos acima, os senhores não puderam evitar que homens e mulheres escravizados fossem em busca dela. Essa vontade quase que incontrolável de rever os parentes, de reatar os laços da vida, portanto, emergiam com bastante força nos momentos de compra/venda de escravizados que, na maioria dos casos, tinha como consequência direta a separação.⁴⁸⁴

Em todos os casos expostos nesse capítulo que agora finda, fica claro um aspecto recorrente e fundamental: a mobilidade. O ato da fuga, em si, já pressupõe movimento: caminho a ser percorrido. E não apenas espacial, mas também caminhos simbólicos, sociais. Caminhos responsáveis por promover (re)encontros, por atar as duas pontas do sentido da vida, por alicerçar, muitas vezes, uma esperança colossal em viver junto aos seus. Caminhos tortuosos, decerto, cujas experiências imprimiam significados profundos e concepções das mais variadas sobre a vida em cativo e sobre uma possível vida em liberdade. Afinal, não podemos nos esquecer: a liberdade não era apenas uma condição jurídica: ela se fazia e se refazia constantemente na vida cotidiana. É sobre isso que trataremos no próximo capítulo.

⁴⁸² IDEM.

⁴⁸³ **Diário de Pernambuco**, 24 de janeiro de 1874. HDBN

⁴⁸⁴ A separação por venda de membros de uma mesma família escrava, do ponto de vista legal, foi proibida em 1869 através do Decreto no 1.695, de 15 de setembro do mesmo ano. Em seu Art. 2o, dizia que “em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos” Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> Acesso em 12 de dez de 2022. Sobre o impacto da separação de membros de famílias escravas, ver: OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza; SCHEFFER, Rafaela da cunha. **Lares partidos: o impacto do comércio interno de escravizados sobre as famílias cativas e negras, Salvador/BA e Campinas / SP, 1850-1881.** rev. hist. (São Paulo), n.178, a06818, 2019, p.7.

5 NO RASTRO DAS LIBERDADES PRECÁRIAS.

No dia 3 do mês de outubro de 1868, o recém-empossado delegado da comarca de Goiana, Antônio Guedes Gondim, avisou, por ofício, ao então chefe de polícia da província, João Antônio de Araujo Freitas Henriques, sobre o cumprimento das ordens que este último tinha dado no dia 17 do mês de agosto passado. Elas diziam respeito ao esclarecimento de uma denúncia de que no engenho Natal, situado na freguesia de Nossa Senhora do Ó, comarca de Goiana, uma mulher livre estava ilegalmente submetida à escravidão. Dois meses após a denúncia, o delegado pôde “afinal adquirir com certeza que a crioula de nome Arcanja [estava] cativa no poder do subdelegado de Nossa Senhora do Ó, o tenente coronel Feliciano da Cunha Rego, proprietário do engenho Natal.”⁴⁸⁵ Diante do fato, um mandado de busca foi expedido.

Chegando ao engenho, os oficiais de justiça, mais o tenente Luiz Felipe de Albuquerque, que ficou encarregado de comandar a patrulha para o mandado de busca, tomaram conhecimento que Arcanja estava de fato “conservada como escrava, aplicada ao serviço do tenente coronel Feliciano e sob a pressão de rigorosos castigos a chicote, palmatoria e tronco”.⁴⁸⁶ Contudo, naquele momento, os agentes do Estado imperial terminaram por presenciar o desespero de um menor chamado Manoel, ou melhor, Manoel Francisco de Souza. Ao presenciar toda essa gente diferente no engenho, o menor não deixou escapar a oportunidade singular de interpelar por um direito seu que ali estava sendo violadíssimo.

No mesmo ofício enviado ao chefe de polícia, Antônio Guedes Gondim informou que o menor Manoel, apesar de livre, estava também reduzido à escravidão no mesmo engenho e “sofrendo os piores tratos pelo mesmo tenente coronel Feliciano que o castigara barbaramente quando pretendia hesitar o rigor do cativo, visto ter ele nascido livre”.⁴⁸⁷ Feliciano, de forma covarde, disse o delegado no ofício, até tentou fazer com que o menino ficasse em sua posse, chegando “ao ponto de pedir ao comandante da escolta” que deixasse o mesmo “em sua companhia”, alegando que a retirada dele não constava no mandado. “Mas foi de balde sua súplica”⁴⁸⁸, atestou ironicamente Antônio Guedes Gondim que, por fim, certificou que tanto o menor quanto Arcanja foram levados à delegacia de Goiana.

⁴⁸⁵ **Delegacia de Goiana**, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

⁴⁸⁶ IDEM.

⁴⁸⁷ IDEM.

⁴⁸⁸ IDEM.

Sem muito arroteio, nosso objetivo neste capítulo é desvendar as histórias de Arcanja e a de Manoel, entrelaçadas pela escravização ilegal. Faremos isso através dos autos de perguntas feitos a essas personagens no dia 7 de outubro de 1868 na delegacia de Goiana. No intuito de reconstruir atmosferas sociais que nos ajudarão a entendê-los, procuraremos examinar também outros atores envolvidos, como por exemplo, Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, proprietário do engenho Natal, subdelegado do distrito policial de Nossa Senhora do Ó, além de tenente coronel da Guarda Nacional e comandante do batalhão nº13 de Pernambuco, entre outros que compõem o contexto dos casos de escravizações ilegais ocorridos em Nossa Senhora do Ó, comarca de Goiana.

O grande pano de fundo é a análise da experiência da liberdade precária em meados do século XIX, por meio do estudo da trajetória de uma mulher negra e livre, e da história de um menor sem proteção alguma, utilizando-se para isso uma metodologia “micro-histórica” que leve em consideração o uso intensivo das fontes disponíveis, as correlações entre elas, os “fios e os rastros” explícitos ou não, os índices e pistas nas entrelinhas ou os que emergem mais facilmente nos ofícios policiais, nos artigos de jornais, nos livros de memórias ou de genealogia etc. Que leve em consideração, portanto, a reconstrução de contextos, das atmosferas políticas e sociais que podem nos revelar um ambiente típico de meados do século XIX, marcado por aspirações das mais diversas e que são essenciais na reconstrução de histórias como a que vamos apresentar aqui.

Tentarei andar lado a lado com Arcanja e Manuel e, desse modo, revelar um mundo repleto de correlações de forças e de relações de poder, um mundo em que se nutriam constantemente esperanças e recordações, em que as experiências e expectativas apontavam um caminho a ser seguido para que a liberdade não fosse ceifada. Um mundo em que se empreendiam projetos de resistências frente ao poder senhorial ávido, muitas vezes, em submeter, a todo custo, pessoas livres à escravidão. A inspiração provém do caminho narrativo trabalhado por João José Reis. Desse modo, ficará visível que tanto Arcanja quanto Manuel sairão frequentemente de cena “para dar lugar ao seu mundo e a outros personagens que o povoam, através dos quais sua história é em grande medida contada”.⁴⁸⁹ Vejamos, primeiro, o caso da preta crioula Arcanja Maria da Conceição, natural do Crato, província do Ceará.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.16.

⁴⁹⁰ Em alguns momentos seu nome aparece como Arcângela. Decidimos utilizar o nome Arcanja Maria da Conceição, como consta no seu interrogatório de 7 outubro de 1868.

5.1 “E FOI O QUE TE VALEU”: ARCANJA MARIA DA CONCEIÇÃO, NATURAL DO CRATO-CE, PRESA EM GOIANA-PE, POR SUSPEITA DE SER ESCRAVA.

Arcanja Maria da Conceição, natural do Crato, província do Ceará, tinha 40 anos de idade quando foi retirada, pelas autoridades policiais, do engenho Natal, comarca de Goiana, província de Pernambuco. Era filha de Antônio Victorino de Oliveira e Jacinta Maria da Conceição, também naturais do Crato, e já falecidos. Seus irmãos eram Benedito José de Oliveira, já falecido e Mariana de Oliveira, a qual não sabia se estava viva. Sobre sua vida, não sei qualificar o relato que fez às autoridades policiais. Tantos adjetivos me vêm à cabeça que acabo por deixar escapar o verbo adequado. Contudo, é de se reconhecer que Arcanja relata uma trajetória incrível, contendo laços dos mais diversos e vivências múltiplas no interior do semiárido brasileiro. Deixemos, portanto, que fale a fonte:

Respondeu que não sabe avaliar o tempo de sua saída daquele lugar, mas recorda-se que se achava na cidade de Aracati quando ouviu falar pela primeira vez na epidemia de cólera naquela província e que saiu do Crato em companhia de um pardo de nome José Antônio, com quem vivia amancebada, com destino a capital daquela província, mas que chegando no Icó, apartou-se dele onde esteve com um soldado de polícia e ali mesmo um moço da cidade de Aracati a convidou para servir de ama nesta última cidade, onde era ele morador e com que esteve três anos e depois desgostando-se da companhia deste moço soltou para Icó em companhia de outro que a tomou também como criada com o qual esteve somente um mês daí veio só para a Povoação Santa Rosa onde se demorou um ano e seguiu para o lugar Jaguaribe Mirim e pouco depois para o lugar Porto Alegre, donde saiu para a Ana do Matriz onde esteve alguns dias e dali veio em companhia de um correio para a Província da Paraíba e ao chegar ao lugar denominado Tanques demorou alguns dias e logo veio para a Povoação do Ingá, onde esteve alugada a uma mulher conhecida por Prisalina mais de um mês e dali saindo para Mogeiro, foi no caminho pega por um cabra na suposição de ser ela escrava. Foi conduzida por outro homem para a Povoação de Nossa Senhora do Ó, aonde chegando a noite dormiu em casa de um cunhado deste de nome Bento Birica e no dia seguinte foi conduzida pelo mesmo e entregue ao subdelegado de então naquele lugar, Tenente Coronel Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, senhor do Engenho Natal.⁴⁹¹

O fato de narrar acontecimentos passados já é por si só bastante complexo. Não há relatos sobre o vivido sem que haja uma seleção prévia do que se falar. Como ressalta Regina Guimarães Neto, “os tempos e espaços vividos se entrecruzam nas trajetórias e os relatos de memória reconfiguram as experiências: não se retorna ao passado tal como ocorreu, o passado

⁴⁹¹Delegacia de Goiana, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

no presente é ressignificado”.⁴⁹² De todo modo, estamos diante de um instigante relato sobre uma trajetória de uma preta crioula livre de quarenta anos de idade que percorreu o semiárido nordestino, estando com vários indivíduos nos diferentes lugares em que passou. Não é difícil perceber o longo e, por que não, tortuoso caminho de uma mulher preta livre numa sociedade escravista, cuja premissa maior era a de que todo preto era escravo desde que se provasse o contrário.

Mas, quanto tempo fazia que Arcanja estava fora do Crato? Quando lhe é perguntada, disse que não sabia avaliar o tempo de sua saída, mas que “recorda-se que se achava na cidade de Aracati quando ouviu falar pela primeira vez na epidemia de cólera”.⁴⁹³ Eis aí um ponto preliminar de sua história, e, não se trata de um adjetivo usado aleatoriamente. A experiência da epidemia, ou até mesmo da notícia dela que, decerto, gerou expectativas diversas, foi extremamente impactante para uma mulher como Arcanja, uma vez que a doença atingiu principalmente os escravizados e a população pobre e livre do Império. “O flagelo abateu-se com violência”, conta-nos Luiz Antônio de Castro Santos, “sobre as populações mais pobres e mal-alimentadas, mais propensas à utilização de águas contaminadas, excluídas das mínimas condições de higiene que o progresso urbano no Brasil já assegurava às camadas sociais mais altas”.⁴⁹⁴

Num tratado de medicina sobre a doença, um médico português da época, de nome Carlos Correa Lacerda, teceu os seguintes comentários sobre as características externas do doente: “os olhos escondem-se nas órbitas, as bochechas desaparecem: as paredes abdominais vão tocar a coluna vertebral; um decrescimento espantoso se mostra por toda parte; e parece que só se vive para vê-lo decompor-se e reduzir-se e uma múmia”.⁴⁹⁵ Esses eram os indícios mais visíveis da doença que rapidamente tomava o corpo, deformando-o até a morte. Eram razões suficientes para um estado de medo entre a população mais pobre que receava a doença com bastante razão.

⁴⁹²Trata-se de uma citação indireta da obra do autor Antônio Torres Montenegro, ver: MONTENEGRO, A.T. 2010. **História, metodologia, memória**. São Paulo, Contexto, 2010.

⁴⁹³Delegacia de Goiana, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

⁴⁹⁴Ainda segundo o autor: “a população livre, de cor, sofreu igualmente o impacto letal da moléstia. Estima-se que, de modo geral, os negros no Brasil chegaram a dois terços do total de mortos pela cólera”, ver: CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. **Um século de cólera: itinerário do medo**. PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva Vol. 4, Número 1, 1994, p.88.

⁴⁹⁵LACERDA, A. C. de. Cholera-morbus . 1832 Em “Opusculos de materia médica”. Paris, (BN, SM, 14,1,12), p.3-4 Apud SANJAD, N.: “**Cólera e medicina ambiental no manuscrito ‘Cholera-morbus’ (1832), de Antonio Correa de Lacerda (1777-1852)**”. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11(3): 587-618, set.-dez. 2004, p.600

De acordo com Rosilene Gomes Farias, em estudo sobre o cólera no Recife em 1856, hoje se sabe que a doença é caracterizada por uma:

[...] infecção no aparelho intestinal provocada pelo vibrião colérico. Caracterizada por uma associação de diarreia e vômitos intensos, tem como consequência o emagrecimento rápido e o aspecto azulado da pele do doente. Sem o tratamento adequado, ele pode morrer subitamente ou em poucos dias em função da desidratação.⁴⁹⁶

Segundo a autora, estima-se que em todo Brasil 200 mil pessoas morreram em decorrência dessa doença. Em Recife, 3.338 perderam suas vidas, cerca de 5% dos habitantes.⁴⁹⁷ Numa conjuntura como essa, o medo ganhou terreno e não demorou para se espalhar feito rastilho de pólvora. “Na capital e no interior da província”, conta-nos Rosilene Farias, “[...] a população foi tomada por um pânico que levou muitos a fugirem das suas localidades, tentando evitar a contaminação. Em meio ao desespero, abandonavam parentes doentes à própria sorte e chegavam, em alguns lugares, a deixar os cadáveres insepultos”.⁴⁹⁸

Em Goiana, as autoridades começaram a falar sobre o cólera em outubro de 1855, quando um médico e vereador, Dr. José Joaquim Firmino, requereu à câmara que providenciasse algumas posturas a bem da salubridade pública, “a fim de evitar”, disse ele, “tudo quanto possa concorrer para o desenvolvimento da cólera morbus, quando esse flagelo se manifeste entre nós”.⁴⁹⁹ De pronto oficiou-se à Irmandade da Misericórdia sugerindo que se limpasse e caiasse o seu hospital, “para nele serem recolhidas e tratadas as pessoas pobres que forem atacadas da epidemia que está grassando nas províncias limítrofes no caso de aparecer neste lugar”.⁵⁰⁰ Mandou também a câmara que o fiscal averiguasse os gêneros alimentícios e que fizesse a limpeza da cidade, “dos lugares do Panguá, Beco do Machado, praças públicas e de outros terrenos”.⁵⁰¹

⁴⁹⁶ FARIAS, Rosilene Gomes. **O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. História. Recife, 2007, p.11

⁴⁹⁷ IDEM, p.12.

⁴⁹⁸ IDEM, p.133

⁴⁹⁹ **ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE GOIANA 1854-1855-1856**. Tip. Violeta – Goiana, 1950 p.68.

⁵⁰⁰ IDEM, p.70

⁵⁰¹ IDEM.

Em sessão de 18 de outubro de 1855, foi aprovada pelos vereadores a instauração de uma comissão que ficou encarregada de apresentar as principais medidas emergenciais para que, caso chegasse o cólera à Goiana, os danos fossem os mínimos possíveis.⁵⁰² O Dr. Joaquim Firmino, nomeado presidente, apresentou logo de iniciou os seguintes artigos no Código de Posturas da cidade:

Artigo 1º – Os moradores das casas desta cidade, e mais povoações desta câmara, darão franco ingresso aos fiscais em seus respectivos quintais a fim de que estes possam fazer efetivas as disposições dos artigos 1º e 3º do Título 3º do Código de Postura que nos rege: os infratores deste artigo, além das penas em que incorrem pelas leis criminais, serão multados em cinco mil reis, ou cinco dias de prisão.

Artigo 2º – No ingresso de que trata os artigos supra ditos, o fiscal irá acompanhado de seu escrivão e duas testemunhas que assinarão o termo lavrado caso o quintal examinado não esteja nas condições que requerem os mesmos artigos 1º e 3º do Título 3º.⁵⁰³

Em resposta ao presidente da província, esperançosos com o fato de que a epidemia não tinha chegado à Goiana, os vereadores asseguraram-lhe que a cidade estava livre do “terrível flagelo epidêmico” e que confiavam na “infinita misericórdia do criador de todos os seres” que seriam dele preservados.⁵⁰⁴ Decerto que ainda não se tinham notícias de infectados, mas notícias de que a doença estava cada vez mais perto não pararam de chegar, apavorando toda a população da extensa comarca. Orientações até que chegaram da presidência para que se acalmasse os ânimos dos habitantes. Não surtiu efeito, é claro. Não sabiam as autoridades que o cólera já estava às portas para criar um mundo em que, por um momento, as preces ao todo criador pareciam não mais funcionar.

Devido a realidade atribulada, tratou logo o presidente da província de mandar que as autoridades goianenses procurassem animar a população “fazendo ver o quanto é prejudicial o terror e o pânico em semelhante conjuntura e fazer com que fossem observadas as prescrições higiênicas que para aqui já havia remetido”.⁵⁰⁵ Numa carta apócrifa publicada no Diário de

⁵⁰² Comissão encarregada de “socorrer e ministrar remédios as pessoas pobres que houverem de ser acometidas da epidemia”, ficando assim composta: “os senhores Comandante Superior, Juiz de Direito, Promotor Público, Vigário, Doutor João Floripes Dias, Coadjutor Manoel Marques Barbosa, Doutor Honório Fiel Sigmaringa Vaz Curado. Padre Antônio Dias da Costa, Doutor Luiz da Silva, Padre Manoel Ignácio de Loiola, o Major Belarmino do Rego Barros, Comandante do Destacamento, Major José Joaquim Rocha Faria, o Juiz de Paz, o Subdelegado Francisco de Paulo Noberto de Andrade, e Major Antonio Pinheiro de Mendonça”. IDEM, p.86

⁵⁰³ IDEM. p. 73.

⁵⁰⁴ IDEM.

⁵⁰⁵ IDEM. p.81.

Pernambuco, informava-se que na povoação de Itambé, ainda no início de janeiro de 1856, tinha se espalhado o terror, “em virtude”, afirmou o autor anônimo, “de uma má nova dada por um passador vindo daí (Recife), por antonomásia Mata Cavallo, o qual tinha sumo prazer de ser o postilhão [sic] da morte, pois vinha dizendo a todos que encontrava que o cólera estava em Recife”.⁵⁰⁶

Sucedeu, porém, que, apesar das medidas empreendidas pelas autoridades goianenses para conter a doença, naquela altura, ela já tinha entrado em muitos lares, instalando-se nos inúmeros cômodos de toda a comarca. Em definitivo: o mal chegava a Goiana. Em fevereiro de 1856, o Juiz de Paz do 2º Distrito da Freguesia de Tejucupapo, Antônio Francisco de Aguiar, se exonerou do cargo devido à cólera. Logo depois, as autoridades dos demais distritos e os membros de comissões beneficentes não pararam de pedir ajuda. No final do mês, Gervazio Soares de Medeiros, comunicava por ofício sobre a invasão da epidemia na povoação de Ponta de Pedras. Pedia com urgência uma ambulância, visto já ter trinta e quatro pessoas afetadas pelo mal.⁵⁰⁷

Os ofícios também vieram de outras partes da comarca: de Nossa Senhora do Ó, através do coronel Bento José das Neves Wanderley, que fazia igual requisição de ambulância; de Goianinha, onde a comissão encarregada de socorrer os indivíduos que fossem acometidos pela doença pediu urgentemente “uma casa para hospital, vinte camas, vinte cobertores de baeta, sapatos, meias, travesseiros, camisolas. Uma ambulância e seis carteiras homeopáticas”.⁵⁰⁸

Dr. Firmino, conectado às medidas sanitárias que estavam sendo discutidas e implementadas nas demais cidades acometidas pelo cólera, resolveu mandar, via requerimento, que se publicasse editais contendo:

[...] a necessidade de acender-se fogueiras pelas ruas todas as noites, a fim de estabelecer-se um colar artificial na atmosfera que se assemelhe ao calor do dia. Esta prática porém é razoável e tem sido posta em execução em diversas partes. Deve-se nesses editais convidar para isso o povo dando a câmara o exemplo de acender dois fogos na frente e na retaguarda da cadeia.⁵⁰⁹

⁵⁰⁶ Diário de Pernambuco, 5 de Janeiro de 1856. **HDBN**.

⁵⁰⁷ **ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE GOIANA 1854-1855-1856**. Tip. Violeta – Goiana, 1950, p.88.

⁵⁰⁸ IDEM, p. 93. Em ofício enviado à câmara de Goiana comunicava-se “o estado de calamidade pública em N. S. do Ó onde não há quem enterre as vítimas. Informa ainda que a homeopatia local é deficitária e que não há quem aplique alopatia. Dá conta de cinco vítimas em Goiana”. IDEM, p.38

⁵⁰⁹ IDEM, p. 96-97.

Há de se imaginar quão grande foi o clarão causado por essas fogueiras espalhadas nas vilas e povoados de toda a comarca. Era a visão do inferno, convenhamos. Enquanto as fogueiras ardiam, toda a população ia sendo infectada. No Diário de Pernambuco uma carta publicada que vinha de Goiana, de um autor com pseudônimo de Iris, relatava como se tinha desenvolvido o cólera a partir do início de fevereiro:

[...] na cidade entrou o monstro dos monstros benignamente, e por muitos dias apenas se contavam alguns casos de colerina (sic) branda; mas depois foi fazendo em um dia uma vítima, no outro duas, no terceiro três, e foi assim progredindo e há muitos dias a mortalidade é de 6, 7, 8 e foi o maior número até hoje, mas o número de atacados já exerce só na cidade mais de 300.⁵¹⁰

E não parou por aí: “a povoação de Nossa Senhora do Ó, Goianinha e Lapa representam o triste quadro de Santo Antão e Limoeiro: a mortalidade nesses lugares é de 30, 40, 50, 60 por dia, e vão ficando inteiramente despovoadas”. Dizia ainda que nesses lugares, “as igrejas não comportam mais cadáveres e já enterram-se por fora, e agora não há mais quem queria fazer semelhante serviço”. Havia mais: “para a cidade estão afluindo muitas pessoas de fora, que nada tem lucrado com a mudança, porque são logo atacados, e deles é o maior número dos mortos. O Sr. Delegado proibiu a entrada das fábricas para a cidade”.⁵¹¹ O cenário era, portanto, mais do que desolador: era penoso e aterrorizante.

Numa conjuntura dessas, é lógico que outros males apareceriam. O primeiro foi o abastecimento de carne que cessou diante da situação de Pedras de Fogo, ponto central da distribuição do *gado vacum* para a região, bem como para Recife. Havia na época uma grande rede de comércio que envolvia não só Pedras de Fogo, mas também Vitória de Santo Antão. As feiras de gado que aconteciam nessas duas localidades foram completamente varridas devido a doença. A consequência foi a escassez e o aumento significativo do preço da carne bovina em toda a província. A farinha de mandioca, principal base alimentar daquela época, não passou ilesa.⁵¹²

Em maio, já passado mais ou menos o pico de infecção, o comerciante Antônio Francisco da Fonseca informou que “nenhum lucro teve” devido à cólera, pois, “nenhum matuto veio ao mercado”. Bento José das Neves Vanderley, arrematante dos impostos provincial e

⁵¹⁰ Diário de Pernambuco, 6 de março de 1856. **HDBN**.

⁵¹¹ **ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE GOIANA 1854-1855-1856**. Tip. Violeta – Goiana, 1950, p. 96-97

⁵¹² Ver: FARIAS, Rosilene Gomes. op.cit., p.100.

municipal sobre a cabeça de *gado vacum*, informou que a cólera foi responsável pela falta de carne nos mercados locais e que devido à doença “ele perdeu dezessete escravos em sua fábrica e grande parte da safra de seu engenho pelo abandono em que o deixou para salvar a vida nesta cidade”. Nos engenhos a situação ficou insuportável. Muitos senhores pararam todas as atividades para se refugiarem na cidade. Na carta escrita pelo Iris dizia que havia “proprietários de 40 e 50 escravos que só contam um terço e outros menos, e se continuar por mais tempo a epidemia muitos ficarão sem ter quem lhes carregue água para as casas”.⁵¹³

Mesmo acometendo principalmente os escravizados e livres e libertos pobres, nem a elite política e econômica, que tinha mais acesso a cômodos salubres, escapou: “ontem faleceu o Senhor Tenente-coronel José Correia de Oliveira e Andrade, proprietário muito abastado do engenho Pedregulho, em pouco mais de 24 horas”, informava o Iris, o autor pseudônimo que mandava cartas ao Diário de Pernambuco relatando a situação em Goiana. Para o consenso, dizia ainda o autor, a morte foi pela relutância do José Correia em recusar cuidados que não fossem homeopáticos. “Mas a moléstia zombou de todas as prescrições”, rebateu Iris, dizendo ainda: “e de todos os medicamentos desse sistema, e roubou-nos essa preciosa existência”.⁵¹⁴

Feito a digressão que, confesso, pode até parecer enfadonha, mas é de extrema importância para reconstruirmos o contexto do medo compartilhado, me dirijo agora à cidade de Aracati, província do Ceará, onde Arcanja ficou refugiada por um tempo: ela não ficou isenta desse alvoroço todo. Também mergulhou em maus bocados. No entanto, ocorre que lá, assim como em outras vilas e cidades da província, como, por exemplo: Icó, Fortaleza, Crato e Mixaramobim, os primeiros casos da doença relatados pelas autoridades deram-se na década de 1860, mais precisamente entre 1861 e 1862. Contudo, a notícia já era corrente desde o primeiro surto em 1855.⁵¹⁵ Daí ressurge a questão sobre quanto tempo fazia que Arcanja tinha saído do Crato. Como vimos, ela não recorda, no entanto, diz que estava em Aracati quando soube da enfermidade. Mas em que momento se deu, em 1855, quando a doença era só notícia ou em 1862 quando os primeiros casos foram aparecendo naquela localidade?

⁵¹³ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE GOIANA 1854-1855-1856. Tip. Violeta – Goiana, 1950, p.96-97.

⁵¹⁴Diário de Pernambuco, 6 de março de 1856. **HDBN**.

⁵¹⁵Sobre a cólera morbus na Província do Ceará, ver: MACIEL, Dhenins Silva. “**Valei-me, São Sebastião**”: a epidemia de cólera morbo na Vila de Maranguape (1862). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2011.

Pelos anos que disse ter ficado em alguns lugares, como por exemplo: três anos em Aracati e mais dois em Goiana, fora outros em que não especifica por quanto tempo ficou, parece que Arcanja saiu da região quando ela foi afetada pela doença, isto é: 1862. Quando deixou de ser só notícia e passou a ser caso concreto. Justamente num “período de desconfiança e isolamento, quando o convício passou a significar uma ameaça”.⁵¹⁶ Há motivos suficientes para acreditar que Arcanja, assim como a maioria da população livre e pobre, sentiu isso na pele e, como estratégia, resolveu fugir.

Rosilene Farias ressalta ainda que “a falta de informação alimentou o pavor que se instalou entre a população e, nos dias em que a doença assediou mais intensamente o Recife, o agito da cidade foi substituído pelo medo”.⁵¹⁷ Nessa situação, Arcanja, ao experimentar essa situação no Ceará, teria optado por migrar e por onde tenha passado pôde ter visto uma população amarelada e doentia. Desconfiança e ameaça de contágio aliados ao constante medo de morrer, certamente foram pautas decisivas para a sua vida. É de se presumir, portanto, que esta experiência teve um papel crucial para o começo da trajetória que lhe levou até o engenho Natal, na comarca de Goiana, por volta de 1866.

Arcanja, no entanto, saiu do Crato em companhia de um pardo, José Antônio, com quem vivia amancebada. Seu destino era a capital Fortaleza, mas, eis que chegando a Icó, seus planos mudaram. Apartou-se de José e amancebou-se novamente, dessa vez com um soldado de polícia. Contudo, em Icó, “um moço da cidade de Aracati a convidou para servir de ama”.⁵¹⁸ Arcanja aceitou. Por lá ficou três anos. Aqui é importante lembrar que a questão do gênero definiu as suas experiências e destinos: o tempo estendido que ficara em Aracati foi para desenvolver principalmente os serviços de ama, atributo elementarmente feminino.⁵¹⁹

Tratamos aqui de uma mulher negra e liberta numa sociedade escravista, complexamente hierarquizada onde a mulher assume um dos estratos mais inferiores. Tratando-se de escravizadas ou negras libertas, a inferioridade era ainda muito mais gritante. Marcus Carvalho é incisivo ao lembrar que, naquele tipo de sociedade, “regra geral, qualquer que fosse sua classe, uma mulher estava abaixo de todos os homens da mesma condição”.⁵²⁰ Não para por aí, havia sempre rondando, sobretudo nas mulheres de cor, uma atmosfera de sujeição: “da

⁵¹⁶ FARIAS, Rosilene G. op. cit., p.11

⁵¹⁷ IDEM.

⁵¹⁸ Delegacia de Goiana, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único

⁵¹⁹ DOURADO, Larissa Bagno. **Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: tráfico interno e conquista da liberdade, 1850-1888.** Dissertação (Mestrado) UFPBCCCLA, João Pessoa, 2017.

⁵²⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., 2003, p.43.

perspectiva da classe dominante, numa sociedade patriarcal escravista, uma mulher liberta, era considerada uma ameaça [...]”.⁵²¹

Nesse sentido, é imprescindível que pensemos a história de Arcanja situada no papel social que a define. É a partir daí que encontraremos os limites e alternativas de ações que permeavam sua vida cotidiana. Como sustenta Suely Creusa Cordeiro de Almeida, ao estudar as mulheres no Pernambuco do século XVIII, “é na possibilidade da comparação das mulheres em relação aos homens, como seres humanos sexualmente identificado, que é plausível mensurar o lugar das mulheres e suas possibilidades de ação frente às normas sociais”.⁵²² Para uma mulher como Arcanja, as possibilidades de ação eram muito restritas numa sociedade escravista que repelia as mulheres ao confinamento e castidade, e, às que precisavam ir às ruas devido as suas condições de vida, restavam-lhes o reino incerto da sorte.

Ainda que as ruas dos grandes e pequenos centros urbanos fossem o “lugar onde poderiam improvisar os meios necessários à sua sobrevivência e à de seus familiares”⁵²³, os riscos eram enormes e iam desde a violência sexual a escravização ilegal. No caso de Arcanja, não foi o trabalho de “ganho” ou de “boceteira”⁵²⁴ que ela desempenhou em Aracati, ou nos demais lugares onde esteve. Ser ama, por exemplo, mesmo com toda a violência doméstica existente nos lares senhoriais, pode também ter significado uma possibilidade de manter-se segura dos perigos da rua, que eram muitos, sendo o da (re)escravização ilegal talvez o mais temeroso para uma mulher preta e livre como Arcanja.⁵²⁵

⁵²¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850 / Marcus J. M. de Carvalho. – 2. Ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p.224

⁵²² ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII. IN: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. **História da escravidão em Pernambuco.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p.39.

⁵²³ MORAIS, Grasiela Florêncio de. As imposições da “nova ordem”: as prefeituras de comarca e o controle sobre as mulheres populares no Recife (1836-1842). IN: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. op.cit., p.115

⁵²⁴ Segundo Pereira da Costa, no seu *Vocabulário Pernambucano*, boceteira era uma “mulher que se empregava no pequeno comércio, ambulante, de miudezas e rendas, acomodadas em caixas ovais ou cilíndricas, de madeira fina, com tampa, e vistosamente pintadas, e que tinham o nome vulgar de bocetas. As boceteiras pagavam um imposto municipal, que tinha da lei orçamentaria de 1837-38, e ainda figurava, nomeadamente na de 1855, sob esta rubrica: Taxa de 2\$000 paga anualmente pelas licenças que obtiverem os mascates e boceteiras, que venderem no município. “Vende-se uma negra boceteira, moça, boa figura, no beco da Lingueta casa n. 1.” (O Cruzeiro n.º 24 de 1829). “Enquanto houver boceteiras vendedeiras de bicos e rendas, o deus frecheiro não há de padecer falta de bons procuradores”. (O Carapuço n.º 69 de 1837). Ver: COSTA, Francisco Pereira da. **Folk-lore pernambucano:** subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco 2 ed. – Recife : CEPE, 2004; Ainda sobre as mulheres pretas no comércio do Recife, ver: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. Histórias de gente sem qualidade: mulheres de cor na capitania de Pernambuco no século XVIII IN: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. op. cit., p.37-41.

⁵²⁵

Numa olhada ainda que sumária da população de Aracati em 1872, é possível – mesmo o censo se dando mais ou menos dez anos depois da estadia de Arcanja na cidade -, traçar algumas considerações sobre o ambiente social no qual Arcanja se relacionou durante três anos. De acordo com o censo, Aracati contava com 17.615 almas. Uma população pequena, comparada a comarca de Goiana que somava 31.673, mesmo se distribuindo entre três paróquias: Nossa Senhora do Rosário de Goiana, com 12.574; de Nossa Senhora do Ó, com 9.559 e a de Tejucupapo com 5.945.⁵²⁶

A população escravizada de Aracati representava apenas 6%, enquanto Goiana os escravizados correspondiam a 11% do total da população. Entre as mulheres livres⁵²⁷, 60% eram de cor: parda, preta e cabocla. Entre a população enquadrada como “pretos/as livres”, 60% eram formadas por mulheres, isto é: num mundo de gente livre e de cor preta, havia uma relativa predominância feminina. Talvez esse mundo de mulheres livres e de cor ofereceu maiores oportunidades a Arcanja, também mulher livre e de cor.

Outra questão importante é o da alta taxa de mulheres livres trabalhando nos serviços domésticos em Aracati em relação a Goiana no mesmo período. De 3.066 pessoas contabilizadas nesse tipo de serviço, 2.989 eram mulheres livres, ou 97.4%. O número de escravizadas no mesmo serviço era ínfimo: 81, ou 2.6%. Já em Nossa Senhora do Ó, freguesia que Arcanja viveu por dois anos, havia também uma predominância de mulheres livres: de 1.298, 1.024 eram mulheres livres, ou 78.8%, pouco abaixo de Aracati.⁵²⁸

No entanto, em Nossa Senhora do Ó, o número de escravizadas trabalhando em serviços domésticos era de 440, significativamente maior em comparação com Aracati.⁵²⁹ Esses dados indicam que o trabalho doméstico em Aracati, assim como em outras partes do Brasil, era uma função realizada predominantemente por “mulheres de cor”⁵³⁰ livres e libertas, enquanto que em Goiana, certamente por ser uma zona do agronegócio açucareiro e, por conseguinte, por se tratar de um ambiente em que a escravidão incidia mais veementemente, as mulheres escravizadas estavam inseridas em maior número no mesmo tipo de atividade.

⁵²⁶Sobre a população da comarca de Goiana, ver o capítulo 1 dessa dissertação. Sobre a de Aracati, ver: censo de 1872

⁵²⁷ O censo de 1872 só dispõe da categoria de “livres”, ou seja, não sabemos a porcentagem da população que se tornou liberta no decorrer do cativeiro.

⁵²⁸ Essas informações estatísticas parte do censo de 1872.

⁵²⁹ A maioria de escravas para Nossa Senhora do Ó, em comparação com a cifra para Aracati, é relativa, pois que o número de escravizados na Comarca de Goiana era bem superior ao de Aracati.

⁵³⁰ Negras, pardas e caboclas, conforme as categorias estabelecidas no censo de 1872.

A partir desse quadro populacional é possível identificar um resumo da configuração social de Aracati quando Arcanja esteve por lá, provavelmente no início da década de 1860: uma população formada eminentemente por “livres”, cujas mulheres de cor, a maioria, desempenhavam um papel importante no atendimento dos serviços domésticos que a cidade demandava, como por exemplo: ser ama seca ou de leite, lavadeira e engomadeira, bem como vendeira etc. Em Goiana, Arcanja desempenhou as mesmas atividades, só que num contexto em que se tinha bem mais mulheres escravizadas, ou em condições ilegais de escravidão, como era o seu caso.

Afinal, Arcanja desempenhou funções como ama ou criada: lavando e engomando, como por exemplo, fizera em Ingá, já na Paraíba, onde ficou alugada por mais de um mês a uma mulher de nome Prisalina, ou no engenho Natal por onde ficou por dois anos cosendo, lavando e engomando.⁵³¹ Esses tipos de serviços, ainda mais quando não se estava nos comércios das grandes cidades escravistas do império, eram bastante corriqueiros para uma mulher negra e livre da segunda metade dos oitocentos, pois, era um trabalho essencialmente feminino, qualquer que fosse a condição legal de quem o executasse.⁵³²

De acordo com Marcus Carvalho, em estudo sobre o trabalho doméstico no Recife do dezenove, havia “uma noção popular de honra que impelia a mulher a evitar a rua, um espaço masculino nos códigos patriarcais. Só a pobreza poderia forçá-la a agir diferente”.⁵³³ No caso de Arcanja, embora a mobilidade espacial seja um aspecto importante na sua experiência como crioula livre, é possível perceber certa repulsa “a vida nas ruas”.

Não consta no seu relato, embora haja uma suposta probabilidade de ter acontecido, atividades de comércio, por exemplo. Em sua trajetória, ao contrário, sempre procurou se arranjar em alguma casa e ali desempenhar serviços que historicamente lhes foram atribuídos: coser, lavar e engomar: ou ser ama, como foi em Aracati. Enfim, trabalhar “em casa de família (expressão ainda hoje em uso) era uma estratégia de sobrevivência menos malvista do que virar vendeira [...]”.⁵³⁴ Parece que estamos diante da contraface da sua mobilidade: a tentativa de se fixar, não construindo famílias, mas “refugiando-se” nos lares em que podia. Trata-se de uma

⁵³¹ Ver o auto de perguntas: **Delegacia de Goiana**, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

⁵³² CARVALHO, Marcus J. M. de. op. cit., 2003.

⁵³³ IDEM, p.48.

⁵³⁴ IDEM, p.57.

escolha deliberada de Arcanja, tendo em vista os perigos da rua? Estaria Arcanja resistindo aos perigos que a cercavam?

Relacionemos essas perguntas as constatações da historiadora Sandra Graham: “uma criada, fosse livre fosse escrava, não viviam como pessoa independente, mas como membro do lar, sujeita à autoridade do senhor e objeto implícito de sua proteção”.⁵³⁵ Certamente Arcanja sabia desses códigos culturais e por isso procurou os lares para obter proteção em troca de obediência, pois: “a casa representava os espaços privados e protegidos, que contrastavam com os lugares públicos e desagradáveis, possivelmente perigosos, da rua”.⁵³⁶ Além do mais, há se ter em mente que “a casa e a rua marcavam as coordenadas do mapa cultural pelo qual se podiam perceber e compreender as experiências comuns e cotidianas, como também reagir a elas”.⁵³⁷

Nunca é demais lembrar que a resistência à escravidão não se constituía apenas na ruptura com o sistema, ou somente na desobediência às posturas municipais, ou no desacato das autoridades policiais e desordens em geral, o que pode vir a ser, inclusive, mais visível na documentação. Ser mulher negra e livre, e, apesar dos perigos eminentes empreender mobilidade espacial, trabalhando em casas diversas como criada, cosendo, lavando e engomando, amancebando-se no intuito de ampliar as relações de cumplicidade, solidariedade e amizade, às vezes, poderia ser uma estratégia muito mais eficaz de garantir a sua liberdade e a proteção de sua vida.

Portanto, buscar nesses atos um exemplo de resistência é também considerar que nessa sociedade escravista - na qual existia uma precariedade estrutural da liberdade -, escravizados, livres e libertos procuravam não somente uma ação de ruptura profunda com o sistema, mas antes meios eficientes de assegurarem algum tipo de negociação que beneficiasse as suas condições legais, bem como a garantia de sua própria existência.

Diante disso, é possível, por exemplo, perceber a questão dos amancebamentos realizados por Arcanja como uma estratégia que visava a sua proteção ante a possibilidade patente de vir a ser escravizada ilegalmente. Numa sociedade escravista patriarcal, a companhia de um homem poderia eliminar esse perigo, pelo menos em tese. Em seu depoimento ela nos

⁵³⁵ GRAHAN, Sandra Lauderdale, 1943. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Trad. Viviana Bosi. – São Paulo: Companhia das Letras. 1992, p. 24

⁵³⁶ IDEM, p.28.

⁵³⁷ IDEM.

revela que já saíra do Crato acompanhada por um pardo e que, chegando a Icó, se apartou deste último e depois se amasiou com outro. Quando resolveu voltar à cidade de Icó, após três anos em Aracati, também estivera com outro homem.

A troca constante de parceiros quando ainda estava pela província do Ceará certamente fora importante para que seus deslocamentos espaciais, pelo menos no início, fossem realizados com mais segurança, isto é, reduzindo assim a probabilidade de ser considerada como escrava. A prática de amásia certamente foi uma das suas estratégias, dentre as alternativas que tinha para resistir à força da escravidão, que, aliás, estava sempre à espreita, esperando um vacilo qualquer.

O que admira nisso tudo, vale salientar, é que, apesar de todo o perigo já relatado acima, no que tange a uma mulher negra e liberta, ao invés de permanecer em seu lugar de origem, o Crato, o que em teoria poderia lhe dar mais segurança, tendo em vista a existência de parentes e amigos, Arcanja, ao contrário, optou por migrar. Optou pela mobilidade espacial. Sempre mudando de lugares e (re)construindo laços, sempre obtendo novas convivências pessoais, ainda que um tanto efêmeras e com consequências nada boas. Não sabemos o que a motivou a partir: se a fome, a seca ou a cólera. O que sabemos, com toda certeza, é que ela era gente, e gente é quase sempre imprevisível, e talvez isso explique melhor o motivo de sua saída do Crato.

Refaçamos o percurso descrito por Arcanja. Ela disse que não lembra quando saiu do Crato, mas que saiu com destino a capital do Ceará em companhia de um pardo de nome José Antônio, com quem vivia amancebada. No entanto, quando chegou no Icó, aportou-se de José e ficou com um soldado da polícia. Mas, ali mesmo um moço da cidade de Aracati a convidou para servir de ama. Ela foi e passou três anos. Depois, desgostando-se do moço, voltou a Icó em companhia de outro homem cujo nome não cita. Ficou por um mês e seguiu só até a povoação de Santa Rosa, demorando aí um ano, seguindo depois para Jaguaribe-mirim, depois para o lugar Porto Alegre, donde saiu para a Ana do Matriz e, quando chegou no lugar denominado Tanques, demorou alguns dias e seguiu rumo a Paraíba em companhia de um correio.

Ao analisar as localidades mencionadas, fica evidente que não se trata de um percurso aleatório. Na verdade, ela percorreu uma das mais importantes estradas do Ceará que se constituiu ainda no período colonial e foi, até o advento das estradas de ferro na região, uma

das principais artérias que ligava o litoral ao sertão cearense. Estamos falando da estrada geral do Jaguaribe:

trilhada sem dúvida em alguns de seus trechos já ao tempo dos primeiros exploradores seiscentistas, que, não dispendo de rios prestadios para a navegação, margeavam preferentemente os leitos das nossas ravinas, onde poços e cacimbas lhes forneciam água sofrível, a estrada geral do Jaguaribe atingiu cedo as terras meridionais da Capitania ⁵³⁸

Tratava-se de uma rota de grande relevância do comércio cearense, tendo na vila e depois cidade de Aracati, um ponto de intersecção. De acordo com Gabriel Nogueira, “entreposto das mercadorias vindas de outras localidades pelo litoral, a vila do Aracati tinha na distribuição destas mercadorias para os sertões uma atividade de grande relevância que se associava aos negócios ligados à produção e comercialização das carnes secas e dos couros [...]”. ⁵³⁹ Ou seja, Aranja estava dentro de um circuito importantíssimo de pessoas e mercadorias. Não foi uma mobilidade em meio ao esmo, as escondidas: Aranja anda como livre que era. ⁵⁴⁰

Quando seguiu rumo à Paraíba em companhia de um correio, Aranja, dessa vez, percorreu outra rota de grande relevância do semiárido nordestino. Já na Paraíba, ela chegou até o lugar denominado Tanques. Demorou alguns dias, mas seguiu rumo a povoação do Ingá, onde ficou alugada a uma mulher conhecida por Prisalina mais de um mês e, dali saindo para Mogeiro, foi pega no caminho por um cabra que suspeitou que ela fosse uma escrava em fuga. Essa rota era a estrada das boiadas, por onde descia a gadoria do sertão cearense até Pedras de Fogo, Goiana e Igarassu. Segundo Carlos Studart Filho, “por ela transitavam rumo ao interior comboios de mercadorias estrangeiras, de lá descendo o gado de corte para os matadouros de Paraíba, Recife e Olinda”. ⁵⁴¹

⁵³⁸ STUDART FILHO, Carlos. **Vias de comunicação do Ceará colonial**. Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza, v. LI, 1937, p.28.

⁵³⁹ NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Um porto do sertão, um centro regional**: a vila de Santa Cruz do Aracati no século XVIII. Revista Porto 4 (3): 2-26 [2016], p.5

⁵⁴⁰ “As mercadorias de procedência estrangeira vindas do Aracati eram conduzidas em chiantes carros de bois até o Icó, onde estacionava por ser o caminho daí por diante intransitável mesmo a esse rústico meio de transporte terrestre. Entre Icó e os centros consumidores a condução dos gêneros era feita em lombo de cavalos, bestas e bois mansos, a isso adestrados. Subiam também pela estrada geral tropas intermináveis de equinos carregando com destino aos povos de S. Francisco o produto das salinas cearenses e quiçá mesmo das de Mossoró, povoado norteriograndense que até meados do século passado, quando foi criada a Villa, gravitou na zona de influência e atracão comercial do Aracati1”. STUDART FILHO, Carlos. op. cit., 28-29.

⁵⁴¹ IDEM, p. 33.

Quando nos deparamos com os percursos empreendidos por Arcanja, salta aos olhos a sua inconstância particular. Um transitar contínuo. Uma vida repetidamente impermanente, quase que num estado incessante de fuga. Não se demora nunca: a mobilidade lhe é um atributo vital. É o sentido elementar da sua vida que se teceu em movimento. Olhando daqui do presente, parece que sempre estava em busca de algo que não conseguimos descrever, talvez por ser subjetivo de mais para darmos conta.

Depois de tantos caminhos, lugares e pessoas. Depois de tantas barreiras transpostas. Depois de tantos espaços conquistados e perdidos, Arcanja foi pega por um cabra no caminho para Mogeiro-PB, “na suposição de ser ela escrava”.⁵⁴² Daí foi conduzida por outro homem até a freguesia de Nossa Senhora do Ó, comarca de Goiana. Chegando pela noite, dormiu na casa de Bento Birica (sic). No dia seguinte, foi levada ao tenente coronel Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, senhor do engenho Natal e subdelegado do distrito policial de Nossa Senhora do Ó.

Seria o fim de sua trajetória? Claro que não. Aqui começa mais uma etapa em que nunca estive ausente aquela vida pautada entre a escravidão e a liberdade.

A expressão “na suposição de ser ela escrava” carrega consigo um aspecto definidor daquela sociedade de meados do século XIX: a precariedade da liberdade ou, a possibilidade patente da gente de cor ser (re)conduzida a escravidão ao arrepio da lei. Neste momento, Arcanja cai numa das tantas armadilhas da sociedade escravista. Uma sociedade que limitava as ações de pessoas livres e libertas de cor, oferecendo-lhes, ainda por cima, a suspeição generalizada que resultava na possibilidade manifesta de serem escravizadas ilegalmente.

Relembremos um caso já exposto no primeiro capítulo, o do crioulo João Silvestre “de 32 anos, de estatura baixa, rosto oval, cabelo crespo, olhos pretos e nariz chato”, que foi preso em Goiana no mês de abril de 1858 por portar arma de fogo. Em ofício ao chefe de polícia da província, respondendo sobre a sua condição, o delegado não omitiu o fato de que o dito “João Silvestre, já fora preso nesta cidade no ano próximo passado, por suspeita de ser escravo”. No interrogatório feito nas dependências da delegacia dissera que era “livre” e que “muitas pessoas

⁵⁴² É importante lembrar-se da rede que era construída por senhores como Feliciano. Elas poderiam ser fundamentais na efetivação da escravização ilegal.

dali o conhecia e entre elas um Francisco, pardo, morador na Rua Direita em seu sobrado, perto de uma padaria, ao sair do Beco de São Pedro”.⁵⁴³

É nítido que João acionou prontamente suas malhas de relações pessoais que tinha na cidade no intuito de sair daquela situação. Mas, ao invés de adentrarmos nessa malha, vejamos a descrição de João Silvestre, contida, aliás, em seu passaporte, e a relacionemos com os possíveis critérios sob os quais um indivíduo poderia ser enquadrado enquanto “suspeito de ser escravo”: estatura baixa, rosto oval, cabelo crespo, olhos pretos e nariz chato. As evidências estavam impressas no corpo. Não seria exagerado propor que a suspeição, neste caso, partia de um aspecto fenótipo cuja herança africana era parte não só predominante, mas elementar.

É necessário dizer mais algumas palavras no que diz respeito à captura. À primeira vista, estamos diante de um procedimento que poderia se dizer padrão para aquela época: prisão de um suspeito de ser escravo e condução para a autoridade local que por sua vez daria o destino correto, isto é: remetê-la à delegacia de Goiana comunicando por ofício sobre o ocorrido aos superiores. Daí, portanto, o (sub)delegado acionava os mecanismos necessários para saber da real condição legal do indivíduo. No entanto, ocorre que a sua captura se deu noutra província, distante, portanto, da jurisdição de Feliciano, subdelegado que era de Nossa Senhora do Ó. Mesmo assim, caso insistirmos num suposto procedimento legal, era para ao menos ter um ofício. Não houve, é claro.

Parece-nos que o interesse pela propriedade escrava ilegal pesava mais que o exercício das atribuições legais que eram reservadas ao subdelegado do distrito em questão. Diante disso, não há motivos para nos espantar, haja vista a conduta recorrente das elites sempre inclinadas a adquirirem, ao arrepio da lei, gente escravizada. Ou seja, o tenente coronel Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego usou de sua posição de subdelegado e/ou comandante da guarda nacional para empreender a escravização ilegal numa conjuntura, vale salientar, de aumento no preço do escravizado. Além do mais, podemos estar diante de uma rede complexa de captura de gente livre para ser submetida à escravidão ilegalmente: é o que indica o fato de Arcanja ter passado de mão em mão até chegar a Feliciano. No mais, estamos diante de um suposto *ethos* senhorial, arregimentado pela hipocrisia enquanto cultura política, agindo na cara dura. Sigamos com o caso.

⁵⁴³ Delegacia de Goiana, novembro de 1858. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 - 1856a1860 - Volume único

Arcanja permaneceu por dois anos no engenho Natal, lavando, cosendo e engomando. Ao ser perguntada se nesse período em que ficou no poder do coronel Feliciano ela era tratada como escrava, disse que, a princípio, não tinha desconfiança de ser considerada como tal “[...] apesar de a ter (Feliciano) uma ou outra vez castigado moderadamente”.⁵⁴⁴ Pelo tempo em que ficou no engenho e pelos serviços desempenhados, parece que houve um contrato entre as partes, ainda que bastante precário e instável. Um contrato simbólico que previa, aliás, naquele tipo de sociedade, certos tipos de castigos, desde que não ultrapassassem o “bom-senso” do exercício do poder senhorial.

O “a apesar de” e, o “moderadamente”, transcrito pelo escrivão, nos faz lembrar sobre o castigo enquanto elemento pedagógico e não como um agravante. Um castigo atrelado a uma hegemonia cultural que, tomando de empréstimo uma formulação de E. P. Thompson, “induz exatamente àquele estado de espírito em que as estruturas estabelecidas da autoridade e os modos de exploração parecem fazer parte do próprio curso da natureza”.⁵⁴⁵

Nesse sentido, diz-nos Silvia Hunold Lara sobre a sociedade escravista colonial:

A prática de castigo senhorial continha uma dimensão pedagógica que unia amor e medo, mercê e rigor, e se fazia no interior de uma relação pessoal de dominação que, através de suas mediações, possibilitava um afastamento senhorial do exercício direto dos “excessos” e “abusos”.⁵⁴⁶

Naquele tipo de sociedade, o castigo físico de escravos era uma ferramenta indispensável para o exercício do poder senhorial. Contudo, como lembra Silvia Lara, era preciso que ele fosse empreendido mediante regras que afastassem os excessos e abusos. Caso contrário, poderia ser seriamente contestado, ao ponto de provocar instabilidades indesejadas, gerando mortes e toda sorte de desconforto na propriedade, sobretudo naquelas com grandes números de escravizados. Estes castigos também foram usados em homens e mulheres livres que viviam na margem da deferência, afinal, numa sociedade em que a violência era moeda corrente, o castigo físico era visto como ação disciplinadora e mantedora do exercício do poder

⁵⁴⁴ IDEM.

⁵⁴⁵ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.46.

⁵⁴⁶ LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência, escravos e enhores na capitania do Rio de Janeiro; 1750 – 1808**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p.342.

senhorial. Contudo, em 1868, a dimensão pedagógica deveria ser tema ainda mais delicado frente às constantes revoltas e reivindicações da população escravizada e da de livres e pobres.

Diante das fontes que dispomos, é quase impossível supor quais foram os critérios acordados entre Arcanja e Feliciano para ela ficasse no engenho, se é que existiram de fato. Mas, se houve, é certo que a balança pesou mais para um lado, neste caso, para o do senhor. É de se presumir, porém, que durante o tempo em que permaneceu no engenho trabalhou e muito. Poderia ela ser usada não somente na atividade de lavar e engomar, como também em outras que uma casa-grande demandava para as mulheres. E foi como disse: trabalhou, aliás, diariamente, “sem excetuar os domingos e dias santos”⁵⁴⁷, disse Arcanja.

Se para os escravizados os domingos e dias santos eram sagrados, destinados aos serviços de Deus, ou, quem sabe, caso existisse, para o cultivo de sua própria roça, quem dirá para uma mulher livre, mesmo vivendo na margem da dependência senhorial, mas que almejava aproveitar ao máximo e, à sua maneira, o tempo livre que dispunha?⁵⁴⁸ A não utilização, por exemplo, desses dias por uma mulher preta liberta que, aparentemente, era uma assalariada do engenho Natal, implica em mais uma negligência do poder senhorial que passa a não considerar um direito há muito compartilhado entre escravizados e libertos que viviam em torno da produção do açúcar. Essa violação não deixou de ser interpretada por Arcanja que, inclusive, quando lhe foi perguntada se o Coronel Feliciano teria ajustado os dias de serviço e se ele teria lhe pagado seu salário devidamente, disse que “não fez ajuste algum”:

[...] e que na outra vez deu a seu pedido quatro vinténs, [...] sendo que na ocasião em que foi ela (Arcanja) [...] tirada do poder do mesmo tenente coronel por mandado do delgado de Goiana, ouviu ele dizer ao comandante da escolta que ela era livre e lhe deu então quatorze mil reis, confessando que ainda um devia.⁵⁴⁹

Segundo Arcanja, e no que restou de sua história transcrita pelo escrivão, ela nunca recebeu a quantia mencionada por Feliciano. Olhando sob outro ângulo, é possível imaginar que no começo o senhor a tivesse tratado com alguma complacência. No entanto, ao passar do tempo, as condutas de Feliciano foram demonstrando evidências de que aquele suposto

⁵⁴⁷ **Delegacia de Goiana**, 7 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

⁵⁴⁸ Walter Fraga Filho aponta que na Bahia o significado de liberdade, mesmo no pós-abolição, para muitos dos (ex) escravizados, consistia no acesso a parcelas de terras. Ver: FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Ver também SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista** / Eduardo Silva, João José Reis. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵⁴⁹ **Delegacia de Goiana**, 7 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

contrato, ainda que precário e instável, mas efetuado entre as partes e que indicava sua condição de livre, estava indo por água abaixo. Feliciano, na sua esperteza senhorial, teria até lhe proposto, sem que ficasse visível uma suposta redução à escravidão, as condições necessárias para que ficasse no engenho: trabalho, moradia e proteção. Acontece que as coisas tomaram outros rumos.

Não tardou para que as relações fossem ganhando um tom mais agudo, chegando a um ponto de Arcanja perceber que sua condição de livre estava sendo criminalmente afetada. A começar pela não utilização dos domingos e dias santos para o proveito próprio e, ainda mais: ganhando vinténs quando se pedia, ao invés dos quatorze mil réis que o coronel Feliciano disse aos oficiais de justiça ter dado a ela. Ficou por dois anos no engenho com uma ausência de salários e uma reclusão que afetou diretamente o significado de sua liberdade. Ficou, mas, pelo menos até o momento que concluiu que sua liberdade estava sendo atacada, ou quando:

saindo uma vez para deixar a companhia dele (coronel Feliciano), a mandou buscar na Povoação da Lapa, onde se achara, por um escravo. E ao chegarem perguntou ele se a trazia amarrada, sendo respondido negativamente disse ele: **foi o que te valeu.** E a mandou para o tronco e no dia seguinte deu-lhe quatro palmatadas mandando-a trabalhar em uma destilação ⁵⁵⁰

“Foi o que te valeu”. Apesar de ter passado pelo filtro da pena de quem escreveu o relato de Arcanja, esta é uma expressão que carrega consigo um feixe de significados tão profundos e tão invisíveis a nós. Ela é capaz de traduzir, tomando de empréstimo uma frase de Wlamyra R. de Albuquerque em *O jogo da dissimulação*, “regras de sociabilidades hierarquizadas [...]”.

⁵⁵¹ Não ser amarrada significou e muito para Arcanja. Este era um ato que se fazia aos escravizados e não as pessoas livres. Assim faziam as autoridades e o senhor: *Amarra o nego soldado, a mando do delegado / amarra o nego soldado, a mando do delegado.* ⁵⁵²

Os dois versos acima fazem parte do enredo do Cavalo Marinho, uma mistura de dança e teatro popular praticado por trabalhadores do corte da cana de açúcar na Mata Norte de Pernambuco, região, portanto, em que se desenvolveu a história aqui exposta. Devido a desordem causada pelo Mateus, protagonista da trama, na festa do Divino Santo Rei do Oriente,

⁵⁵⁰ **Delegacia de Goiana**, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único. (grifos nossos)

⁵⁵¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. 1 ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2009, p.33.

⁵⁵² Versos do teatro rural do Cavalo Marinho. Citar João Teles.

festa comandada pelo Capitão Marinho, ordena-se que o negro tenha como punição ser amarrado.⁵⁵³ Os versos resumem bem como uma prática longínqua termina por enveredar anos adentro, chegando até aos dias atuais em forma de manifestação cultural.

Por isso fica ainda mais interessante notar a expressão “*foi o que te valeu*”, dita por Feliciano depois de ter perguntado a Arcanja se viera amarrada da povoação da Lapa, freguesia de Nossa Senhora do Ó, para o engenho Natal. Neste eco da voz senhorial, é possível identificar um indício de que Arcanja tinha conquistado um espaço social em que a sua condição de livre era manifesta, inclusive entre os escravizados. Feliciano tinha consciência desse espaço, não fosse assim não teria perguntado se viera marrada. Mas, ele o negligenciou intencionalmente.

“E a mandou para o tronco e no dia seguinte deu-lhe quatro palmatadas mandando-a trabalhar em uma destilação”. Notemos que este conjunto de castigos difere, e muito, do que ela relatou quando lhe foi perguntada se Feliciano a tratava como escrava. Aqui não existe, por exemplo, o “apesar de que foi levada ao tronco”, ou o termo “moderadamente”. Por mais que o tratamento da classe senhorial para com essas mulheres fosse à base de castigos, dos beliscões e palmadas, a ida ao tronco foi muito mais fatal para o seu significado de liberdade, do que os castigos aparentemente mais corriqueiros recebidos outrora. Dessa vez foi um castigo mais humilhante, carregadíssimo de simbolismo. A materialização do poder senhorial se deu em seu corpo de modo indiscutível, sem brecha alguma para a “pedagogia”. Tratou-se de um castigo que rompeu, de uma vez por todas, qualquer tipo de contrato ou negociação que tivesse sido feito.

O fato de ter se ausentado do engenho sem o consentimento de Feliciano acionou a necessidade de se empreender o exercício do poder através do castigo físico, da violência punitiva: Feliciano mandou um escravo trazê-la de volta e, como punição de ter se evadido sem o consentimento dele, foi para o tronco. Levou palmatadas e trabalhou na destilaria. Só que aí o castigo excedeu os limites da pedagogia e, se num primeiro momento o castigo aparece como “comum”, ou como fazendo parte da vida cotidiana, agora emerge como uma denúncia. Feliciano teria sido “injusto”, “excessivo” e “cruel” na sua conduta senhorial.

⁵⁵³ Sobre o Cavalão Marinho e a relação com a escravidão na Zona da Mata Norte pernambucana da segunda metade do século XIX, ver: BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Capitães e Mateus**: relações sociais e as culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (comarca de Nazareth – 1870-1888). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2011.

Outra questão que deve ser mencionada é que dessa vez um atributo fundamental para Arcanja foi violadíssimo: a sua mobilidade espacial. Ora, ao ler o interrogatório de Arcanja o que se revela é um relato dos locais e das pessoas com quem esteve até a sua chegada no engenho de Natal. Mesmo considerando que para uma mulher crioula liberta empreender este tipo de mobilidade era sinônimo dos mais variados riscos, como dito anteriormente, é preciso reconhecermos que ela o fez. Portanto, essa mobilidade espacial possuía um significado crucial na sua experiência de liberdade. Ao ser desconsiderada, não precisa ver para que crer que tinha caído nas malhas da escravidão: estava na cara.

De acordo com Hebe Maria Mattos, o recurso à mobilidade espacial era “um ponto essencial da experiência de liberdade no período escravista, que deita raízes no processo de formação de uma ordem social mercantil e escravista na Colônia portuguesa”. Ainda segunda a autora, não se tratava da mobilidade do “desbravador e do bandeirante, mas a que se fazia no coração da ordem social escravista já constituída, que incluía, em qualquer momento que for tomada, uma fronteira móvel e parcialmente ocupada”.⁵⁵⁴

Lembremos que essa mobilidade era realizada majoritariamente pelos homens: à mulher liberta restou, na maioria dos casos, a continuada dependência patriarcal.⁵⁵⁵ Mesmo assim, apesar de não constituir uma regra, isso não excluía as mulheres de empreenderem suas mobilidades espaciais. Nas médias e grandes cidades elas trabalharam nos serviços que a rua dispunha, mesmo convivendo com variados riscos. No entanto, convém lembrar que, numa região como a da freguesia de Nossa Senhora do Ó, as chances poderiam reduzir de forma drástica, haja vista a paisagem eminentemente agrária. Portanto, “circular” era algo consideravelmente perigoso e, ao mesmo tempo, desafiador. E tem mais: do ponto de vista do poder senhorial, o fato de se ausentar sem consentimento era um agravante que requeria punição.

“E a mandou para o tronco e no dia seguinte deu-lhe quatro palmatadas mandando-a trabalhar em uma destilação”. Essas foram uma das últimas palavras escritas pelo escrivão que traduziu a trama contada por Arcanja. Gostaríamos saber mais de sua história, contudo as informações disponíveis são restritas. Mesmo assim nos esforçamos, com o pouco que tivemos acesso, para tentar trazer à tona sua vida, suas múltiplas escolhas e os caminhos dos mais

⁵⁵⁴ MATTOS, H. M. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX). 3. ed. Ver. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, p.39.

⁵⁵⁵ MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

diversos. Ela, decerto, resistiu à sua maneira. Arcanja, crioula livre, natural do Crato e de quarenta anos de idade se viu escravizada num mundo bem distante daquele seu de origem, mas muito provavelmente não esteve passível frente às ações arbitrárias de Feliciano.

Como lembra Maria Helena Machado, “resistir significa, por um lado, impor determinados limites ao poder do senhor, onerá-lo em sua amplitude, colocar à mostra suas inconsistências”.⁵⁵⁶ E assim parece que se sucedeu. Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, aos quarenta e três anos, subdelegado, comandante da Guarda Nacional e senhor do engenho Natal, certamente ficou atônito ao ver adentrarem ao engenho oficiais de justiça acompanhados de uma escolta em busca de Arcanja. Era o poder do Estado, representado por agentes, invadindo uma propriedade privada que, na lógica patriarcal, era inviolável. Atribulado ficou ainda mais quando as autoridades recusaram em deixar o menino Manuel. Naquele momento, Feliciano tinha sofrido uma derrota intolerável.

5.2 “POIS BEM NÃO CHORE QUE O TOMO PARA CRIÁ-LO NO ENGENHO TRABALHANDO”: O MENOR MANUEL, ESCRAVIZADO NO ENGENHO NATAL.

Quando saiu do engenho Natal levado pelas autoridades policiais de Goiana, Manuel tinha de dez para doze anos. Trabalhava na agricultura e não sabia ler, nem escrever. Era filho de Francisco Paraíba de Andrade e de Joaquina Maria Francisca da Conceição, ambos falecidos. A história de Manuel consegue sintetizar os destinos de centenas de milhares de crianças órfãs do Brasil escravista de meados do século XIX. Ainda mais numa conjuntura específica que foi a da epidemia do *Cólera Morbus*. Aliás, se tem um ponto que entrelaça a sua história com a de Arcanja, além da vida precária, esse é o cólera. Deixemos que Manuel se apresente, ainda que pela pena do escrivão:

Nasceu no engenho Cupissura da freguesia de Nossa Senhora do Ó e que não conheceu outro parente além de um mano que se acha em companhia de seu padrinho conhecido por Zuza, no lugar Lagoa Seca de Nazareth e que tendo seu pai se retirado de Cupissura, foi procurar trabalho no engenho do tenente coronel Feliciano, onde ficou trabalhando de caldeireiro, mas sobrevivendo a última epidemia do cólera tem medo de ali continuar, retirou-se para casa de um amigo dele, de nome José Bá, levando consigo ele respondente e ali faleceu efetivamente do cólera, tendo antes quando se achava doente recomendado a este amigo, que tomasse sobre sua proteção ele respondente. Um ano depois, ali foi ter um inspetor de quartirão da subdelegacia daquele

⁵⁵⁶ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. – 2. Ed., 1. reimpr. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p.30.

lugar, e o conduziu para o engenho do dito tenente coronel e por este sendo perguntado se queria ir para o Paraguai, respondeu-lhe negativamente, ao que lhe disse ele pois bem não chore que o tomo para cria-lo e trata-lo no engenho trabalhando como o fez imediatamente empregando em todo serviço, sendo que a princípio o tratara com alguma complacência, mas ao depois por qualquer falta ou descuido o maltratara com pancadas mais ou menos rigorosas pelo que digo tendo-se ele respondente saiu e retirou-se para o engenho Mata limpo, donde o mandou buscar por um seu morador de nome Joaquim de Almeida ao lugar foi ele castigado com palmadas e chicotadas.⁵⁵⁷

No começo deste capítulo vimos como o *cólera morbus* impactou veementemente a vida de milhares de pessoas, sobretudo as mais pobres e mal alimentadas, que não tinham condições de higiene básicas, propensas a utilização de águas e produtos alimentícios contaminados, por onde a doença era transmitida rapidamente. Ante ao crescente número de casos e as subsequentes mortes, com lugares que nem podiam sepultar os cadáveres, o desespero se espalhou rapidamente: “a população foi tomada por um pânico que levou muitos a fugirem das suas localidades, tentando evitar a contaminação”.⁵⁵⁸ Manuel e seu pai, Francisco Paraíba, foram uma das testemunhas oculares desse terror. O medo de ser contaminado fez com que Francisco, inclusive, resolvesse sair do engenho Natal, onde estava trabalhando de caldeireiro. Mas não houve jeito. “Faleceu efetivamente do cólera”, na casa de um amigo de nome José Bá, onde supôs que acharia proteção ao flagelo.

Certamente, a perda do pai impactou contundentemente a vida de Manuel, não só pela falta de um ente querido, mas pela falta de alguém que o protegesse de perigos que rondavam a sua vida. Não tinha nenhum parente, a não ser um mano que vivia em companhia do seu padrinho conhecido por Zuza. Contudo, pelo que emerge do relato, não tinha muita proximidade. A prova é que ficou com José Bá que teria escutado do pai de Manuel, já adoentado, que tomasse sobre sua proteção o menino Manuel. Foi o que fez, mas por apenas um ano. Certo dia, apareceu um inspetor de quarteirão da subdelegacia de Nossa Senhora do Ó que o conduziu até o subdelegado, Feliciano. Manuel, chorando provavelmente por desconhecer seu destino, foi perguntado se queria ir à Guerra do Paraguai, respondendo negativamente. “Pois bem não chore que o tomo para cria-lo e tratá-lo no engenho trabalhando”, disse cinicamente Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, subdelegado e proprietário do engenho Natal.

⁵⁵⁷ **Delegacia de Goiana**, 7 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

⁵⁵⁸ FARIAS, Rosilene Gomes. op.cit., p.11.

No começo até tratara Manuel com alguma complacência, mas bastava alguma falta ou descuido, o maltratava com pancadas mais ou menos rigorosas. Certo dia, retirando-se para o engenho Matalimpo, Feliciano mandou um morador, Joaquim de Almeida, buscá-lo e, como punição por sair sem o consentimento do senhor, foi castigado com palmadas e chicotadas. O relato de Manuel aponta para outros elementos já discutidos na história de Arcanja. Um exemplo interessante é o da rede de agentes capitaneados por Feliciano. Veja-se: um inspetor foi até a casa de José Bá e o levou até seu superior, o subdelegado de Nossa Senhora do Ó. Da mesma forma que aconteceu com Arcanja, ainda que não fossem inspetores de quarteirão. No entanto, foi ela pega por suspeita de ser escrava, levada até a casa de outro homem com este último encarregando-se de levá-la até Feliciano.

Ao que parece, essa rede de agentes capitaneada por Feliciano agia com o objetivo de reduzir, à revelia da lei, pessoas livres à escravidão. Não só adultos, mas crianças como Manuel, que não tinham ninguém que pudesse defender sua condição. Essa atitude de Feliciano não era algo particular, nem dispersa entre os crimes do Brasil Império. Na verdade, estava assentada num *modus operandi* que se enraizou no país sobretudo depois da primeira lei de tráfico de 1831.⁵⁵⁹ As dificuldades do recente Estado brasileiro em lidar com a entrada maciça de africanos escravizados, mesmo depois de proibida a atividade, imprimiu na sociedade um cinismo oficial, uma inclinação generalizante para ilegalidades de toda ordem.⁵⁶⁰

A “doutrina eusebiana”, que dizia que todo preto era escravo desde que provasse o contrário, apresentada justamente quando o país presenciava o contrabando de africanos escravizados, impulsionou uma conduta generalizada de compra ilegal de mão de obra recém desembarcada: já que o ônus da prova de liberdade ou de origem recaía sobre o escravo, desprovido de segurança jurídica, qual o problema de comprar africanos ilegalmente? Quem tinha dinheiro comprava e a venda se dava debaixo da vista de todo mundo, inclusive das

⁵⁵⁹ Há uma literatura extensa sobre a primeira lei de tráfico. Ver, por exemplo: AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo.** Campinas: Editora da Unicamp, 2010; MAMIGONIAN, Beatriz. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Império** (1808- 1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, vol. 1, p. 207-233; CARVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., 2010; CARVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., 2012; CHALHOUB, Sidney. op.cit., 2012; CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil** / Beatriz Galote Mamigonian. – 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017; RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)** / Jaime Rodrigues. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, Ceculto, 2000.

⁵⁶⁰ Beatriz Mamigonian atesta que “nenhuma análise da construção do Estado nacional brasileiro e de sua ordem jurídica pode mais desconsiderar a extensão e a gravidade da ilegalidade associada ao tráfico de escravos” MAMIGONIAN, Beatriz G. op.cit., 2017, p.23

autoridades. Uma das consequências mais impactante do cinismo oficial em relação ao contrabando de escravos foi, sem dúvidas, a escravização ilegal de pessoas livres. Afinal, até que elas provassem o contrário, já teriam sido vendidas.

“A intensidade do costume senhorial de escravizar ilegalmente”, assegura Sidney Chalhoub, constrangeu com ímpeto “a experiência cotidiana de negros libertos e livres pobres naquela sociedade. As práticas de escravização ilegal produziam insegurança, tornavam precária a liberdade”.⁵⁶¹ Para este autor, a suspeição generalizada empreendida pela polícia e a possibilidade de (re)escravizar uma pessoa livre tornaram-se pontos fundamentais no que ele entendeu por precariedade da liberdade. Havia outros pontos, como por exemplo, a frouxidão na questão da prova de propriedade escrava; as restrições constitucionais aos direitos políticos dos libertos; a ausência da alfabetização e o acesso restrito de libertos e negros livres em geral à instrução primária.⁵⁶²

“O processo de enraizamento da escravização ilegal no *modus operandi* do Estado imperial”, ressalta ainda Chalhoub, “tornou mais precária a liberdade de pretos e pardos forros e livres em geral”.⁵⁶³ O grande problema do tráfico desdobrou-se em consequências que afetaram a vida de livres e libertos em cheio. Ser livre depois de 1831, portanto, tornou-se uma experiência ainda mais arriscada, “pois tinha a sua vida pautada pela escravidão, pela necessidade de lidar amiúde com o perigo de cair nela, ou voltar para ela”.⁵⁶⁴

Entender a experiência da liberdade a partir dessas questões implica está de acordo com Marcus Carvalho, quando diz que a liberdade é:

“[...] um processo de conquistas, que pode ou não ser alcançadas durante o correr de uma vida. É o desdobramento de um conjunto de direitos que podem ser adquiridos, ou perdidos, um a um com o tempo. É, portanto, um caminho a ser percorrido, e não uma situação estática e definitiva. Não existe, portanto, liberdade absoluta. E, mesmo no caso de sua mais radical ausência, resta sempre uma escolha final, entre a vida e a morte”⁵⁶⁵

⁵⁶¹ CHALHOUB, Sidney. op.cit., 2012, p.49

⁵⁶²Segundo Chalhoub, “o cerne do conceito de precariedade estrutural da liberdade no Brasil oitocentista está na vigência de longa duração dos feitos e jeitos de interação social que tornavam amiúde incertas e porosas as fronteiras entre escravidão e liberdade”. Ver: CHALHOUB, Sidney. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)** História Social, n. 19, segundo semestre de 2010, p.55.

⁵⁶³ CHALHOUB, Sidney. op.cit., 2012, p.93.

⁵⁶⁴ IDEM.

⁵⁶⁵CARVALHO, J. M. de. op.cit., 2010, p. 214.

Em suma, o que estamos apontando é que na análise das experiências da liberdade, além de levar em conta os pontos ressaltados por Marcus Carvalho, é preciso levar em consideração a possibilidade patente de reescravização. Beatriz Mamigonian nos lembra que “homens mulheres e crianças viram-se com frequência (re) escravizada indevidamente e obrigados a resignar-se ou a enfrentar forças maiores que as suas para reaver a liberdade”.⁵⁶⁶ “Forças maiores” essas que incidiam, sobretudo nas crianças livres e libertas que, em muitos casos, foram raptadas e vendidas como escravas. Mesmo sendo crime, considerado pelo art. 179 do Código Criminal do Império de 1830, a prática de reduzir pessoas libertas à escravidão foi recorrente. Para Mamigonian, no que tange à aplicabilidade desta lei, o Judiciário e o Executivo “nem sempre concordaram nem atuaram em uníssono, o que resultou em uma atenção desigual para o problema da reescravização”.⁵⁶⁷

No dia 8 de novembro de 1858, o delegado Luiz Francisco Teixeira, informou ao chefe de polícia da província sobre três casos de escravizações ilegais ocorridos na comarca de Goiana. Todos eles referiam-se a crianças libertas vendidas como escravas. Em novembro, por exemplo, informou sobre a prisão de José Luiz e de seu sogro Serafim José. De acordo com o delegado:

“José Luiz de combinação com seu sogro, já falecido, vendera ao proprietário de Engenho Lagoa, José Pedro Veloso de Silveira, uma crioulinha liberta, de nome Joaquina que foi dada a eles para criá-la, por Justina de tal que a recebera como enjeitada. Serafim José falecera na cadeia e aquele pôde evadir-se da prisão.”⁵⁶⁸

Joaquina, como consta, foi dada aos seus algozes por Justina que não a quis para criá-la. Neste caso, a possibilidade de escravização ilegal poderia ser maior devido à falta de um núcleo familiar que conseguisse assegurar a condição de uma criança liberta. Além do mais, a venda de uma criança como escrava poderia ser bem lucrativa e tanto José Luiz e seu sogro Serafim José quanto Justina poderiam ter lucrado com isso. A probabilidade de serem vendidas

⁵⁶⁶ MAMIGONIAN, Beatriz G. op.cit., 2017, p.418.

⁵⁶⁷ IDEM, p.419.

⁵⁶⁸ Delegacia de Goiana, 8 de Novembro de 1858. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856a1860 - Volume único.

como escravas era impetuosa com relação às crianças, ainda mais quando seus entes estavam de acordo tal empreitada.

Cerca de três meses antes do caso de Joaquina, Candido Alexandre Pereira Leite, Antônio Batista Pereira, Manoel Barbosa de Araújo, Bento José da Costa e José Gomes Pereira foram presos por terem vendido um moleque, o crioulo livre José Gomes, filho de Joana Maria da Conceição. Inclusive, José Gomes Pereira, envolvido no crime, era tio do crioulo vendido. A quadrilha, segundo consta, vendeu o crioulo liberto “a Manoel Antônio Ribeiro, morador em seu sobrado por cima da Inspeção do Algodão (Recife), pela quantia de um conto de reis”.⁵⁶⁹ O delgado ainda informava que:

“[...] foi igualmente apreendido uma carteira de Manoel Barbosa de Araujo, contendo cento e noventa e sete mil reis (197\$000) e uma letra de quinhentos mil reis (500\$000) assinadas por Manoel Antonio Ribeiro, obrigando-se a pagar esta quantia a Manoel Barbosa de Araújo por salvo da compra do moleque logo que o dito Manoel Barbosa apresentasse uma fiança do Alferes João Dias Bezerra de Araujo.”⁵⁷⁰

Um ponto curioso é o preço que ele foi vendido: 1.000\$000 (um conto de réis). Um preço bastante sugestivo. Como dito acima, essas crianças valiam uma boa quantia e o negócio de vendê-las era lucrativo. Poderiam ser entregues por suas mães a terceiros e estes vendê-las como escravas; poderiam ser vendidas pelos próprios parentes ou poderiam ser raptadas e vendidas.

No mês de abril do mesmo ano de 1858, por exemplo, Maria Benedita, seu pai Francisco, escravo e uma testemunha de nome Damiana Maria, foram interrogados pelo delegado Luiz Francisco Teixeira sobre o fato de Maria ter sido raptada ainda quando criança da praia Ponta de Coqueiros, na Paraíba, e vendida para o sertão.

Maria Benedita morava na freguesia de Taquara, situada nas redondezas da comarca de Goiana, mas pertencente, à época, à província da Paraíba. Era filha de Josefa, liberta e já falecida, com Luiz, ainda escravo. Josepha teve mais três filhas, uma que morreu afogada, outra que teria tomado destino semelhante ao de Maria Benedita e a última que morreu no parto junto com a sua mãe. De acordo com Maria Benedita, depois da morte de sua mãe ficou “ela com sua avó Feliciano e seu avô Alberto, ambos forros”.⁵⁷¹ Mas, certo dia:

⁵⁶⁹ Delegacia de Goiana, 22 de Agosto de 1858. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856a1860 - Volume único.

⁵⁷⁰ IDEM.

⁵⁷¹ **Delegacia de Goiana**, 6 de Abril de 1858. APEJE, Setor de manuscritos. SSP 176 – 1856a1860 - Volume único

“[...] tendo ido para a praia de Ponta de Coqueiros para casa de uma sua tia por nome Clara forra e já falecida, com consentimento de seus avós para aprender a coser, ali fora tirada de dia sem sua tia ver e levada pela praia por um homem a quem não conhece, o qual andou com ela arranjando-se em algumas casas até que chegou em Goiana e a pôs na casa de Francisco (pintor) e daí a levou para o sertão onde a vendeu”.⁵⁷²

Todas as testemunhas sustentaram a versão de Maria Benedita sobre o ocorrido e sobre as suas relações familiares: Maria Benedita era filha de um escravo com uma liberta, teve três irmãs, mas já falecidas e fora raptada por um homem desconhecido e vendida como escrava no Sertão. A propósito, no auto de perguntas, disse que das suas irmãs, “uma morrera pequena” e, uma outra, “que tinha ficado em casa de seus avôs [...]também fora tirada e a puseram na mesma casa de Francisco (pintor)”.⁵⁷³ Francisco, o pintor, provavelmente era um homem que sabia atuar nesse mercado ilegal de compra e venda de crianças livres e libertas como escravizadas. Certamente foi um dos pontos articuladores em Goiana nesse tipo de serviço, envolvendo redes já muito antigas, como a que se fazia descer o gado do sertão de dentro, e que da mesma forma fazia “desaparecer” os escravizados ilegalmente.

O que fica evidente nas respostas de Benedita e nas das testemunhas, é a defesa recorrente de sua condição de livre através do uso de uma narrativa da liberdade, o que demonstra a consciência de sua condição legal. Quando lhe perguntaram se era escrava, por exemplo, respondeu que não porque sua mãe quando a teve era forra e que fora alforriada pela sua avó: *partus sequitur ventrem*.⁵⁷⁴ O delegado, por sua vez, colocou em teste a história de Benedita, perguntando as três testemunhas se a mãe dela era mesmo forra: todos foram unânimes em dizer que sim. Maria Benedita era filha de um ventre livre, portanto, livre também.

Joaquina, Manoel e Maria Benedita, são exemplos de crianças que foram escravizadas ilegalmente na comarca de Goiana. Suas histórias demonstram como a experiência da liberdade para as crianças era algo arriscado. Muitas, como Maria, podiam saber de suas condições de livres ou libertas, mas muitas vezes eram impelidas pela força da escravidão, de modo que nem

⁵⁷² IDEM.

⁵⁷³ IDEM.

⁵⁷⁴ “O princípio do *partus sequitur ventrem* [...] é oriundo do direito romano e determina que a condição de nascimento de uma criança dentro de um regime de escravidão deveria seguir a de sua mãe, ou seja: mãe cativa, filhos também cativos. Este princípio foi prontamente incorporado pelas sociedades escravistas assentadas na América ao longo de suas histórias, e reforçado em diferentes lugares a fim de fortalecer a continuidade do sistema escravista em sua matrilinearidade, mesmo quando este parecia caminhar para seu fim”. Ver: SOUSA, Caroline Passarini. *Partus sequitur ventrem*: reprodução e maternidade no estabelecimento da escravidão e abolição nas Américas até a primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021, p.21.

tinham como reagir. Decerto, estavam dadas a todo tipo de sorte caso não estivessem situadas numa rede de relações de amizade e cumplicidade que assegurassem e legitimassem suas condições de crianças livres ou libertas.

Percebe-se, portanto, que o caso de Manuel, retirado do engenho Natal em 1868, não foi o único da comarca. Aliás, Goiana foi palco de inúmeros desembarques ilegais, de inúmeras obtenções de mão de obra africana ao arpejo da lei e, conseqüentemente, de inúmeras escravizações ilegais ocorridas no percurso do século XIX.⁵⁷⁵ Contudo, analisando novamente o auto de perguntas feitas a Manuel e Arcanja, identifica-se um aspecto interessante que diz respeito a conduta senhorial empreendida por Feliciano. Quando foi perguntado a Manuel se Feliciano tinha alguma vez lhe dito que era escravo, respondeu que “nunca disse nada a este respeito”.⁵⁷⁶ Já Arcanja respondeu que durante os dois anos que passou no engenho “não teve desconfiança de ser considerada como escrava”.⁵⁷⁷ Tratava-se de uma escravização velada? Caso fosse, somos levamos a concordar que, nessas circunstâncias, a linha que separava a escravidão da liberdade era demasiadamente tênue e custava muito para ser compreendida por indivíduos que viviam dentro dessa realidade.

Apesar de não ser explícito com as palavras, Feliciano era com as ações. Tanto Arcanja quanto Manuel foram “capturados” quando resolveram sair do engenho. Ambos tiveram como punição chicotadas e a ida ao tronco. Está aí a referência basilar à escravidão : a punição física simbolizava o controle senhorial sobre os corpos dessas pessoas. E tem mais, a indicação que viviam como escravizados extrapolava os gestos mais evidentes. Quando perguntaram a Manuel se Feliciano “lhe dava o sustento da roupa conveniente, com distinção dos escravos”⁵⁷⁸, respondeu que “comia com os escravos da fábrica do engenho e que só lhe dará roupa quando a que tinha já estavam em trapos”.⁵⁷⁹ Ou seja, mesmo Feliciano não explicitando, na maioria das vezes, a sua real vontade, ficou mais que evidente para Arcanja e Manuel que viviam mesmo era como escravos.

⁵⁷⁵ Sobre os desembarques ilegais de africanos nas praias de Goiana depois de 1831, ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. **O desembarque nas praias**: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. Revista de História São Paulo, n 167, p. 223-260, Julho Dezembro 2012; Um caso específico de desembarque, o do congolês Camilo, ver: CARVALHO, Marcus J. M. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. IN: **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. / Organizadores: Helen Osório e Regina Célia Lila Xavier – São Leopoldo : Oikos, 2018, pp. 126-164.

⁵⁷⁶ **Delegacia de Goiana**, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

⁵⁷⁷ IDEM.

⁵⁷⁸ IDEM.

⁵⁷⁹ IDEM.

Feliciano deve ter engolido a seco a retirada de Arcanja e Manuel da sua propriedade por agentes do Estado. Uma hostilidade imperdoável. Mais angustiante ainda deve ter sido o resultado do curso dos acontecimentos daquele ano de 1868, quando, na disputa eleitoral, Feliciano foi denunciado pelo delegado Antônio Guedes Gondim por perturbação da ordem pública e por estar se valendo dos cargos que ocupava em prol de angariar benefícios próprios.

5.3 A FISSURA NO PODER SENHORIAL

Os casos de Arcanja e Manuel nos convidam a refletir sobre os limites do exercício do poder senhorial num momento em que o Estado imperial se consolidava expandindo a sua capilaridade, adentrando os engenhos e fazendas e pautando as relações entre senhores e escravizados. Em que medida este exercício poderia ser onerado em sua parcialidade ou amplitude, colocado à mostra as suas inconsistências? Arcanja, por sinal, teria mobilizado alguma rede de amizade e solidariedade com o objetivo de ativar a justiça em prol de sua liberdade?

Sem diminuir a complexidade dos casos e das agências e experiências neles identificadas, ocorre que a retirada de Arcanja e Manuel do engenho Natal em 1868 faz parte de um contexto mais amplo que envolve conflitos internos entre membros de uma mesma família, disputas eleitorais e partidárias, envolvem rixas pessoais, brigas por cargos eletivos e de nomeação. Inclui, no geral, uma série de pessoas da comarca e fora dela e, de certa forma, abrange uma dimensão política nacional que compreende a mudança de cargos públicos decorrente da queda do gabinete liberal em julho de 1868. Levando esses aspectos em consideração, voltemos agora a nossa atenção aos conflitos intraelites que se desenrolaram no processo das eleições municipais de Goiana de 1868, e as fissuras no exercício do poder senhorial decorrentes dessa conjuntura de embates, que poderiam significar, em contextos específicos, boas oportunidades de lutar pela liberdade arruinada.

A reviravolta política que se deu em 1868, resultando na queda da “Liga Progressista”, que tinha como principais representantes Zacarias de Góis e Vasconcelos e Pedro Araujo Lima, o Marquês de Olinda, e na ascensão dos conservadores sob a liderança do Visconde de Itaboraá, fez-se sentir em Pernambuco com a mudança de cargos públicos-administrativos nos mais variados cantos da província. Em julho de 1868, por exemplo, como desdobramento da

mudança de gabinete na corte, assume a presidência de Pernambuco Quintino José de Miranda, ficando no cargo por apenas cinco dias. Depois é a vez de Francisco de Assis Pereira Rocha, mas, em agosto, deixa o cargo. Quem o substitui, consolidando a política dos conservadores, é Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, o Conde de Baependy.⁵⁸⁰

Em agosto de 1868, continuando com a mudança dos cargos públicos em decorrência da subida do Gabinete Itaboraí, assume a delegacia da comarca de Goiana Antônio Guedes Gondim⁵⁸¹, um conservador com relações bastante íntimas com o chefe local do partido: João Joaquim da Cunha Rego Barros, o futuro III Barão de Goiana.⁵⁸² Ao assumir a delegacia, Guedes Gondim emplaca uma série de denúncias que envolviam principalmente potentados locais. Era ano de eleições municipais e os ânimos estavam suficientemente exaltados.

O primeiro ofício de Guedes Gondim enviado a João Antônio Araújo Freitas Henriques - chefe de polícia recém-empossado e, obviamente, um conservador -, tratou-se de uma denúncia que envolvia o próprio delegado antecessor, o médico Dr. José Joaquim Firmino, comandante da guarda de reserva da cidade de Goiana e João Paulino da Cunha Gouveia, comandante do batalhão da guarda ativa da mesma localidade e, por último, Miguel Joaquim de Farias Braga, escrivão judicial. Todos eram liberais e, por que não, ressentidos do “golpe” sofrido em julho daquele ano e desgostosos com a perda de cargos, como é o caso de Dr. Firmino.

⁵⁸⁰ De acordo com José Murilo de Carvalho, “preocupado em ter um gabinete com o comando militar, então nas mãos do marquês de Caxias, que era membro do partido conservador, o imperador chamou ao poder esse partido quando a Câmara era dominada por progressistas e liberais. A mudança era constitucional, mas no ambiente reformista da época foi acusada de golpe de Estado”, ver: **A construção nacional: 1830-1889**, volume 2/ coordenação José Murilo de Carvalho. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010;2), p.106. Segundo Sérgio Ferraz, “a necessidade, avaliada pelo trono, de alinhar o comando militar e político do Império, como meio de acelerar o final do conflito bélico com o Paraguai, esteve na raiz da entrega da chefia ministerial ao visconde de Itaboraí, em julho de 1868. Essa inversão partidária, a mais célebre do período, de responsabilidade direta do Poder Moderador, encerrou o domínio da “Liga”. Denunciado como “golpe de Estado”, por “progressistas” e liberais, os apeados do poder na ocasião, esse episódio influenciará a reorganização partidária da década de 1870”. Ver: FERRAZ, Sérgio Eduardo. **A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889)** Rev. Sociol. Polit., v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017, p.73.

⁵⁸¹ De acordo com o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco, 1860-1864*, Apud: COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, Maria. **Bibliografia sobre Goiana: aspectos históricos e geográficos**. Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana. Recife, 1972, p.372, Antônio Guedes Gondim, além de proprietário do engenho São Sebastião, foi suplente de juiz municipal em 1860, ano em que o mesmo chefe de polícia da província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques, era o juiz de direito da Comarca de Goiana.

⁵⁸² A nomeação de Guedes Gondim foi publicada no dia 21 de agosto de 1868. Jornal do Recife (Biblioteca Nacional). João Joaquim da Cunha Rego Barros se tornou III Barão de Goiana por decreto de 1870. A família Guedes Gondim, além das relações políticas, mantinha relações familiares tecidas através de casamentos entre membros das duas famílias. A exemplo do filho de Antônio Guedes Gondim, casado com uma neta do futuro barão de Goiana. Sem contar do próprio Antônio que se casou em segundas núpcias com a irmã do Conselheiro João Alfredo Correia de Andrade, cuja família também era bastante íntima dos Rego Barros de Goiana.

A denúncia era a de “que esta cidade (Goiana) tinha sido, por vezes, agitada por um grupo armado de cacetes e pistolas capitaneado por João Paulino da Cunha Gouveia, Dr. José Joaquim Firmino e Joaquim de Farias Braga”.⁵⁸³ As ações de tal grupo, de acordo com o novo delegado, eram eminentemente maléficas para o sossego e tranquilidade pública. Os comportamentos exaltados dos denunciados estavam pondo em risco a ordem na comarca. Chegaram ao ponto de irem até a casa do promotor público da cidade, Honório Fiel de Vasconcelos e declararem em altas vozes “que ou o seu grupo teria garantias ou sairia a dar cacetadas”. “Este fato insensível”, lembrou o delegado, “se tornou comprovado em face do testemunho de pessoas sensatas do lugar”.⁵⁸⁴

Guedes Gondim, mais à frente, demonstrou que a situação era ainda mais delicada, pois que entre os homens apontados, dois deles eram comandantes da Guarda Nacional: João Paulino da Cunha Gouveia e Dr. José Joaquim Firmino. Ambos, inclusive, atuantes em Goiana. Disse o delegado que:

[...] vendo, pois, que este ato por várias noites repetido podia ter continuação em face da influência que exercem aqueles comandantes dos batalhões, que por mais de uma vez deram a conhecer que o seu propósito era desmoralizarem a autoridade nesta comarca, resolvi e tomei medidas concernentes a puni-los caso pretendessem continuar em espetáculo tão descomunal. Não sei o que d'hora em diante ocorrerá, porque é visto que tais indivíduos, aproveitando-se das posições que ocupam só pretendem opor-nos dificuldades cujo estorvo, talvez traga consequências funestas.⁵⁸⁵

O “espetáculo tão descomunal”, protagonizado por membros da elite dirigente local que assumiam cargos de destaque, como o de comandantes da Guarda Nacional, causou muito alvoroço em Nossa Senhora do Ó e em Goiana, centro administrativo. Um dos denunciados, João Paulino da Cunha Gouveia - e figura principal dessa encenação violenta que se referia o delegado -, era primo de Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, o senhor do engenho em que estavam submetidos a escravização ilegal Arcanja e Manuel. A denúncia, aliás, ganha outra forma, bem como fica mais evidente essa “influência que exercem os comandantes dos batalhões” quando, noutro ofício, Guedes Gondim acusa o primo de Feliciano de utilizar os soldados da Guarda Nacional para os serviços do seu engenho.

⁵⁸³ **Delegacia de Goiana**, 22 de agosto de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

⁵⁸⁴ IDEM.

⁵⁸⁵ **Delegacia de Goiana**, 31 de agosto de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

Era público e notório, afirmou o delegado, que no engenho Mereré, propriedade de João Paulino, “é desde muito tempo o asilo de guardas nacionais designados que se submetem a trabalhar de graça de modo que não tendo o Comandante Superior escravos bastantes”.⁵⁸⁶ João Paulino, de acordo com Guedes Gondim, dissuadia os comandados do serviço do destacamento, ameaçando, aqueles que fossem contrários ao trabalho, afirmando que estariam destinados ao serviço do Presídio de Fernando de Noronha. Além do mais, aconselhava-os que se opusessem ao governo conservador que emergia no cenário político daquele ano.

Este fato é bem representativo no que diz respeito aos senhores se aproveitarem dos seus postos para empreenderem suas arbitrariedades, impondo, à viva força, seus projetos políticos e de poder, em resumo: as suas “vontades senhoriais”. Não é de se espantar tamanha empreitada por parte de João Paulino, afinal, seu primo Feliciano fazia algo semelhante: utilizava-se do cargo de subdelegado e do posto de tenente-coronel da Guarda Nacional para capitanear uma rede de pessoas com objetivo de capturar gente livre para trabalhar em seu engenho, no eito, na produção de açúcar ou até nos serviços domésticos demandados pela casa grande. Tudo isso sem ter que se preocupar com salários, submetendo, de forma velada, pessoas livres a viverem mesmo como escravizadas, como foi o caso de Manuel e Arcanja. Pois bem, eram negócios de família.

O uso de guardas no trabalho do engenho encontra ainda mais sentido quando reparamos a conjuntura daquela época. Nossa Senhora do Ó, como vimos anteriormente, era o distrito policial da comarca de Goiana em que as pequenas posses eram avassaladoramente predominantes. Eram pouquíssimos, por exemplo, os senhores que tinham mais de 15 escravos, quantidade considerada como sendo uma média posse para a comarca de Goiana de meados da segunda metade do século XIX. Dos 116 senhores contabilizados na lista nominativa de 1860, 72 tinham até 5 escravos, isto é: 62% do número total de proprietários.⁵⁸⁷

Com a expansão da produção açucareira principalmente na década de 1860, os senhores fizeram como puderam para arranjar mais trabalhadores para o engenho. Produzir açúcar naquele momento estava dando dinheiro. Em Nossa Senhora do Ó, um comandante da Guarda Nacional estava colocando até seus comandados para trabalharem de graça, visto não ter

⁵⁸⁶ IDEM.

⁵⁸⁷ Embora João Paulino não apareça na lista, seu primo Feliciano aparece com 16 escravos. Este fazia parte do grupo dos grandes proprietários daquela região, ou seja: aqueles com mais de 15 escravos. Nesse grupo seletivo de apenas seis senhores, somente dois tinham mais de 30: Miguel Joaquim Cezar, com 49 escravos e Joaquim José Gomes de Oliveira, com 33. Os senhores do grupo seletivo possuíam 28% do total de escravizados em Nossa Senhora do Ó. O restante era dividido em pequenos proprietários.

escravos suficientes. João Paulino, diante da necessidade, preferiu utilizar suas influências para arregimentar ilegalmente os soldados.

Esse fato ilustra ainda mais como os senhores se aproveitavam dos seus postos para empreenderem suas arbitrariedades. Não é de se espantar tamanha empreitada por parte de João Paulino, afinal seu primo Feliciano fazia algo semelhante: utilizava-se do cargo de subdelegado para arranjar pessoas que trabalhassem em seu engenho, na lida, na produção de açúcar ou até nos serviços domésticos, sem ter que se preocupar com salários, como foi o caso de Manuel e Arcanja. Diante disso, convém pensarmos que a utilização, que se intensificou no período, da mão de obra livre em Pernambuco na segunda metade do século XIX, não se deu sem uma precarização da vida desses trabalhadores, submetendo-os, inclusive, à uma vida em cativeiro, ainda que de forma velada.

Fica evidente que o aproveitamento dos cargos que ocupavam em benefício próprio situava-os num campo específico: o poder senhorial estava bem mais inclinado a agir dentro da ilegalidade do que o contrário. A chantagem, a prática do uso da influência, assim como o emprego das posições que assumiam para arbitrariedades, tudo apontado por Guedes Gondim, eram elementos indispensáveis no exercício desse poder. Essas condutas eram traduzidas pelos livres e libertos que avaliavam a possibilidade de serem escravizados ilegalmente. Nunca é demais lembrar que isso não dizia respeito apenas aos liberais. Aliás, “Praieiros e Guabirus” se acusaram constantemente de variados ilícitos, incluindo o de adquirir escravos ao arripio da lei, de serem coniventes com inúmeros crimes, a exemplo de contrabando de escravizados.⁵⁸⁸

Acresce-se que as “consequências funestas” decorrentes daquele “espetáculo tão descomunal”, como se referiu o delegado, decerto, não tardaram a aparecer. Quatro dias antes das eleições de 1868, 3 de setembro, uma quarta-feira, Antônio Guedes Gondim dispara mais uma vez e agora citando o próprio Feliciano. “Julgo do meu dever trazer ainda ao conhecimento de Vossa Senhoria”, começa o delegado as primeiras linhas de seu ofício:

[...] que continuam a circular boatos de ameaça a ordem pública, dizendo-se que pretendem alterá-la nesta comarca os Tenentes Coronéis João Paulino da Cunha Gouveia e Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, o primeiro comandante do batalhão n.12 desta cidade e o segundo comandante do batalhão n.13 de Nossa Senhora do Ó. [...] diz-se mais que o comandante superior desta comarca aprova-os em seus planos de desordens.⁵⁸⁹

⁵⁸⁸ Ver, por exemplo: CARCAVALHO, Marcus J. M. de. op.cit., 2010, pp.93-172.

⁵⁸⁹ Delegacia de Goiana, 3 de setembro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

“O certo é que todos fazem ameaças e dizem publicamente que hão de levar os seus adversários à bala”, alerta ainda Guedes Gondim que passa a interceder à pessoa de Araujo Freitas, chefe de polícia, dizendo: “creio poder apelar com segurança para o conhecimento pessoal que Vossa Senhoria tem dos indivíduos a que me refiro: homens turbulentos e manchados de crimes, sendo que Feliciano e João Paulino têm a celebridade de homicidas convictos”.⁵⁹⁰ Aliás, João Paulino, segundo o delegado, antes de ser nomeado tenente-coronel, teria se defendido de “imputação verdadeira de assassinato de um primo, feito por suas próprias mãos, alegando prescrição”.⁵⁹¹

E não parou por aí. Fechando as denúncias descritas no ofício, finalizou dizendo que Feliciano tinha armas em sua propriedade e que isso “tem sido costume dele nas eleições anteriores que fez-se em 1863 para cá como subdelegado da Freguesia, a viva força, rodeado de criminosos”. Sem contar de João Paulino que ainda estava andando com “um grupo armado nas ruas desta cidade a insultar os adversários”. “Procedimento que”, faz questão de apontar Guedes Gondim, “se deu depois que entrei em exercício”. Concluiu dizendo que esgotaria “todos os meios brandos legais para evitar o mal que se anuncia, recorrendo se for necessário, aos meios enérgicos”.⁵⁹²

Um mês depois dessas denúncias veio à tona o caso de Arcanja e Manuel. No dia 3 de outubro de 1868, Guedes Gondim informava o chefe de polícia que pôde “afinal adquirir com certeza que a crioula de nome Arcanja está cativa no poder do subdelegado de Nossa Senhora do Ó, o Tenente Coronel Feliciano da Cunha Rego, proprietário do Engenho Natal.”⁵⁹³ O caso aparece como sendo uma espécie de desdobramento das ações empreendidas, desde o final de agosto de 1868, pelos conservadores goianenses em retaliação aos liberais. Mas, que só foram possíveis devido, primeiro a ascensão do gabinete conservador em julho, o que possibilitou a troca do presidente de província, do chefe de polícia e por último do delegado de Goiana, cuja nomeação era da alçada do Ministério da Justiça, à época comandado pelo romancista José de Alencar.

O momento também era bastante oportuno para uma represália, ou seja: ano de eleições municipais. Era quando as elites locais disputavam os cargos eletivos, mobilizando todos os laços familiares possíveis que implicavam “obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na

⁵⁹⁰ IDEM.

⁵⁹¹ IDEM.

⁵⁹² IDEM.

⁵⁹³ Delegacia de Goiana, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

garantia de cargos no governo [...]”⁵⁹⁴ Laços familiares que envolviam não só parentes consanguíneos, mas também laços de parentesco ritual, uma vez que “ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, [...] envolvia obrigações religiosas e materiais importantes, e, portanto, de influência e até mesmo de autoridade”.⁵⁹⁵

São inúmeros os casos de tensões políticas em Goiana durante o Segundo Reinado, um momento em que se protagonizaram as disputas de dois senhores de engenhos e barões de Goiana, com todos os seus séquitos de parentes, agregados, dependentes e escravizados.⁵⁹⁶ De acordo com Paulo Cavalcanti, “politicamente, o município era dominado pelos senhores de engenho, através do Partido Conservador, embora a sede da comarca, pela influência da pequena burguesia urbana, se constituísse em reduto dos liberais”.⁵⁹⁷ Durante as décadas de 1850 e 1860, tinha-se de um lado o chefe do Partido Conservador em Goiana, João Joaquim da Cunha Rego Barros, o III Barão de Goiana; do outro o representante do Partido Liberal, Antônio Francisco Pereira, o Barão de Bujari que fora um aliado forte de João Joaquim, mas depois enveredou na oposição.

Esses dois senhores protagonizaram a polaridade política em Goiana que se fazia sentir em quase tudo na cidade durante o período dito acima. As intrigas encabeçadas por eles, inclusive, sequer deixaram de existir quando da visita de D. Pedro II a Goiana, em dezembro de 1859, obrigando o Imperador a reservar um pequeno, mas bem representativo parágrafo em seu Diário. “Há muitas intrigas em Goiana”, escreve S. M. I com certo ar de desprezo à situação um tanto desagradável que presenciou:

[...] e há rivalidade existente entre o João Joaquim e Antônio Francisco Pereira, parecendo-me ambas excelentes pessoas, ainda que tive uma queixa contra o último por causa de terras. Até na recepção influiu a rivalidade,

⁵⁹⁴ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p.37.

⁵⁹⁵ De acordo Richard Graham, “todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo, de tal modo que, por extensão, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado, e a seu protetor como padrinho”. IDEM.

⁵⁹⁶ No que tange ao século XIX, toda a primeira metade do século é marcada por inúmeros levantes e sedições. Aliás, Goiana participou ativamente dos principais movimentos políticos que sacudiram Pernambuco nesse período. Da Revolução de 1817 a Praieira. Sobre os movimentos políticos em Goiana na primeira metade do século XIX, ver, por exemplo: MACHADO, Teobaldo José. **As Insurreições liberais em Goiana, 1817-1824** / Teobaldo Machado – Recife : FUNDARPE, 1990; FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais**. Recife: Universitária da UFPE, 1996; MELO, Josemir Camilo de. **1821: a “revolução” liberal em Goiana e a queda do general Luís do Rego**. 1. ed. – Recife, PE: Cepe, 2022

⁵⁹⁷ CAVALCANTI, Paulo. **Eça de Queiroz, agitador no Brasil**. 3.ed. Editora Guararapes. Recife, 1983, p.145.

preparando-se para a minha hospedagem a Casa da Câmara e outra maior, sob a influência de Joao Joaquim.⁵⁹⁸

A polaridade se manifestava, aliás, através das duas bandas de música locais, a Curica e a Saboeira. Esta liberal e, a outra, conservadora. “Por ocasião da procissão saída da Igreja da Soledade”, diz uma crônica publicada no jornal goianense “O Mercantil”, em 1871, “[...] e quando a música levava a guarda de honra para o quartel, os moleques entusiasmados com vivas à Curica, morra a saboeira e vice-versa, travaram-se de razões e houve cacete a valer, saindo alguns feridos”.⁵⁹⁹

Interessante “Boletim Eleitoral” publicado no Diarrio de Pernambuco em 1860 descreve os festejos das eleições em Goiana daquele ano, no dia 7 de setembro, e as adversidades que incluíam tentativas de sabotar as eleições:

Apareceu as 7 horas da noite correndo as ruas da cidade, acompanhado da música da guarda nacional, e de um grande acompanhamento da melhor gente um carro triunfante, sobre o qual via-se um jovem índio recostado a uma coluna, sobre a qual flutuava a bandeira brasileira. Era uma festa nacional preparada e dirigida pela parcialidade dos Srs. Comendadores João Joaquim e Viana

O carro parou primeiramente em frente da casa da câmara e perante o busto de S.M.I cantou o índio um hino adequado a ocasião e ao motivo da festa dando o Dr. delegado os vivas do estilo, que foram correspondidos com entusiasmo; correu depois as ruas da cidade parando em frente das casas das autoridades, dos oficiais da guarda nacional e eleitores, onde cantava o índio, e repetiam-se os vivas com o entusiasmo, tendo-se a esta hora recolhido ao lugar de onde saiu.

Tentativa de roubo do livro das atas - Ao tempo em que o carro percorria as ruas da cidade um grupo capitaneado por um indivíduo de nome Joaquim Carneiro que é um dos candidatos ao juizado de paz por parte da parcialidade do Sr. comendador Antônio Francisco, tentou entrar a viva força na matriz para roubar o livro das atas, porém a guarda resistiu e viu-se forçada a lutar. Felizmente a anarquia não triunfou. Ficaram levemente feridos na luta um soldado da guarda, e o candidato ao juizado de paz.⁶⁰⁰

Inclusive, os vencedores dessa eleição foram os senhores João Joaquim (futuro III Barão de Goiana, e Antônio Alves Viana, compadre de João Joaquim e proprietário do engenho Novo). No mesmo “boletim” informava-se que “as casas do comendador Antônio Francisco (Barão de Bujari e inimigo de João Joaquim) e dos seus partidários, que ontem estavam todas

⁵⁹⁸ AULER, Guilherme – **Viagem a Pernambuco em 1859: Diário do Imperador D. Pedro II**. Revista do Arquivo Público Recife, 5/6 (7/8): 335/486, 1950-51, p.95

⁵⁹⁹ IDEM, p. 143.

⁶⁰⁰ **Diário de Pernambuco**, 20 de setembro de 1860. HDBN

com luminárias, acham-se hoje as escuras, e sem luminária alguma”⁶⁰¹ A escuridão da derrota, clarividente, inundou os lares dos adversários de João Joaquim, vitorioso daquele pleito.

Voltando, Antônio Guedes Gondim, assim como o chefe de polícia Araujo Freitas, eram homens ligados ao partido conservador e assumiam os devidos cargos na conjuntura da subida do Gabinete Itaboraí a partir de julho de 1868. As denúncias realizadas por Guedes Gondim, nas quais consta o caso de Arcanja e Manuel, deram-se nos meses anteriores a eleição que ocorreu em setembro. Não podemos reduzir o caso às disputas entre liberais e conservadores. Contudo, não temos como dissociá-lo dessa conjuntura. Lembremos, mais uma vez, que era em momentos como esse, de disputas inraielites, que brechas se abriam e podiam ser aproveitadas pelos escravizados, libertos ou livres, em prol de suas liberdades a serem conquistadas ou reavidas.

Antes de 1868, Feliciano conseguiu se beneficiar do momento político favorável que foi o período do gabinete da Liga Progressista (1863-1868). Conseguiu se eleger vereador em 1864 e, no que tange ao comando do batalhão de infantaria n.º.13, a nomeação se deu em dezembro de 1867.⁶⁰² Porém, os ventos do sul que vinham da Corte em julho de 1868 mudaram a “fortuna” de Feliciano.

Depois da queda do gabinete em julho de 1868 e com as mudanças de cargos na burocracia do Estado – em Goiana assumindo Antônio Guedes Gondim a delegacia - as ordens se “inverteram” e, as atitudes arbitrárias de Feliciano, antes, quem sabe, negligenciadas, foram, na nova conjuntura, questionadas de modo implacável. Bastou assumir Guedes Gondim a delegacia e as denúncias contra os liberais e correligionários de Feliciano jorraram nos ofícios policiais. Eram as “situações descomunais”, sempre regadas a arbitrariedades de criminosos que levavam às eleições à viva força: essa situação não haveria de continuar com Guedes Gondim na delegacia e Araujo Freitas na chefatura de polícia, ambos inimigos políticos de Feliciano.

Interessante, contudo, é o conhecimento pessoal que o chefe de polícia, João Antônio de Araujo Freitas Henriques, tinha dos denunciados, como fica nítido na súplica realizada por Guedes Gondim: “creio poder apelar com segurança para o conhecimento pessoal que Vossa Senhoria tem dos indivíduos a que me refiro [...]”. Esse fato nos ajuda a entender as disputas

⁶⁰¹ IDEM.

⁶⁰² 9 de dezembro de 1867. Diário de Pernambuco. (Biblioteca Nacional).

políticas locais como fazendo parte de uma rede complexa de indivíduos ligados por vínculos diversos sendo o mais importante o familiar.

Se ainda não pôde ser percebido, esse Araujo Freitas é o mesmo chefe de polícia da Bahia responsável pelo caso do africano Domingos Sodré, morador do sobrado n° 7 na pequena íngreme ladeira de Santa Teresa com a rua Sodré, na cidade de Salvador, província da Bahia. Como demonstra João José Reis, era filho de coronel da Guarda Nacional e tinha ideias conservadoras desde jovem. Aos quarenta anos, quando chefe de polícia da Bahia, “se investiu do papel de proteger aristocratas e plebeus baianos da propagação de pujante cultura de expressão africana”.⁶⁰³

Antes de ocupar a chefatura de polícia da Bahia, João Antônio de Araujo Freitas Henriques tinha sido Juiz de Direito da comarca de Goiana entre os anos de 1856 e 1861. Conservador que era, não deixou de estabelecer relações com o chefe do partido conservador em Goiana, o comendador e futuro III Barão de Goiana, o Sr. João Joaquim da Cunha Rego Barros. A propósito, em dezembro de 1859, quando Goiana se viu em estado de êxtase devido a primeira e única visita de S. M. I. Dom Pedro II, Araújo Freitas foi integrante da seleta comissão responsável pela recepção do monarca e cavalgou junto ao comendador Rego Barros e outras autoridades em direção ao engenho Itapirema onde se encontrava o imperador.

Araújo Freitas tinha uma forte ligação com Goiana e ainda mais com o comendador João Joaquim da Cunha Rego Barros, chefe do partido conservador da cidade. Tão próximo que adversários políticos do comendador também se tornaram de Araújo Freitas. Na ocasião de sua ocupação do posto de Juiz de Direito da Comarca de Goiana, ela foi marcada – além das inúmeras licenças nos anos finais –, por um escândalo nos assuntos jurídicos envolvendo o ex-juiz municipal e ex-delegado da comarca, Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, homem ligado a um dos mais “imponentes” dentre os adversários do comendador: Antônio Francisco Pereira, o futuro Barão de Bujari. A rixa entre Caetano Estelita e Araújo Freitas foi notada, inclusive, por D. Pedro II que não deixou de dedicar um pequeno parágrafo em seu diário de viagens.

Segundo o imperador, Araújo Freitas se gabava pelo seu rigor na jurisprudência. Rigor este, aliás:

[...] causa das desavenças com o ex-juiz municipal, hoje de direito Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa obrigando por processo de responsabilidade alguns

⁶⁰³ REIS, João José. op.cit., 2008, p.27.

empregados de justiça a homiziar-se como um escrivão, convém examinar ainda o procedimento dos dois magistrados.⁶⁰⁴

Procedimentos à parte, é certo que João Araujo realizou aquela dança comum das elites em torno do novo Estado nacional que surgia com toda a sua pompa burocrática. Era aquele típico homem treinado para servir ao Império. Teve carreira jurídica “brilhante”, assegura João José Reis, chegando a servir em tribunais superiores do Império. “Foi também chefe de polícia de diversas províncias (Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia) e presidente do Ceará (1869-70) e da Bahia (1871-72) entre outros cargos públicos que exerceu”.⁶⁰⁵

Em 1868, quando era chefe de polícia de Pernambuco, foi ele que ficou informado dos atos de Feliciano em Nossa Senhora do Ó em relação a Arcanja e Manuel. Antônio Guedes Gondim, o delegado do partido conservador em Goiana, não deixou de interceder pelo conhecimento pessoal que Araujo Freitas tinha dos denunciados, os primos: João Paulino da Cunha Gouveia e Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego. E é claro que Araújo Freitas os conhecia do tempo que esteve por Goiana. É que Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, o nosso Feliciano, senhor do engenho Natal onde estavam Arcanja e Manuel submetidos à escravidão ilegalmente, era sobrinho, por parte de sua mãe, de João Joaquim da Cunha Rego Barros, o III Barão de Goiana.

As ações imprudentes intentadas por Feliciano e seu primo, certamente foram interpretadas por Araujo Freitas, um homem ligado ao partido conservador e velho conhecido de João Joaquim, como ótimas alternativas de cercear o exercício do poder político de Feliciano do ponto de vista legal: ele estava comandando uma milícia para impor restrições no processo de votação, visando um resultado favorável, procurando, portanto, angariar benefícios para si e para os seus correligionários, supostamente ligados ao gabinete liberal que tinha sido derrubado em julho de 1868. Era, na verdade, um movimento típico das elites locais em busca do poder. O lado conservador, decerto, viu na situação uma ótima oportunidade de atacar Feliciano.

Sucedeu, porém, que, um ano após a denúncia de Antônio Guedes Gondim, Feliciano e seu primo João Paulino perderam os postos de comandantes da Guarda Nacional: uma

⁶⁰⁴ AULER, Guilherme. Viagem a Pernambuco em 1859 – Diário do Imperador D. Pedro II. IN: SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA. Revista do Arquivo Público. 1 e 2 Semestres. Ano V e VI – Números VII e VIII. Recife, Pernambuco, 1950-1951, p.424

⁶⁰⁵ IDEM.

retaliação do Chefe de Polícia em articulação com as demais autoridades? Não sabemos. Mas é certo que isso foi um grande abalo, há de convir, no seu exercício de seu poder senhorial.

Houve, contudo, quem saísse em defesa dos dois. Tratava-se do deputado provincial Soares Brandão. Na sessão de 5 de junho de 1869, quase um ano depois, o deputado subiu à tribuna para apresentar a sua “sucinta apreciação do modo porque foi ultimamente retirado do poder o partido liberal”⁶⁰⁶. Em sua apelação, no entanto, não deixou de falar do que havia acontecido com Feliciano e seu irmão que, na verdade, no discurso do deputado, era o caso exemplar. Araújo Brandão, no alto da tribuna, argumentou sobre uma suposta perseguição política que vinham sofrendo os liberais em Pernambuco e o que tinha acontecido com Feliciano era um exemplo concreto.

Em seu discurso apresentou uma cópia de um documento enviado pelo presidente da província, o Conde de Baependy, para o Ministro da Justiça que dizia:

Os tenentes-coronéis, dos batalhões 12 e 13, de infantaria da guarda nacional do serviço ativo desta província no município de Goiana, João Paulino da Cunha Gouveia e Feliciano da Cunha Rego, procederam de tal modo, segundo informações que recebi, que a sua conservação nos comandos dos ditos batalhões faria perigar a ordem pública pela insubordinação e desrespeito às autoridades que plantavam entre os seus comandados.⁶⁰⁷

Araújo Brandão, obviamente, não concordava com o que tinha sido dito por Baependy. No entanto, o que é interessante nesse documento citado por ele na tribuna é que as informações expostas casam direitinho com aquelas enviadas por Guedes Gondim a Araújo Freitas um ano antes. Não nos espantemos que já estivesse ativada, portanto, uma rede que envolvia o delegado de Goiana, o chefe de polícia e o presidente da província de Pernambuco, todos conservadores, com o intuito de sufocar os liberais através de denúncias e retaliações. Para o deputado liberal Araújo Brandão, a ação era arbitrária, clarividente. A suspensão imposta a João Paulino e Feliciano beirava mais a uma perseguição política aos liberais daquela localidade do que, por exemplo, a “suposição” desses indivíduos em questão estarem oferecendo riscos assumindo tais cargos.

⁶⁰⁶ **Diário de Pernambuco**, 29 de julho de 1869. HDBN

⁶⁰⁷ IDEM.

De todo modo, em decorrência do que acontecera no processo das eleições de 1868, envolvendo a formação de milícia armada para a propagação da intranquilidade pública, da propagação de medo aos votantes, do uso indevido do corpo da Guarda Nacional, Feliciano e seu primo perderam os postos de comandantes dos batalhões, respectivamente, n°.13 e n°.12. O que validava este ato, de acordo com o presidente da província, o Conde de Baependy, era que a presença deles nos comandos mencionados “faria perigar a ordem pública pela insubordinação e desrespeito às autoridades que plantavam entre os seus comandados” ⁶⁰⁸

Pouco tempo depois da fala de Brandão na Assembleia Provincial, foi a vez de João Alfredo Correa de Oliveira, deputado geral por Pernambuco, falar sobre Feliciano. As denúncias foram reavivadas e, dessa vez, tendo acesso, inclusive, um público bem mais amplo que era o da Corte imperial.

João Alfredo Correia de Oliveira subiu à tribuna no dia 3 de julho de 1869, com quase um ano de atuação do gabinete conservador, para se defender de uma calúnia proferida por um homem bem mais velho que ele: Pedro Araújo Lima, o Visconde de Olinda e chefe do gabinete liberal entre 1863-1868. A calúnia versava sobre um fato inverídico, dizia João Alfredo, de que ele teria ido até Nossa Senhora do Ó, nas eleições de 1868, acompanhado de capangas armados, para desmanchar um convênio que havia sido feito, apossando-se do livro de atas e fazendo, por fim, uma eleição a seu intento.

Assegurou veementemente que este fato não se sustentava. “Não passei de um dos corredores laterais da matriz”, afirmou Correia de Oliveira. “Não aproximei-me da mesa. É inteiramente falso que me houvesse apossado do livro das atas para escrever uma eleição a meu contento, para improvisar, diz o honrado Sr. Marquês de Olinda” ⁶⁰⁹, concluiu o deputado com aquele decoro carregado de cinismo típico da época.

No contra-ataque, João Alfredo inverte o quadro expondo uma série de denúncias contra Feliciano. “Por intermédio de empregados da alfândega”, afirmou na tribuna o descendente do engenho Uruaé, “o presidente da província ficou sabendo que teria ido para Goiana 200 bacamartes, destinados as influências progressistas (leia-se liberais) do lugar [o Sr. conde de Baependy faz sinal afirmativo], nas vésperas da eleição” ⁶¹⁰.

⁶⁰⁸ IDEM.

⁶⁰⁹ 31 de julho de 1869. Diário de Pernambuco. (Biblioteca Nacional).

⁶¹⁰ IDEM.

O pleito da eleição intentado pela ala progressista - que no caso de Goiana envolvia Antônio Francisco Pereira, o futuro Barão de Bujari, Feliciano e seu primo João Paulino, assim como o Dr. Joaquim Firmino, homens ligados ao partido liberal e que sofreram com as percas de cargos e postos por causa da subida do gabinete conservador liderado pelo Visconde de Itaboraí -, era traduzido por João Alfredo como vinculado à força arbitrária das armas. Ausentando-se estas da disputa ocorreria uma eleição sem tumultos, pensava o deputado geral por Goiana.

O ainda chefe de polícia Araújo Freitas, “honrado amigo o Sr. Dr. Araujo Freitas”, enfatiza o deputado, tinha-o procurado para se informar se ele sabia de alguma desordem que tomava curso na região. A resposta foi negativa. “Tranquelizei-o a respeito do estado da comarca de Goiana”, assegurou, “porque, não obstante as ameaças que me constava estarem sendo feitas, eu tinha certeza de que a oposição não se apresentaria a pleitear a eleição desde que lhe faltasse as armas”.⁶¹¹ Ocorreu que ao chegar a Goiana em setembro daquele ano, as suas impressões sobre o que tinha lhe perguntado Araújo Freitas mudaram completamente:

Da freguesia de Nossa Senhora do Ó, porém, chegaram notícias diferentes, pois que cartas e pessoas vindas de lá diziam que o Sr. Feliciano Cavalcante, homem violento, que apesar das graves imputações que sobre ele pesam desde a idade de dezoito anos, foi aproveitado pelos governos passados para subdelegado e tenente coronel (apoiados, sussurros), tinha consigo homens armados, e pretendia perturbar a eleição, que se fazia pacificamente, tendo aparecido na povoação, e intimando que se lhe desse um certo número de juizes de paz dos diferentes distritos da paróquia sob pena de não consentir que se chegasse ao fim dos trabalhos eleitores.⁶¹²

Sabendo das notícias, João Alfredo disse ter decidido, mesmo muito doente, ir à povoação de Nossa Senhora do Ó para averiguar ele mesmo os fatos. Chegando lá tomou conhecimento que já havia sido concluída a terceira chamada dos votantes. “E eu não fiz mais do que insistir pela apuração das listas, que tinham sido recolhidas”, disse defendendo-se da calúnia do Marquês de Olinda que afirmou que ele teria se apossado do livro das atas. “É inteiramente falso”, conclui, “que me houvesse apossado do livro das atas para escrever uma eleição a meu contento, para improvisar, diz o honrado Sr. Marquês de Olinda”.⁶¹³

⁶¹¹ IDEM.

⁶¹² IDEM.

⁶¹³ IDEM.

Sobre o pedido de que fez a Feliciano com o intuito de apurar as listas de votantes, prosseguiu João Alfredo com um misto de defesa e denúncia num discurso que era frequentemente apoiado por alguns deputados que ali estavam:

O S.r., Feliciano, sempre ameaçador respondeu que não cedia, e que só sairia dali se o fizessem expelir á viva força. Quando alguém veio dizer-me isto, eu asseverei que eram inúteis as ameaças, assim como asseverei que ninguém o mandava expelir, e que eu tomaria como feito a mim qualquer desacato que se fizesse a pessoa desse adversário, o mais encarniçado e odiento dos que tenho.⁶¹⁴

“O mais encarniçado e odiento dos que tenho”. Essa era a maior impressão de João Alfredo para com seu adversário, naquela altura o ex-subdelegado de Nossa Senhora do Ó e, também, ex-tenente-coronel Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego. Aliás, as referências a este último, começando com as do delegado Antônio Guedes Gondim, sempre tenderam a descrever “o homem violento” que era. Um sujeito de “espírito turbulento”, “manchado de crime”, “homicida convicto” e “sempre ameaçador”. As suas ações arbitrárias incomodavam e muito os homens que agora estavam à frente de cargos estratégicos para o controle da população.

Saibamos, de uma vez por todas, que a briga que Feliciano estava envolvido não era pequena. Era briga de senhores donos de terras. Envolveu vários personagens de prestígio da comarca, da província e da Corte. É certo que nessa confusão toda as fissuras no exercício do poder senhorial ficaram cada vez mais expostas. A retirada de Arcanja e Manoel do Engenho Natal é um bom indicador disso. Olhando todos os ofícios de Guedes Gondim e, levando em consideração o que foi descrito acima, o caso de Arcanja e Manoel parece fechar, por assim dizer, uma trama das denúncias.

Façamos um curto retrospecto a respeito dos ofícios enviados por Guedes Gondim assim que assumiu a delegacia. Em agosto, viera à tona as informações de um grupo armado de cacetes e pistolas liderados por João Paulino e acobertado pelo antigo delegado e tenente-coronel da Guarda Nacional, Dr. Joaquim Firmino. Poucos dias após esta primeira denúncia, veio o fato de que João Paulino estava utilizando os soldados da Guarda Nacional para trabalhar no engenho, visto não ter ele escravos suficientes. Depois, a informação que Feliciano estava se beneficiando dos cargos que ocupava para empreender suas vontades e, por último, como desfecho, a retirada de Arcanja e Manuel por meio de um mandado judicial. Desfecho,

⁶¹⁴ IDEM.

inclusive, porque a partir daí o primeiro suplente assume a delegacia, saindo de cena o velho Guedes.

Empreendendo um olhar retrospectivo e, levando em conta o que foi discutido até aqui, a impressão que dá é que caso Guedes Gondim não fosse um inimigo político de Feliciano e, sobretudo, um aliado do III Barão de Goiana, muito dificilmente as histórias de Arcanja e Manuel cairiam na mesa do chefe de polícia. Nesse ponto em particular, fica a reflexão sobre como certos desdobramentos gerais implicam mudanças em contextos locais. Em outras palavras, como a queda da Liga Progressista implicou em desfechos tão distantes e distintos, muitas vezes quase que inimagináveis pelas autoridades residentes na Corte. Aí está, sem dúvidas, uma evidência pertinaz de como o geral e o particular estão sempre de mãos dadas.

Outro ponto é que mesmo João Joaquim não aparecendo explicitamente na documentação, é possível sentir sua presença nas entrelinhas de toda essa história: Araújo Freitas, o baiano conservador que estava ao seu lado no recebimento de D. Pedro II ocupando, além do mais, o cargo de Juiz Municipal de Goiana e que, dez anos depois, tornou-se chefe de polícia da província; o próprio presidente da província, Conde de Baependy, conservador e que estava presente quando da tribuna João Alfredo disparou contra Feliciano (aliás, concordando inúmeras vezes com o que dizia João Alfredo na tribuna). E por fim João Alfredo, deputado geral por Pernambuco, seu genro e a quem atribuía bastante prestígio, devia bastante respeito, e, por que não, favores.

5.4 UMA PAUSA: O III BARÃO DE GOIANA E SUA AMPLA REDE DE INFLUÊNCIAS.

Convém fazermos uma pequena pausa para desenvolvermos uma brevíssima apresentação sobre uma ampla e complexa rede familiar que tinha como representante o comendador João Joaquim da Cunha Rego Barros, à época, o então futuro III Barão de Goiana.⁶¹⁵

⁶¹⁵ As informações sobre a extensa rede familiar que estão nos próximos parágrafos foram retiradas de VASCONCELOS, Ligia Rabelo Alves de. **Gente de Goyanna**: descendência dos casais João Joaquim da Cunha Rego Barros, Manoela de Castro Caldas (III Barões de Goiana) e José Ignácio Ferreira Rabello, Manoela Francisca Xavier da Cunha. Recife : Ed. Universitária da UFPE,2002

Em 1795 Joaquim José da Cunha Rego Barros, Joaquim Rico, como era conhecido, casou-se com Rita Maria de Jesus Coutinho. O casal teve oito filhos. Sete mulheres e apenas um homem. Este, por sinal, era o futuro III Barão de Goiana. De suas irmãs, consta que Margarida se casou em primeiras núpcias com Nunes Machado, desembargador ligado a Revolução Praieira e morto em combate em 1849. Depois se casou em segundas núpcias com Manoel Paulino de Gouveia Muniz Feijó, senhor do engenho Pau Amarelo. Tanto Nunes Machado quanto Muniz Feijó tornaram-se adversários políticos do futuro III Barão de Goiana.

Outra irmã do comendador era Josepha da Cunha Rego Barros, que se casou com Ludovico Francisco Cavalcanti. Esse Ludovico, aliás, é o mesmo da introdução deste trabalho: assassinado pelos próprios escravos no engenho Cachoeira em 1858. Da união de Josepha com Ludovico, nasceram Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, João Paulino da Cunha Gouveia e Cassiano Cavalcanti da Cunha Vasconcelos.⁶¹⁶ Feliciano se casou com uma prima sua, Margarida Emília da Cunha Gouveia, filha do casal Margarida e Muniz Feijó, senhor do Engenho Pau Amarelo. Sim, Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego e Margarida Emília da Cunha Gouveia eram um daqueles primos que se casavam. Situação, aliás, bem comum no Brasil colonial e imperial.

Além de primos, ambos também eram sobrinhos do futuro III Barão de Goiana por parte de suas mães: eram, portanto, irmãs de João Joaquim. Apesar do parentesco tão próximo, as relações entre o tio e o sobrinho não eram muito boas. Nas entrelinhas das denúncias realizadas por Guedes Gondim parece emergir um conflito implícito entre Feliciano e o seu tio João Joaquim. Vejamos um pouco mais sobre os laços familiares que envolvem nossos personagens.

João Joaquim da Cunha Rego Barros foi casado com Manoela de Castro e Caldas. Tiveram oito filhos, sendo quatro mulheres. Duas delas, depois de enveredarem nas segundas núpcias, foram deserdadas pelo pai, visto terem contraído matrimônio sem o consentimento do patriarca. Uma foi Rita Laureana, que se casou com um primo seu: José da Cunha Rego Vasconcelos. A outra foi Ana Joaquina da Cunha Rego Barros (D. Aninha da Palha), que se casou pela primeira vez com José Inácio da Cunha Rabelo e, nas segundas núpcias, com um professor Manoel Cornélio de Lima Campello. Por sinal, o casal Ana Joaquina e José Inácio é o responsável pelo tronco “Cunha Rabelo” de Goiana, isto é: pela ligação ainda maior da família Rabelo, tendo como patriarca José Inácio Ferreira Rabelo, proprietário do Engenho

⁶¹⁶ No que diz respeito aos irmãos de Feliciano, só sabemos de João Paulino e Cassiano Cavalcanti porque apareceram nas denúncias feitas por Antônio Guedes Gondim.

Tracunhaém, com a família Cunha Rego Barros de Goiana, cujo representante era o futuro III Barão de Goiana. D. Aninha da Palha faleceu em 1923, aos 85 anos.⁶¹⁷

Já Bemvinda e Maria Eugênia, as outras duas filhas do futuro Barão, casaram-se com os irmãos, respectivamente: Belarmino Correia de Oliveira e João Alfredo Correia de Oliveira (nosso conselheiro, arqui-inimigo de Feliciano), ambos filhos de Manoel Correia de Oliveira Andrade e Joana Bezerra de Andrade: proprietários do engenho Uruaé, tradicionalíssimo na região. Esses casamentos fortaleceram ainda mais a ligação dos Cunha Rego Barros com os Correia de Oliveira do Engenho Uruaé de Goiana. Ligação esta, aliás, que fez com que João Alfredo chegasse tão longe no mundo da política imperial. Consolidando ainda mais as alianças entre as duas famílias acima, Honorato da Cunha Rego Barros, um dos filhos de João Joaquim, casou-se com uma irmã de Belarmino e João Alfredo: Francisca Correa de Oliveira.

Entre os genros que o III Barão de Goiana teve, João Correia de Oliveira foi o que mais subiu na vida política, chegando ao topo dos cargos públicos do Brasil Imperial. Fez o “caminho do clube”⁶¹⁸ da política seleta do império. Tornou-se bacharel em 1858 e, depois, virou deputado pela Assembleia Geral do Império (1860, 1868, 1876). Presidiu a província do Pará (1869 a 1870), foi ministro do Império (1870 a 1875), presidente da província de São Paulo (1885-1886), diretor da Faculdade de Direito do Recife (1876 a 1887), ministro da Fazenda e senador, além de presidente do Conselho de Ministros do gabinete que levou o nome dele (1888).⁶¹⁹ Tudo isso na segunda metade do século XIX.

Nenhum goianense contemporâneo de João Alfredo conseguiu chegar, na escada da vida política imperial, a algo semelhante. Seu genro, o chefe do partido conservador em Goiana, foi o principal mentor dessa sua subida política apoteótica e um grande entusiasta de sua atuação no partido conservador. Através de João Alfredo, o III Barão de Goiana se fazia representar na província e alhures, quiçá até na corte.

Quando D. Pedro II esteve por Goiana em dezembro de 1859, o futuro Barão, comendador João Joaquim da Cunha Rego Barros, cavalgou à frente de mais de 300 cavaleiros, acompanhado de João Henriques Araujo Freitas, aquele baiano conservador e Juiz de direito de

⁶¹⁷ IDEM, p.90.

⁶¹⁸ CARVALHO, José Murilo de, 1939 - **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 4ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁶¹⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. **João Alfredo**: o estadista da abolição. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988; ver também: OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Minha meninice & outros ensaios**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.

Goiana entre 1856-1861, do seu genro, José Inácio da Cunha Rabello, que era delegado de Goiana à época, mais o Juiz Municipal João Hircano Alves Maciel e claro, o padre Luiz José de Figueiredo. O grupo seletivo representava as principais autoridades locais que iam saudar a presença mais do que ilustre do Imperador.⁶²⁰ Evaldo Cabral de Melo elegeu o III Barão de Goiana como um dos homens mais influentes daquele tempo em Pernambuco.⁶²¹ João Joaquim da Cunha Rego Barros se tornou o III Barão de Goiana por decreto de 6 de julho de 1870. Morreu logo depois, em 1874, aos 80 anos. Suas articulações políticas extrapolaram os domínios da comarca.⁶²²

Nas denúncias realizadas por Guedes Gondim e João Alfredo não é possível identificar uma referência explícita ao III Barão de Goiana. Não identificamos nos ofícios da delegacia ou nos artigos publicados no Diário de Pernambuco, o nome de João Joaquim relacionado ao de Feliciano. Não há indícios claros de intrigas, por exemplo, entre os dois. No entanto, é de se presumir que, apesar da ausência de uma referência explícita, existia se não uma rixa, ao menos um desconforto familiar.

Começando pela relação instável entre Feliciano e João Alfredo, este último genro e o outro sobrinho. A disputa eleitoral de 1868 em Nossa Senhora do Ó sacudiu ainda mais os ânimos. A formação de um grupo armado de cassetetes e pistolas comandado por Feliciano e seus aliados; a implementação do medo entre os votantes; a cooptação de juizes de paz para manipular a lista de votantes e a formação da mesa eleitoral, foram práticas que contrariaram a ideia de ordem vigente e estimularam uma perseguição por parte de seus adversários. E, para isso, nada melhor que um delegado ligado à família Rego Barros e Correia de Andrade.

Antônio Guedes Gondim, delegado responsável pela denúncia que fez de Feliciano, o velho Guedes como era conhecido, fazia parte do partido conservador e era forte aliado de João Joaquim e, por conseguinte, de João Alfredo. Casou-se, aliás, com Joana Correia de Oliveira Andrade, uma das irmãs dos prediletos genros do Barão: João Alfredo e Belarmino. Bastou assumir a delegacia em 1868 que logo nos primeiros ofícios realizou a denúncia contra os crimes que Feliciano vinha praticando juntamente com seu irmão João Paulino. É nessa

⁶²⁰ Ver: COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, Maria. **Bibliografia sobre Goiana**: aspectos históricos e geográficos. Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana. Recife, 1972, p. 173.

⁶²¹ MELLO, Edvaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. IN: **História da vida privada no Brasil**: Império / coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, pp.385-439

⁶²² VASCONCELOS, Ligia Rabelo Alves de. op.cit.

circunstância que aparece o caso de Arcanja, o último ofício enviado por Guedes Gondim, diga-se de passagem.

Ficou evidente que os membros de uma mesma família não agiam necessariamente conforme um projeto político homogêneo: havia muitas intrigas e rachaduras.⁶²³ Afinal, o mesmo ou os vários clãs disputavam pelos cargos existentes. Feliciano foi quem saiu perdendo dessa vez, talvez não porque agiu na ilegalidade, mas porque não conseguiu se mover diante das relações de força que mudaram no curso de 1868 com a subida do gabinete conservador. Faltam, vale lembrar, estudos que evidenciem as elites políticas da comarca de Goiana, suas atuações, suas intrigas e alianças, suas influências tanto em Goiana quanto na província ou na corte. Talvez aqui tenhamos um ponto de partida, algo que estimule o interesse pelo assunto.

5.5 FISSURAS NO PODER, DEMARCAÇÃO DE ESPAÇOS DE LIBERDADE.

Eram nesses momentos de conflito intraelites que os escravizados e os trabalhadores livres e pobres aproveitavam as brechas no sistema normativo para demarcarem seus espaços sociais. Seja na conquista ou garantia de direitos considerados costumeiros, seja na conquista da liberdade, ou até mesma na defesa da mesma. Nesses momentos havia quem fugisse ou pressionasse o seu senhor por uma casa longe da senzala, ou quem sabe barganhasse uma carta de liberdade, mesmo sendo condicional. Por outro lado, havia também quem lutasse por um pedacinho de terra e por um dia aqui e outro acolá há mais dos feriados e dias santos, para assim poder trabalhá-la e com isso gerar uma renda pequena que fosse. Já no nosso caso, havia também quem era sorteado com um resgate - feito pelas forças judicial e policial -, de um engenho por estar reduzida ilegalmente a escravidão.

Olhando de outro ângulo essa retirada de Arcanja do engenho Natal, deparamos com as ambiguidades do próprio sistema: como a justiça que legitimava a escravidão e o poder senhorial era a mesma que libertava e cerceava os poderes das elites?⁶²⁴

⁶²³ Um caso típico de Pernambuco é o da família Cavalcanti de Albuquerque, ver: CADENA, Paulo Henrique Fonte. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque** (Pernambuco, 1801-1844) . Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2011, pp. 17-33.

⁶²⁴ Sobre conflitos entre senhores e seus trabalhadores e o aproveitamento das brechas expostas em prol de um projeto de liberdade ou de mais autonomia, bem como sobre incompatibilidades entre senhores locais e a

Muitos historiadores estudaram a questão de como, nas sociedades escravistas americanas, o direito agia simultaneamente, hora mantendo o *status quo* da escravidão e da classe senhorial, pautado pelo direito a propriedade, hora agindo a favor dos escravos que entravam com ações de liberdade contra seus senhores, ou a favor daquele liberto que se viu escravizado ilegalmente.⁶²⁵ A propósito, os números de ações em que escravizados, livres e libertos requeriam as suas liberdades aumentaram significativamente no decorrer do século XIX. De um lado, o Estado nacional que se ampliava e com ele uma suposta “legalidade”, onerando, portanto, os poderes senhoriais exercidos em desconformidade com a lei, por outro a legitimidade da escravidão que ia se esvaindo durante o Império até ruir em pó no final da década de 1880.⁶²⁶

Para Roberta Campos, as ambivalências da justiça que, por um lado agia na coisificação do escravo, amparado no direito de propriedade e que, por outro, reconhecia a humanidade do mesmo, são pontos importantes para pensar no fato de que o “judiciário, cumprindo seu papel de legitimação ética da sociedade escravista brasileira, produzia cotidianamente parâmetros para escravidão, investindo-se da complexa tarefa de reduzir um ser humano à condição de coisa”.⁶²⁷ No caso de Arcanja foi expedido um mandado depois que o Antônio Guedes Gondim, por ordem de Araujo Freitas, adquiriu certeza que a mesma estava cativa no poder de Feliciano.

Porém, convém lembrarmos que no caso de Arcanja e Manuel, a atuação da justiça não resultou de um processo cível levado aos autos por ela. A ida dos oficiais de justiça parece mais atender a uma vontade específica: a dos conservadores ávidos por cercear o poder político de

formatação da ordem impessoal do Estado imperial que vinha de cima, ver: BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Capitães e Mateus:** relações sociais e as culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (comarca de Nazareth – 1870 – 1888). (tese) doutorado. Campinas, 201; Keila Grinberg, sobre justiça, escravidão e liberdade, afirma que “no caso específico do Brasil, o direito pode ser caracterizado, ao mesmo tempo, como elemento fundamental para garantir a manutenção da escravidão e como veículo para garantia da cidadania” GRINBERG, Keila. **Senhores sem escravos:** a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. 4 Fórum almanack braziliense n.06 Novembro de 2007., p.2 Adriana Campos conclui em tese de doutorado que “os aplicadores do direito viam-se diante da difícil tarefa de equilibrar-se entre, de um lado, o reconhecimento das negociações entre escravos e senhores e, de outro, a preservação do Direito patrimonial”, ainda mais: “em várias ocasiões, o aplicador do direito precisava refletir detidamente sobre a solução a ser empregada, para que a vontade senhorial e o princípio da propriedade privada não fossem maculados”, ver: CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais:** direito e escravidão no Espírito Santo do Século XIX. Tese – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003, p.211.

⁶²⁵ IDEM. Ver também a próxima nota.

⁶²⁶ No que se refere à relação do fim do tráfico e o aumento das ações de liberdade, ver: MATTOS, H. M. **Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. Sobre o estudo das ações de liberdades, ver: GRINBERG, Keila. **Liberata:** a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

⁶²⁷ CAMPOS, Adriana Pereira. op. cit., p. 25.

Feliciano que, lembremos, era banhado pela arbitrariedade. Seria resultado de uma denúncia do Juiz Municipal feita ao Chefe de Polícia de Pernambuco, Araujo Freitas que por sua vez ordenou a Antônio Guedes Gondim que tomasse conhecimento. “Pude, afinal”, diz o velho Guedes, “adquirir certeza que a crioula de nome Arcanja está cativa no poder do Tenente Coronel Feliciano Cavalcanti da Cunha Rego, proprietário o engenho natal”. Daí foi expedido um mandado de apreensão para ser executado “por dois oficiais de justiça deste juízo acompanhados por uma patrulha sob ordenação do comandante do destacamento, Tenente Luiz Felipe de Albuquerque”.⁶²⁸

Para uma mulher livre e um menor submetidos à escravidão de forma ilegal, o caminho não mudava muito daqueles dos escravizados que, em prol de sua liberdade, conseguiram mover um processo contra seus senhores. Salvo raras exceções, a maior parte dos casos em que a justiça decidiu sobre a liberdade de alguém que se dizia escravizada injustamente, chegou aos autos devido à articulação que o autor do caso construía nos seus laços de convivência pessoal.⁶²⁹ Para entrar com uma ação de liberdade contra seus senhores ou pessoas que teriam lhes vendidos/comprados ilegalmente, era preciso que arranjassem um curador que respondesse por eles. O caminho percorrido até que alguém se dispusesse a ser curador envolvia muitas variáveis a depender do tempo e, como é de se esperar, poderia não surtir efeito algum. É certo que nos anos finais da década de 1880, advogados embalados pelo movimento abolicionista engajaram-se para atender casos que envolvia a liberdade de escravizados. Mas por volta de 1868, a realidade poderia ser bem diferente e o caminho, decerto, mais tortuoso.

Apesar das dificuldades, não esqueçamos que homens e mulheres empreenderam suas resistências no interior da sociedade escravista, utilizando de variados recursos e estratégias em situações adversas, procurando salvar suas vidas e criando alternativas para se viver melhor, para defender seus interesses e até mesmo direitos considerados costumeiros.

Nesse sentido, não há como não pensar que Arcanja estaria inerte e/ou passiva frente a todos os acontecimentos que se desenrolaram em 1868. Muito possivelmente ela soube aproveitar, a sua maneira, as alternativas que lhe foram aparecendo. Manoel, lembremos, soube muito bem aproveitar a sua, quando os oficiais estiveram no engenho e ele se atirou na frente deles pedindo ajuda, dizendo ter nascido livre e que Feliciano estava lhe tratando como escravo. Não seria apenas hipótese propormos que Arcanja aproveitou as divergências entre Feliciano e

⁶²⁸ **Delegacia de Goiana**, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

⁶²⁹ GRINBERG, Keila. op.cit.

seus opositores que se deram antes da eleição de setembro de 1868, para assim empregar seu projeto de liberdade: sair das amarras de Feliciano que chegou a trazê-la de volta, depois de ter se ausentado do engenho, e lhe castigado no tronco, além de mandá-la ao serviço da destilaria, como punição de sua ausência sem consentimento.

Não podemos descartar, portanto, a probabilidade de Arcanja ter costurado relações com o intuito de se safar daquela situação. Ora, a trajetória de Arcanja até o engenho Natal foi repleta de mobilidade espacial, de um refazer constante de novos laços de amizade e cumplicidade que marcaram sua experiência enquanto mulher livre. Seria muito negligente de nossa parte até mesmo insinuar qualquer inércia de nossa personagem frente à situação que lhe cercava. Sua história foi de resistência: não se deixou levar pela atuação arbitrária de Feliciano.

Arcanja e Manoel resistiram como puderam às ameaças a sua liberdade. Infelizmente não sabemos o que lhe aconteceu posteriormente. Sabemos, porém, que foi retirada do engenho Natal e enviada ao chefe de polícia de Pernambuco que, por sua vez, a mandou para ao chefe de polícia da província do Ceará. Já o moleque Manoel foi mandado para o recrutamento. Daí por diante não sabemos de mais nada, pelo menos até então. Quem sabe pesquisas futuras possam reacender este caso, trazendo novos detalhes que me escaparam.

5.6 CONCLUINDO: UMA INFORMAÇÃO ELEMENTAR.

Para terminarmos, é hora de revelar uma informação elementar que fora omitida propositalmente durante todo este capítulo. Essa informação, por sua vez, levanta outras questões concernentes a vida em liberdade de Arcanja. No final do ofício sobre o caso, o delegado informou que “[...] esta preta (Arcanja) era agora mesmo procurada nesta comarca como escrava do domínio de uma pessoa da província do Ceará”.⁶³⁰ O que mudaria em toda nossa história se Arcanja fosse uma escrava fugida, tal como colocou o delegado no final do ofício, ao invés de uma mulher livre, tal como dissera no interrogatório?

De antemão: parece-nos que pouco ou quase nada. Nesse momento o que é importante para nós é pensar como a liberdade estava atrelada a experiência de vida; ou seja, ela não era um dado pré-posto, engessado ou fixo. A condição de livre ou liberto não estava submetida exclusivamente a um documento comprobatório, ainda que fosse muito importante para que pudesse comprová-la em dadas circunstâncias de uma vida em liberdade. Assim sendo, não

⁶³⁰ **Delegacia de Goiana**, 3 de outubro de 1868. Setor de manuscritos. SSP 177 – 1860 a 1870 - Volume único.

mudaria muita coisa se de fato Arcanja fosse uma escrava fugida ao invés de livre. Na verdade, mudaria do ponto de vista positivo, isto é: da condição civil. Mas isso não mudaria suas experiências de mulher livre que fizeram parte da sua trajetória que nos foi legada através de um auto de perguntas que sobreviveu as obliterações do tempo.

A liberdade no Brasil escravista, ao contrário de ser reduzida apenas a um papel, era social, integrada à vida comunitária, relacional, defendida e ampliada durante toda a vida. A condição de livre ou liberto se dava, portanto, nas relações; se dava através de um processo de percas e conquistas de certas prerrogativas, tal como ressaltou Marcus Carvalho.⁶³¹ Caso fosse mesmo uma escrava fugida, tal como resalta o delegado no final do ofício, Arcanja não deixou de aspirar e “experenciar” a liberdade, movendo-se entre cidades, se amasiando, sendo ama, trabalhando de lavadeira e engomadeira ou em outro serviço que uma mulher como ela poderia ocupar naquele tipo de sociedade. Mesmo contando com a possibilidade de ela ter fugido da Província do Ceará, Arcanja viveu, de fato, como uma liberta até ser capturada por um cabra, por suspeita de ser escrava.

Através da incursão na trajetória de Arcanja e Manuel, foi possível nos debruçamos sob os múltiplos contextos que os cercavam, procurando identificar indivíduos e conflitos; relações de poder; experiências e expectativas. Também foi possível identificar a ampla rede de relações na qual fazia parte Feliciano Cavalcanti da Cunha Regos, o Barão de Timbaúba e João Joaquim da Cunha Rego Barros, seu tio e III Barão de Goiana, além de outros indivíduos como o deputado geral por Pernambuco, João Alfredo Correia de Andrade, o Chefe de Polícia Araujo Freitas, bem como o velho Guedes, delegado de Goiana.

Por fim, o esforço aqui realizado também buscou trazer a reflexão de como é possível estudarmos a história de Goiana através da visão de uma mulher negra que empreendia mobilidade espacial numa sociedade tão hostil a sua pessoa e de um menor que se atirou a justiça clamando por liberdade. De como é possível darmos ênfase a história dessas pessoas sem deixar escapar a história de tantas outras que fazem parte de suas vidas. De como é possível estudarmos uma história local que tenha gente de carne e osso no centro do palco, e não confabulações saudosistas tão comuns nas narrativas locais.

Por fim, Arcanja e Manuel nos mostram como a liberdade é uma arma quente, quente!

⁶³¹ CARVALHO, Marcus J. M. de, 2010, p. 214.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior esforço desse trabalho foi desenvolver uma “abordagem *morelliana*” nas diversas fontes aqui utilizadas ⁶³², sem que necessariamente todo o trabalho se enquadrasse numa “micro-história”. Partimos de diversos fragmentos de histórias que, ligadas as outras fontes utilizadas, puderam revelar “uma realidade complexa não experimentável diretamente” partindo de “dados aparentemente negligenciáveis”. ⁶³³ Demos ênfase a uma “descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritos e opressivos”. ⁶³⁴

No que tange à parte em que me proponho a problematizar o território e a população da comarca de Goiana durante a segunda metade do século XIX, confesso que me alonguei. Mas isso se deu antes pela necessidade de reviver um palco social complexo, cheio de nuances e contradições, do que por uma suposta fuga do tema geral. Sempre levei em consideração que para compreender as experiências da escravidão era necessário entender primeiro a formação histórica do espaço físico e social em que essas pessoas estavam inseridas.

Por isso a digressão sobre a invenção de Goiana, o que me obrigou a escrever algumas páginas. Para além de sabermos quem veio primeiro, se Capivarimi [sic], Gueena [sic] ou Guayana [sic], o mais importante é compreender Goiana enquanto uma das primeiras regiões que recebeu africanos escravizados para trabalharem nos engenhos. Esse é um dos pontos fundamentais para a percepção desse território que se forjou na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravizado. Além do mais, a formação de uma nobreza agrária e de uma camada mercantil proeminente ainda no século XVII, são fatos centrais que explicam a relevância

⁶³² Como vimos durante todo este trabalho, não só a documentação policial pode ser utilizada para estudar a vida de escravizados/as no Brasil Império. As cartas de alforrias que ainda podem ser encontradas nos cartórios locais, os livros de batismo e de óbito, estes últimos disponibilizados no *Family Search*, se constituem como importante corpus documental para o estudo da escravidão e da liberdade. Ainda temos os anúncios de fugas, os processos cíveis e criminais, além dos inventários. Depois de 1872, alerta Robert Slenes, “os herdeiros, em qualquer processo de herança, eram obrigados a provar seu direito de posse sobre os escravos do espólio, perante o juiz responsável. Como resultado, em muitos inventários de bens de pessoas falecidas daquele período, encontram-se cópias das listas nominativas de matrícula, sobretudo das relações de 1872-73, e certidões comprovando o nascimento de ingênuos e a compra de novos escravos”, ver: SLENES, Robert. W. **O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX.** ESTUDOS ECONÔMICOS 13 (1): 117-149 JAN./ABR. 1983, p.120.

⁶³³GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário.** Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 198. p. 152.

⁶³⁴ IDEM, p.137.

política e econômica do povoado que se torna vila em 1685, expande sua influência no século seguinte, tornando-se cabeça da capitania e chega ao século XIX como lugar de destaque, apesar da decadência que não tardou em aparecer no mesmo período.

Sobre o território da comarca de Goiana no século XIX, é preciso tomar cuidado. O caminho é sempre levar em consideração que não se tratava de algo fixo, tampouco engessado no tempo. As correlações de forças, as disputas pelo poder, poderiam alterar, como alteraram, os limites territoriais. Compreender as variações no tempo, nos coloca mais perto de identificar as nuances dentro de uma mesma região específica.

Assim, fica melhor de entendermos a distribuição geográfica das populações de livres, libertos e escravizados. No que se refere aos pardos, por exemplo, a sua maior incidência se deu na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Goiana, uma parte específica da comarca. Certamente, essa alta incidência deve estar relacionada ao acesso a alforria. Além do mais, assim como em outras partes do Brasil escravista de meados do século XIX, o termo “pardo” se apresentava como um termo volátil, se adequando a situações econômicas e sociais específicas em que estavam inseridos os sujeitos, que podiam mudar de categoria racial conforme a conjuntura.

A população goianenses do século XIX era eminentemente formada por livres e libertos “de cor”: pardos, pretos e caboclos. Essa realidade poderia ser utilizada para que escravizados em fuga se confundissem entre pretos e pardos livres da comarca, mas também criava possibilidades patentes de serem escravizados ilegalmente. Esse aspecto compartilhado por outras médias e grandes cidades escravistas, colocou Goiana na rota da fuga: um lugar onde era possível empreender projetos possíveis de liberdade, seja nela, ou por ela, acessando, portanto, outras localidades distantes, uma vez que várias rotas entrecruzavam Goiana.

No que se refere a população escravizada, depois de ajustadas as lentes, nos deparamos com uma das maiores populações da zona canavieira de Pernambuco. Contudo, para além da quantidade total, o que é mais importante é saber com detalhes sobre a sua distribuição geográfica e sobre as características das posses nas regiões que compunham a comarca.

Nesse ponto, o estudo da estrutura de posses de escravizados se apresentou como extremamente fundamental, destacando a complexidade da escravidão na região, o que nos afasta de qualquer concepção “plantacionista”. Pelo contrário, a escravidão em Goiana era muito mais heterógena do que tradicionalmente se imagina. A alta incidência de pequenas

posses pode indicar que já no primeiro quartel do século XIX, a escravidão, em termos numéricos, já não se demonstrava tão vultosa, embora houvesse um crescimento expressivo entre 1850 e 1870, mas que, como dissemos, se deu sobretudo entre os pequenos escravistas.

Além do mais, o grande número de pequenas posses e, portanto, de pequenos escravistas, demonstra como a escravidão estava profundamente espalhada nas mais diferentes camadas sociais, o que implica em reconhecer a força da escravidão nessa região que a torto e a direita se associa um pioneirismo enfadonho de liberdade, haja vista a tal famosa frase: “Goiana foi a primeira cidade a abolir a escravidão em Pernambuco”.

Prefiro ficar com uma notinha tímida, mas reveladora de Mário Santiago, escrita quase que para os mais astutos:

A abolição do cativo teve, contudo, em Goiana uma repercussão mais forte, mais significativa, por ter ferido em cheio costumes e interesses. Goiana fora, desde suas origens, terra de muita escravatura, rural e urbana. Tivera por muito tempo, bem arraigada a ideia do trabalho restrito ao negro escravo. Esse sentimento não se tinha perdido de todo.⁶³⁵

Não podemos nem mais falar em “experiência”, no singular, mas, em experiências, no plural, haja vista a diversidade de fatores que moldavam-na. Como disse, uma coisa era morar numa senzala repleta de escravizados, outra, porém, era morar muitas vezes na mesma casa que o senhor, quem sabe até dividindo o mesmo cômodo em que se dormia. Uma coisa era trabalhar no eito num grande engenho, outra bem diferente, era está numa pequena lavoura de mandioca. Diferentes tipos de posse e de atividades agrárias, pressupõem diferentes experiências da escravidão.

A presença em Goiana de africanos de origem *bantu* e suas tentativas de recriarem uma herança cultural comum na Mata Norte de Pernambuco é, sem dúvidas, um dos temas que merece bastante atenção. Pesquisas futuras podem nos revelar uma “gramática cultural” *bantu* redesenhada através de conjunturas específicas ao longo dos três séculos de escravidão. Sem dúvidas, essa discussão será muito proveitosa para entendermos as lógicas de parentesco e da formação de uma cultura afrobrasileira na comarca durante todo o século XIX.

⁶³⁵ SANTIAGO, Mário. **Analecto Goianense** - Geografia, História, Estatística, Literatura etc. Goiana, 1946-1950 9 tomos, V. I, p. 27.

Creio que alcançamos o objetivo de identificar e analisar as agências das pessoas que escolhemos estudar. Agências essas que revelaram relações contratuais, redes de amizade e cumplicidade, estratégias de resistência, exemplos de autonomias, de conflitos, de negociações pela liberdade realizadas dentro do cativeiro e até fora dele. Assim, apresentamos exemplos concretos de experiências de sujeitos que (re)criaram - através de suas vontades, como seres racionais que eram, embora dentro dos sistemas normativos da época -, suas próprias histórias.

Ficou claro que as ações de nossos personagens, identificadas muitas vezes nas entrelinhas dos documentos, mesmo não impedindo as formas de dominação cristalizadas naquela sociedade escravista, conseguiram revelar os limites do exercício do poder senhorial, abrindo margem para discutirmos as inúmeras estratégias de resistência e as noções de liberdade na Zona da Mata Norte canavieira de Pernambuco empreendidas por pretos e pretas livres e libertas que conviviam com a possibilidade de serem reescravizados.⁶³⁶

Por fim, para estudar a escravidão numa região como Goiana, foi elementar entender a liberdade não como algo engessado, fixo, parado no tempo, resumido apenas a um pedaço de papel, mas como uma experiência que aglutina uma série de “processos de conquistas”, que não necessariamente poderiam vir a ser alcançadas durante o decorrer de uma vida, enquanto “desdobramentos de um conjunto de direitos”, como um “caminho a ser percorrido”, algo que, portanto, não está dentro de uma postura absoluta. Só assim pude desenvolver a história de uma cidade tão importante para a província de Pernambuco, por meio da vida de pessoas que estavam submetidas à escravidão e que a contestaram como podiam.⁶³⁷

⁶³⁶ Como ressalta Giovanni Levi, “os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las”. LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemnote do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000. p. 45.

⁶³⁷CARVALHO, J. M. de. *op.cit.*, 2010, p. 214.

7 REFERÊNCIAS:

Fontes:

Periódicos:

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia de Pernambuco (PE) - 1860 a 1864. Recife, Typ. Dem. F. de Faria

Jornal A Gazeta de Goiana: 1888

Jornal O Liberal Pernambucano: 1854

Diário de Pernambuco: Exemplares entre 1850 e 1888

Atas, Ofícios, Códigos Criminais, Processos Cíveis, Relatórios e Mapas:

ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE GOIANA 1854-1855-1856. Tip. Violeta – Goiana, 1950 p.38

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO: cx 6 D. 487; Cx.15, D. 1543.

APEJE, Setor de manuscritos. **Ofícios de delgados e subdelegados de polícia a chefes de polícia e presidentes de província.** Fundo SSP: 1849/1856 n° 175; 1857/1860 n°176; 1864/1865 n°177; 1866/1870 n°178; 1871/1876 n°179. - Volume único.

Código Criminal do império do Brasil. Annotado com as leis, decretos, avisos e portarias publicados desde a sua data até o presente, e que explicação, revogão ou alterão algumas das suas disposições, ou com ellas tem immediata conexão; Acompanhado de um appendice, contendo a integra das leis addiconaes ao memso código, posteriormente promulgadas. Nova edição. Recife: Typographia Universal. 1858. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220538>.

Recenseamento do Brasil em 1872, disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Relatório e trabalhos estatísticos apresentado pelo Diretor Geral, Conselheiro Manoel Francisco Correia ao Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto, 1877, p.2. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>

INVENTÁRIOS DA COMARCA DE GOIANA. MJPE, caixas 179 a 189.

The Transatlantic Slave Trade: An Online Database.

Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou na sessão ordinária d 1 de março de 1852 o excelentíssimo presidente da mesma província, o Dr. Victor de Oliveira. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria 1852. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=17&s=0&cv=0&r=0&xywh=-614%2C-1%2C3131%2C2209>.

Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinário de 1854. O Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo. Presidente da mesma Província. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria 1854. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=20&s=0&cv=1&r=0&xywh=-249%2C1241%2C2331%2C1644>

Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Manoel Felizardo e Mello entrou a administração da província ao Exm. Sr. Conselheiro José Antônio Saraiva, Pernambuco: Typ. Imparcial, 1859, p. 4. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?>

MAPAS HISTÓRICOS DO BRASIL, Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/mapas/mapas-historicos.htm>

Livros, artigos, teses e dissertações:

ANALECTO GOIANENSE - Geografia, História, Estatística, Literatura, etc. Goiana, 1946-1950 9 tomos, V. I

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.** – 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas, século XIX.** Dissertação (mestrado) – UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Programa de Pós – graduação em História social, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma capitania frustrada.** Recife, FIDEM – Centro de Estudos de História e Cultura Municipal – CEHM, 1999

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo, Brasiliense, 1963b, 265p. 2. ed.: São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964. 3. ed.: (revista e atualizada), 1973. 4. ed. (revista e atualizada). São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980

AMANTINO, Márcia. **As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850.** Revista História, Ciência, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out. dez 2007.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.** Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008,

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas** / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BARRETO DE SÁ, Gabriela. **O crime de reduzir pessoa livre à escravidão nas casas de morada da justiça no Rio Grande do Sul (1835-1874)** /. – Florianópolis, SC, 2014.

BARBALHO, Luciana de Carvalho. **Capitania de Itamaracá, poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. História, 2009,

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Capitães e Mateus: relações sociais e as culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (comarca de Nazareth – 1870 – 1888).** (tese) doutorado. Campinas, 2011.

CAVALCANTI, Paulo. **Eça de Queiroz, agitador no Brasil.** 2 ed. Revista. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

CABRAL, Flávio José Gomes & COSTA, Robson. **História da Escravidão em Pernambuco** / organizadores: Flávio José Gomes Cabral, Robson Costa – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CADENA, Paulo Henrique Fonte. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)** . Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2011 206

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850** / Marcus J. M. de Carvalho. – 2. Ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

_____. **Resistência escrava no Brasil: raízes de algumas discussões recentes.** IN: Anais do X congresso Internacional da ALADAA. Rio de Janeiro: Educam, 2001 p. 73-81

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** – 1ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)** História Social, n. 19, segundo semestre de 2010.

_____. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** - São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Manoela Carneiro da. —**Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX.** In: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

CELESTINO, Mairton. **Burlar as normas, zombar da ordem:** polícia, escravos e subversão urbana na província do Piauí, 1870-1888. Revista de História e Estudos Culturais Fênix. n. 3, v.5, Jul./Ago./Set. de 2008.

COSTA, Francisco Pereira da. **Folk-lore pernambucano:** subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco 2 ed. – Recife : CEPE, 2004.

COSTA E SILVA, Geny; RODRIGUES, Maria. **Bibliografia sobre Goiana:** aspectos históricos e geográficos. Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do IV Centenário do Povoamento de Goiana. Recife, 1972.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910;** tradução de João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

_____. **Ficando Livre:** as alforrias em Campinas no século XIX. Estudos Econômicos 17 (2): 175-216 MAIO/AGO. 1987.

FERNANDES, Cyra Luiana Ribeiro de Oliveira. **Os africanos livres em Pernambuco, 1831 - 1864** / Cyra Luciana Ribeiro de Oliveira Fernandes. - Recife. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.

FERREIRA, Heloísa Souza. **Dando voz aos anúncios:** os escravos nos registros de jornais capixabas (1849-1888). Revista de História Temporalidades- UFMG. v. 2, Agosto/ dezembro de 2010.

_____. **Ardis da sedução e estratégias de liberdade:** escravos e senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1880). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2012. 207

FERREIRA, Roberto Guedes. **A amizade e a alforria:** um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, Século XIX). Afro-Ásia, 35 (2007), 83-141

FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista:** notas de pesquisa. Topoi, Rio de Janeiro, set. 2002, pp. 9-40.

_____. **A paz das senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c 1850 / Manolo Florentino e José Roberto Góes. - São Paulo: Editora Unespe, 2017

FREYRE, Gilberto. **Os anúncios de jornais brasileiros do século XIX:** tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX. – 4ed. São Paulo : Global, 2014

GEBARA, Ademir. **Escravos:** fugas e fugas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.6, n.12, p.89-100. Mar/Ago., 1986.

GONÇALVES, Raphaela Ferreira. **Domínios da liberdade**: um estudo sobre libelos cíveis de liberdade e resistência escrava em Pernambuco oitocentista (1860-1870). Dissertação (Mestrado) - UFPE, CFCH. PPGH, Recife, 2020

GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade**: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

GORENDER, Jacob, 1923-2013. **A escravidão reabilitada**. 1 ed. São Paulo : Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016

GOMES, Flávio dos Santos. **Jogando a rede, revendo as malhas**: fugas e fugitivos no Brasil escravista. Revista Tempo. Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p.67-93.

_____. **O escravismo colonial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1985.

GINZBURG, Carlo. **Sinais**: raízes de um paradigma indiciário. Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

GRAHAN, Sandra Lauderdale, 1943. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Trad. Viviana Bosi. – São Paulo: Companhia das Letras. 1992

GRINBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

_____. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. 4 Fórum almanack braziliense n.06 Novembro de 2007.

História da vida privada no Brasil: Império. Org. Luiz Felipe de Alencastro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 208

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**: províncias do Norte. Brasília : Senado Federa, Conselho Editorial, 2008

JOHNSON, Walter. **On agency**. Journal of Social History, v. 37, n. 1, special issue, p. 113-124, outono 2003.

JORDÃO FILHO, Ângelo. **Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhor na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

_____. **Blowin' in the Wind:** E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Proj. História, São Paulo, (12), out. 1995

LEVI, Giovanni. —**Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter. A escrita da história. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 2011

LIMA, Henrique Espada. **Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX**. Topoi, v.6, n. 11, jul-dez.2005, pp.289-326

LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: Escravos e Senhores;** Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804). São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão:** trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). – 2. Ed., 1. reimpr. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018

_____. **Em torno da autonomia escrava:** uma nova direção para a história social da escravidão. Rev. Bras. De Hist. S. Paulo. v. 8 n 16 pp. 143-160 mar.88 / ago.88, p. 144

MATHEUS, Marcelo Santos. **A produção da liberdade no Brasil escravista (século XIX)**. História (São Paulo) v.37, 2018

MACHADO, Teobaldo José. **As Insurreições liberais em Goiana, 1817-1824** / Teobaldo Machado – Recife : FUNDARPE, 1990

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres:** a abolição do tráfico de escravos no Brasil. – 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava:** a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. Almanack. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011 209

MATTOS, H. M. **Das Cores do Silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX). 3. ed. Ver. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013,

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX** / Kátia M. de Queiroz Mattoso ; tradução de Sonia Furhmann. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2016.

_____. **A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão de obra escrava urbana (1819-1888)**. Moderna histórica econômica. Rio de Janeiro: Apec, 1976

_____. **A propósito das cartas de alforria-Bahia, 1779-1850**. AH, 4 1972.

MINTIZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar:** produtores escravizados, consumidores proletarizados. Organização e produção Chistine Rufino Debat. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: O imaginário da Restauração Pernambucana**. 3. ed. Revisada. São Paulo: Alameda, 2008.

Muitos escravos, muitos senhores : escravidão nordestina e gaúcha no século XIX / Flávio Rabelo Versiani, Luiz Paulo Ferreira Nogueiról (organizadores). – São Cristovão: Editora UFS ; Brasília : Editora UNB, 2016.

MOTTA, José Flávio. **Corpos Escravos, Vontades Livres**; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801- 1829). São Paulo: FAPESP-Annablume, 1999.

PAES, Mariana Armond Dias Paes. **Escravos e terras entre posses e títulos**: a construção social do direito de propriedade no Brasil (1835-1885). Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2018.

_____. **O procedimento de manutenção de liberdade no brasil oitocentista**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 339-360, maio-agosto 2016.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

PALERMO, Luis Claudio. **Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira**: perspectivas clássicas e debates atuais. Dimensões, v. 39, jul. – dez. 2017, p. 324-347. ISSN: 2179-8869

PEDROZA, Antônia Márcia Nogueira. **“Hoje vou tratar de meus direitos”**: liberdade precária, escravização ilegal, reescravização e o apelo à justiça no Ceará provincial (1830-1888). Tese (Doutorado em História) –,UFCE, Fortaleza, 2021.

PEDRO, Alessandra. **Liberdade sob condição**: alforrias e política de domínio senhorial em Campinas, 1855-1871. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2009. 210

PINTO, Octávio. **Velhas Histórias de Goiana**. Casa Editora Vecchi Ltd. Rio de Janeiro, 1968

RAMOS, Graciliano, 1892-1953 **Linhas tortas** / Graciliano Ramos. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2016.

REIS, João José. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro** (c.1822 –c. 1853) / João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Marcus J.M. de Carvalho. – 2 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **“Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”**: fuga e família entre escravos na Bahia. Afro-Ásia, 23 (1999), 27-46 27

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio: A abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores**

dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893). Tese de Doutorado, Unicamp – IFCH, Campinas, SP, [s.n.], 2014.

SAAVEDRA, Renata. **Recenseamento e conflito no Brasil Imperial: o caso da Guerra dos Marimbondos.** CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA – n 33.1 ISSN 0102-9487. 2015

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Trad. Jussara Simões. - - Bauru, SP : EDUSC, 2001

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. IN: **A escrita da história: novas perspectivas** / Peter Burke (org.); São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Maria de Jesus Santana. **Devoção e resistência: as Irmandades de Homens Pretos de Goiana (1830 – 1850).** Rio de Janeiro: Publit, 2017.

SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista** / Eduardo Silva, João José Reis. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Rosildo Henrique da. **Liberdade na lei ou na marra: As ações de liberdade dos escravos em Itambé-PE (1871-1888).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado em História, 2019.

SLENES, Robert. **Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX.** Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999

SCOTT, Rebecca e HÉBRARD, Jean. **Rosalie Nação Poulard: liberdade, direito e dignidade na Era da Revolução Haitiana.** Afro-Ásia, 46 (2012). 211

TOLLENARE, L. F., de. **Notas dominicais** tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Salvador, Liv. Progresso Editora, 1956.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudo sobre a cultura popular tradicional.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Dicionários:

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero...** autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo Padre D. Raphael Bluteau. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 2º volume.

LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil:** contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo dicionário Houassis. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

Obra literária:

PESSOA, Fernando, 1888-1935. **Poemas Completos de Alberto Caeiro** / Fernando Pessoa; [organização Carlos Felié Moisés]. – 2. Ed. – São Paulo: África, 2013.